



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ENTRONCAMENTOS DE SI: MASCULINIDADES JUVENIS EM
DISSIDÊNCIA E CARTOGRAFIAS AFETO-TERRITORIAIS EM FEIRA DE
SANTANA – BAHIA**

WENDELL SANTANA FERREIRA

Feira de Santana - Ba

2026

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ENTRONCAMENTOS DE SI: MASCULINIDADES JUVENIS EM
DISSIDÊNCIA E CARTOGRAFIAS AFETO-TERRITORIAIS EM FEIRA DE
SANTANA – BAHIA**

WENDELL SANTANA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção de grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mirela Figueiredo Santos Iriart.

Feira de Santana - Ba

2026

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó – SISBI UEFS

F444 Ferreira, Wendell Santana

Entroncamentos de si : masculinidades juvenis em dissidência e cartografias afeto-territoriais em Feira de Santana – Bahia / Wendell Santana Ferreira. – 2026.

195 f.: il.

Orientadora: Mirela Figueiredo Santos Iriart.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2026.

1. Juventude. 2. Masculinidade. 3. Sexualidade. 4. Gênero. 5. Cartografias – Feira de Santana, Bahia. 6. Territórios afetivos. I. Título. II. Iriart, Mirela Figueiredo Santos, orient. III. Programa de Pós-graduação em Educação. IV. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 305-055.15:316.334.56(814.22)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

WENDELL SANTANA FERREIRA

“ENTRONCAMENTOS DE SI: MASCULINIDADES JUVENIS EM DISSIDÊNCIA E CARTOGRAFIAS AFETO-TERRITORIAIS EM FEIRA DE SANTANA – BA”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Culturas, diversidade e linguagens, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 19 de março de 2026

Documento assinado digitalmente
 **MIRELA FIGUEIREDO SANTOS IRIART**
Data: 20/03/2026 09:48:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Mirela Figueiredo Santos Iriart Orientador/a – UEFS

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO RODRIGO VALE CAETANO**
Data: 24/03/2026 15:48:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Marcio Rodrigo Vale Caetano Primeiro/a Examinador/a – UFPel

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO OLIVEIRA DE FARIA**
Data: 24/03/2026 16:14:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Marcelo Oliveira de Faria Segundo/a Examinador/a – UEFS

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO PAULO SOUZA RIOS**
Data: 31/03/2026 14:57:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Pedro Paulo Souza Rios Terceiro/a Examinador/a - UNIVASF

RESULTADO: APROVADO

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, é sempre tocar um ponto em que a palavra fraqueja e, ainda assim, insiste. Porque esta pesquisa não foi apenas uma escrita sobre juventudes, masculinidades em dissidência e cartografias afeto-territoriais. Ela também foi um modo de me atravessar. Um entroncamento de si, desses em que a vida se faz e se refaz no corpo, na lembrança, no afeto, nas presenças que sustentam e nas ausências que seguem acendendo memória.

Meu primeiro agradecimento vai para essa Força Generosa, esse Sagrado que me habita e me excede, e que eu tenho tanta dificuldade em nomear. A essa presença maior, que é grande e eu pequeno, deixo meu muito obrigado. Obrigado por me conduzir quando eu não sabia, por me proteger quando eu fraquejava, por me devolver fôlego quando o cotidiano apertava. Obrigado por permanecer, mesmo quando eu não soube dizer.

Agradeço à minha família, meu chão primeiro, meu lugar de retorno. À minha mãe, Luciane, meu amor, minha gratidão tem a textura do cuidado. Sua presença e sua voz, uma das músicas mais bonitas que eu posso ouvir, me instigam a continuar, a não parar, a insistir no que importa. Ao meu pai, Dermeval, meu muito obrigado pelo amparo, pelo cuidado, pela forma silenciosa e firme com que você me sustenta. Ao meu irmão, Gabriel, obrigado: seu otimismo me move, como quem abre janela dentro de casa. À minha sobrinha, Helena, seu sorriso é luz. Você me ensina tanto sem precisar ensinar. À minha cunhada, Kellyane, muito obrigado pelo carinho e pela presença.

Agradeço também aos que vivem em belas memórias, mas seguem comigo, como se a vida tivesse suas próprias maneiras de permanecer. À minha avó Mirinha, muito, muito obrigado por tanto. Me faltam palavras, então deixo o que tenho, um agradecimento inteiro, feito de saudade e de reverência. Ao meu avô Demerval, o Bigodeiro, sua história de força e resistência me acompanha e me motiva. À minha avó Irene, em belas memórias, meu obrigado. E às minhas tias, meu carinho e gratidão por tudo o que, de tantos modos, me atravessou e me formou. À minha prima Carol Rosa, obrigado pelo carinho e pela disponibilidade, por estar perto, por facilitar, por não deixar que as distâncias fiquem grandes demais.

Aos amigos e amigas, que são a extensão mais bonita da família, minha gratidão é imensa. Eu amo muito meus amigos. Obrigado por serem abrigo e riso, por serem presença em dias de pressa, por serem silêncio quando era preciso, por me lembrarem

quem eu sou quando eu mesmo esquecia. Obrigado a todas e todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram e me apoiam. Esta dissertação tem muitas mãos, muitos olhares, muitas presenças. E se ela se tornou possível, é porque eu não caminhei sozinho.

Agradeço, com respeito e ternura, aos meus professores e professoras, desde os primeiros passos no maternal até este agora da universidade. Tenho apreço profundo por essa profissão, a ponto de também desejar habitá-la. Ser professor, para mim, é sonho e compromisso, é uma forma de devolver ao mundo a chance que a palavra e o conhecimento me deram. À minha orientadora, Mirela Iriart, meu muito obrigado pela condução, pelo rigor, pela generosidade e pela confiança no meu trabalho, mesmo quando eu duvidei. Aos professores Pedro Paulo, Ivan Faria, Eduardo Miranda, Marco Barzano e Márcio Caetano, meu agradecimento pela presença sensível, pelas leituras, pelas provocações e pelo cuidado com a pesquisa.

Aos cinco participantes desta pesquisa, meu agradecimento mais cuidadoso. Obrigado por confiarem em mim, por emprestarem voz, tempo, memória e coragem. Obrigado por transformarem entrevista em encontro, palavra em travessia, relato em vida partilhada. Que eu tenha sido digno da escuta que vocês ofereceram, e que estas páginas façam justiça ao que vocês disseram, ao modo como disseram, e ao que escolheram preservar. Que este trabalho, nascido de tantas travessias, devolva ao mundo ao menos uma parte do que recebi: cuidado, escuta e coragem para seguir, mesmo quando tudo permanece em movimento.

RESUMO

Esta dissertação investiga entroncamentos do existir, em que masculinidades juvenis em dissidência se fazem e se refazem na circulação pela cidade-escola-universidade de Feira de Santana, Bahia. O problema que orienta a pesquisa pergunta como jovens negociam visibilidade, segurança, pertença e afeto no cotidiano, produzindo territórios de abrigo e zonas de custo alto em contextos atravessados por normas de gênero e por marcadores de diferença. A investigação se filia aos Estudos do Cotidiano e aos estudos de gênero e sexualidade, articulando uma perspectiva cartográfica em três atos, Cartografar, Narrar e Habitar, com atenção ao corpo como modo de conhecer e às práticas ordinárias como saber do viver. O material empírico compõe-se de narrativas produzidas em entrevistas com cinco participantes, homens trans e cis, com idades entre 20 e 24 anos. O procedimento analítico assume uma leitura discursiva atenta às condições de enunciação e à materialidade do dizer, considerando ritmos, escolhas de nomeação, silêncios e pontos de tensão como pistas para compreender experiências e relações. Os resultados se organizam em três eixos. O primeiro acompanha circuitos urbanos e escolares como gramáticas práticas do possível, evidenciando como trajetos se constroem por ajustes de tempo, companhia, permanência e exposição. O segundo interpreta sentidos atribuídos aos territórios afetivos, mostrando como certos lugares se tornam abrigo, pertença, memória, risco e reordenação de si. O terceiro focaliza táticas cotidianas de negociação, compreendidas como gestos miúdos, não heroicos, que sustentam presença, vínculo e cuidado em meio a regimes de vigilância e regulação. Como achado, a análise evidencia que a cidade-escola-universidade produz custos diferenciados de existir e, ao mesmo tempo, oferece brechas de invenção, nas quais circuitos e táticas reorientam o possível e sustentam formas plurais de habitar. Evidencia ainda que a formação de si se produz no *dentrofora*, tanto nos espaços educacionais quanto nas bordas, frestas e circulações que os atravessam.

Palavras-chave: Juventudes; masculinidades; dissidência; afeto-territoriais; gênero e sexualidade.

ABSTRACT

This dissertation investigates junctions of existence in which dissident youth masculinities are made and remade through circulation across the city-school-university of Feira de Santana, Bahia, Brazil. It is guided by the question of how young people negotiate visibility, safety, belonging, and affection in everyday life, producing territories of shelter and zones of high cost in contexts traversed by gender norms and markers of difference. The study is grounded in Everyday Life Studies and in gender and sexuality studies, articulating a cartographic perspective in three acts, Cartografar, Narrar, and Habitar (Mapping, Narrating, and Inhabiting), with attention to the body as a mode of knowing and to ordinary practices as a knowledge of living. The empirical material consists of narratives produced in interviews with five participants, trans and cis men aged 20 to 24. The analytical procedure adopts a discourse-oriented reading attentive to conditions of enunciation and to the materiality of saying, treating rhythm, choices of naming, silences, and points of tension as clues for understanding experiences and relations. Findings are organized into three analytical axes. The first follows urban and school circuits as practical grammars of what becomes possible, showing how trajectories are made through adjustments of time, companionship, staying, and exposure. The second interprets meanings attributed to affective territories, showing how certain places become shelter, belonging, memory, risk, and self-recomposition. The third focuses on everyday tactics of negotiation, understood as small, non-heroic gestures that sustain presence, bonds, and care amid regimes of surveillance and regulation. Overall, the analysis shows that the city-school-university produces differentiated costs of existing while also offering openings for invention, through which circuits and tactics reorient what is possible and sustain plural ways of inhabiting. It further indicates that self-formation is produced in the *dentrofora* (*insideoutside*), that is, both within educational spaces and in the edges, gaps, and circulations that traverse them.

Keywords: Youth; masculinities; dissident; affective-territorial; gender and sexuality.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ENTRONCAMENTO METODOLÓGICO.....	15
2.1 Cartografar: Um olhar em vertigem sobre topografias insurgentes.....	17
2.2 Narrar: A palavra como ato político.....	19
2.3 Habitar: o corpo como modo de conhecer.....	22
2.4 Técnicas e produção do material empírico.....	24
2.5 Procedimento teórico-metodológico de análise.....	27
2.6 Ética e implicação do pesquisador.....	29
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
3.1 Epistemologia das práticas: o cotidiano como fio primeiro da tessitura.....	32
3.1.1 Artes de fazer, saber prático e leitura do cotidiano.....	33
3.1.2 Tempos do cotidiano, artes da ocasião.....	36
3.2 Cidade, espaço e território como condições de experiência educativa.....	37
3.2.1 <i>Dentrofora</i> : escola, cidade e redes educativas.....	38
3.2.2 Percorrer a cidade-escola-universidade: lugar, espaço e relatos de percurso.....	39
3.2.3 Espaço como relações em movimento.....	43
3.2.4 Território, pertença e multiterritorialidade.....	45
3.3 Juventudes, masculinidades em dissidência e marcadores de diferença.....	46
3.3.1 Juventudes no <i>dentrofora</i> : existir e negociar.....	47
3.3.2 Masculinidades entre hegemonia, normas e dissidências.....	49
3.4 Táticas do cotidiano e micropolíticas do existir.....	54
3.4.1 Estratégias e táticas: uma leitura Polemológica.....	55
3.4.2 Pedagogias do espaço e astúcias de circulação.....	58
3.4.3 Micropolíticas de insurgência e criação.....	60
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
4.1 Rios-narradores, notas de percurso e condições de enunciação.....	64
4.2 Cartografia analítica do corpus em três eixos.....	70
4.2.1 Eixo 1: Circuitos urbanos e modos de ocupação.....	72
4.2.2 Eixo 2: Territórios afetivos, sentidos e significados.....	81
4.2.3 Eixo 3: Táticas cotidianas de negociação.....	130
5. O QUE PERMANECE EM MOVIMENTO.....	181

REFERÊNCIA.....	184
APÊNDICE.....	192

APRESENTAÇÃO

“Existirmos: a que será que se destina?”¹ Desde que escutei essa pergunta pela primeira vez, ela nunca mais me deixou. A música de Caetano Veloso me acompanhou em muitos momentos desta travessia que é o mestrado, mas foi essa frase, simples e abissal, que mais reverberou. Ela me atravessa porque esta pesquisa toca também a minha própria experiência. Atravessa minhas caminhadas pela cidade e memórias escolar e as marcas que carrego como homem cis, gay e afeminado, que aprendeu cedo a negociar presença nos espaços, a medir o passo, a desviar o olhar e a insistir.

Ao escrever sobre juventudes e masculinidades dissidentes, escrevo também sobre memórias que me formaram e me deformaram, sobre afetos que me sustentam e sobre silêncios que precisei habitar. Não se trata, portanto, de uma investigação neutra. Trata-se de um gesto de retorno e de encontro, do desejo de escutar outros corpos que, como o meu, inventam formas de existir onde tantas vezes se tenta apagar a diferença. Retomar a pergunta sobre o destino do existir é, também, um modo de caminhar junto, atento às brechas, aos gestos miúdos² e às resistências que brotam onde menos se espera.

Ao escutar minha própria história ressoando entre brechas e silêncios, percebo que esta pesquisa é, antes de tudo, um gesto de aproximação, um desejo de partilhar o mundo com jovens que, em suas trajetórias, tateiam os limites do que podem ser, dizer e sentir. Jovens que performam masculinidades em dissenso com moldes hegemônicos e que, como eu em outros tempos, atravessam calçadas estreitas, salas de aula hostis e lugares marcados por olhares que controlam, classificam e excluem.

O que nos move aqui não é buscar respostas fixas, mas criar condições de escuta para vidas em movimento, vidas que não cabem nos arquivos prontos da norma. Em vez de capturar, buscamos acompanhar. Em vez de categorizar, buscamos nos deixar afetar. Porque cada gesto, cada palavra partilhada e cada silêncio sustentado carrega uma forma de saber que resiste, escapa e reinventa. É com eles, e não sobre eles, que esta pesquisa deseja caminhar, cultivando um modo de conhecer que também seja um modo de cuidar.

Nesse gesto de aproximação, foi nas frestas do cotidiano que os contornos da pergunta se desenharam. Ela não partiu de uma inquietação abstrata, mas de uma escuta

¹ VELOSO, Caetano. *Cajuína* [música]. In: *Cinema transcendental*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1979.

² Usamos “miúdo” para nomear detalhes do cotidiano que costumam passar despercebidos, mas guardam densidade de experiência e modos de fazer. O termo é mobilizado em diálogo com os estudos do cotidiano, especialmente com Certeau, como chave de atenção ao ordinário e às invenções que nele se produzem.

atenta às maneiras pelas quais jovens em Feira de Santana fazem caber a vida em meio a exigências de norma e a disputas de reconhecimento. O que significa circular e permanecer na cidade-escola-universidade performando masculinidades em dissidência, seja como homem cis gay e afeminado, como homem trans, ou mesmo como homem cis heterossexual que tensiona expectativas hegemônicas de dureza e contenção? Como se negociam presença, linguagem e pertencimento em espaços que podem acolher e ferir ao mesmo tempo, no trabalho, na família, nas instituições de ensino, nos serviços, nas redes de convivência? Essas questões brotaram do chão compartilhado e se tornaram pesquisa no encontro com cinco narrativas, nas quais o cotidiano aparece como campo de custo e de invenção. É nesse entrelaçamento entre o que me atravessa e o que escutei dos participantes que a investigação se ergue, como tentativa de acompanhar, com rigor e cuidado, as táticas miúdas e criativas com que esses jovens reconfiguram seus territórios afetivos e suas formas de existir.

É nesse desejo de escuta e partilha que este trabalho se inscreve. Não como quem pretende traduzir o outro, mas como quem se aproxima com cuidado e se deixa atravessar pelo que o encontro exige. A pesquisa nasce da vontade de compreender como jovens que performam masculinidades em dissidência, em Feira de Santana, constroem modos de existir e de permanecer em meio às normatividades que regulam corpos e presenças na cidade-escola-universidade. Mais do que colecionar respostas, interessa acompanhar pistas deixadas no dizer e no calar, nas escolhas de por onde ir, de onde ficar, de com quem contar, de quando falar e de quando adiar. Trata-se de caminhar junto e recolher marcas de um cotidiano que, mesmo sob custo, insiste em criar brechas de pertencimento.

Talvez por isso eu possa nomear esta pesquisa como um entroncamento que me atravessa. Um ponto em que minhas perguntas encontram outras perguntas, e em que as histórias dos participantes devolvem ao mundo uma imagem menos estreita do que pode ser um homem. Aqui, resistir não aparece como espetáculo, aparece como vida comum em movimento, feita de desvios, de afetos que sustentam, de presenças que às vezes se escondem para seguir, e outras vezes ocupam o centro por um instante. É desse lugar, entre entroncamentos de mim e entroncamentos de si, que a escrita segue adiante, buscando dar forma ao percurso que se abre nas páginas seguintes.

INTRODUÇÃO

Feira de Santana é entroncamento de rotas, de gente e de ritmos. É também entroncamentos de si, porque em suas ruas, escolas e universidades se aprende, cotidianamente, o que pode ser visto, dito e vivido. Nesta pesquisa, a cidade não aparece como cenário neutro ou pano de fundo, mas como trama de relações em que os corpos jovens negociam presença, pertencimento e reconhecimento. Acompanhar essas negociações é acompanhar como as masculinidades em dissidência se produzem no cotidiano, não como identidade pronta, mas como prática situada, atravessada por deslocamentos, por escolhas miúdas e por brechas que permitem continuar.

Falar de juventudes e masculinidades em dissidência, aqui, é falar de experiências que frequentemente aparecem na escola e na cidade apenas quando viram problema, suspeita ou correção. No entanto, há uma vida inteira que não cabe nesses enquadramentos, uma vida feita de vínculos, de inventividade e de trabalho cotidiano para não se perder de si. As narrativas escutadas nesta pesquisa mostram que o custo de existir não se distribui de modo igual, e que o mesmo lugar pode acolher e ferir, abrir linguagem e impor silêncio. Por isso, a relevância deste estudo não está apenas em denunciar violências, mas em tornar legíveis as formas pelas quais esses jovens sustentam presença, produzem pertencimento e reconfiguram seus territórios afetivos em Feira de Santana, deslocando a ideia de dissidência do registro do desvio para o registro das práticas de vida.

Apesar dos avanços nos debates sobre gênero e sexualidade, ainda é comum que a experiência de masculinidades em dissidência seja tratada de modo abstrato, descolada dos espaços onde a vida se faz e se desfaz. Muitas vezes, a cidade aparece apenas como contexto e a escola e universidade apenas como instituições, sem que se acompanhe como suas microregras, suas redes e seus códigos de convivência participam da formação de si. Há também o risco de reduzir essas trajetórias a categorias fixas, como se bastasse nomear identidades para compreender o que está em jogo. O que falta, então, é uma leitura que se aproxime do cotidiano narrado como lugar legítimo de saber, capaz de acompanhar, com atenção ao detalhe, como jovens em dissidência negociam circulação, fala, silêncio, reconhecimento e afeto na cidade-escola-universidade, e como essas negociações desenham custos, brechas e possibilidades de existir.

Diante disso, esta pesquisa se orienta por uma pergunta central. Como jovens que performam masculinidades em dissidência, em Feira de Santana, constroem modos

de existir, permanecer e resistir em meio às normatividades que regulam corpos e presenças na cidade-escola-universidade. Sustentar essa pergunta exige acompanhar, por dentro das tramas do cotidiano, as condições e os gestos com que esses jovens tornam a vida possível e contínua. Por isso, o objetivo geral é compreender os modos pelos quais eles constroem, material e simbolicamente, formas de existir, permanecer e resistir, compondo espaços de pertencimento e invenção no território vivido. Em articulação com esse objetivo, busca-se mapear circuitos e modos de ocupação, interpretar sentidos atribuídos aos lugares e compreender táticas cotidianas mobilizadas para administrar visibilidade, segurança e afeto, sem reduzir as experiências ao dano nem idealizar suas invenções.

Para acompanhar esse problema, a pesquisa se ancora em uma filiação aos Estudos do Cotidiano e se constrói como um percurso em três gestos: cartografar, narrar e habitar. Cartografar, aqui, não significa fixar o real em mapa acabado, mas seguir rastros de circulação e reconhecer, no uso, como os espaços se tornam praticáveis ou custosos. Narrar se realiza nas entrevistas narrativas, entendidas como acontecimento de palavras em que memória, afeto e linguagem se entrelaçam, permitindo que os participantes digam de si e dos lugares que habitam em seus próprios termos. Habitar, por sua vez, nomeia uma postura de presença e de leitura reiterada, em que o corpus é tratado como experiência situada e as condições de enunciação são consideradas parte do que produz sentido. A análise se desenvolve como gesto interpretativo orientado pela análise do discurso, interrogando não apenas o que se diz, mas como certos dizeres se tornam possíveis em condições históricas e sociais determinadas.

A dissertação se organiza em quatro movimentos principais. O capítulo metodológico abre o percurso, apresentando quem compõe a pesquisa e o entroncamento dos gestos de cartografar, narrar e habitar, bem como as técnicas de produção do material empírico e o procedimento teórico-metodológico de análise. Essa escolha de ordem não diminui a centralidade da teoria, ao contrário, busca situá-la desde o início no chão do encontro e das narrativas, evitando que as experiências apareçam apenas depois, como ilustração de chaves previamente estabelecidas. Em seguida, no Referencial teórico, delineiam-se as chaves conceituais que sustentam a leitura do cotidiano narrado, articulando epistemologia das práticas, cidade-escola-universidade, território e debates sobre masculinidades em dissidência. O capítulo de análise reúne as narrativas e desenvolve a cartografia analítica do corpus em três eixos, circuitos e modos de ocupação, territórios afetivos, sentidos e significados, e táticas cotidianas de negociação. Por fim, as

considerações finais retomam os principais achados e implicações do estudo, preservando a abertura que as próprias narrativas exigem.

Nas páginas seguintes, encontra-se menos um retrato fechado e mais um percurso. A aposta é sustentar uma leitura que não substitua a palavra do outro, mas caminhe com ela, atenta ao que se repete, ao que falha, ao que muda de tom e ao que insiste. É nesse movimento, entre cidade, escola e universidade, que os entroncamentos de si vão ganhando forma.

2. ENTRONCAMENTO METODOLÓGICO

A vida de uma pesquisa é algo intrigante. Sujeita à sorte, ao tempo, aos lugares, à hora, ao perigo. O imprevisto vem sempre turbilhoná-la. Pesquisar talvez seja mesmo ir por dentro da chuva, pelo meio de um oceano, sem guarda-chuva, sem barco. Logo, percebemos que não há como indicar caminhos muito seguros ou estáveis. Pesquisar é experimentar, arriscar-se, deixar-se perder. No meio do caminho, irrompem muitos universos díspares provocadores de perplexidade, surpresas, temores, mas também de certa sensação de alívio e de liberdade do tédio. (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 161)

Importa situar, desde já, o modo como este trabalho compreende o método, não como caminho liso e linear, mas como entroncamento, lugar em que rotas se cruzam, se desviam e se refazem, onde escolhas convivem com o imprevisto e o percurso se decide no próprio caminhar. A travessia não se fez por linhas totalmente previsíveis, nem por mares e rios calmos, porque investigar masculinidades juvenis em dissidência e suas cartografias afeto-territoriais implica lidar com a vida em movimento, com memórias que retornam, com silêncios que não se deixam forçar. Ainda assim, assumir risco e abertura não significa romantizar o imprevisto, nem abandonar planejamento, escolhas e critérios. Significa reconhecer que, mesmo com roteiro, a pesquisa se dá em encontro, e o encontro desloca, reorienta, pede leitura atenta do cotidiano e do que nele insiste, falha ou se reinventa.

Essa desconfiança em relação às promessas de estabilidade não é um convite ao caos, mas uma forma de suspeita metódica. Oliveira e Paraíso (2012, p. 161) alertam que, movidos pelo medo e pela ânsia de responder prontamente, podemos atracar o barco em métodos excessivamente normatizados e, com isso, restringir o potencial da viagem. É justamente para não confundir segurança com fechamento que a reflexão de Bondía ajuda a afinar o gesto. A experiência, em sua leitura, pede um outro tempo, um tempo de interrupção da pressa, de atenção ao detalhe, de escuta e de presença, em vez de uma marcha contínua que antecipa resultados (BONDÍA, 2002, p. 24; p. 28). É nesse ritmo, com rigor e abertura, que esta pesquisa se organizou.

O desenho metodológico adotado é qualitativo e exploratório, no sentido de construir aproximações interpretativas capazes de reduzir distâncias entre pesquisador e campo, entre teoria e material, entre contexto e ação, sem pretensão de esgotamento (NEVES, 1996). As escolhas metodológicas foram orientadas por um compromisso com

a singularidade das trajetórias e com a densidade do dizer. Por isso, a pesquisa privilegia o que se produz no curso da travessia, nos deslocamentos, nas hesitações, nos pontos em que a palavra encontra limite e, ainda assim, insiste.

Para sustentar esse compromisso, o método se organiza em três gestos que se enredam, cartografar, narrar e habitar. Cartografar orienta a atenção para os circuitos, as bordas, os pontos de apoio e as zonas de custo na cidade-escola-universidade, reconhecendo que o espaço e a escolarização se co-produzem nas práticas. Narrar recoloca a palavra como ato situado, em que os participantes elaboram o vivido enquanto o dizem, com ritmos próprios, pausas, ênfases e silêncios que também significam. Habitar mantém o corpo como condição de experiência e de leitura, tanto o corpo que fala quanto o corpo que escuta, porque a pesquisa se faz em relação e não se instala na fantasia de neutralidade.

No plano empírico, o material principal do estudo se constituiu por cinco entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado, gravadas e transcritas, que compõem o corpus de análise. A configuração final com cinco participantes se estabilizou no próprio campo, após aproximações graduais e tentativas de recrutamento, incluindo um contato inicial que não se confirmou nas etapas seguintes. A pesquisa foi planejada para acolher de quatro a seis participantes, mas o corpus final se consolidou com cinco narrativas, mantendo coerência com a proposta de escuta aprofundada e com o tempo de um mestrado. O acesso ao campo e o modo de produção do material são detalhados na seção 2.4, junto aos critérios de participação e ao cuidado com anonimato e pseudônimos.

A análise dos dados adotou como procedimento teórico-metodológico a Análise do Discurso, pela possibilidade de compreender a produção de sentidos sob condições históricas e sociais determinadas, considerando o que se diz e o que não se consegue dizer, o que se repete e o que se desloca. Essa escolha permite tratar as narrativas como enunciações situadas, atravessadas por posições, memórias discursivas e disputas de reconhecimento, em vez de tratá-las como espelho transparente de interioridade. O procedimento analítico, os recortes narrativos e os critérios de rigor são explicitados na seção 2.5.

Pesquisar com jovens que performam masculinidades em dissidência exige atenção ética permanente. O cuidado não se limita ao Termo de Consentimento, embora ele seja fundamental, mas atravessa a escuta, o recorte narrativo, a escrita e o modo como a palavra retorna ao texto sem reidentificar sujeitos nem violentar o dito. A implicação do pesquisador é assumida como condição de rigor e de responsabilidade, com atenção

especial à captura por identificação e à necessidade de distinguir proximidade de equivalência. Esses aspectos são desenvolvidos na seção 2.4, onde ética e implicação são tratadas como parte do gesto interpretativo.

É nesse entroncamento metodológico que o percurso ganha forma como método em três movimentos, cartografar, narrar, habitar, não como degraus sucessivos, mas como gestos que se atravessam e se reclamam mutuamente, conforme o campo pede atenção, escuta e permanência. A pesquisa, assim, se compõe por confluências, como um rio que muda de curso sem perder a direção, fazendo do método uma maneira de seguir o vivido sem capturá-lo.

2.1 Cartografar, um olhar em vertigem sobre topografias insurgentes

Inspirada na filosofia das multiplicidades, a cartografia aqui proposta se afirma como gesto metodológico que recusa capturar o real em molduras fixas e previsíveis. Diferente dos mapas que delimitam e encerram, cartografar, neste contexto, é mover-se com o terreno em transformação, acompanhar fluxos, ler intensidades, tocar as forças que atravessam corpos e territórios. Trata-se menos de representar e mais de seguir rastros, captar variações, demorar-se sobre o que pulsa nas margens e nas frestas. Como sugerem Oliveira e Paraíso, cartografar é trabalhar “sobre as linhas onde estão em jogo as metamorfoses da vida” (2012, p. 159). Esse movimento desloca a pretensão de neutralidade e convoca um olhar ético e político, atento aos detalhes, às dissonâncias, ao que escapa ao visível imediato, construindo proximidade com aquilo que costuma ser negligenciado. Nessa perspectiva, mais do que distanciamento, exige-se presença, um ver que se implica, que se afeta, que acompanha o mundo em sua instabilidade criadora.

Nessa mesma direção, o espaço não se oferece como cenário dado, mas como trama produzida no uso e nas práticas ordinárias do cotidiano, onde se cruzam normas, disputas e invenções (Certeau, 2014). É nesse plano que a ideia de linhas de fuga contribui como imagem de pensamento, não como evasão, mas como variação que desestabiliza o instituído e abre outros possíveis. Rolnik lembra que tais linhas “nada têm a ver com fugir do mundo. Ao contrário, é o mundo que foge de si mesmo por essa linha, ele se desmancha e vai traçando um devir – devir do campo social” (ROLNIK, 2016, p. 49-50). Deleuze, por sua vez, sintetiza esse movimento ao afirmar que “fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 49). Em diálogo com essas formulações, a cartografia

que aqui se desenha se orienta por uma ontologia da diferença e da metamorfose, interrogando os regimes de verdade que organizam corpos e territórios e acompanhando as microinvenções que emergem na vida comum, muitas vezes em variações quase imperceptíveis, porém decisivas.

Se cartografar se apresenta como movimento sensível e político, é preciso afirmar seu caráter de implicação. Não se observa de fora, compõe-se com o campo, aceita-se que o pesquisador é atravessado pelos jogos de força que atravessam a cidade, a escola e a universidade. Em diálogo com Lourau, entende-se que “o observador já está implicado no campo de observação, desde que sua intervenção modifica o objeto de estudo, transforma-o” (2004, p. 82). A cartografia, nesse sentido, torna-se um método vivo, um campo de implicações, e não de garantias, sustentando uma ética da presença que reconhece, no mesmo gesto, o instituído e o instituinte, o que cristaliza e o que insiste em reconfigurar. É nesse horizonte que a provocação de Rolnik ganha densidade ao afirmar que se espera do cartógrafo que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo, devorando linguagens possíveis para compor as cartografias necessárias, pois “o cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago” (2016, p. 23).

Nessa prática, o “olhar cigano”, como propõem Oliveira e Paraíso (2012), comparece como disposição oblíqua e nômade, sensível ao não dito e às sutilezas que escapam ao controle. Trata-se de uma atenção flutuante (KASTRUP, 2009), distinta daquela atenção dirigida típica dos dispositivos de objetivação, porque se orienta pelas variações do campo e pelas intensidades que atravessam corpos e territórios. Kastrup ainda afirma que se trata de uma atenção movente, processual e afetiva (2009, p. 41), capaz de suspender a busca por dados estáveis e abrir-se ao inesperado dos encontros. Seguir com esse tipo de atenção exige tempo, um tempo que desacelera e se descola das urgências produtivistas, dedicando-se a perceber sinais em estado germinal, captar pistas, acolher afecções ainda sem forma definida. Mais do que confirmar hipóteses, cartografar pede que se acompanhem processos.

No interior desta pesquisa, esse gesto se realiza como modo de ler e escutar o território vivido a partir das narrativas, reconhecendo que as experiências ditas nas entrevistas não são apenas relatos sobre lugares, mas inscrições de memória, de pertencimento, de ameaça, de desejo de fuga ou de permanência. Na condução das entrevistas, cartografar se traduziu em pedir que os participantes narrassem seus percursos mais frequentes e mais evitados, apontassem pontos de apoio, zonas de custo e mudanças de rota, e nomeassem cenas em que a cidade-escola-universidade se tornava mais possível

ou mais hostil. O roteiro operou, assim, como disparador territorial, mobilizando descrições de trajetos, horários, companhias, estratégias de passagem e lugares de respiro, sem exigir linearidade nem completude. No tratamento do corpus, essas referências foram retomadas como pistas cartográficas, permitindo organizar recorrências e variações, aproximar trechos em que um mesmo lugar muda de sentido conforme a circunstância e tornar legível a gramática da circulação que atravessa o vivido.

Ao acompanhar circuitos, cenas, travessias e encontros narrados pelos participantes, a cartografia se constitui como uma forma de organizar a escuta, fazer emergir tensões e perceber variações, sem reduzir a experiência a um esquema único. Cartografar, assim, não nomeia um conjunto de instrumentos suplementares, mas uma postura analítica e sensível que atravessa o trabalho de campo e a leitura do corpus. Por isso, não se trata exatamente de ver “dados” em um território de pesquisa, mas, “antes, de desenhá-los, pintá-los, pôr para dançar a partir de um elemento qualquer que nos soe com certa extravagância” (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 171). É desse chão cartografado, quando o território já se deixa entrever como trama de circulação e de afeto, que a palavra se torna caminho, porque narrar não vem depois como adorno, mas como o gesto político que faz o vivido ganhar forma no próprio dizer.

2.2 Narrar, a palavra como ato político

[...] todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente se dá na palavra e como palavra. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. (BONDÍA, 2002, p. 21)

Se, como sugere Bondía (2002), o viver humano é tecido na palavra e acontece nela, considerar as palavras é também considerar os modos de existência que elas sustentam, instauram ou interditam. Não se trata apenas de falar, trata-se de habitar a linguagem, porque o que se diz, o que se cala e o que se escreve participa da feitura do mundo e condiciona quem pode ser percebido e reconhecido, e quem é lançado à sombra. É nesse horizonte que a palavra que brota das margens adquire potência, ela não apenas descreve, ela desloca, desobedece e reinventa. Eleger, cuidar, impor, proibir ou

transformar palavras não é mero exercício linguístico, é forma concreta de intervir na realidade, na medida em que, como lembra Certeau, há práticas que “ligam as ‘artes de dizer’ às ‘artes de fazer’” (CERTEAU, 2014, p. 142). A palavra é, assim, matéria de experiência, campo de disputa e território de criação, e o dizer se torna um modo de existir no mundo.

Nesse campo de disputa, a palavra que emerge de zonas de silenciamento e exclusão carrega uma densidade que ultrapassa o dizer e se torna gesto. Nas bordas do que foi historicamente legitimado como discurso, a linguagem se inscreve como prática radical e é nesse espaço que a narrativa se afirma. Para corpos historicamente afastados das narrativas oficiais, narrar-se é uma forma urgente de existir, contar trajetórias é gesto político, é inscrever corpo e afeto em espaços que, ao longo do tempo, lhes foram sistematicamente negados. Ao tomar a palavra, esses sujeitos não apenas rompem com o silêncio imposto, eles reconfiguram os sentidos que estruturam o social e seus territórios. Narrar pode, então, romper com o roteiro da norma e criar outras gramáticas para o sensível, onde a vida insiste em dizer de si quando o mundo tenta interditá-la.

No plano de narrar, as narrativas, como observa Andrade (2021), não se reduzem a relatos lineares, elas se entrelaçam à memória, ao desejo e à resistência e operam como modo inventivo de dizer, não apenas para nomear o vivido, mas para fundar lugares de existência onde o afeto escapa ao controle e a norma se vê deslocada pelo peso de um corpo que insiste. Nessa esteira, é pertinente reconhecer que “histórias narrativas falam de experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmos” (CRESWELL, 2014, p. 69).

É a partir desse gesto de narrar que a pesquisa se faz encontro e toma corpo. As entrevistas narrativas se tornam, aqui, um caminho metodológico para acolher como jovens que performam masculinidades em dissidência constroem e ressignificam territórios afetivos na trama da cidade-escola-universidade, preservando o protagonismo do relato e a política do dizer como condição de conhecimento. Essa escolha se sustenta na recusa ao esquema rígido de pergunta e resposta, criticado por empobrecer a dinâmica narrativa e reduzir o dizer a encaixes prévios (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2012, p. 95). Assim, longe de operar como técnica neutra, a entrevista narrativa se afirma como abertura ao imprevisível, uma escuta que não exige linearidade e se permite afetar por memórias, silêncios e desdobramentos que emergem quando a palavra encontra tempo e espaço para existir. Nessa direção, não se trata de reconstruir uma história de vida em sua

especificidade total, mas de compreender os contextos em que as biografias se constituem e os fatores que produzem mudanças e orientam ações (WELLER, 2009, p. 5).

Cada entrevista é compreendida como cerimônia de escuta³, um acontecimento relacional em que a narrativa se torna campo de forças, os sujeitos tensionam normas, recontam caminhadas e fabulam futuros possíveis. A escuta, quando assumida como prática política, recusa o lugar do saber sobre e se compromete com um saber com, tecido no entremeio de pausas, hesitações e lampejos de lucidez. Por isso, a condução do encontro privilegia o fluxo do relato, com intervenções pontuais quando necessário, preservando a autonomia narrativa do participante e sustentando abertura ao que emerge no próprio dizer, sem exigir que as falas confirmem ideias previamente conformadas (MUNARI, 2020, p. 69). Essa abertura, no entanto, não se confunde com indefinição, ela se ancora em um dispositivo de escuta e em um roteiro semiestruturado que funciona como disparador, sem impor uma ordem rígida ao discurso, evitando que o controle quebre a naturalidade do narrar (MUYLAERT et al., 2014, p. 197). Nesse gesto, a ética da escuta acompanha a singularidade da enunciação do outro e busca “dizer sobre aquilo que o outro diz de sua arte, e não um dizer dessa arte” (CERTEAU, 2014, p. 151), evitando capturar a experiência em categorias fixas e apressadas.

No próprio encontro, histórias pessoais se desdobram em cartografias afetivas, na condução do roteiro que articula circuitos urbanos e modos de ocupação, territórios afetivos e sentidos atribuídos aos lugares, e táticas cotidianas de negociação e segurança, tornando visíveis geografias e modos de circular que os mapas oficiais não registram. É nessa atenção ao modo de dizer que a escuta metodológica se afina. Como nos lembra Certeau (2014, p. 166), “o ouvido apurado sabe discernir no dito aquilo que aí é marcado de diferente pelo ato de dizê-lo aqui e agora, e não se cansa de prestar atenção a estas habilidades astuciosas do contador”, e é nessa atenção que a escuta se sustenta, entre bibliotecas, postos de saúde, centros culturais, avenidas, escolas, universidade e lagoa, entre disciplina e invenção, configurando espaços de dissidência que não representam apenas desvios, anunciam possibilidades de reinvenção social.

A política dessas narrativas reside também em sua capacidade de subverter hierarquias de credibilidade. Quando um jovem descreve a escola como um lugar que diz

³ Ao nomear as entrevistas como “cerimônia de escuta”, marcamos o caráter ético e situado do encontro com a palavra do outro. Escutar não é capturar um conteúdo, mas sustentar presença e abertura à alteridade, aceitando a renúncia ao controle e atenção ao modo como o outro diz (LARROSA, 2022).

ser de todos, mas só se torna nossa nas brechas, ele denuncia e ressignifica o território vivido ao mesmo tempo. Suas histórias funcionam como notas de rodapé do cotidiano e desafiam a gramática oficial da cidade, dizendo o que discursos institucionais silenciam ou omitem. Essa dimensão dialoga com a autobiografia como ato político (ARFUCH, 2010) e se aproxima da pergunta sobre quem pode falar e ser escutado, sem aspirar a uma fala totalizante ou universal. Nessa direção, Siqueira e Cordiviola (2019) argumentam que, na tentativa de narrar o que parece inenarrável e de dizer o que parecia indizível, a dimensão estética contribui para a apresentação e exposição do passado, de seus “fragmentos, ruínas e cicatrizes” (SIQUEIRA; CORDIVIOLA, 2019, p. 25), fazendo da memória matéria viva no presente e ampliando o alcance político do relato.

Na leitura das entrevistas, as contradições não empobrecem o método, elas adensam sua potência analítica. O mesmo lugar pode ser refúgio e armadilha, pode acolher e ameaçar, pode ser abrigo em um momento e apagamento em outro, e essas ambiguidades funcionam como chaves para compreender a complexidade do viver dissidente em territórios tensionados. Por isso, o percurso interpretativo se orienta por atenção a temas, cenas e regimes de significação que se repetem ou se deslocam, sem perder de vista marcas de enunciação que dão corpo ao relato, pausas, risos, silêncios e escolhas linguísticas, uma camada em que a linguagem não apenas comunica, ela participa da maneira como o sujeito se reconhece e é reconhecido. Nesse sentido, a análise não explora apenas o que é dito, mas também como é dito, considerando inclusive aspectos paralinguísticos, fundamentais para aproximar-se do não dito (MUYLAERT et al., 2014, p. 195). Narrar, assim, também se aproxima de uma cartografia íntima, porque, ao contar suas histórias, os jovens mapeiam afetos e perigos, demarcam lugares de acolhida e zonas de tensão, desenham rotas e fronteiras invisíveis, e fazem das palavras caminhos que não apenas descrevem, mas instituem rotas no cotidiano.

2.3 Habitar, o corpo como modo de conhecer

Se em Narrar a atenção recaiu sobre a palavra como acontecimento, aqui o foco se desloca para o corpo como condição de encontro e de leitura. Habitar, o último gesto metodológico, emerge como uma ética da presença⁴, uma prática de enraizamento nos

⁴ Ao utilizar o termo *presença*, aproxima-se da distinção proposta por Hans Ulrich Gumbrecht (2004) entre produções de sentido e produções de presença, enfatizando formas de relação com o mundo que convocam o corpo, a espacialidade e a intensidade, sem reduzir a experiência à interpretação.

territórios investigados que recusa o distanciamento tantas vezes operado entre pesquisador e pesquisa. Ferraço nomeia essa recusa ao interrogar o “pesquisar sobre”, fazendo desse gesto um alerta metodológico.

Pesquisar “sobre” aponta para a lógica da diferença, do controle. Resulta na lógica do sujeito que domina, ou crê dominar, o objeto. Um ‘sobre’ o outro, que ‘encobre’, que se coloca ‘por cima’ do outro sem entrar nele, sem o ‘habitar’. Pesquisar sobre sugere a intenção de poder falar do outro a partir do outro, isentando-nos desse outro, colocando-nos em separado desse outro. (FERRAÇO, 2003, p. 162).

Nesse horizonte, trata-se de permanecer com e de implicar-se nas texturas cotidianas do espaço, no “lugar”, no “habitado”, no “praticado”, no “vivido”, no “usado” (FERRAÇO, 2003, p. 163), reconhecendo que conhecer também é deixar-se atravessar pelo campo. Zaccur reforça essa implicação ao lembrar que “metodologias do cotidiano nos envolvem com nosso próprio objeto de estudo” (ZACCUR, 2003, p. 188). Habitar é permitir que o corpo da pesquisa se entrelace aos corpos dos sujeitos, à cidade e à escola como campos de convivência e conflito, abrindo lugar para um saber encarnado, construído no calor da presença.

Habitar também é seguir traços sutis deixados pelos sujeitos nos territórios que inventam ao transitar por eles. As masculinidades dissidentes, ao se moverem pela escola, cidade e universidade, desenham espacialidades outras, redes de pertencimento, brechas de cuidado, zonas de respiro. São corpos que, ao caminhar, riscam o chão com linhas que não obedecem aos mapas instituídos, pois “o que as pessoas fazem quando caminham não é se transportar pela superfície do mundo, mas sim tecer suas vidas em sua textura” (INGOLD, 2022, p. 76). Habitar, assim, é acompanhar linhas vivas e partilhar o chão por onde esses corpos se arriscam, de modo a compreender como se constituem e se reinventam, no cotidiano, espaços de pertencimento e criação produzidos por corpos que performam o dissenso.

Neste estudo, habitar, não designa um dispositivo adicional de coleta, mas um modo de conduzir a pesquisa e de tratar o corpus narrativo como experiência situada. Ele nomeia as condições de enunciação e de escuta em que as entrevistas aconteceram e, posteriormente, o modo como as transcrições foram lidas e interpretadas. Nessa direção, “a pesquisa narrativa é uma pesquisa relacional quando trabalhamos no campo, movendo-nos do campo para o texto do campo, e do texto do campo para o texto da pesquisa” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 96). Trata-se de sustentar um tempo de presença

que permita ao relato emergir em sua complexidade, sem apressar fechamento e sem converter a fala do participante em material meramente ilustrativo.

Para tornar esse gesto operacional, o trabalho analítico assume uma postura de leitura reiterada e paciente das entrevistas, atenta à composição do relato em cenas, percursos, nomes, espaços e ritmos, bem como a marcas de enunciação que atravessam a fala, como pausas, hesitações, risos, silêncios e mudanças de tom. Como lembra Pérez, “na narrativa o cotidiano ganha forma de linguagem”, e “memórias, histórias e narrativas refletem e refratam o mundo cotidiano” (PÉREZ, 2003, p. 105), o que exige uma leitura que acolha elaborações e reelaborações do vivido. Nessa atenção, pequenos fragmentos que costumam passar despercebidos ganham estatuto de pista, porque “as múltiplas e complexas negociações cotidianas, microbianas, singulares e plurais costumam passar despercebidas” (AZEVEDO, 2003, p. 135). Trata-se de tornar perceptíveis os sentidos que, muitas vezes, se produzem em regimes de invisibilização no cotidiano (ESTEBAN, 2003, p. 201), sem reduzir a experiência a uma explicação única. Esse investimento no miúdo do cotidiano prepara, mais adiante, a leitura de pedagogias menores que emergem nas táticas discretas de permanência, cuidado e invenção de si.

Num método que se faz na relação e no tempo, o gesto de habitar não encerra a pesquisa, ele a deixa pronta para explicitar como o encontro com as narrativas foi produzido e registrado, quais escolhas tornaram possível esse corpus e quais condições sustentaram sua materialização. É a partir desse chão já habitado, entre linhas, palavras e presenças, que se torna possível explicitar como o material empírico foi produzido e registrado, quais escolhas o tornaram possível e de que modo o encontro ganhou forma sem separar técnica e ética. Os cuidados e decisões éticas que atravessaram esse percurso são detalhados adiante; aqui, interessa sobretudo o corpo como modo de conhecer e como condição do encontro.

2.4 Técnicas e produção do material empírico

O acesso aos participantes foi construído por aproximações sucessivas, guiadas pela pergunta de pesquisa e pelos critérios do estudo. Num primeiro momento, houve dificuldade em localizar prontamente jovens que performassem masculinidades em dissidência e se reconhecessem nessa posição, o que exigiu ampliar o campo de busca para além da expectativa de espaços específicos do público LGBTQIAP+. A aproximação se deu por circulação em equipamentos culturais e, sobretudo, por instituições de ensino

superior e redes de convivência nas quais tais experiências tendem a se tornar mais visíveis e narráveis. Paralelamente, o recorte inicial, que privilegiava participantes nascidos em Feira de Santana, foi reavaliado em favor de um critério mais consistente com o objeto, o tempo de moradia e a circulação na cidade, ampliando a possibilidade de encontro com jovens universitários que, embora não nascidos em Feira, já a habitavam há anos e constituíam nela seus territórios afetivos e educativos.

O recrutamento foi realizado por convites diretos e, principalmente, por indicações mediadas por pessoas da rede do pesquisador, estratégia que se mostrou mais efetiva por reduzir o risco de abordagens invasivas e por favorecer maior segurança no primeiro contato. A identificação não foi conduzida por rótulos externos ou inferências baseadas em aparência, mas por autodeclaração e pelo conforto do participante em sustentar, em entrevista, o que nomeia de si e de seus percursos. Do conjunto de contatos iniciais, um possível participante manifestou interesse no primeiro momento, mas não retornou nas tentativas posteriores de ajuste de data e horário, razão pela qual não integrou o corpus final. O corpus empírico, assim, se estabilizou em cinco participantes, compondo um conjunto coerente com o desenho do estudo e com a profundidade requerida pela análise narrativa.

A produção do material empírico foi orientada por uma postura de não invasão e de respeito ao ritmo do dizer, de modo que as narrativas pudessem emergir sem serem apressadas por categorias prontas. As entrevistas ocorreram presencialmente na sala do grupo de pesquisa TRACE, no prédio da Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em ambiente que favoreceu privacidade e continuidade, sem perder de vista o circuito cidade-escola-universidade que atravessa a pesquisa. A participação foi voluntária, com possibilidade de recusa a perguntas, interrupção do encontro ou desistência, sem qualquer prejuízo ao participante. O encontro foi sustentado por consentimento formalizado em TCLE e pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Para a preservação do anonimato, além de cuidados na seleção de excertos e descrições para evitar reidentificação por acúmulo de detalhes, os participantes receberam pseudônimos inspirados em rios que nascem ou passam pelo município⁵, mantendo a

⁵ LEITE, Renata. **Nove rios nascem ou banham Feira de Santana**. 2019. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?s=a&titulo=Nove%20rios%20nascem%20ou%20banham%20Feira%20de%20Santana&id=18&link=secom/noticias.asp&idn=23585>. Acesso em: 20 nov. 2025.

dimensão territorial que atravessa a pesquisa. Essa escolha sustenta, ao mesmo tempo, um critério ético e uma contranarrativa do território, pois desloca o imaginário do sertão como sinônimo de ausência de águas e reafirma Feira de Santana como trama de fluxos que atravessam bairros, distritos e percursos de circulação, em ressonância com a figura da cidade como entroncamento.

O corpus da pesquisa é composto por cinco entrevistas narrativas com roteiro semiestruturado, realizadas com jovens que performam masculinidades dissidentes em Feira de Santana, constituindo o material principal de análise. Esse roteiro permaneceu em segundo plano, menos como sequência a cumprir e mais como bússola de escuta, acionada pontualmente sobretudo para disparar entradas ligadas a cada eixo analítico, sem quebrar a espontaneidade do relato. A aposta metodológica, neste ponto, não é transformar a entrevista em prova do real, mas tratá-la como enunciação situada, em que corpo, território e linguagem comparecem de modo inseparável. Assim, buscou-se favorecer que cada participante narrasse no ritmo próprio do dizer, com suas cenas, desvios, retomadas e silêncios, como é próprio das entrevistas narrativas. No próprio campo, tornou-se visível que a abertura para narrar não dependia apenas da disponibilidade individual, mas também do modo como a conversa se configurava como espaço de confiança, a ponto de alguns participantes reconhecerem surpresa diante das lembranças evocadas e da extensão do que foi possível dizer quando a palavra encontrou tempo. O conjunto de perguntas disparadoras encontra-se no Apêndice II.

As conversas tiveram durações variadas, entre 50 minutos e 2h28min, conforme a singularidade de cada narrativa e o próprio ritmo do dizer, que nem sempre se deixa conduzir por uma medida uniforme de tempo. O registro em áudio foi tratado como meio de preservação do relato, e sua guarda seguiu o princípio de acesso restrito ao pesquisador, com manejo cuidadoso do armazenamento e da circulação dos arquivos. Na transcrição, o objetivo foi preservar esse ritmo, mantendo pausas, hesitações e deslocamentos de sentido como parte do material, pois a passagem da fala à escrita não opera como etapa técnica neutra, a forma como a voz se torna texto interfere no que poderá ser lido como experiência e, por conseguinte, no modo como a interpretação se aproxima de cada passagem. Por isso, a transcrição foi conduzida como trabalho de escuta reiterada, e não como simples conversão do dito em documento.

2.5 Procedimento teórico-metodológico de análise

A análise do material empírico adota como procedimento teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha francesa, na tradição desenvolvida e difundida no Brasil por Orlandi, por sua aderência ao problema e ao objeto desta pesquisa. Trata-se de um modo de análise que permite compreender como os sentidos se produzem sob condições históricas e sociais determinadas, deslocando a leitura do discurso como simples conjunto de frases para tomá-lo como materialidade atravessada por memória, ideologia e posições em jogo (ORLANDI, 2005). Nessa perspectiva, a significação se organiza no entremeio do social, do contexto e das condições de produção, de modo que o discurso se constitui sempre em relação, e não como expressão transparente de uma interioridade (ORLANDI, 2005, p. 157). Por isso, o gesto analítico não se limita ao conteúdo do dito, mas interroga como certos dizeres se tornam possíveis, como circulam, como se estabilizam e como se fraturam em contextos específicos, considerando que há disputa pelo dizível e pelo reconhecível.

Para sustentar esse gesto no corpo do material, a interpretação se estrutura em três eixos articulados aos objetivos específicos da pesquisa, mapear circuitos urbanos e modos de ocupação, interpretar sentidos atribuídos aos territórios afetivos a partir das experiências dissidentes e analisar táticas cotidianas de negociação de visibilidade, segurança e afeto. Em cada eixo, o texto trabalha com recortes narrativos organizados em blocos, seguidos de interpretação e de articulação com o referencial teórico, preservando a densidade do dito e evitando que a teoria substitua a passagem narrada. A análise assume um movimento de aproximação no qual os conceitos operam como instrumentos de leitura e não como molduras que encerram o sentido, permitindo acompanhar como o cotidiano é narrado, sentido e administrado em suas ambivalências.

Esse modo de organizar a leitura implica reconhecer que o sujeito pode supor controlar o que diz, mas não dispõe do domínio sobre o modo como os sentidos se constituem, pois eles se tecem na memória discursiva e nas formações ideológicas que atravessam cada enunciação (ORLANDI, 2005, p. 32; p. 43-47). Nesse movimento, dizer e silenciar deixam de ser apenas alternativas comunicativas e passam a operar como práticas de significação, atravessadas por relações de poder e por lutas em torno de dispositivos identitários (GREGOLIN, 2008, p. 17). É por isso que o gesto analítico se aproxima do texto narrado como quem se aproxima de uma cena, atento ao que se oferece em palavra e ao que fica em suspensão, aos recuos, às hesitações e ao indizível que

contorna a fala, não como falta a ser preenchida, mas como parte do modo como o sentido se produz em situação (RODRIGUES; MELO, 2020).

Operacionalmente, o trabalho analítico se desenvolveu em movimentos sucessivos e complementares. Inicialmente, as entrevistas transcritas foram submetidas a leituras reiteradas, orientadas por atenção ao modo de dizer, aos encadeamentos narrativos e às cenas recorrentes que emergiam na relação entre cidade, escola e universidade. Em seguida, procedeu-se ao mapeamento de recorrências, tensões e deslocamentos no conjunto do corpus, identificando passagens em que se condensavam disputas de sentido, modos de nomeação de si e do território, bem como marcas de afetação e de risco. A partir desse mapeamento, foram selecionadas sequências discursivas para recorte e interpretação, entendidas como trechos nos quais se intensificam efeitos de sentido relevantes para a pergunta de pesquisa. Esses recortes foram lidos em relação às condições de produção das falas, considerando a entrevista como enunciação situada e as posições assumidas na cena, bem como a trama cidade-escola-universidade como espaço-tempo atravessado por normas, táticas e regimes de visibilidade.

No recorte narrativo, entraram pausas, silêncios, hesitações e mudanças de tom, não como detalhe suplementar, mas como pistas de produção de sentido que se articulam à materialidade discursiva. Desse modo, cada passagem não foi tomada como episódio isolado, mas como condensação de relações, normas e táticas que atravessam o cotidiano e comparecem na linguagem, nos ritmos do relato, nas ênfases e nas escolhas de nomeação. Esse procedimento dialoga com o gesto metodológico de habitar, entendido como permanência com o texto e com o território narrado, sustentando uma leitura paciente, capaz de acompanhar recorrências e deslocamentos sem reduzir a experiência a uma explicação única.

Como critérios de rigor, a leitura considerou a recorrência e a variação interna do corpus, a coerência com o campo teórico-metodológico e o rastro das decisões analíticas, explicitando por que certos recortes foram eleitos e como se vinculam aos eixos propostos. Adotou-se ainda o cotejamento interno entre participantes, passagens e condições de produção, de modo a sustentar consistência interpretativa por contraste e variação, reconhecendo convergências, diferenças e pontos de tensão entre narrativas. Assim, a análise se fortalece não por buscar confirmação única, mas por testar seus achados no atrito entre vozes, percursos e modos de habitar a cidade-escola-universidade, onde o sentido pode se estabilizar por instantes e, em seguida, voltar a se mover.

2.6 Ética e implicação do pesquisador

“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível”. (FOUCAULT, 2011, p.5)

Se, com Foucault (2011), há um desejo de não tomar a palavra como posse, mas de deixar-se envolver por ela, então o rigor desta pesquisa começa por uma disposição de abertura e de responsabilidade diante do que é dito. À luz da implicação assumida, esta seção explicita como esses princípios se materializaram no trabalho de campo e no tratamento do corpus, em decisões concretas de aproximação, condução das entrevistas, preservação do anonimato e cuidado na escrita, de modo a sustentar precisão sem reduzir o encontro a procedimento nem converter a palavra do outro em objeto.

Nessa implicação, o lugar do pesquisador deixa de ser ponto neutro e se revela como corpo situado. Implicação não se confunde com confissão intimista, configura-se como condição epistêmica que explicita o chão de onde se fala e os filtros com que se interpreta. Como lembra Certeau, nenhum espaço, “nem legendário ou ritual, pode instalar-se na certeza da neutralidade” (CERTEAU, 2014, p. 81), e isso vale também para o espaço da pesquisa. Os outros estão em nós, “encarnados, pelos diálogos travados com textos, pelas conversas tidas com praticantes dos cotidianos, para permitir que o virtual se atualize e se mostre” (ALVES, 2010, p. 1200).

Assumir a implicação do pesquisador como condição epistêmica e ética não significa produzir equivalências fáceis entre trajetórias nem converter a análise em relato pessoal. Em diálogo com a epistemologia das práticas e com o pesquisar com os cotidianos, reconhece-se que o pesquisador não está fora da trama que investiga, mas inserido nela, implicado nos modos como lê, recorta e escreve. Nesse sentido, Ferraço afirma de modo direto que “eu faço parte desse cotidiano que eu penso; eu também sou esse cotidiano...” (FERRAÇO, 2003, p. 160). Entretanto, essa escolha exige um cuidado metodológico adicional, porque escutar e interpretar narrativas sobre masculinidades em dissidência convoca ressonâncias que não se deixam suspender por decreto e, por isso, demandam reflexividade e rigor no retorno ao material.

Esse cuidado inclui tratar as afetações emergentes do encontro com o campo como parte do método e não como ruído. Elas não são um excesso a ser varrido para fora da análise, mas um indicador de que algo, no encontro, produziu deslocamento e exige

atenção ao modo como se lê, recorta e interpreta. Contribui, aqui, a formulação que Romero e Zamora faz:

[...] é importante perceber que o pesquisador também está sempre agenciado na produção de conhecimento acerca de seu objeto de estudo, de si e do mundo, instâncias inseparáveis. Trata-se de construir um ethos de pesquisa em que as afetações emergentes, como efeito do encontro entre o pesquisador e o campo, são fontes de conhecimento. (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 454).

Essa compreensão orientou uma atenção cuidadosa ao risco de captura por identificação. Minha história também é atravessada por Feira de Santana e por uma masculinidade em dissidência, com memórias de regulações, constrangimentos e violências, mas também de invenções miúdas, ajustes de horário, rota e modo de aparecer, formas de permanecer quando o mundo estreitava. Algumas passagens narradas pelos participantes produziram ressonâncias imediatas, como quando a biblioteca é enunciada como lugar de permanência e de formação, ou quando a voz aparece como marca sensível que incide na inteligibilidade do corpo. Essas ressonâncias pedem ainda mais cuidado com o modo de ler. Elas não funcionam como atalho interpretativo, tornam-se responsabilidade, pois exigem distinguir aproximação de equivalência e manter a análise ancorada no texto narrado, nas condições de enunciação e nos efeitos de sentido que emergem da materialidade da fala.

A ética da escrita, nesse registro, busca acompanhar o que os jovens fazem com a norma e o que a norma tenta fazer com eles, preservando a ambivalência das passagens. Nessa direção, o outro não é reduzido à condição de fonte, pois “o outro é um participante da pesquisa, não um informante” (ESTEBAN, 2003, p. 206), e a análise reconhece estatuto de autoria e protagonismo dos sujeitos na produção de conhecimento. O compromisso é sustentar uma interpretação que não reduza a experiência ao dano, mas também não transforme invenções cotidianas em heroísmo, reconhecendo custos, riscos e brechas tal como aparecem no interior do circuito cidade-escola-universidade. Com esse chão ético, o referencial teórico pode operar adiante como instrumento de leitura, sem substituir a passagem narrada nem apagar a singularidade do vivido.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo organiza o referencial teórico como um conjunto de lentes que não pretendem “explicar” previamente as narrativas, mas tornar legível a complexidade do cotidiano em que elas se produzem. O gesto é simples e exigente: compreender masculinidades juvenis em dissidência implica recusar tanto uma leitura psicologizante do sujeito quanto uma leitura abstrata do social e sustentar atenção ao que se passa nas práticas, nos espaços e nos afetos que atravessam a vida comum. Por isso, o percurso não parte de categorias prontas para “aplicar” aos participantes; parte do cotidiano como fio primeiro da tessitura, tomando cidade e escola como condições de experiência e tratando as narrativas como pensamento em ato, onde corpo, território e linguagem se enredam. O referencial, assim, não funciona como ante-sala neutra da análise, mas como campo de construção de um instrumento de leitura, capaz de acompanhar as cenas em sua espessura e em sua ambivalência.

Em um estado da arte situado, este trabalho se inscreve na confluência de tradições que vêm tensionando, nas últimas décadas, o modo de pesquisar educação, território e gênero. De um lado, os estudos dos cotidianos e as epistemologias das práticas deslocam o olhar do “grande evento” para a micrologia da vida social, permitindo ler escola e cidade não como cenários, mas como regimes em disputa, feitos de regras, usos, desvios e invenções. De outro, o campo que articula espaço, cidade e território insiste que a experiência educativa não se reduz ao interior da instituição, pois ela circula em terminais, ruas, bairros, praças e corredores, onde se aprendem códigos de presença, suspeição e pertencimento. Em diálogo com isso, os estudos de gênero, sexualidade e dissidências, incluindo o debate interseccional, ajudam a compreender como masculinidades se produzem em atos e em enquadramentos de reconhecimento, sempre atravessadas por raça, classe, geração e território, em combinações que redefinem risco, proteção e inteligibilidade. Por fim, a perspectiva das táticas do cotidiano e das micropolíticas do existir adensa essa leitura ao mostrar que a disputa não acontece apenas nas regras e nas representações, mas também no plano sensível em que a norma captura, a vida calcula custos e a invenção abre brechas para sustentar presença.

É a partir dessa confluência que o capítulo se organiza em quatro movimentos encadeados. No primeiro, a epistemologia das práticas sustenta o cotidiano como matéria de conhecimento e como método, oferecendo uma forma de ler o social a partir do que se faz e do que se suporta. No segundo, cidade, espaço e território são tratados como

condições de experiência educativa, isto é, como aquilo que forma e deforma possibilidades de circulação, permanência e futuro. No terceiro, o foco se volta às masculinidades em dissidência, às juventudes e aos marcadores de diferença, situando como gênero, abjeção e interseccionalidade operam na produção de reconhecimento e precariedade. No quarto, táticas do cotidiano e micropolíticas do existir entram como operadores decisivos para ler, nas narrativas, tanto as estratégias que ordenam quanto as invenções que insistem, evitando romantizações e cinismos.

Com essa arquitetura, o referencial teórico cumpre uma função dupla, delimita um campo conceitual e, ao mesmo tempo, prepara um modo de escuta. Em vez de fechar o sentido, ele abre condições para que as narrativas sejam acompanhadas como cartografias afeto-territoriais, onde práticas e afetos se entrelaçam, e onde as masculinidades juvenis em dissidência aparecem não apenas como “efeitos” de um contexto, mas como modos situados de ler o mundo e de negociar o possível. É nessa direção que as subseções se encadeiam, formando um percurso que sustenta o passo seguinte do texto com descrição, como quem se aproxima dos trajetos singulares sem antecipar conclusões e deixa que a densidade das cenas faça aparecer, por dentro, o modo como esses mundos se compõem.

3.1 Epistemologia das práticas: o cotidiano como fio primeiro da tessitura

Há um tipo de saber que não se deixa captar quando olhamos a cidade, a escola e a universidade de longe, como quem lê um mapa já pronto. Ele aparece no nível do chão, no miúdo do cotidiano, naquilo que os corpos fazem para atravessar o tempo, caber nos espaços, sustentar presença. Para ler e escrever esse saber que emerge do ordinário, “é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto” (CERTEAU, 2014, p. 35). Reaprender essas operações orienta esta tessitura teórica, não como retorno ao simples, mas como recusa da distância confortável. Trata-se de desaprender a vigilância de cima e aproximar-se do gesto, do uso e do desvio, procurando linguagem para o que se fabrica no ordinário e para o que nele insiste, mesmo quando não cabe nos enquadramentos habituais (FERRAÇO, 2023).

Fazer do cotidiano a chave analítica significa tomar o vivido não como cenário ilustrativo, mas como lugar de irrupção de saberes e de micropolíticas que atravessam a educação. Ferraço (2023, p. 5) descreve esse modo de pesquisar:

[...] tornamo-nos amantes do acaso, fascinados pela vida cotidiana com suas linhas molares, moleculares e de fuga, com seus fluxos e suas formas, com suas experimentações, suas sutilezas, intimidades e acasos fazendo, de cada pesquisa, uma aventura do inusitado. (FERRAÇO, 2023, p. 5)

Tomar o cotidiano nesses termos supõe aceitar que o imprevisível não é um desvio a ser contido, mas parte constitutiva do próprio processo de conhecer. Reaprender as operações comuns é também reaprender o que se entende por olhar, deslocando-o de uma vigilância distante para uma disponibilidade que se deixa afetar pelo que não estava previsto. Ferraço, Soares e Alves (2018, p. 12) nomeiam esse encontro com o que escapa às expectativas como abertura à “alteridade radical”, isto é, à presença de um outro que não cabe nos códigos já estabelecidos e que exige da pesquisa mais escuta do que enquadramento. Nas narrativas que compõem este estudo, essa alteridade se anuncia nos cortes narrativos, nas escolhas de caminho, nas hesitações que obrigam o pesquisador a rever as próprias perguntas. É nesse chão, feito de acaso, surpresa e deslocamento, que se torna possível pensar um conhecimento fabricado nas práticas, em vez de simplesmente aplicado sobre elas.

3.1.1 Artes de fazer, saber prático e leitura do cotidiano

Entre as muitas maneiras de aproximar-se do cotidiano, esta pesquisa se ancora naquilo que, em diálogo com Certeau, pode ser nomeado de *epistemologia das práticas*⁶. Não se trata de criar um novo rótulo, mas de deslocar, com cuidado, o lugar de onde se pensa. Em vez de partir de modelos que antecedem o vivido, interessa seguir os modos como as pessoas fazem, usam, contam e recontam aquilo que fazem. Em Certeau (2014), a atenção se desloca dos produtos acabados para os modos de uso, das representações fixas para as operações que as atravessam. É nesse movimento que Ferraço, Soares e Alves (2018, p. 46–47) identificam a abertura de outro regime de conhecimento. Para este trabalho, essa escolha se traduz em um compromisso analítico de ler as narrativas dos jovens como lugares onde se ensaiam teorizações sobre corpo, espaço e poder, acompanhando as operações finas que as compõem, em vez de encaixá-las em categorias exteriores à vida vivida.

⁶ Em Certeau, o foco recai sobre a operação, interessa menos o que o espaço “é” e mais o que se faz nele. É no uso que a prescrição é reempregada, o dado é reinventado e sentidos se produzem no ato, orientando caminhos, horários e lugares e fabricando inteligibilidade para existir e permanecer (CERTEAU, 2014, p. 163).

Assumida com rigor, essa filiação desloca o trabalho do conhecimento para o plano do uso, do desvio e da invenção cotidiana. Em Certeau (2014), as “maneiras de fazer” ou “artes de fazer” aparecem nesses gestos que reempregam e reinventam o dado, convertendo-o em produção no ato (CERTEAU, 2014, p. 35). Não é a *cultura em si*⁷ que conduz a análise, mas as torções pelas quais os *praticantes*⁸ refazem o que lhes é oferecido.

O cotidiano ganha força metodológica quando a teoria se deixa provocar por esses movimentos e reconhece que o corpo, ao operar o espaço, o traduz em hábito, atalho e proteção. Nesse horizonte, são as práticas do espaço que tecem condições de vida e de aprendizagem. É nelas que esta pesquisa localiza parte de sua inteligibilidade, nos ajustes de horários, na escolha de rotas e na eleição de refúgios como formas discretas e eficazes de criação no comum.

Falar em cotidianos, no plural, acompanha esse movimento. O plural recusa a imagem homogênea de um fundo invariável e acolhe a heterogeneidade das tramas que vinculam sujeitos em devir, práticas e sentidos na produção de conhecimentos, valores e existência (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2018, p. 90). Nas narrativas reunidas, um mesmo campus se desenha como uma cartografia desigual. Para alguns, ele se oferece como zona de respiro; para outros, como zona de vigilância. Uma rua aparece como contorno necessário para um; um corredor pode ser percebido como neutro por outro. O plural não é ornamento, é método. “A multiplicidade é inerente ao campo” (OLIVEIRA; PEIXOTO; SÜSSEKIND, 2019, p. 17), e impede que uma figura única de cotidiano engula variações que orientam trajetos, sociabilidades e pertencimentos.

A atenção às práticas, em Certeau, não implica um retorno ao indivíduo como unidade última da análise. O que está em questão não é um atomismo social que toma o sujeito como ponto de partida estável, mas a relação que o atravessa. Como lembra o autor, “a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU, 1994, p. 37). Interessa menos a figura isolada de sujeito e mais o emaranhado de modos de operação,

⁷ A expressão “cultura em si” é usada aqui de modo crítico. Não tomamos “cultura” como essência explicativa, mas como campo de operações situadas em que praticantes reempregam normas, produtos e lugares, reconfigurando-os no uso (CERTEAU, 2014).

⁸ *Praticantes* é usado no sentido certeuniano, isto é, sujeitos apreendidos em seus modos de operar no cotidiano, cuja agência se lê nos usos que desviam e reempregam o dado (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2018, p. 92; p. 95). No campo educacional, Oliveira (2012) propõe “praticantespensantes” para salientar o enredamento entre conhecer e agir nos processos cotidianos.

redes, arranjos e desvios tecidos entre corpos, tempos e lugares. É nesse entremeio que os cotidianos desta pesquisa se deixam ler.

Tomar a sério essa “pluralidade incoerente” é especialmente potente quando o foco recai sobre masculinidades em dissidência. Não se trata de buscar uma identidade coerente que explique o jovem por inteiro, mas de acompanhar como marcas, pertenças, vulnerabilidades e estratégias se combinam de modo por vezes friccionado, por vezes contraditório. As narrativas mostram homens trans e homens cis em dissidência que negociam pertenças familiares, deslocamentos pela cidade-escola-universidade, vínculos com a escola e experiências de gênero sem que isso se organize em um retrato compacto. São essas zonas de não encaixe que dinamizam as práticas, fazendo surgir táticas, hesitações, invenções de rotas e modos de aparecer. Em vez de um ruído a ser eliminado, a incoerência se torna aqui um princípio de leitura e uma condição para perceber como se produz, no cotidiano, uma política miúda de sobrevivência e de criação.

Quando a atenção se volta para esse jogo de práticas e relações, é em Michel de Certeau, especialmente em *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (2014), que esse modo de ver encontra sua dobra operativa ao deslocar o foco das estruturas para as operações dos praticantes. Ao distinguir o uso prescrito do que efetivamente se faz, Certeau evidencia uma criatividade silenciosa que reordena o possível (CERTEAU, 2014, p. 43–44). Dobra-se a regra, redesenha-se o horário, muda-se o caminho, desloca-se a função de um lugar para que o corpo caiba.

No campo educacional brasileiro, esse diálogo se adensa no que vem sendo nomeado Estudos dos cotidianos. Trata-se de uma tradição que desloca a pesquisa do modelo centrado em prescrição e avaliação para a descrição analítica das práticas ordinárias, tomando a escola e seus entornos como redes educativas em funcionamento. Nessa chave, o conhecimento não é buscado apenas nas normas e nos currículos oficiais, mas nas artes de dizer-fazer que organizam a vida escolar e urbana, nos usos, desvios e invenções com que praticantes produzem sentido e sustentam presença (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2018; OLIVEIRA; PEIXOTO; SÜSSEKIND, 2019). As entrevistas desta pesquisa dão corpo a essa formulação. Evitar certos espaços onde o olhar pesa, preferir a biblioteca onde a presença é menos interpelada e escolher momentos que reduzem a exposição não são hábitos fortuitos, mas modos de pensar o espaço com o corpo.

3.1.2 Tempos do cotidiano, artes da ocasião

Desse aprendizado decorre outro. O cotidiano não corre apenas no relógio oficial. Ele pulsa em tempos desiguais, em esperas e adiantamentos, em atalhos e ritmos de exposição. Certeau lembra que as artes de fazer são também artes do tempo. Elas alteram sequências, inventam intervalos e reencenam usos, de modo que a temporalização torna possível articular uma certa ordem ao que, de outro modo, apareceria como heterogêneo e disperso (CERTEAU, 2002, p. 95; CERTEAU, 2014). Nas narrativas desta pesquisa, isso se torna visível quando se escolhe um horário menos vigiado para circular no campus, quando o trajeto urbano é fracionado em trechos seguros e trechos negociados e quando se criam paradas de respiro que reorientam o curso do dia. Teorizar o cotidiano é, portanto, teorizar temporalidades. Significa reconhecer que a epistemologia das práticas não se faz apenas no espaço, mas também nos modos como se distribuem e se encadeiam os tempos em que é possível aparecer, falar, atravessar e recuar.

Essa atenção ao tempo aproxima as artes de fazer de uma compreensão mais espessa da ocasião. Se o tempo cronológico tende a transformar os sujeitos em espectadores de um fluxo que escapa, interessa aqui aquilo que Agamben lê como tempo oportuno, o *kairós* em que uma decisão mínima recolhe a chance favorável e redesenha o campo de possibilidades (AGAMBEN, 2005; 2016). Nas cenas recolhidas, esse tempo operativo aparece quando um jovem adia a travessia de uma rua à espera de um movimento menos hostil, quando antecipa a chegada ao campus para diluir a visibilidade e quando encontra, em certo turno, ou em certo corredor, a ocasião menos custosa para existir. Não se trata de um tempo abstrato, mas do tempo que se opera na prática, o único tempo real com que se negocia permanência. Ao reconhecer essas escolhas como operações temporais, e não como coincidências, a epistemologia das práticas ganha espessura. O cotidiano revela-se como trama de tempos cruzados em que aprendizagem e sobrevivência andam juntas, sustentadas por uma delicada arte de acertar o momento.

É nesse regime de operações, em que espaço e tempo são continuamente trabalhados, que as juventudes podem ser compreendidas como *praticantespensantes*, não como “fase” a ser descrita, mas como produção situada de sentidos, rotinas e táticas. Nas narrativas desta pesquisa, os jovens não apenas sofrem regulações de gênero e sexualidade. Eles comentam, contornam, ironizam e reaproveitam nos usos que fazem da escola e da cidade-escola-universidade, ajustando horários, escolhendo lugares de respiro e reordenando a própria visibilidade.

Acompanhar esses usos permite ler masculinidades em dissidência como composições práticas, em que códigos hegemônicos são retomados com ironia, deslocados em gestos de cuidado e misturados a estéticas consideradas femininas, sem que se abandone o nome de homem (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2017, p. 14). Com esse fundo, as narrativas de homens trans e de homens cis em dissidência deixam de caber em um repertório de danos e passam a formular teoria situada sobre corpo, espaço e poder, expondo, na tessitura dos percursos, aquilo que Pais chama de “fonte de revelação do social” (PAIS, 2013, p. 111). É nessa dobra entre gesto e lugar que se desenha o movimento seguinte do capítulo, em que cidade, espaço e território aparecem como condições de experiência educativa e como superfícies nas quais as táticas ganham forma e deixam rastros.

3.2 Cidade, espaço e território como condições de experiência educativa

Nesta pesquisa, cidade, espaço e território não entram como pano de fundo, mas como condições que tornam certas experiências possíveis e outras mais custosas. Tomar o cotidiano como chave epistêmica implica acompanhar onde ele se adensa, onde ele se torna corpo, por quais caminhos circula e que contornos espaciais desenha, sem supor que a vida se distribua em compartimentos fixos e estanques.

Cidade, escola e universidade deixam de aparecer como cenários separados e passam a ser pensadas como planos que se atravessam, em que o dentro nunca é inteiramente interior e o fora nunca é plenamente exterior (RIOS, 2012). É nessa dobra que Nilda Alves (2010, p. 1197) propõe a figura do *dentrofora*, pontua a autora que os muros escolares são construções imaginárias, e supostas barreiras incapazes de interromper o fluxo de conhecimentos e significações encarnados nos sujeitos. O que se aprende na rua, na casa, nas redes digitais e em tantas outras redes educativas atravessa os portões e habita salas, corredores e pátios. Ao mesmo tempo, aquilo que se vive na escola e na universidade transborda para o bairro, para o transporte público e para os circuitos de sociabilidade.

Pensar cidade, espaço e território nesta pesquisa implica, portanto, reconhecer essa circulação. É nesse intervalo vivo, entre o que se chama dentro e o que se nomeia fora, que as experiências de masculinidades em dissidência se tecem na trama cidade-escola-universidade e se tornam narráveis.

3.2.1 *Dentrofora*: escola, cidade e redes educativas

Historicamente, o pensamento moderno insistiu em separar o mundo em pares opostos, dentro e fora, público e privado, escola e rua, como se cada campo pudesse ser isolado em fronteiras nítidas e autossuficientes. Certeau (2014) desestabiliza esse desenho quando desloca o olhar das grandes arquiteturas para as práticas discretas que, no correr do cotidiano, atravessam limites e os corroem por dentro. O estudante que sai da aula com um enunciado trabalhado em sala e o reinscreve na conversa do ônibus, o jovem que entra no campus ainda marcado pelos olhares da vizinhança, o corpo que carrega no corredor universitário gestos aprendidos em casa e nas redes digitais, tudo isso indica que a separação rígida entre um interior protegido e um exterior ameaçador nunca se realiza plenamente. As linhas que pretendem ordenar o espaço funcionam mais como ficções reguladoras do que como paredes consistentes, enquanto os usos cotidianos desobedecem silenciosamente à cartografia oficial e fazem vacilar a promessa de compartimentos bem delimitados.

Essa tensão não se resolve, ela é o próprio campo onde o urbano se torna apropriável. Dosse lembra que é a tensão entre fora e dentro que torna possíveis modos de apropriação da cidade, pois é nesse entrechoque que se reinventam caminhos e usos do urbano (DOSSE, 2013, p. 93). Certeau, por sua vez, explicita seu interesse em acompanhar “procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem fora do campo em que ela se exerce”, vendo neles a possibilidade de uma teoria das práticas cotidianas, do “espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (CERTEAU, 2014, p. 163). É nesse intervalo tenso, em que se escapa sem sair, que os itinerários narrados pelos jovens desta pesquisa se tornam legíveis. O desvio de uma rua, a escolha de um portão, o uso reiterado de um mesmo corredor universitário aparece como modos de habitar o *dentrofora*, fazendo do atrito entre interior e exterior um campo de criação e sobrevivência.

Nilda Alves aprofunda essa relação desafiadora ao afirmar que vivemos todos *dentrofora* das escolas, imagem que desloca a ideia de muros como barreiras estanques e os recoloca como construções imaginárias que tentam, sem sucesso, conter o fluxo de conhecimentos e significações encarnados nos sujeitos (ALVES, 2010, p. 1197). O termo *dentrofora* não é apenas um jogo gráfico. Ele opera como crítica a uma ciência acostumada a separar campos em compartimentos supostamente puros, como se fosse possível estudar a escola sem a rua que a infiltra, ou a cidade sem a marca das instituições

que a atravessam. Na esteira dos Estudos do cotidiano, essa noção afirma que o que é *aprendidoensinado* nas múltiplas redes de que participamos atravessa os contextos porque está inscrito em corpos que se deslocam, se afetam e se narram. No caso desta pesquisa, isso significa admitir que os jovens não chegam à escola ou à universidade como folhas em branco, mas com o bairro no corpo, com experiências de trabalho e com marcas de sociabilidades. Significa também reconhecer que não saem intactos, levando consigo modos de ver, de falar e de habitar a cidade-escola-universidade reconfigurados pelo encontro com esses espaços educativos.

Nessa paisagem em que já não cabe falar em um dentro puro e um fora puro, torna-se necessário reconhecer a multiplicidade de redes educativas que compõem o cotidiano desses jovens. Casa, bairro, igrejas e terreiros, bares e praças, coletivos culturais, espaços LGBTQIAPN+, redes sociais digitais e grupos de mensagem participam da fabricação de saberes, valores e modos de existir. Alves lembra que o que circula nessas redes não permanece do lado de fora dos portões, pois “conhecimentos e significações são encarnados em nós nas ações que desenvolvemos nos contextos cotidianos” (ALVES, 2010, p. 1197). Nas narrativas desta pesquisa, os deslocamentos entre casa, campus, trabalho, postos de saúde e pontos de encontro na cidade de Feira de Santana compõem um circuito difuso, tecido no ir e vir do cotidiano. As escolhas de percurso, as paradas estratégicas, os lugares em que se pode aparecer com menor custo e aqueles em que o corpo precisa se recolher dizem tanto da cidade quanto da escola, e mostram que a formação não se limita ao que se passa em sala de aula. Ela se distribui por uma rede densa de espaços em que se aprende a existir em dissidência.

3.2.2 Percorrer a cidade-escola-universidade: lugar, espaço e relatos de percurso

Quando o cotidiano é acompanhado pelo fio dos deslocamentos, muda também a forma de ler a cidade-escola-universidade. O caminho deixa de ser o meio e passa a operar como produção, pois é caminhando que se fabrica um espaço praticado, e é narrando o percurso que se reorganizam presenças, riscos e pertencimentos. Nessa dobra entre caminhar e dizer, lugar e espaço se distinguem no gesto, e os relatos fazem aparecer a cidade que efetivamente existe para os jovens.

Não se trata apenas de circulação física, mas de um entrelaçamento de posições, regras, afetos e memórias que se reconfiguram mutuamente. A imagem de muros e limites, quando tomada como moldura privilegiada, empobrece o movimento e deixa na

sombra aquilo que se produz nos usos. Daí a necessidade de conceitos que acompanhem os deslocamentos sem fixá-los. É nesse ponto que Michel de Certeau se torna decisivo, pois sua distinção entre lugar e espaço, somada à atenção às caminhadas e aos relatos, oferece linguagem para ler como os caminhos narrados pelos jovens produzem, no gesto, a cidade-escola-universidade que existe para eles.

Em Certeau, lugar remete a uma ordem de posições e ao modo como o mundo é disposto em quadros relativamente estáveis, como plantas da cidade, mapas do campus, grades de horário e regulamentos que distribuem funções e trajetos. Não por acaso, “um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições”, o que implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2014, p. 184). Espaço, em contraste, é lugar posto em movimento, “lugar praticado” por corpos que caminham, desviam, param, atravessam e inventam, de modo que “um movimento condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história” (CERTEAU, 2014, p. 185).

Dosse lembra que, apoiado na tradição fenomenológica de Merleau-Ponty, Certeau distingue um espaço geométrico de um espaço antropológico, em que “a noção de espaço remete a uma relação singular no mundo” e à dimensão existencial de um lugar habitado (DOSSE, 2013, p. 88). Com isso, o espaço deixa de ser apenas forma ou extensão e passa a ser relação vivida, uma matéria em movimento, cuja vitalidade se reconhece nos gestos que a atravessam e a refazem. A cidade planejada, com fluxos previstos e zonas definidas, não coincide com a cidade vivida, feita de curvas, atalhos afetivos e interrupções que escapam à planta. As narrativas dos jovens tornam legível como o uso cotidiano dos caminhos desenha outros espaços possíveis no interior da mesma superfície, fazendo aparecer uma geografia marcada por custos, respiros e pequenas invenções de continuidade.

Se o espaço é lugar praticado, são as caminhadas que o fazem existir como tal. Certeau aproxima o ato de caminhar do ato de dizer, a ponto de afirmar que “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos” (CERTEAU, 2014, p. 164). Cada percurso funciona como frase que enuncia a cidade e, ao mesmo tempo, a modifica. Caminhar é escolher por onde passar e por onde não passar, quanto tempo permanecer e com quem dividir o trajeto. Nessa direção, Dosse, ao comentar o trabalho de Augoyard, lembra que o estudo das caminhadas cotidianas revela “muito mais movimento criador, de configuração e de tensão dinâmica no mais simples momento do habitar que no processo mesmo que produz a construção contemporânea” (AUGOYARD, apud DOSSE, 2013, p. 91).

Nas experiências reunidas nesta pesquisa, mudanças de trajeto para evitar olhares insistentes, preferência por certos corredores do campus e escolhas de horários de menor exposição pode ser lidas como enunciações que desenham espaços mais habitáveis para masculinidades em dissidência. Não são apenas decisões funcionais. São modos de gerir visibilidade, reduzir atritos, produzir respiros e, quando possível, sustentar uma presença menos custosa no circuito cidade-escola-universidade. Ao insistir em certos caminhos e recusar outros, o corpo faz uma leitura fina do ambiente e devolve essa leitura em forma de uso, como quem regula distância, velocidade e companhia para tornar o deslocamento viável. Cidade, escola e universidade se deixam escrever por essas caminhadas, e é nesse escrever com o corpo que o espaço se torna inteligível. O caminho, porém, não fica apenas no passo. Ele pede narração quando se transforma em memória partilhável, em aviso, em orientação e em mapa vivido.

Não se anda no vazio. “Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio” (CERTEAU, 2014, p. 170). Essa falta não é um vazio abstrato, é a procura concreta de um modo habitável de estar no mundo, na qual cada passo negocia distância, ritmo, companhia, grau de exposição e possibilidade e (re)invenções. Nessa direção, Dosse, ao comentar o trabalho de Augoyard, lembra que o estudo das caminhadas cotidianas revela “muito mais movimento criador, de configuração e de tensão dinâmica no mais simples momento do habitar que no processo mesmo que produz a construção contemporânea” (AUGOYARD, apud DOSSE, 2013, p. 91). O deslocamento faz bascular o espaço concebido para o espaço vivido, atravessando o desenho que pretende organizar o urbano e a instituição com operações discretas de quem o percorre. Nas narrativas desta pesquisa, mudanças de trajeto, escolhas de passagens e ajustes de horário deixam de ser decisões apenas funcionais e podem ser lidas como enunciações que redesenham o possível no circuito cidade-escola-universidade, reduzindo atritos e produzindo respiros para sustentar presença. E quando esse passo se torna memória partilhável, aviso, orientação, mapa vivido, o caminho deixa marcas na linguagem e começa a pedir narração.

Quando o passo começa a pedir narração, as caminhadas não produzem apenas espaços, produzem também relatos de espaço. Contar um caminho, dizer por onde se passa e por onde já não se pode passar, lembrar o atalho que virou hábito ou a esquina que passou a ser evitada realiza um trabalho fino de ordenação que rearranja lugares em sequência e lhes dá espessura. Certeau observa que “as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais” e que, por meio de “uma panóplia de códigos”, acabam por regular

mudanças de espaço efetuadas pelos relatos, sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçadas (CERTEAU, 2014, p. 182). O percurso contado não apenas descreve, ele seleciona, encadeia, dá ritmo, e nessa operação o espaço vivido se torna comunicável, circula, ensina, adverte, orienta. É nesse registro que Certeau propõe uma imagem precisa, na qual a narração aparece como transporte do cotidiano.

Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para a casa, toma-se uma ‘*metáfora*’, um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome. Todo dia, eles atravessam e organizam lugares, eles os selecionam e os reúnem num só conjunto, deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços. (CERTEAU, 2014, p. 182)

Tomadas em conjunto, essas imagens permitem reconhecer nos relatos algo que excede a descrição. Nas falas dos jovens, dizer que não se passa por determinada avenida porque ali o olhar pesa mais, ou que se prefere um portão específico porque o fluxo é mais anônimo, não é detalhe contingente. É o desenho minucioso de um mapa de visibilidade e risco, tecido com lembranças, medos e pequenas vitórias de permanência. Para Certeau, todo relato se liga às táticas cotidianas e constitui uma prática do espaço (CERTEAU, 1994, p. 200). Ler essas narrativas como práticas permite acompanhá-las não apenas pelo que enunciam, mas pelo que produzem, ao reorganizar percursos, tornar certas passagens possíveis e interditar outras, compondo inteligibilidades situadas sobre a cidade-escola-universidade.

Nessa trama, escola e universidade deixam de figurar como blocos isolados e aparecem como nós de um circuito de deslocamentos que atravessa bairros, terminais, ruas centrais, praças e pontos de encontro. O campus é, ao mesmo tempo, interior institucional e superfície porosa à cidade, atravessado por fluxos urbanos, memórias que chegam de outros lugares e expectativas que se projetam para além dos portões. As narrativas mostram que a experiência educativa se compõe no trânsito por uma sequência de pontos onde o corpo é lido, interpelado, acolhido ou constrangido, e onde cada passagem reorganiza o que se vive como seguro ou ameaçador. Postos de saúde, avenidas, calçadas, banheiros e bibliotecas se articulam a salas, corredores e pátios, fazendo do dentrofora uma condição concreta do cotidiano. Assim, a formação se adensa tanto nos tempos formalmente escolares quanto nos intervalos, percursos e bordas que os cercam e os atravessam.

3.2.3 Espaço como relações em movimento

Se caminhar e narrar reorganizam o possível, é porque o espaço não se oferece como totalidade passiva e estável. Ele se mostra como trama de relações em movimento, feita de encontros e desencontros entre corpos, normas, afetos e histórias que se cruzam na mesma rua ou no mesmo corredor sem se condensar em uma única experiência. Pensá-lo como relação aproxima este percurso das formulações de Doreen Massey. Em *Pelo espaço* (2008), a autora recusa a imagem do espaço como superfície imóvel e insiste em lê-lo como simultaneidade de histórias em relação. Lugares não funcionam como contêineres neutros de acontecimentos, mas como encontros provisórios de trajetórias que se cruzam, se tensionam e se transformam mutuamente (MASSEY, 2008). Cada rua, cada praça, cada campus pode ser lido como nó temporário de muitos fios que chegam de outros tempos e lugares e seguem adiante depois do encontro. Assim, o espaço se mantém como processo em curso, nunca cenário pronto e acabado (MASSEY, 2008).

Com Massey, o espaço ganha espessura como simultaneidade de histórias em relação, e não como superfície imóvel à espera de quem chega (MASSEY, 2008). Por isso atravessar a cidade nunca é apenas deslocar-se num cenário dado, mas fazer com que uma trajetória encontre a trajetória que é a própria cidade. Ao narrar uma viagem de Londres para Milton Keynes, a autora mostra que, no interior da multiplicidade de trajetórias que compõem um lugar, selecionam-se algumas com as quais interagir, e desse encontro “novas histórias emergirão, novas trajetórias serão postas em movimento” (MASSEY, 2008, p. 94). Essa ênfase no encontro de trajetórias ajuda a sustentar a leitura de que a mesma rua, o mesmo corredor, o mesmo campus não se oferecem do mesmo modo a todos.

Cada rua e cada campus condensam, por instantes, fios que chegam e seguem adiante. Por isso, aquilo que os jovens desta pesquisa nomeiam como rotina não é repetição inerte. É presentificação densa de percursos, afetos e conflitos que se entrecruzam na mesma superfície, produzindo modos distintos de habitar o mesmo lugar (MASSEY, 2008, p. 96). A regularidade do trajeto não apaga a diferença. Ela a revela, porque o mesmo caminho pode ser vivido como respiro ou como custo, conforme os encontros que se dão, os olhares que pesam e as condições que tornam uma presença mais ou menos possível.

Ao insistir que o espaço é produto de inter-relações e que sua condição própria é a multiplicidade, Massey recusa imagens homogêneas de lugar e o descreve como

“pluralidade de trajetórias, uma simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 33). Essa formulação não funciona como uma metáfora elegante. Ela obriga a reconhecer que o lugar se compõe por encontros provisórios, atravessados por assimetrias e por disputas de presença. Por isso, o espaço torna visível a copresença radical de múltiplos outros, humanos e não humanos, e convoca a perceber a implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade (MASSEY, 2008, p. 274). Trata-se, então, de um campo de justaposições e efeitos emergentes para os quais “não há garantias” (MASSEY, 2008, p. 99). Nas cenas desta pesquisa, essa multiplicidade se exprime como coexistência desigual de hospitalidade e ameaça, visibilidade e apagamento, exigindo uma escuta capaz de sustentar tensões sem reduzi-las a um único ponto de vista.

Pensar o espaço como relações em movimento implica perguntar quem se encontra com quem, sob quais condições e com que assimetrias. Gênero, sexualidade, raça, classe, geração e origem territorial não são atributos que se acrescentam a um cenário neutro. Desde o início, compõem o tecido mesmo do que se chama espaço. Como formula Massey, se o tempo se dá como mudança, o espaço se dá como interação e como esfera de produção contínua, onde a heterogeneidade se reconfigura (MASSEY, 2008, p. 97–98). Por isso, o espaço é atravessado por disputas, proximidades e hierarquias que não se distribuem de modo uniforme. As experiências de homens trans e de homens cis em dissidência tornam visível essa desigualdade. Há lugares em que determinados corpos podem demorar, rir alto e experimentar gestos sem serem interpelados, enquanto outros precisam atravessar rápido, calcular palavras e vigiar o próprio movimento. Há horários em que a mesma rua se torna mais ou menos habitável conforme códigos de masculinidade em circulação, práticas policiais intensificadas e a presença maior ou menor de grupos que olham, comentam e ameaçam. O espaço, assim, não é apenas encontro de trajetórias diversas. Ele é também o modo como marcadores da diferença organizam possibilidades desiguais de permanência e circulação.

Ao aproximar Massey e Certeau, o espaço deixa de ser pensado apenas como lugar praticado ou como simultaneidade de histórias e passa a ser compreendido como encontro entre práticas e relações. Nesse campo, caminhadas e narrativas escrevem a trama de forças que sustentam o cotidiano. As operações discretas de uso e desvio descritas por Certeau podem ser lidas como modos de intervir nessa copresença, abrindo brechas, criando atalhos e ajustando distâncias. Ao mesmo tempo, a noção masseiana de espaço sempre em construção impede romantizações, pois lembra que cada desvio se inscreve em redes mais amplas de relações, conflitos e desigualdades (MASSEY, 2008;

CERTEAU, 2014). A epistemologia das práticas ganha, assim, um contorno espacial mais denso. Ler as narrativas dos jovens passa a ser acompanhar como as práticas encarnadas se enredam em histórias já em curso e em histórias que se abrem, compondo uma cartografia viva da cidade-escola-universidade onde masculinidades em dissidência se forjam.

3.2.4 Território, pertença e *multiterritorialidade*

Se o espaço se mostrou como relação em movimento, atravessada por assimetrias, território nomeia a espessura dessas relações quando elas se ancoram em pertencimentos, controles e formas de abrigo. Pensar território, neste trabalho, significa ir além da imagem de um pedaço de chão delimitado por muros, leis ou mapas administrativos. Na leitura de Haesbaert (2007), o território se apresenta como trama em que apropriação e pertencimento se entrelaçam e em que a dimensão simbólica pesa tanto quanto a jurídica ou a econômica, de modo que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 2007, p. 38). Nele, funções e significados caminham juntos, pois “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 55). Assim, o território pode ser lido como campo de forças em que controle e proteção, abrigo e exclusão coexistem, orientando por dentro o que se pode sustentar como presença na cidade-escola-universidade.

Quando o território é compreendido como processo de apropriação e também de pertencimento, torna-se possível reconhecer que sujeitos raramente habitam um único território (HAESBAERT, 2010, p. 42). Em vez de resumir o presente à ideia de desterritorialização⁹, Haesbaert propõe a noção de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004; 2010) para nomear a experiência de quem se vê implicado, de forma simultânea, em vários territórios, intensificando processos “muito mais múltiplos, multiterritoriais” (HAESBAERT, 2010, p. 19). No caso desta pesquisa, essa discussão ganha espessura quando se considera que parte dos jovens não tem Feira de Santana como cidade de origem e constrói seu cotidiano entre lugares, vínculos e referências que não se apagam

⁹ Haesbaert observa que, diante de dinâmicas globais, costuma-se falar em desterritorialização como se estivéssemos simplesmente “perdendo” territórios (HAESBAERT, 2010, p. 20)

com a mudança. O deslocamento para estudar ou trabalhar pode parecer, numa leitura apressada, perda de território. Aqui, ele se deixa ler como sobreposição e intensificação de pertencas, em que se reordenam chãos, redes e formas de estar, sem caber na imagem de um sujeito sem lugar.

Nesse entrelaçamento de pertencas que não se apagam com a mudança, território não é apenas onde se pisa. Ele participa da fabricação do si, interfere no modo como alguém aprende a nomear o que sente, sustentar um gesto e imaginar futuro. Haesbaert indica que experiências de pertencimento, expulsão ou anonimato entram na composição do que se é, ou do que se pode ser, atravessadas por múltiplos poderes e por lutas que variam entre hegemonias e resistências cotidianas (HAESBAERT, 2010). Em chave convergente, Barroso afirma que a territorialização “constrói experiências cotidianas” e compõe um sentimento de pertença, pois “por meio dele que nós construímos no tempo e no espaço como sujeitos de nossas histórias” (BARROSO, 2018, p. 154). Nesse ponto, a pertença deixa de ser sentimento abstrato e passa a ganhar forma nas relações que sustentam, no cotidiano, a possibilidade de estar.

Com Koga, o território pode ser lido como chão do exercício da cidadania, onde relações de vizinhança, solidariedade e poder se concretizam no cotidiano (KOGA, 2014, p. 33). É nesse plano relacional que o sentimento de pertença se intensifica ou se rarefaz. Nas narrativas desta pesquisa, redes de amizade aparecem como um dos modos mais concretos de territorializar essa pertença, tornando certos lugares mais respirantes, produzindo pontos de apoio, inventando refúgios e reorganizando a circulação. Assim, pertença e mobilidade deixam de ser temas abstratos e passam a aparecer como efeitos situados dessas tramas de relação, nas quais o urbano se distribui por graus de acolhimento, custo e possibilidade. É nessa materialidade do vínculo, feita de presenças partilhadas e pequenas arquiteturas de apoio, que a cidade-escola-universidade se deixa ler como condição de experiência educativa em disputa.

3.3 Juventudes, masculinidades em dissidência e marcadores de diferença

Sustentar juventudes como categoria plural é afirmar que o cotidiano não oferece uma experiência única de ser jovem, e que a diferença não entra depois como adendo, ela organiza desde o início as possibilidades de presença, reconhecimento e futuro. É nesse plano que as juventudes se deixam ler como *praticantespensantes*, não porque carregam uma prerrogativa abstrata de “protagonismo”, mas porque produzem critérios e

interpretações em situação, fabricando leituras do mundo no próprio gesto. O que interessa aqui não é um retrato geracional, mas o modo como marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e território atravessam experiências juvenis e redistribuem custos e margens de legibilidade, sobretudo quando a masculinidade se torna campo de disputa.

Ao aproximar o foco das masculinidades, a análise se desloca do masculino como atributo para o masculino como regime, uma gramática normativa que distribui prestígio, inteligibilidade e hierarquias. Nesse regime, as hegemonias não se confundem com um modelo plenamente alcançável, mas funcionam como horizonte regulador, historicamente situado, atravessado por colonialidade, racializações e desigualdades, que produz referência e contraste. Masculinidades em dissidência aparecem, então, não como exterior absoluto da norma, mas como experiências processuais e situadas que negociam, reapropriam e reescrevem códigos no cotidiano, ora sob coerções e enquadramentos que tornam vidas mais precárias, ora abrindo recomposições possíveis. É nessa tensão entre norma, reconhecibilidade e invenção que este subcapítulo se instala, acompanhando como, em Feira de Santana e nos *espaçotempos* da cidade-escola-universidade, o que conta como ser homem é continuamente disputado e refeito. Quando essas leituras juvenis do mundo se cruzam com o imperativo de ‘ser homem’, a diferença deixa de ser apenas marca social e passa a incidir como regime de reconhecimento, custo e possibilidade.

3.3.1 Juventudes no *dentrofora*: existir e negociar

Falar em juventudes, no plural, neste trabalho implica recusar a imagem confortável de uma etapa homogênea, definida por critérios biológicos ou por calendários formais (PORTINARI; COUTINHO, 2006, p. 60–61). A juventude não aparece como intervalo neutro entre infância e adultez, mas como posição socialmente produzida, atravessada por classe, raça, gênero, território e acesso a direitos, na qual as passagens para a chamada vida adulta assumem contornos “de natureza cada vez mais labiríntica” (PAIS, 2006, p. 8). Por isso, o plural não funciona como ornamento. Ele recusa uma figura única de jovem e mantém à vista a diferença como condição do que pode ser vivido e pensado no cotidiano.

Essa recusa de uma juventude única ganha relevo quando se olha para uma cidade média do interior nordestino. A experiência juvenil aí não se confunde com a de grandes metrópoles, mas essa diferença não autoriza uma leitura hierárquica, como se o interior estivesse em atraso à espera da modernidade. Dayrell observa que o jovem se

constitui como “ator plural, produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos” (DAYRELL, 2007, p. 1114). Isso repercute nas formas de experimentar tempo, trabalho, estudo e circulação, compondo uma condição em que se aprende a medir riscos, buscar brechas e negociar pertencimentos. Longe de serem apenas destinatários de políticas ou objetos de intervenção, jovens interpretam o mundo, formulam leituras sobre a cidade, a escola e a universidade e elaboram respostas, por vezes discretas, às culturas prescritivas que “a sociedade lhe impõe” (PAIS, 2006, p. 7).

Esse deslocamento exige abandonar leituras prescritivas sobre juventudes e sustentar uma escuta capaz de acompanhar o que elas fazem com as normas que as cercam. É nesse sentido que Pais propõe “desvendar as sensibilidades performativas das culturas juvenis” que já não se reconhecem nas formas que a sociedade lhes impõe (PAIS, 2006, p. 13). Os estudos do cotidiano oferecem uma lente para essa leitura fina, porque tomam a experiência ordinária como lugar de pensamento e de criação, onde praticantes analisam e reinventam o vivido a partir de suas próprias experiências. Nessa chave, juventudes deixam de ocupar a posição de público-alvo e passam a ser reconhecidas como *praticantespensantes*, isto é, sujeitos que não apenas vivem o cotidiano, mas o interrogam e o reordenam em gestos discretos.

Nas conversas, nas escolhas das roupas, nas pequenas recusas e nas alianças que tecem, jovens não apenas respondem ao mundo. Eles o interpretam, elaborando teorias em ato sobre amizade, pertença, perigo e proteção, em meio a encontros e confrontos de perspectiva nos quais ações ganham sentido à luz de crenças, valores e significados partilhados (IRIART; BASTOS, 2014, p. 75). Nessa direção, a noção de *praticantespensantes* se torna mais precisa, porque nomeia um pensamento que se produz no gesto, sem depender de reconhecimento prévio, e que reorganiza, por dentro do cotidiano, critérios de convivência e de visibilidade.

Nesse enfoque, juventudes não se compreendem apenas por uma posição etária, mas também pelos modos como o tempo é vivido e negociado. Pais observa que “nos tempos que correm, os jovens vivem uma condição social em que as setas do tempo linear se cruzam com o enroscamento do tempo cíclico” (PAIS, 2006, p. 9). A imagem ajuda a compreender trajetórias que não seguem uma linha reta em direção à vida adulta, mas se constroem em idas e vindas, interrupções, retomadas e bifurcações. É nesse ritmo cruzado que escolhas, hesitações e recomposições ganham sentido, e que o cotidiano aparece como campo de elaboração, não apenas como sequência de acontecimentos. No caso de masculinidades em dissidência, esses modos de viver o tempo podem se intensificar como

gestão precoce de riscos, leituras rápidas do ambiente e economias de presença, antes mesmo que a vida ofereça margens mais amplas de experimentação.

Esse modo de viver o tempo se reconhece também na forma como a vida juvenil se distribui entre espaços e ritmos diferentes. Dayrell observa que muitos jovens se constituem no trânsito entre tempos institucionais e tempos intersticiais, onde sociabilidade, ritos e símbolos próprios ganham lugar, e é nesse percurso que se delineiam “modos próprios de ser jovem” (DAYRELL, 2007, p. 1113). Nas narrativas desta pesquisa, esse trânsito aparece como fabricação de critérios práticos de convivência, pertença e visibilidade, produzidos no gesto, no encontro e na circulação. O cotidiano, aí, não apenas acontece. Ele é lido, testado e reordenado.

Optar por falar em juventudes e em *praticantespensantes*, em vez de juventude no singular e de sujeitos genéricos, não se reduz a uma escolha de estilo. Essa opção sustenta a diferença como condição da experiência juvenil e mantém em primeiro plano modos diversos de ser jovem, como lembra Velho (VELHO, 2006, p. 192). Dayrell sublinha que essa pluralidade não é variação de superfície, pois expressa mutações significativas nas formas como a sociedade produz indivíduos e tensiona instituições responsáveis pela socialização, entre elas a escola (DAYRELL, 2007, p. 1114).

Nessa perspectiva, juventudes aparecem como operadores de leitura do mundo, e não como categoria neutra. É na fricção entre diferenças e normas que se tornam legíveis os modos pelos quais reconhecimento, inteligibilidade e risco se distribuem de forma desigual. Sustentar juventudes como *praticantespensantes* é, portanto, sustentar um olhar capaz de acompanhar como masculinidades se fazem e se desfazem nas práticas, quando hegemonias se impõem e dissidências encontram maneiras de existir.

3.3.2 Masculinidades entre hegemonia, normas e dissidências

Quando o foco se aproxima das masculinidades, o texto entra em um campo atravessado por disputas teóricas e políticas. A proposta de Raewyn Connell de pensá-las em termos de hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização desloca a ideia de um masculino único e natural, mostrando que há hierarquias entre homens e entre formas de ser homem, articuladas a regimes mais amplos de poder, como racismo, colonialidade e desigualdades de classe (CONNELL, 2017; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Esse deslocamento, porém, não autoriza tomar o modelo como matriz neutra e universal. Os feminismos latino-americanos e os estudos pós-coloniais lembram que ele precisa ser situado, pois foi formulado sobretudo a partir de contextos anglo-saxões, brancos e urbanos (LUGONES, 2014). Por isso, como afirmam Silva Junior e Caetano, “não se pode pensar em masculinidades sem refletir historicamente sobre os efeitos dos processos de colonização” (SILVA JUNIOR; CAETANO, 2018, p. 191), uma vez que o colonialismo exerceu papel decisivo na produção de corpos e subjetividades, definindo quem pode ser reconhecido como sujeito pleno e quem é empurrado para as margens da humanidade.

Situar essas lentes no interior da Bahia exige atenção ao modo como gênero, sexualidade, raça, classe, território e colonialidade se imbricam em arranjos locais. Em um sertão atravessado por dinâmicas urbanas e em uma cidade média do interior nordestino como Feira de Santana, masculinidades não aparecem como versão atrasada de um padrão metropolitano. Elas se configuram em arranjos históricos próprios, tecidos na encruzilhada entre mundos do trabalho, religiosidades diversas, circuitos culturais e de sociabilidade, circulação intensa de pessoas e mercadorias, redes afetivas e experiências de regulação que atravessam bairros, escolas e universidades. É nesse terreno também marcado pela colonialidade e por invenções locais que esta pesquisa situa suas perguntas, interessada em acompanhar como jovens nomeiam, com as palavras que encontram e com os silêncios que preservam, o que pode ou não caber em seus corpos e trajetórias quando se trata de ser homem.

Diante dessa complexidade e do olhar situado, falar em masculinidade hegemônica, neste contexto, não é supor um homem real que encarne plenamente esse ideal, mas reconhecer um modelo normativo que organiza expectativas, distribui prestígio e produz hierarquias entre homens e entre masculinidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245; 252). Entretanto, como já situado, nos processos de colonização, Silva Junior e Caetano (2018, p. 193) apontam que a figura do colonizador, associada ao homem branco, foi historicamente consolidada como parâmetro de masculinidade hegemônica, convertendo-se em referência de prestígio e “status” a ser perseguido, ainda que dificilmente alcançável, em contraste com as masculinidades atribuídas aos homens colonizados. Assim, o que se apresenta como norma não paira no vazio, mas se ancora historicamente em corpos tomados como parâmetro de humanidade e valor e que reordena o campo do possível para outros homens.

Megg Rayara, a partir de Andrew Mundell, complexifica ainda mais essa imagem ao afirmar que “a masculinidade tem uma inter e intrapluralidade nos homens. Não há só uma masculinidade nem para a sociedade toda, nem para o indivíduo, apesar de haver uma idealização do homem utópico” (OLIVEIRA, 2018, p. 130). A contribuição aqui é tornar visível que a norma não opera apenas entre grupos, mas atravessa também o próprio sujeito, produzindo composições, tensões e ajustes. A hegemonia funciona, assim, como horizonte regulador que se afirma por contraste com outras formas de ser homem, socialmente lidas como inferiores, desviantes ou insuficientes, e opera em chave hierárquica em uma cultura em que, como lembra Connell, a diferença tende a ser lida como “diferença/dominação”, com o masculino ocupando o polo de autoridade (CONNELL, 2017, p. 199).

Nessa cultura em que a diferença tende a ser lida como “diferença/dominação”, a hegemonia se traduz em um padrão normativo específico. Trata-se de uma normatividade que associa ser homem à dureza emocional, à prontidão para a confrontação, à heterossexualidade compulsória e ao controle do próprio corpo e do corpo dos outros. Esse ideal se sustenta menos por decretos formais e mais por dispositivos miúdos, piadas, olhares, chacotas, convocações à coragem e punições sutis ao que é lido como feminino ou suave demais. É nesse nível, em que a norma se repete e se confirma no cotidiano, que a leitura performativa ganha precisão.

A ênfase na repetição é central em Butler. A autora afirma que “a ação do gênero requer uma performance repetida”, entendida como “reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente” e como forma “mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2020, p. 242). Ao mesmo tempo, lembra que, “em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas” (BUTLER, 2020, p. 241). O que está em jogo não é apenas expressão individual, mas a produção reiterada de expectativas sobre o que conta como ser homem e o custo que incide quando essas expectativas são fraturadas.

Como observam Caetano, Silva Junior e De Garay Hernandez, “o corpo é construído como projeto pedagógico e a marcação que sobre ele se executa cotidianamente supõe investimento e intervenção” (CAETANO; SILVA JUNIOR; DE GARAY HERNANDEZ, 2015, p. 5). Nesse registro, “não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos” e “a materialidade do corpo deve ser analisada como efeito de um poder” que qualifica alguns corpos como inteligíveis e viáveis e lança outros à borda da “reconhecibilidade” (BENTO, 2012, p. 2657). O resultado é que reconhecimento e

inteligibilidade passam a ser distribuídos de forma desigual, e o corpo se torna o lugar onde essa desigualdade se inscreve. Nem todos podem chorar em público, expressar medo, demonstrar afeto entre homens ou experimentar outras formas de presença sem que isso comprometa sua “reconhecibilidade” na escala de masculinidades possíveis.

É nesse ponto que a noção de masculinidades em dissidência ganha relevo. Em vez de tratá-la como simples desvio em relação a um padrão dado, importa reconhecê-la como um conjunto de experiências que não se encaixam no ideal hegemônico. Isso ocorre quando a identidade de gênero é deslocada, quando a forma esperada de performar o masculino é desafiada, ou quando sexualidades, racializações e pertencas territoriais se articulam de modo a desestabilizar a figura do homem legítimo.

A expressão masculinidades em dissidência é privilegiada aqui por realçar a dimensão processual e situada dessas experiências, sem sugerir uma dissidência fixa como atributo. Silva Junior e Caetano (2018, p. 193) observam que, apesar de um ideal hegemônico de masculinidade, há diversas masculinidades que convivem e se produzem ao mesmo tempo, tendo como horizonte um modelo imaginário engendrado pela colonialidade do gênero. Nesse quadro, a figura da bicha, do viado, do afeminado, tal como analisa Megg Rayara, torna-se peça central na arquitetura das masculinidades no Brasil. Marcados como exterior à norma heterossexual, funcionam como referência negativa que organiza fronteiras e hierarquias do masculino, sendo “fundamental para a estruturação das masculinidades no Brasil” (OLIVEIRA, 2018, p. 137). Ao tornar-se, exterior essas masculinidades em dissidência passam a operar como ameaça à “performance estruturada e estruturante da heteronormatividade” (CAETANO; SILVA JUNIOR; GOULART, 2016, p. 223). É nesse ponto que se tornam alvo de pressões e de formas de coerção que buscam conduzi-las ao eixo do aceitável.

Guacira Louro ajuda a compreender esse processo ao enfatizar que gênero se exerce como norma e como dispositivo que distribui reconhecimento e abjeção, definindo quais corpos cabem na categoria de humano e quais são empurrados para as bordas do inteligível (LOURO, 2019, p. 12). Nessa chave, a diferença não aparece como variação neutra, mas como hierarquia. Berenice Bento mostra como essa lógica se intensifica nas experiências trans, em que a própria existência tensiona o vínculo considerado natural entre corpo, gênero e desejo e, por isso, se torna alvo de formas específicas de coerção e violência (BENTO, 2012, p. 2657).

Nas narrativas desta pesquisa, homens trans e homens cis em dissidência de masculinidade habitam esse entrelugar, no qual a fratura em relação ao ideal masculino

dominante pode ampliar o risco de agressões, chacotas e silenciamentos e, ao mesmo tempo, abrir frestas para a invenção de outros modos de laço, cuidado e presença no mundo. Nesses arranjos, o que conta como ser homem se desloca das exigências de dureza e controle e se aproxima de experiências de apoio, reciprocidade e partilha entre pares, mesmo sob o peso contínuo da norma e, ainda assim, esse deslocamento não se distribui de modo igual, pois o que está em jogo é também quem conta como sujeito e sob quais condições uma vida se torna protegida ou exposta.

Nessas condições, nem todas as vidas recebem o mesmo tipo de reconhecimento. Butler chama atenção para o modo como determinadas vidas são tornadas precárias, expostas a violências cuja gravidade tende a ser naturalizada quando os corpos que as sofrem não são plenamente incluídos no círculo do humano digno de luto e de proteção (BUTLER, 2016b, p. 3). A precariedade, nessa chave, não é condição abstrata, mas efeito de normas que enquadram quem pode aparecer como sujeito e quem permanece fora do foco. Esses enquadramentos diferenciam as vidas que conseguimos apreender daquelas que quase não chegam a ser vistas, produzindo ontologias historicamente contingentes, nas quais a própria possibilidade de nomear o “ser” de um sujeito depende de normas que facilitam ou bloqueiam reconhecimento (BUTLER, 2016a, p. 16–17). Dizer que a vida é precária implica, então, reconhecer que sua manutenção depende de condições sociais e políticas, e não apenas de um impulso interno para viver (BUTLER, 2016a, p. 40).

Sob esses enquadramentos, masculinidades em dissidência não se colocam fora da norma em sentido absoluto. Elas se fabricam em zonas de negociação nas quais, muitas vezes, aproximar-se provisoriamente de certos códigos hegemônicos é condição para sustentar presença e reduzir custo de exposição, ao mesmo tempo em que desvios discretos reconfiguram a lógica por dentro. Há homens trans que modulam voz e postura para evitar ser lidos como mulheres e, ainda assim, recusam a misoginia em rodas de conversa entre homens. Há jovens que se apresentam como heterossexuais em determinados contextos para diminuir a exposição e, ao mesmo tempo, constroem redes afetivas que deslocam a gramática do amor romântico normativo. São arranjos parciais, por vezes contraditórios, que não cabem na oposição simples entre conformidade e resistência. Caetano lembra que a aposta em criar liberdades e abrir novas questões para a vida pode romper significados e permitir outras configurações de estar no mundo, gesto que não se dá em abstração, mas no trabalho miúdo de reinvenção de si na cultura, na política e na existência cotidiana (CAETANO, 2022, p. 13).

Esse trabalho miúdo de reinvenção encontra, em Connell, a proposta de des-generificação e re-generificação, que ajuda a nomear o jogo fino entre adesão estratégica e invenção. Em vez de imaginar que bastaria abolir o gênero, a autora insiste na necessidade de desmontar a masculinidade hegemônica e, ao mesmo tempo, recompor práticas de gênero de forma mais livre e compartilhada, tornando disponível a “gama do simbolismo e da prática do gênero” para todas as pessoas, em arranjos provisórios e em transformação (CONNELL, 2017, p. 199–200). Essa recomposição, porém, não é neutra. Não basta multiplicar estilos de gênero se o vínculo entre diferença e dominação permanecer intacto. Uma re-generificação consequente precisa ser atravessada por um projeto de justiça social, no qual a crítica à hierarquia de gênero caminha junto com o enfrentamento das desigualdades de raça, classe e sexualidade (CONNELL, 2017). Vistas a partir daí, as masculinidades em dissidência narradas nesta pesquisa podem ser lidas como ensaios de recomposição, em que se experimentam outras formas de usar, sentir e mostrar corpos masculinos, ainda sob a pressão constante do modelo hegemônico.

A des-generificação e a re-generificação podem ser lidas em afinidade com a epistemologia das práticas. Connell sugere que mudanças nas masculinidades não se realizam apenas por leis ou grandes declarações, mas por reapropriações concretas do gênero no curso da vida (CONNELL, 2017). Certeau (2014), por sua vez, lembra que é nas práticas ordinárias que sistemas aparentemente fechados são deslocados por usos que não estavam previstos. Nesse encontro, masculinidades em dissidência aparecem como operações que desarranjam e recompõem o gênero nas dobras do cotidiano. Nos gestos do cotidiano, jovens não apenas sofrem a ação da norma. Eles a colocam em trabalho, deslocam alguns imperativos, suspendem outros e incorporam aquilo que, em certas situações, ainda se mostra necessário para sustentar a continuidade. Em vez de procurar quem rompe por completo, interessa acompanhar como a norma é riscada, remendada e reescrita por usos que ela não previa, fazendo com que outras formas de existir como homem se tornem pensáveis no trabalho miúdo das táticas e micropolíticas do cotidiano.

3.4 Táticas do cotidiano e micropolíticas do existir

No cotidiano da cidade-escola-universidade, as tramas de convivência não se deixam ler como superfície pacificada. Há um trabalho miúdo de ordenação e de desvio, de produção de legibilidades e de invenção de passagens, no dentrofora em que circulações se tornam possíveis a um custo que raramente aparece como regra explícita.

É nesse terreno que as estratégias delimitam lugares, ritmos e visibilidades, enquanto as táticas, sem lugar próprio, operam na ocasião, medindo risco e abrindo caminho por usos que reorientam o espaço por dentro. O que interessa aqui não é transformar a vida comum em batalha literal, mas sustentar o conflito como operador de leitura, capaz de tornar visível como cidade e escola educam por permissões e interditos que se renovam no cotidiano e como esses interditos são dobrados por astúcias discretas, por pedagogias do espaço que não se anunciam como lição. As narrativas que atravessam esta pesquisa entram, assim, como mapas de prática, feitura de espaço que guardam critérios finos de perigo, exposição e pertencimento, deixando ver tanto o alcance dos dispositivos quanto as brechas em que a vida sustenta presença.

Se as táticas desenham esses mapas, resta acompanhar o que tais práticas produzem no corpo. Há um plano em que a norma se encarna como atmosfera e intensidade, inclina o gesto, modula a respiração, e é aí que o corpo capta, antes da palavra, o que se torna vivível e o que se estreita. Nesse nível, a micropolítica é a textura pela qual se decide, lance a lance, quanto de vida cabe em cada movimento, numa economia de risco que impede confundir cautela com resignação e adequação com consentimento. A captura opera quando forças normativas se tornam hábito e prudência inevitável, colonizando inclusive os possíveis, mas é no mesmo chão que se insinua a insurgência, não como heroísmo permanente, e sim como criação parcial, pequena e quase invisível, um laço que se sustenta apesar da reprovação, uma presença que recusa a vergonha como destino. Entre respostas reativas e ativas, o possível pode ganhar fôlego, abrindo frestas em que outros ritmos e outras formas de existir se tornam experimentáveis, em chave coletiva.

3.4.1 Estratégias e táticas: uma leitura polemológica

Ler o cotidiano por uma chave polemológica, na inflexão cerтеаuniana, não significa descrever batalhas literais, significa tomar o conflito como operador de inteligibilidade das formas pelas quais a ordem se sustenta e se refaz (CERTEAU, 2014). Segundo Quadros (2022, p. 24), ao retomar Clausewitz, Certeau desloca a guerra para o campo da vida social e faz dela uma via para captar razões “infinitesimais” de lutar no cotidiano, aquelas que raramente se anunciam como confronto e, ainda assim, atravessam aparições, movimentos e permanências. Mobilizado aqui como ferramenta de leitura, esse deslocamento permite acompanhar operações de ordenamento e seus deslizamentos, isto

é, como se delineiam fronteiras de pertencimento e condições de circulação, sempre em disputa e sempre situadas. É nesse horizonte que estratégias e táticas se apresentam como modos distintos de operar, compondo a gramática pela qual esta pesquisa busca ler as narrativas de jovens que performam masculinidades em dissidência na cidade-escola-universidade, onde o viver e o circular pedem cálculo, invenção e negociação.

Olhar para a cidade-escola-universidade por esse prisma de disputa no cotidiano faz aparecer operações que buscam fixar o espaço, estabilizar sentidos e reduzir a imprevisibilidade do viver. É nesse registro que Certeau situa aquilo que chama de estratégias, ligadas à possibilidade de ocupar um lugar próprio e, desde aí, administrar fronteiras, fluxos e visibilidades. Em suas palavras,

[...] chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças... (CERTEAU, 2014, p. 93).

Esse “próprio” busca fazer prevalecer o lugar sobre o tempo, convertendo a instabilidade do cotidiano em um terreno mais legível e governável, inclusive pelo olhar que mede, controla e antecipa o que deve ser incluído, corrigido ou contido (CERTEAU, 2014, p. 94). Assim, as estratégias se materializam não apenas em regras formais, mas em sistemas e discursos de pretensão totalizante que articulam espacialidades e distribuem forças, definindo centros e margens, autorizando circulações e tornando outras passagens alvo de suspeição (CERTEAU, 2014, p. 96).

No universo da cidade-escola-universidade, isso aparece como arquitetura, rotina e dispositivos. Quando uma instituição define quais corpos podem acessar certos banheiros, quando um corredor vira zona de vigilância difusa, quando uma praça é policiada como se determinados encontros fossem, por si, ameaça, desenha-se um esforço de fixar o espaço e torná-lo previsível, estreitando a margem do imprevisto. Estratégia, aqui, não é apenas um plano enunciado. É um modo de administrar visibilidades e circulações, fazendo com que algumas passagens se imponham como naturais, enquanto outras exigem explicação a cada passo.

Se as estratégias se apoiam em um lugar próprio e procuram fazer prevalecer o lugar sobre o tempo, as táticas emergem no cotidiano onde não há posse nem garantia. Elas não dispõem do controle do espaço, operam no tempo e na ocasião, pois “a tática

não tem por lugar senão o do Outro” e age no terreno imposto por uma força estranha (CERTEAU, 2014, p. 95). Por isso, não se apresenta como plano, mas como inteligência prática, atenta às ambiências e às relações, capaz de medir riscos e aproveitar, no voo, o que um momento permite. O que a sustenta é essa arte de intermediar, sem sair do lugar em que se vive e onde a lei insiste, instaurando “pluralidade e criatividade” e extraindo efeitos imprevistos do que parecia fixo (CERTEAU, 2014, p. 87). A imagem de “dar um golpe” aponta menos para bravata do que para senso de ocasião (CERTEAU, 2014, p. 95), algo que esta pesquisa lê como uma ética do possível, discreta e raramente celebrada, mas decisiva para a continuidade da existência.

Nos circuitos juvenis que atravessam esta pesquisa, a tática aparece como uso fino do tempo e das circunstâncias, uma “pertinência que dá tempo” às situações e uma rapidez de movimentos que altera, ainda que por instantes, a organização do espaço (CERTEAU, 2014, p. 96). Ela se percebe na escolha de horários, no modo de atravessar um lugar, na decisão de ir acompanhado ou sozinho, na modulação da voz e do olhar, no pacto silencioso entre amigos que transforma um trajeto em zona de respiro. O que está em jogo não é liberdade plena, é mobilidade condicionada, feita de ajustes que permitem circular sem possuir o lugar e criar brechas no interior do que tenta restringir a vida. Por operar lance a lance, a tática revela quanto custa existir e como, mesmo sob vigilância, ainda se inventam modos de estar.

A tática não deve ser tomada como sinônimo de liberdade. Muitas vezes ela é contenção do dano, um modo de reduzir exposição, evitar violência e caber provisoriamente para não ser punido. Pode, inclusive, reproduzir a norma, quando a sobrevivência exige aderir a códigos hegemônicos ou quando a proteção se compra ao preço de silenciar quem está mais vulnerável. Por isso, nesta pesquisa, a pergunta decisiva não é apenas se há tática, mas que custo ela exige, que marcas ela deixa no corpo, que vínculos ela produz ou rompe, que porções de si ela pede para suspender. Uma leitura polemológica das práticas no cotidiano precisa considerá-las em relação ao contexto e às forças em disputa, já que elas se reconfiguram e desestabilizam a própria observação (GREGÓRIO; GIORGIANO, 2022, p. 9). Acompanhar as táticas é, então, sustentar a ambivalência do gesto que garante circulação e, ao mesmo tempo, expõe a dureza do mundo que a condiciona.

Nas narrativas de masculinidades juvenis em dissidência, os percursos não são apenas deslocamentos físicos, eles funcionam como modos de conhecer, mapas práticos de segurança e visibilidade, gramáticas de pertencimento e estranhamento. Em Certeau,

as circulações que não obedecem ao espaço “construído, escrito e pré-fabricado” são capazes de se infiltrar, desviar e ondular como astúcias diante de uma ordem estabelecida (CERTEAU, 2014, p. 92).

Traçam ‘trajetórias indeterminadas’, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam...Embora tenham como material os vocabulários das línguas recebidas[...] embora fiquem enquadradas por sintaxes prescritas [...] essas ‘trilhas’ continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes. Elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida. (CERTEAU, 2014, p. 92)

A cidade e a escola aparecem, assim, como trama continuamente reordenada, atravessada por estratégias que buscam estabilizar e por táticas que reescrevem por dentro, produzindo correções de rota que, acumuladas, tensionam o que parecia natural. Com mais nitidez, torna-se possível acompanhar o que esses jovens fazem com a norma e o que a norma tenta fazer com eles, no *dentrofora* em que a vida insiste em abrir caminho.

3.4.2 Pedagogias do espaço e astúcias de circulação

Na cidade-escola, as estratégias se instalam como tecnologia de ordenação do possível. Elas operam numa disciplina que não precisa gritar para funcionar e numa vigilância difusa que não se concentra num vigia, mas se espalha em olhares, circulares, formulários, avisos e pequenas coreografias institucionais, pelas quais se aprende quem pode permanecer e em que termos. Por essa via, a escola não apenas transmite conteúdos, ela participa como “um dos principais instrumentos de normalização”, “uma verdadeira tecnologia de criar pessoas ‘normais’”, marcando como “estranho”, “anormais”, indesejáveis aqueles e aquelas que escapam ao controle (MISKOLCI, 2020, p. 18-19). Assim, a estratégia não aparece somente na regra escrita, ela se materializa em dispositivos que modulam circulação, visibilidade e silêncio, produzindo uma normalidade que precisa ser continuamente confirmada.

Quando o espaço passa a ensinar quem pode ficar, gênero e sexualidade aparecem como matéria dessa lição, atravessando o gerenciamento do cotidiano menos como opinião e mais como administração concreta do corpo. Um corredor vira corredor de prova, uma sala vira vitrine, o banheiro vira fronteira, o nome social vira disputa, o

uniforme e a chamada “boa apresentação” viram critério de pertencimento. Rios (2022, p. 113) argumenta que a escola, enquanto espaço de construção de saberes, atua também na produção dessas normas que definem o que pode ser reconhecido como gênero e sexualidade, inscrevendo marcas nos corpos e legitimando um ideal heteronormativo como medida de inteligibilidade. Ao “marcar discursivamente os corpos dos sujeitos” (RIOS, 2022, p. 113), a escola faz da permanência de quem diverge uma experiência atravessada por vigilância e correção.

Esse chamado ao ajuste do corpo ao modelo normativo se faz sentir no cotidiano como um regime de sanções que reiteram proibições e delimitam pertencimento, de modo que o desvio tende a ser punido e reconduzido ao legível (RIOS, 2022, p. 116). A própria arquitetura participa dessa pedagogia, com portas e grades, câmeras e ângulos mortos, recepções e catracas, pátios e escadas, cada arranjo dizendo sem palavras quais trajetos se tornam desejáveis, quais se tornam suspeitos, quais são tolerados apenas sob condição, pois “as ordens arquitetônicas são tecnologias de construção de gênero, de discriminação” (MISKOLCI, 2020, p. 43).

Sob esse regime, as táticas reaparecem como artes de circulação e de permanência. Sem possuir o lugar, os jovens aprendem a lê-lo por detalhes, escolhendo horários, ajustando rotas, criando atalhos, preferindo o acompanhado quando o risco adensa e combinando sinais de cuidado mútuo que transformam o trajeto em abrigo provisório. Refúgios não são apenas espaços “bons”, são situações que se tornam viáveis, a biblioteca onde aparecer custa menos, o corredor que, em certo turno, vira passagem segura, a praça que, conforme a companhia e a hora, deixa de ser ameaça e se torna respiro.

Essas táticas produzem conhecimento prático e situado, uma inteligência do instante, ou, nos termos de Certeau, uma “ocasião” que “não cessa de enganar as definições, por não ser isolável nem de uma conjuntura nem de uma operação” (CERTEAU, 2014, p. 147). Aí, voz, roupa, postura e ritmo de caminhada passam a negociar visibilidade e exposição, respondendo lance a lance a um mundo em que “menos lugar próprio” implica mais vigilância (CERTEAU, 2014, p. 152). Não se trata de liberdade plena, mas de uma ética do possível que inventa margens de manobra dentro do que tenta restringir, desenhando um mapa vivido feito de zonas de custo alto e de brechas onde a vida consegue sustentar presença.

Com isso, a cidade-escola aparece como uma escrita em fricção, marcada por estratégias que buscam estabilizar e por usos que desviam por dentro. O que interessa

aqui não é tomar as narrativas como fatos isolados, mas como mapas de prática, nos quais se guardam critérios finos com que esses jovens avaliam perigo, abrigo, exposição e pertencimento. Nos relatos do cotidiano, vê-se o que, apesar de tudo, se consegue fabricar numa geografia preestabelecida, porque “são feitura de espaço” (CERTEAU, 2014, p. 189). Cada história sugere uma gramática de circulação, cada silêncio marca uma fronteira, cada escolha de trajeto faz aparecer uma pedagogia do espaço e, ao mesmo tempo que torna legível o alcance dos dispositivos, deixa entrever como, no nível do corpo e dos afetos, captura e invenção se entrelaçam nas mesmas cenas em que a vida se sustenta. É nesse nível, em que o espaço ensina e o corpo aprende, que a leitura se desloca para o plano micropolítico.

3.4.3 Micropolíticas de insurgência e criação

Se as táticas desenham mapas de prática, resta acompanhar o que essas práticas produzem no corpo. Nessa perspectiva, aquilo que o corpo capta nos encontros não é mero detalhe subjetivo, é um modo de conhecer. Quando Rolnik denuncia que a redução da política de subjetivação ao sujeito implica estarmos “dissociados de nossa condição de viventes”, separados “dos afetos e perceptos” e destituídos do “saber do vivo” (ROLNIK, 2023, p. 55), ela marca um ponto decisivo para esta pesquisa. O que está em jogo não é apenas interpretar normas, mas perceber como elas se encarnam como atmosfera, como intensidade, como inclinação do gesto e como, justamente aí, podem ser desviadas, rearticuladas, reinventadas.

Esse deslocamento sustenta a articulação entre macro e micropolítica. Um “sistema político e sociocultural” não se mantém como abstração, ele “se encarna em determinados modos de existência” e se produz na esfera micropolítica, como “fábrica de mundos” que fabrica subjetividade e sociedade (ROLNIK, 2021, p. 15). Macro e micro se enredam, e a disputa pelo reconhecível e pelo vivível passa tanto por leis, instituições e representações quanto por aquilo que convulsiona ou anima as formas no nível das forças que atravessam o corpo (ROLNIK, 2018). Assim, a dissidência deixa de ser lida apenas como oposição externa e pode ser acompanhada como disputa do sensível e do possível.

Habitar esse plano é perceber como um vínculo sustenta ou desorganiza alguém, como um encontro abre espaço para respirar ou aperta o corpo até reduzir a presença, como a vida se torna mais possível ou mais estreita sem que isso passe imediatamente

pela palavra. Nas cenas e relatos que atravessam esta pesquisa, essa variação do possível aparece em gestos mínimos, nos modos de sustentar um laço, de modular presença, de recalcular exposição, de escolher onde e com quem estar. Rolnik descreve essa dimensão como uma experiência em que o outro efetivamente vive em nosso corpo por meio dos afetos, e em que os encontros podem fecundar “embriões de outros mundos” em estado virtual, produzindo estranhamentos que pedem resposta e escolha (ROLNIK, 2023, p. 111). Nessa direção, ela nomeia as ações do desejo como criação que se inscreve nos territórios existenciais e rompe “a cena pacata do instituído” (ROLNIK, 2023, p. 61), permitindo perceber que, mesmo quando a norma parece intacta, algo pode estar mudando na textura do cotidiano.

Essa produção do possível convive com mecanismos que o estreitam e o antecipam, e falar em captura nomeia justamente esse movimento. Trata-se de perceber como forças normativas entram no corpo e passam a operar como se fossem naturais, como se fossem escolhas próprias, como se fossem prudência inevitável. A contenção pode virar regra interna, a vigilância pode se tornar hábito, o cuidado pode se confundir com apagamento e a adaptação pode ser celebrada como liberdade, resposta ao medo de perder circulação, proteção ou pertencimento. A captura não se reconhece apenas no comando explícito, ela se reconhece na forma como o poder se torna imanente, operando “como que por dentro, incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória” (PELBART, 2015, p. 21).

Esse deslocamento é decisivo para a pesquisa, porque impede que a leitura do cotidiano trate toda adequação como consentimento e toda cautela como resignação. Entre o que se sente e o que se mostra há uma economia de risco, e é nela que se decide o quanto de vida cabe em cada gesto. A captura, assim, não é só enquadramento do presente, ela mira também os possíveis, num regime que, como lembra Rolnik, “incide macro e micropoliticamente” e pretende colonizar até o que ainda não aconteceu (ROLNIK, 2023, p. 116).

Ainda assim, onde há captura também há insurgência, não como heroísmo permanente, mas como criação parcial de modos de viver que não se deixam reduzir ao roteiro dominante. Às vezes ela é pequena e quase invisível e, justamente por isso, potente ao sustentar um laço que a norma reprova, escolher uma presença que recusa a vergonha como destino, fazer do cuidado uma forma de permanecer sem se converter em regra. Rolnik ajuda a nomear essa passagem quando mostra que, ao ultrapassar um limiar de tolerabilidade, o mal-estar instala um estado de alerta e “convoca o desejo a agir”, fazendo

as respostas oscilarem entre um polo reativo e outro ativo, no qual a potência vital se preserva e pode intensificar-se, abrindo espaço para o surgimento de insurgências na cena social (ROLNIK, 2023, p. 101-102).

O que se inventa nesse limiar não elimina o conflito, mas redesenha o possível, abrindo frestas em que outros ritmos e outras formas de existir se tornam experimentáveis. A crise, então, não é apenas ameaça, ela pode operar como “sinal de alarme vital”, criando condições para “o nascimento dos futuros em gérmen” (ROLNIK, 2021, p. 12), sempre em chave coletiva, já que a sensação de existir se liga à “participação nos processos de criação de mundos” (ROLNIK, 2021, p. 13). É com essa lente que o capítulo seguinte se volta às narrativas, acompanhando, em cenas e percursos, como táticas, custos e invenções se desenham na cidade-escola-universidade e se organizam analiticamente nos três eixos propostos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas que atravessam este capítulo podem ser lidas como cartografias afeto-territoriais produzidas por jovens que performam masculinidades dissidentes na cidade-escola, tendo a universidade também como espaço educativo de circulação e disputa. Mais do que registrar acontecimentos, elas organizam uma memória de percursos, encontros e cortes, fazendo aparecer como a vida se torna possível, ou custosa, em territórios desiguais. Por isso, a análise não toma as falas como ilustração de conceitos prévios nem reduz o discurso a espelho de interioridade. Interessa acompanhar a relação entre dizer e viver, entre trajetos e sentidos, entre o corpo que circula e os enquadramentos que o tornam mais ou menos reconhecível. Cada relato, com seus ritmos, silêncios e ênfases, é assumido como elaboração situada do vivido, produzida em condições de enunciação específicas e atravessada por memórias, posições e regimes de visibilidade.

O capítulo avança por aproximações cuidadosas e toma a ambivalência como critério de leitura. Um mesmo território pode abrigar e ferir, uma mesma instituição pode oferecer possibilidade de dizer e produzir recuo, e a permanência se faz em gradações nem sempre visíveis. Para tornar legível essa complexidade, a escrita se organiza em três eixos que se enredam no material. Acompanha circuitos e modos de ocupação, evidenciando por onde a vida circula e a que custo. Desloca-se, depois, para os sentidos atribuídos aos territórios afetivos, como certos lugares se tornam casa, refúgio, lembrança ou risco. Por fim, aproxima-se das táticas cotidianas mobilizadas para negociar visibilidade, segurança e afeto, reconhecendo um saber prático fabricado no miúdo do cotidiano. Nesse movimento, ganha relevo como cidade, escola e universidade participam da formação de si e das possibilidades de existir em dissidência.

4.1 Rios-narradores: notas de percurso e condições de enunciação

A água arrepiada pelo vento
A água e seu cochicho
A água e seu rugido
A água e seu silêncio
A água me contou muitos segredos.
[...] Refez os meus desenhos
(VELOSO, 1988)

Esta escrita se põe à beira das narrativas como quem se põe à beira d'água. Há vozes que chegam em cochicho, outras em rugido, outras em silêncio, e cada uma traz seu modo próprio de correr. Aproximar-se é acompanhar o que se oferece e o que se preserva, sem pressa de fechar sentido, deixando que o percurso e o desague de cada rio-narrador desenhe o contorno do que poderá ser lido adiante.

Os perfis dos rios-narradores que seguem não funcionam como retratos totalizantes, nem como antecipação da análise. Funcionam como gestos de apresentação cuidadosa, para que a leitora e o leitor reconheçam, desde o início, de onde cada voz fala e por onde cada corpo circula. Se “a água me contou muitos segredos”, trata-se aqui de acolher esse contar sem arrancar, registrar sem converter o dito em confissão, deixar que cada narrativa corra em seu leito, com o que revela e com o que preserva. Os perfis reúnem apenas o que é necessário para situar percurso, vínculos com escolarização, trabalho, circuitos urbanos e marcas que se tornam relevantes nas cenas. O que neles aparece como traço não encerra o sentido, apenas oferece contorno para que, adiante, as dobras do dizer possam ser lidas com mais densidade, com seus custos e com seus modos singulares de sustentar presença na cidade-escola.

Subaé, o rio que expande o mundo com delicadeza

Subaé é um jovem de 22 anos, homem cis, branco, que se identifica como gay. Nascido e residente em Feira de Santana, descreve uma circulação no cotidiano que costura cidade e escolarização, articulando deslocamentos entre trabalho, estudo e fruição cultural. Seu vínculo acadêmico se dá em uma universidade privada, no curso de Psicologia, e se amplia pela participação em formações e atividades vinculadas à universidade pública local, compondo um trânsito que expande redes, repertórios e modos de pertencimento. No plano familiar, sua história é atravessada por uma matriz religiosa protestante, que aparece como fonte de dilemas e contenções, sobretudo na convivência

com o pai, tornando a expressão de sua orientação sexual um campo de negociação, silêncios e avaliação de ocasião.

No percurso escolar, Subaé relata passagens por instituições públicas com climas afetivos distintos. Em uma delas, reconhece um ambiente mais aberto, com professores que favoreceram o desenvolvimento intelectual e produziram alguma margem de acolhimento. Em outra, descreve maior pressão moral e religiosa e episódios de preconceito por parte de colegas, ligados à sexualidade e a expectativas sobre comportamentos de gênero. Uma cena condensa esse clima de vigilância quando ele narra bullying e cobrança de masculinidade, “E aí já sofri bullying... a questão da masculinidade... Existia preconceito... ‘viado, viado, viado’”. Em outra passagem, ao lembrar a intervenção de uma professora que chamou sua mãe para questionar por ele “brincar com as meninas”, a escola aparece como instância que regula gestos, companhias e modos de estar. Essas cenas entram como traços de percurso e retornam adiante na análise dos eixos.

No trabalho, Subaé atua no setor cosmético, um campo em que apresentação, imagem e performance de venda se tornam parte do cotidiano. Esse cenário traz exigências e adequações, mas também autonomia e sustentação material, já que a renda própria fortalece sua capacidade de afirmar escolhas e produzir alguma distância de certos cerceamentos familiares. Na configuração familiar, convive com o pai, ligado a uma liderança religiosa, com a mãe e com um irmão, e reconhece apoios mais permeáveis na relação com a mãe e com os irmãos. Menciona ainda práticas e redes de cuidado, incluindo acompanhamento psicológico. Em sua cartografia, teatros, cinemas, festas e confeitarias funcionam como pontos de encontro e permanência, ainda que o ritmo acadêmico imponha limites em alguns dias. Entre o peso de uma moralidade religiosa que tenta restringir e as frestas concretas da cidade, a autonomia conquistada vai abrindo um intervalo de respiro para existir em dissidência na cidade-escola-universidade.

Jacuípe, o rio que faz da travessia um lugar

Jacuípe tem 23 anos, é um homem trans e se autodeclara pardo. Nascido em São Félix e criado parte da infância em Muritiba, hoje vive em Feira de Santana, cidade que se torna eixo de moradia, estudo e reorganização do cotidiano, sem apagar uma circulação regional que reaparece em deslocamentos e referências a municípios vizinhos e à capital. Esse movimento territorial acompanha mudanças na apresentação pública e na transição

social, como se a história do corpo e a história dos lugares se tocassem, por vezes em tensão. Ao longo do relato, voz, vestuário e modos de se mostrar no espaço público aparecem como elementos decisivos, não como detalhe pessoal, mas como recursos práticos de legibilidade e segurança na cidade-escola. Em uma passagem que condensa esse regime de leitura do corpo, ele diz “E foi na escola que eu notei, por exemplo, essa diferença. Mas não eu que notei, as pessoas notaram essa diferença em mim”.

Na escolarização, sua trajetória inclui um colégio confessional em regime de internato, acessado por bolsa, experiência marcada por forte normatividade religiosa e por episódios de disforia¹⁰ que atravessam o cotidiano. Na passagem ao ensino superior, o percurso não se desenha em linha reta, mas por mudanças de instituição e ajustes de turno, disciplina e logística, decisões que mostram como estudar é também negociar tempo, deslocamento e permanência. Nesse entremeio, aparecem pontos de apoio e pertencimento em espaços de convivência e cultura, ao lado de momentos em que a escola, atravessada por expectativas de gênero, aumenta o custo de existir.

No trabalho e nas condições materiais, Jacuípe relata emprego inicial numa gráfica e a necessidade de conciliar estudo, moradia e renda, compondo uma economia de esforço que pesa sobre o ritmo do cotidiano. Atualmente mora só. Aspectos ligados ao cuidado em saúde e ao acesso a serviços públicos também atravessam suas escolhas, interferindo na regularidade dos estudos e na organização dos dias. No campo familiar, a pertença a uma tradição religiosa rigorosa aparece como fonte de controle e conflito, elevando os custos da autodeclaração de gênero e da presença dissidente. Ainda assim, redes de apoio entram como condição de possibilidade para seguir, em vínculos com irmão, tio, amizades e pessoas que funcionam como ponte de acolhimento. No conjunto, sua narrativa indica que reconhecimento, segurança e circulação não são dados, são fabricados em negociações no cotidiano que passam pelo corpo, pelos territórios e pelas relações.

¹⁰ Usamos o termo “disforia” referente a disforia de gênero com cuidado, reconhecendo a complexidade do termo e que sua circulação em contextos biomédicos pode reforçar leituras patologizantes das identidades trans. Optamos por mantê-lo porque aparece como palavra dos próprios participantes, preservando a materialidade do dizer e o modo como nomeiam suas experiências. Isso não implica tomar o termo como essência explicativa nem como critério normativo; ao contrário, sinaliza-se a necessidade de uso situado e crítico. Para aprofundamento, ver Nonato (2020).

Pojuca, o rio que herda o mundo por vínculo

Pojuca tem 24 anos, se identifica como negro e se apresenta como homem cis e heterossexual. Nascido em Valença, mudou-se para Feira de Santana em 2019, compondo desde então uma vida atravessada por deslocamentos e recomposições, em que memórias de outras cidades do interior e do litoral baiano comparecem como lastro de trajetória. Em Feira, a universidade se firma como polo de convivência, estudo e ampliação de vínculos. Na forma como narra sua experiência, aparecem associações entre masculinidade, cuidado, escuta e responsabilidade com o outro, sobretudo em contextos universitários e em relações no cotidiano, deslocando expectativas mais rígidas sobre o que é ser homem. Ao comparar espaços de sociabilidade marcados por gênero, ele sintetiza esse contraste ao dizer que “...no espaço masculino o preconceito é muito mais forte, né? Eu não poderia fazer qualquer tipo de brincadeira, no espaço feminino não, eu era muito mais livre”.

No percurso educativo, Pojuca relata uma formação que passa por ensino técnico na área da saúde e se desdobra na graduação em Pedagogia. Sua chegada ao curso superior é narrada como decisão construída, atravessada por hesitações e por referências familiares que aproximam a educação de uma vocação prática. Ensinar, aprender e sustentar vínculos aparecem como eixo de sentido. Esse vínculo com a escolarização não se reduz ao currículo formal, ele se articula ao modo como Pojuca lê a cidade e se lê nela, destacando o campus universitário como espaço de pertencimento e diálogo, em contraste com ambientes externos mais conservadores, onde o custo de sustentar certas posições pode aumentar.

No trabalho e na condição material, sua experiência se organiza na conciliação entre estudo e emprego, com passagens por atividades em farmácia e varejo. Esses espaços aparecem como campos de aprendizagem social, exigindo adaptações e leitura fina do ambiente, inclusive diante de sensibilidades religiosas diversas entre colegas. As redes de apoio são fortes na família e se ampliam em amigos e grupos de convivência na universidade, além do vínculo conjugal, descrito a partir de uma partilha no cotidiano que tensiona papéis de gênero convencionais, quando afirma assumir tarefas de cuidado e manutenção do lar. Um elemento singular atravessa sua narrativa, a relação com o pai adotivo, que desloca expectativas normativas e interfere em seu modo de recusar rótulos simplificadores. No conjunto, Pojuca descreve Feira de Santana como cidade em geral acolhedora, mas reconhece que esse acolhimento é desigual por territórios e contextos, e

sugere que a educação opera como recurso de autonomia e ampliação de mundo frente a preconceitos e expectativas normativas.

Cavaco, o rio que encontra abrigo entre páginas

Cavaco tem 20 anos, natural de Cachoeira, e se apresenta como homem trans. Sua trajetória se compõe em deslocamentos por diferentes cidades do interior baiano, com passagem pelo Recôncavo e pela Chapada, até fixar moradia e rotina de estudos em Feira de Santana. Esse percurso territorial não aparece apenas como pano de fundo biográfico, ele atravessa o processo de afirmação de gênero, que Cavaco situa como construção vivida na escola e, com maior intensidade, na universidade. Ao narrar a transição social, nomeia etapas de reconhecimento e disputa que passam pela adoção do nome social, por mudanças na apresentação pública e pela forma como voz e corpo são lidos nos espaços que frequenta, entre experiências de acolhimento e episódios de contestação.

No vínculo com a escolarização, Cavaco descreve a educação básica em município vizinho e, depois, a entrada na universidade pública em Feira de Santana, onde cursa Letras e projeta concluir o curso em breve. No cotidiano universitário, a biblioteca e os espaços de estudo aparecem como territórios de permanência, onde circular é mais viável e a presença tende a ser menos interpelada. A força desse lugar aparece quando ele afirma, de modo simples, “Eu me sinto assim, incrível, quando estou na biblioteca”. Em contraste, a experiência escolar anterior e certos ambientes institucionais foram atravessados por transfobia, fazendo com que o trajeto educativo seja marcado por cálculo de exposição e por escolhas de quando e como afirmar publicamente nome e pronomes.

No trabalho e na condição material, Cavaco articula a vida acadêmica a atividades vinculadas à educação, em turnos distintos. Essa composição pesa na circulação e também na sustentação prática do processo de transição, que envolve acesso a serviços, burocracias e custos. As redes de apoio aparecem como decisivas, com destaque para professores, colegas e alguns familiares, além de espaços de cuidado, como acompanhamento psicológico. Ao mencionar pertencimentos religiosos e relações familiares, Cavaco situa tensões e episódios de deslegitimação, mas também indica que apoios se constroem por alianças com amizades e por circuitos de sociabilidade que incluem, em certos momentos, redes online. No conjunto, seu perfil mostra uma reinvenção de si atravessada por disputas de nomeação e reconhecimento, nas quais o direito de ser nomeado e o direito de circular se reorganizam a cada contexto.

Peixes, o rio que encontra palco para existir

Peixes tem 21 anos e se apresenta como homem cis, negro e gay. Nascido em Rafael Jambeiro, no interior da Bahia, com passagem pela zona rural, descreve um deslocamento para Feira de Santana que reorganiza não apenas a escolarização, mas o próprio modo de construir pertencimento. A mudança coincide com a entrada na universidade pública local, no curso de Letras, e com a ampliação de circuitos de leitura, cultura e sociabilidade que se tornam decisivos para sustentar a afirmação de si, incluindo a prática do teatro no Centro Universitário de Cultura e Arte da UEFS. Em sua cartografia, a experiência urbana não é homogênea, ela se compõe por zonas de acolhimento e por zonas de custo, atravessadas por memórias dolorosas no percurso escolar e por encontros que, já no presente, permitem experimentar outras formas de presença.

No vínculo com a escolarização, Peixes situa a universidade como espaço de abertura e fortalecimento de redes, especialmente por práticas culturais e acadêmicas que incluem leitura, atividades artísticas e circulação por espaços da cidade. A importância dessa experiência aparece quando ele diz “Eu acho que tem uma questão que eu sinto, principalmente na UEFS, eu sinto mais esse acolhimento”. A relação com o CUCA e a biblioteca aparece como continuidade entre estudar e existir, como se o aprendizado não estivesse restrito à sala de aula, mas se estendesse a territórios onde linguagem, cena e convivência oferecem suporte para elaborar experiências antes vividas com mais isolamento. Essas passagens não apagam conflitos anteriores, mas reconfiguram a maneira como ele se nomeia e negocia visibilidade, construindo confiança social por meio de vínculos e participação.

As redes de apoio emergem sobretudo nas amizades e em grupos de convivência que se formam na vida universitária, ao lado de uma relação familiar descrita como oscilante entre acolhimento e abertura gradual para conversas sobre identidade. A religião aparece como campo sensível, ligada a experiências passadas que deixaram marcas e a reposicionamentos de pertencimento, com mais atenção aos efeitos que certas moralidades produzem sobre o corpo e sobre a vida. No conjunto, Peixes apresenta uma trajetória em que a universidade e os circuitos culturais funcionam como terrenos de elaboração e afirmação, enquanto memórias dolorosas do percurso escolar permanecem como referência para compreender por que certos espaços se tornam abrigo e por que outros seguem exigindo cuidado e cálculo.

4.2 Cartografia analítica do corpus em três eixos

Os eixos analíticos organizam a leitura do corpus sem aprisionar a singularidade das narrativas em um esquema antecipado. Eles orientam o gesto de interpretação atento às condições de produção, às posições em jogo e às memórias que atravessam cada enunciação, acompanhando como certos dizeres se tornam possíveis, circulam, se estabilizam e se fraturam (ORLANDI, 2005). Nessa direção, os eixos funcionam como direção de leitura, preservando a textura do dizer, suas escolhas de nomeação, seus silêncios, suas hesitações e seus pontos de tensão. Como sugere Zaccur (2003, p. 190), a palavra se dissemina no cruzamento de itinerários, e é nesse entremeio que dito, não dito e entredito se correspondem e se deslocam. É a partir desses itinerários narrados, por onde os participantes circulam e se fazem legíveis, que a cartografia analítica se organiza.

Essa cartografia não desenha um mapa fixo, ela acompanha movimentos de circulação e de permanência tal como são narrados. Cada eixo se desdobra em recortes narrativos reunidos em sequências discursivas, com interpretação situada e diálogo com o referencial, de modo que a análise permaneça rastreável e fiel às condições de produção das falas. Um recorte narrativo não comparece como episódio isolado, mas como condensação de relações, normas e táticas que atravessam o cotidiano e se inscrevem na linguagem, no ritmo do relato e nas maneiras de narrar a cidade-escola-universidade.

O que as narrativas põem em movimento escreve a cidade enquanto a percorre, fazendo-a aparecer como texto e testemunho. Rios (2012, p. 165), em diálogo com Andreas Huyssen, lembra que ela pode ser lida como espaço de signos, reservatório de tempo e memória que exige múltiplas leituras para se tornar cenário de aprendizagens integradoras. Em consonância, Giovanni observa que Certeau chega a conceber a cidade como “o mais desmesurado dos textos humanos” (GIOVANNI, 2018, p. 25), reforçando a aposta de tratar o urbano como escrita em curso, atravessada por disputas de sentido e de visibilidade. Nessa heterogeneidade, como lembra Rios a partir de Huyssen, as cidades se oferecem como “um texto codificado de maneira heterogênea”, animado pela práxis cotidiana de seus habitantes (HUYSEN, 2002, p. 213, apud RIOS, 2012, p. 167). Por isso, ao ler as narrativas, interessa acompanhar como esse texto se escreve em dispositivos e encontros, definindo por onde se circula e a que custo (RIOS, 2012, p. 168).

Se a cidade se escreve, ela também se lê com o corpo, na experiência que se refaz todos os dias (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 456). Ruas, praças e edificações não são

apenas paisagem, são “textos urbanos” onde se configuram identidades e se desdobram biografias (RIOS, 2012, p. 166–167). Nesta pesquisa, a cidade-escola-universidade aparece como um grande caderno em que as trajetórias juvenis escrevem e são escritas, e em que disputas por visibilidade deixam marcas que ultrapassam muros institucionais, ecoando o modo como porta, corredor e demais espacialidades se tornam focos de subjetivação (GUATTARI, 2012, p. 143).

O que se lê com o corpo não se encerra na experiência individual, porque também reorienta, por dentro, a escrita pedagógica da cidade-escola-universidade. Com Certeau (2014), retomado aqui como lente já trabalhada, essas variações podem ser acompanhadas nas maneiras de fazer que dobram dispositivos e redistribuem possibilidades. No corpus, isso aparece quando uma apresentação de teatro na escola se torna experiência de ressignificação, quando se evita uma avenida porque o vento, ao bater na roupa, delinea o corpo e torna a travessia desconfortável, ou quando a biblioteca funciona como território de visibilidade menos custosa. É nesse texto em movimento que práticas juvenis introduzem variações nem sempre visíveis de imediato (RIOS, 2012, p. 168), e é também aí que Romero e Zamora aproximam a dimensão micropolítica da ideia de aprendizado-invenção, entre reconhecimentos automáticos e criação de novos territórios existenciais (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 460). Por isso, a leitura do corpus se distribui em três eixos, para acompanhar onde a circulação se torna possível ou custosa, que sentidos se depositam nos territórios afetivos e quais táticas sustentam presença quando a norma tenta fixar.

O primeiro eixo acompanha circuitos urbanos e escolares que compõem o cotidiano dos participantes. O interesse não é tomar a cidade como pano de fundo, mas ler como ela comparece nas narrativas como trama de deslocamentos e interdições, zonas de sociabilidade e pontos em que circular se torna mais custoso. O segundo eixo se volta aos sentidos atribuídos aos territórios afetivos, observando como certos lugares se tornam abrigo, pertença, exposição, risco ou memória e como esses sentidos se reordenam na narrativa. O terceiro eixo aproxima-se das táticas cotidianas mobilizadas para negociar visibilidade, segurança e afeto, atento a operações situadas e gestos miúdos que articulam corpo, tempo e circulação, sustentando permanência e vínculo sem transformar invenções em heroísmo nem reduzir as experiências ao dano. A partir daqui, a análise começa pelos circuitos e modos de ocupação, seguindo as trilhas por onde a vida circula.

4.2.1 Eixo 1: Circuitos urbanos e modos de ocupação

Este primeiro eixo toma os circuitos urbanos e educacionais como prática, não como pano de fundo. Interessa menos onde a cidade está e mais como ela aparece no relato, como trama de deslocamentos, interdições e escolhas de trajeto, de companhia e de permanência, com seus custos e pontos de apoio. O Circuito¹¹, aqui, não é só percurso geográfico, é modo de produzir espaço no uso e na repetição do cotidiano, articulando artes de dizer e artes de fazer na materialidade das narrativas (CERTEAU, 2014). Nos recortes, cidade, escola e universidade aparecem dobradas em *dentrofora*, compondo a cidade-escola-universidade como malha em que circulação e escolarização se coproduzem.

Em lugar de uma leitura panorâmica da cidade, como se um olhar de cima pudesse organizar o que se passa em baixo, este eixo se ancora no chão das práticas, onde os circuitos se fazem por seleções, desvios e ajustes. O gesto de mapear, aqui, é sustentar atenção ao ordinário sem convertê-lo em quadro estável, acompanhando o que não se deixa reduzir ao visível.

A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um deslocamento das práticas [...] Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível.” (CERTEAU, 2014, p. 158–159).

Nesse limite do visível, onde o cotidiano se anuncia por rastros e não por totalidades, os circuitos se tornam legíveis como gramática prática do possível. O que se busca não é fechar a cidade numa representação coerente, mas acompanhar como ela é narrada e praticada em ritmos, recuos e escolhas que definem onde se pode estar, quando se pode estar e a que custo. Mapear, nesse sentido, não é reduzir a experiência a um traçado linear de rotas, pois o mapa, quando vira abstração geométrica, tende a ocultar variáveis do vivido, como relevo, clima, riscos e desvios que reorganizam a própria possibilidade de passagem (RAMOS; PEDRINI; RODRIGUES, 2019, p. 145). Como alerta Certeau, “o traço vem substituir a prática” e pode “metamorfosear o agir em legibilidade”, fazendo esquecer “uma maneira de estar no mundo” (CERTEAU, 2014, p.

¹¹ O circuito é tomado aqui como categoria prática. Não é o desenho do caminho, é a gramática que organiza a circulação. Por isso começa antes do trajeto, nas condições que o tornam possível ou evitável, em clima de vigilâncias, pertencimentos, custos e pontos de apoio.

163–164). Por isso, este eixo lê os circuitos como arranjos situados de acesso e impedimento, em que o corpo calcula custos, identifica margens de segurança e narra o que precisa contornar e negociar para seguir em movimento.

O recorte surge de uma pergunta de abertura, quase de protocolo, onde nasceu, onde cresceu a maior parte da vida e onde vive hoje. A resposta de Jacuípe, porém, não se organiza como ficha biográfica. Ela começa com um pequeno acontecimento e com uma imagem que ele mesmo cultivava, como se localizar no território já fosse, desde o início, um modo de dizer-se. A narrativa ganha riso, ganha corpo, e a origem aparece menos como ponto e mais como passagem.

Eu nasci em São Félix, só que depois eu fui morar em Muritiba, que fica basicamente em cima da Serra de São Félix. [sorriso] E aí eu costumo dizer que eu nasci no meio da ponte, porque minha mãe desceu Muritiba. E aí, não estava ainda com dilatação suficiente e foi andar na ponte entre São Félix e Cachoeira. [gargalhadas] (Jacuípe)

A força dessa formulação não está apenas na imagem, mas no modo como ela se oferece como apresentação de si. “Eu costumo dizer” indica que não se trata de um dado bruto, mas de uma forma de enunciar a própria origem, já ensaiada e recontada, organizando a experiência. O riso e o sorriso também entram na cena como parte dessa elaboração, fazendo da ponte uma lembrança que se conta e se sustenta no corpo. Nesse gesto, a memória aparece menos como arquivo e mais como operação que medeia a relação com o espaço, pois “a memória mediatiza transformações espaciais” (CERTEAU, 2014, p. 149). O que se narra, então, não é apenas onde se nasceu, mas um modo de se situar, em que a origem se desloca do ponto fixo para a passagem.

O trecho não fala só de onde se nasce, fala de como se atravessa. A serra, a descida, a ponte, a ausência de “dilatação suficiente”, o riso que acompanha o relato, tudo compõe uma geografia prática em que corpo, tempo e deslocamento aparecem colados, e a ponte vira marcador, não apenas lugar, mas forma de se situar. Nesse recorte, território não é apenas aquilo que se habita, é aquilo que se atravessa para que a vida continue (HAESBAERT, 2004, p. 39). Essa costura inicial já sugere que circular envolve esforço e escolhas de passagem, mesmo antes de isso ser nomeado como custo.

No modo como Jacuípe conta, a travessia não entra como detalhe biográfico, ela aparece como forma de situar a própria origem. “Nasci no meio da ponte” desloca a ideia de ponto fixo e faz do movimento uma maneira de dizer-se, com humor e com corpo, já no início do relato. Como chave de leitura, a travessia ajuda a perceber que o circuito

começa antes do trajeto, nas condições de permanência e nos regimes de visibilidade e de climas de vigilância que tornam certos lugares difíceis de sustentar e outros necessários de alcançar. Isso aparece com mais nitidez quando Jacuípe contrapõe cidades e nomeia, com humor e firmeza, o que fica e o que precisa ser cortado, e é nesse contraste que a pergunta sobre saudade faz o relato ganhar corpo.

O recorte emerge de uma pergunta direta do pesquisador sobre a saudade. Ao ouvir “Você sente saudades de lá...?”, Jacuípe responde sem hesitar, e o riso já entra como marca da posição que ele assume diante desse retorno.

De Muritiba? Não, não! (Risos) Cachoeira e São Félix, acho que se eu fosse nascido, por exemplo, nascido e criado lá, eu acho que sentiria [saudades]. Porque é uma cidade muito artística, e tem uma energia muito forte, assim, cultural. Mas, Muritiba, não, é bem tranquila. Tudo de diferente, lá vira manchete. Nossa! Então... não, não curto não. Quando eu volto pra lá, por exemplo, pra visitar a família, eu penso que eu parei no tempo. É uma coisa assim, bem estranha. Então, só fica ali mesmo, volta pra cá, corro e volto pra cá... E aí, nisso tudo, eu pensei assim. Não, não tem como ficar morando aqui! E, minha faculdade é lá [Feira de Santana]. Não, vou morar! Vou pra lá pra morar! (Jacuípe)

O deslocamento aparece como necessidade e como projeto. O recorte narrativo não se apresenta como mobilidade abstrata, mas como decisão produzida sob condições bem específicas, pois “as práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social” (CERTEAU, 2014, p. 162–163). “Tudo de diferente vira manchete” funciona como regra de visibilidade e controle, uma frase que descreve como a diferença se torna exposta e comentada, e por isso já opera como marcador do custo de existir naquele território. “Corro e volto pra cá” (Feira de Santana) não é apenas voltar, é encurtar o tempo de permanência, como se a circulação precisasse reduzir o contato para conter a vigilância. Já “parei no tempo” acrescenta uma temporalidade do retorno, um retorno que pesa e prende, e por isso “vou morar” aparece como reposicionamento, deslocar a cena de vida para outro regime de convivência, reorganizar redes e sustentar outra margem de manobra. A faculdade entra como motivo, mas o efeito é mais amplo, morar em Feira de Santana reordena a gramática do cotidiano, o que pode ser feito, dito e sustentado, e com que custo.

Circuitos também podem aparecer como movimento inverso, em vez de expansão, há contração. Nesses casos, a resposta à cidade não é ir mais longe, mas reduzir o desenho do cotidiano para torná-lo manejável, recortando o possível e administrando a exposição. Nessa chave, a repetição não é simples reiterar, porque “o que aparentemente

se repete, no próprio processo da repetição, tanto se reitera como se recria” (ZACCUR, 2003, p. 180). O circuito se organiza por repetição e por fronteiras internas, aquilo que entra com frequência e aquilo que tende a ficar fora do trajeto praticado. Em Peixes, essa lógica aparece como rotina concentrada, quase sempre entre poucos pontos.

O recorte narrativo nasce de uma pergunta simples sobre o que ele costuma fazer no cotidiano e quais espaços frequenta. A resposta vem em forma de lista ritmada, com idas e voltas, como se o próprio dizer precisasse acompanhar a forma do circuito.

Minha rotina? Minha rotina basicamente é a UEFS, vamos dizer assim. UEFS, casa, casa, UEFS, tipo isso, não vou dizer que eu não saia, tipo, ah, tem alguma coisa assim, um rolê, alguma coisa, mas vamos dizer que não muito, então, 90% UEFS, casa, basicamente, tipo, ah, um evento, tipo, sei lá, FLIFS, alguma coisa assim, tipo, ah, vou passar no centro, mas raramente eu vou no centro, fazer compras ou alguma coisa assim, então, digamos que não saia muito não, consideravelmente... Tem uma questão que pode parecer que uma pessoa que cresce no meio rural, quando está em um lugar que tem mais coisas, essa pessoa queira ir para todos os lugares e tudo mais. É uma coisa que eu também tenho vontade, mas é porque tenho outras questões também, em si... talvez, além da rotina, estaria o CUCA. Aí a gente já coloca agora o CUCA, né? Casa, UEFS, CUCA. (Peixes).

O circuito de Peixes é concentrado e ritmado pela repetição, e o modo de dizer já mostra isso em operação. “Vamos dizer assim” e “digamos” funcionam como marcas de ajuste, ele mede o que afirma e como afirma, e esse cuidado acompanha a própria construção do circuito. Quando enuncia “90% UEFS, casa”, a porcentagem não opera como número neutro, mas como regra de vida, a repetição produz previsibilidade e, com isso, torna a circulação sustentável. Na sequência, “raramente eu vou no centro” demarca uma fronteira interna e deixa entrever que o circuito é também seleção do que se evita e do que custa.

A autocorreção que aparece quando ele antecipa o que “pode parecer” esperado de alguém “do meio rural” e, em seguida, reencaixa a frase com “outras questões” sugere um ajuste à expectativa alheia, como se o relato precisasse negociar uma narrativa pronta sobre deslocamento e disponibilidade urbana e como se a circulação fosse regulada também por essa autorregulação do dizer. Ao final, “Casa, UEFS, CUCA” mostra uma extensão seletiva, um ponto cultural que entra no circuito sem dissolver a concentração, como se o cotidiano precisasse de poucos lugares para sustentar pertencimento e reduzir desgaste.

No caso de Pojuca, o circuito aparece como uma organização do dia, em que estudo, deslocamento e escolhas institucionais se ajustam para caber na vida. O relato faz

ver como tempo e espaço se coproduzem na experiência de escolarização, e como a narrativa vai marcando viradas, insistências e reencaixes sem perder o humor.

O recorte narrativo nasce de uma pergunta de abertura sobre origem e moradia. Ao ser convidado a falar “um pouco sobre Pojuca”, ele responde com sorriso e riso, e a história já se organiza como percurso.

[...] indo morar em Guaibim, eu continuo estudando em Valença, né? Nesse processo que eu te falei que eu ia pra outra cidade pra estudar, então eu ia todo dia estudar. Fiz o ensino médio, fundamental e resolvi fazer faculdade, eu sempre tive essa ideia de que eu precisava estudar, até por conta da referência que eu tive em casa, né? [sorriso] Meu pai sempre foi professor e sempre entendeu muito como o estudo, ele é importante na vida das pessoas, né? Era exemplo vivo, então não tinha pra onde eu correr. [riso] E aí, eu fiz faculdade, eu tinha passado numa faculdade privada em Salvador, e aí eu fui tentar essa a faculdade de Psicologia, só que não deu muito certo e eu acabei voltando, acabei voltando pra Valença... eu passei na UEFS no segundo semestre. E passei exatamente para.... Pedagogia. Que eu não queria. [risos] E aí a ideia de passar em Pedagogia, qual era? Eu vou passar em Pedagogia, que eu vou conseguir tranquilamente e de lá eu troco Psicologia. E aí, eu caí nesse conto do vigário que eu iria trocar. Entrei em Pedagogia e me apaixonei. [ênfase] (Pojuca)

Aqui, o circuito se faz como engenharia do dia e como deslocamento de sentido. Quando Pojuca repete “eu ia todo dia estudar”, ele define uma regra prática de permanência, uma rotina que precisa funcionar para que o percurso não desabe. “Não tinha pra onde eu correr” fecha alternativas e dá ao estudo o estatuto de caminho que se impõe, e os risos, junto do “conto do vigário”, marcam uma autoconsciência narrativa do plano inicial. “Me apaixonei” registra a inflexão que reorganiza o percurso, deslocando a ideia de etapa provisória para a de encontro que reordena o sentido do caminho. Nessa direção, Zaccur observa que “espaço e tempo se cruzam nos inesperados acontecimentos colocando em cena a turbulência, o imprevisto” e que “na vida viva do cotidiano [...] prevalece o tomar a palavra, a operatividade e a reinvenção” (ZACCUR, 2003, p. 191).

Há ainda uma tática muito concreta no modo como Pojuca organiza o circuito institucional da formação. Ao dizer que passou em Pedagogia “que eu não queria” com a intenção de “de lá eu troco Psicologia”, ele descreve uma tática de entrada fundada em cálculo do possível, escolher uma porta viável para tentar alcançar outra. “Caí nesse conto do vigário” não apaga o cálculo, ele marca o ponto em que o plano é revisto no próprio trajeto, quando a experiência produz outra aderência. Nesse movimento, a circulação não acontece só entre cidades, ela atravessa expectativas, instituições e escolhas, e o circuito

se revela como montagem de acessos, tentativas e reencaixes que fazem a formação caber na vida.

Ao ser perguntado sobre como ele se sente em Feira, a resposta vem em contraste, com pausas e autocorreções, como se o próprio vocabulário precisasse acompanhar a mudança de paisagem.

Cara! Eu aprendi, sabe? A gostar de Feira. Porque a realidade de Feira é muito diferente, né? E às vezes eu me pego pensando como é interessante, eh... como a realidade de Feira de Santana enquanto cidade se distanciava da minha realidade de Valença, porque pensando em Valença é uma cidade primeiro que litoral, de litoral né? Tem muita praia perto, tem muito verde, não que aqui não tenha, mas tipo, como é que eu posso dizer? O clima é diferente, a vegetação é diferente de Valença, porque se trata da cidade do litoral. Aqui é totalmente diferente. Quando eu vim pra Feira eu me impressionei porque eu estava começando a entrar no sertão. Eu nunca...eu não tinha conhecido o sertão... Feira por mais que ela ainda deixe muito a desejar em vários aspectos, né? Em se tratando de cidade mesmo, de gestão pública, que eu creio que não seja diferente em nenhum outro lugar de nosso país... ainda assim Feira me acolhe. (Pojuca)

A abertura “Cara! Eu aprendi... a gostar de Feira” já marca que a relação com a cidade não é imediata, ela se constrói no tempo, como aprendizagem do cotidiano que acompanha a própria montagem do circuito. Quando Pojuca compara Feira e Valença, o circuito aparece como orientação por contraste. Não é só rota, é um modo de se situar entre clima, vegetação e paisagem, e também pela marca de entrada em outro território, “começando a entrar no sertão”, “eu não tinha conhecido”. O ajuste aparece na linguagem, “como é que eu posso dizer”, “eu nunca...”, como se a fala precisasse se recalibrar para dizer o novo. O “por mais que” mantém a dobra crítica e impede idealização, e “Feira me acolhe” aparece como gesto de reconhecimento que ancora permanência, sustentando rotina, estudo e presença. Nesse contraste, a cidade se torna espaço relacional, onde paisagem, gestão pública e acolhimento entram como práticas que configuram o possível de circular e permanecer, e é nesse sentido que “o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva” (MASSEY, 2008, p. 274).

O possível de circular e permanecer não se organiza apenas por contrastes territoriais, ele depende de condições concretas de movimento, entre elas o tempo. Mesmo quando há desejo de fruição e encontro, a circulação precisa caber em agendas, turnos e calendários que autorizam ou impedem presença, e é por esse operador, o tempo, que este eixo se desloca agora.

A fala aparece quando a conversa chega aos lugares que ele frequenta e à pergunta se isso lhe basta ou se sente falta de outros espaços. Subaé responde puxando a vida cultural como desejo de inserção e, ao mesmo tempo, como algo que não se realiza na medida que ele gostaria. A frase vai e volta entre vontade e limite, e é nessa oscilação que o circuito se revela como calendário praticado.

Eu tenho tentado me inserir mais no ambiente cultural, que é na coisa do teatro, disso tudo... eu tenho essa coisa de querer entender mais da arte, de gostar, de assistir alguns espetáculos esse ano, muito menos do que o que eu gostaria. Porque infelizmente, os espetáculos geralmente são nas sextas-feiras, e na sexta tenho aula... Mas, eu sinto falta de a gente estar mais presente nesses ambientes culturais. No Amélio Amorim, no Cuca, no Margarida Ribeiro, esses teatros que são coisas que me interessam, eu gosto, eu me sinto bem. Aquele espaço me traz uma tranquilidade, me faz pensar. (Subaé)

Aqui, o circuito cultural não é extra. Ele aparece como parte do modo de sustentar o cotidiano, e isso se vê na gramática do próprio recorte. Subaé organiza o desejo por uma sequência de verbos que não são ornamentais, “tentar”, “querer”, “gostar”, “assistir”, e a plasticidade verbal ajuda a ver como tempo e possibilidade se articulam, pois “os verbos se flexionam em pessoa, tempo e modo” e “há formas verbais para [...] expressar tensões, desejos e possibilidades” (ZACCUR, 2003, p. 189). Ele não diz apenas que gosta de teatro, ele descreve um movimento de inserção, “tenho tentado me inserir”, como se acesso cultural exigisse trabalho de aproximação e continuidade. Em seguida, ele mede a própria experiência por uma falta concreta, “muito menos do que o que eu gostaria”, e localiza o motivo numa regra temporal, “os espetáculos geralmente são nas sextas-feiras, e na sexta tenho aula”. Não é uma queixa genérica, é um choque entre dois regimes de tempo. Um tempo cultural, marcado por programação e o calendário da cidade, e um tempo institucional, marcado por aula, turno e obrigação. O circuito aparece, assim, como calendário praticado e não apenas como geografia.

A lista de espaços não funciona como enumeração gratuita, ela desenha pontos de apoio. Ao nomear “Amélio Amorim”, “CUCA”, “Margarida Ribeiro”, Subaé marca territórios onde “eu gosto” e “eu me sinto bem”, e essa repetição de primeira pessoa produz pertencimento. Quando acrescenta “me traz uma tranquilidade, me faz pensar”, ele atribui função a esses lugares, deslocando o circuito cultural da categoria lazer para a de sustentação do cotidiano. Nesse sentido, o bem-estar não aparece como sentimento privado desligado do espaço, ele se ancora numa prática situada, pois, como sugere Certeau, “Gosto muito de estar aqui! é uma prática do espaço” (CERTEAU, 2014, p. 176).

É justamente por isso que “na sexta tenho aula” pesa. A frase não corta apenas um evento, ela corta um modo de recompor a vida, porque transforma o desejo de presença cultural em conflito com o tempo institucional. O recorte torna visível que o acesso à cidade não se mede só por desejo ou por oferta de equipamentos, mas por disponibilidade temporal, e que disponibilidade é também política do cotidiano, pois distribui quem pode estar, quando pode estar e com que inteireza.

Quando Subaé diz “sinto falta de a gente estar mais presente nesses ambientes culturais”, ele desloca a fala do “eu” para um “nós” e sugere que o circuito cultural depende também de copresença, frequência e continuidade, como se esses lugares pedissem um corpo coletivo para se manterem vivos como prática. Assim, a falta que ele nomeia não é apenas pessoal, ela toca a maneira como o urbano pode ser habitado como espaço de formação.

O recorte narrativo nasce do pedido inicial do pesquisador para que Cavaco se apresente, diga onde nasceu, de onde veio e onde vive atualmente. A resposta não se organiza como ficha breve; ela se alonga como percurso, encadeando lugares e passagens, como se apresentar-se exigisse narrar idas e voltas, registros, a entrada na universidade e a mudança para morar sozinho. Nesse modo de contar, “vir estudar” já comparece atravessado por mediações formais e familiares, que tornam o deslocamento possível dentro da vida.

[...] eu nasci em Cachoeira, mas fui registrado em Cruz das Almas e morei lá durante um período. Depois eu mudei, morei na Chapada Diamantina, na cidade de Marcelino de Souza entre Iaçú e Itaberaba, depois voltei para a Cruz das Almas, passei o resto da minha adolescência lá, dos 9 aos 17 anos. Daí, fiz curso técnico durante o ensino médio na pandemia, né? Eu sou formado, como técnico em Administração. Aí, entrei pra UEFS e me mudei pra cá. Saí da casa dos meus pais com 17 anos. [risos] Eu fiz a minha matrícula, eu tinha 17 anos, eu precisei que a minha mãe assinasse o termo de consentimento que permitisse que eu viesse estudar aqui, né? Daí, comecei a morar sozinho. Então, eu moro sozinho até hoje, tenho uns três anos que moro aqui em Feira de Santana. Faço curso de Letras, atualmente no sétimo semestre, me formando semestre que vem se tudo der certo. [risos] (Cavaco)

O recorte de Cavaco condensa uma cartografia por encadeamento. Ele não parte do agora para retornar ao passado; alinha lugares como se a identidade fosse sendo dita no próprio movimento. A cadência dos verbos marca essa escrita de si, “nasci”, “fui registrado”, “morei”, “mudei”, “voltei”, “entrei”, “saí”, “comecei”, “moro”, e faz do circuito uma montagem que é também temporal, porque cada passagem situa um período e o integra ao mesmo mapa. Assim, a circulação não se oferece como rota atual isolada,

mas como acúmulo de reencaixes que produz uma forma de estar e que precisa ser narrada em continuidade para ganhar sentido. Assim, deslocar-se não é só atravessar um cenário, é produzir lugar no próprio gesto, no jogo dos passos que tece o vivido (CERTEAU, 2014, p. 163). Para o eixo, o circuito se torna legível como história de deslocamentos que se sedimentam, se recombina e sustentam um presente de permanência.

Essa cadeia de deslocamentos impede que a circulação seja lida como simples perda de território, como se mover-se significasse apenas desfazer pertencas. No recorte, cada passagem vem acompanhada de recomposição, “fui registrado”, “morei”, “voltei”, “entrei”, “me mudei”, e faz ver que o movimento também produz amarrações, redes e rotinas, até que a permanência em Feira apareça como efeito de montagens sucessivas. O “fui registrado em Cruz das Almas” desloca a apresentação para uma camada documental, como se a vida também precisasse dizer-se por registros, permissões e garantias. É nessa chave que o circuito de Cavaco se aproxima da multiterritorialidade, entendida como a vivência concomitante de diferentes territórios e a produção de territorializações no e pelo movimento. Haesbaert formula isso ao lembrar que “não há desterritorialização sem reterritorialização” (HAESBAERT, 2010, p. 20).

A idade, “saí da casa dos meus pais com 17 anos”, coloca a autonomia como processo ainda em feitura, e o termo de consentimento assinado pela mãe mostra que “vir estudar” não depende apenas de desejo, mas de autorização e mediação institucional. Quando ele marca “na pandemia, né?”, o tempo histórico entra no circuito como condição, não como pano de fundo, e atravessa a própria forma de chegar à universidade. O que aparece como mudança também é composição de suportes, rede familiar, dispositivo formal, burocracias que autorizam ou podem impedir presença, fazendo com que deslocamento e permanência sejam negociados por instâncias que excedem o indivíduo. Mesmo narrada com risos, essa passagem não perde densidade, ela é incorporada como parte do percurso e como gramática prática que torna possível morar, estudar e circular na cidade-escola-universidade.

No encerramento do relato, quando Cavaco fecha com “moro sozinho até hoje” e com o “sétimo semestre... me formando”, o circuito se estabiliza como permanência narrada, mas essa permanência aparece como efeito de montagem, não como linha reta. “Moro sozinho” não entra apenas como circunstância, ele marca um modo de sustentar o percurso e uma escolha que atravessa outros relatos, onde o estar só aparece como forma de organizar o cotidiano fora da casa de origem, exigindo ritmo próprio, escolhas e manejo de si. Nessa direção, a noção de “solidão deliberada” ajuda a nomear essa abertura

como “um espaço de experimentação de novas formas de vida” (ALMEIDA; EUGÊNIO; BISPO, 2016, p. 16). Assim, a cidade-escola-universidade comparece como condição de sustentação, e o circuito se compõe de decisões, mudanças e apoios que tornam possível estudar, permanecer e circular.

Postos em relação, os recortes do eixo deixam o circuito aparecer como chave do cotidiano narrado. Ele não designa apenas por onde se circula, mas o que torna a circulação possível ou impossível em cada contexto, entre vigilância, tempo institucional, mediações familiares, necessidade de contrair o desenho do cotidiano, desejo de fruição e pontos de apoio. Nessa camada, as masculinidades em dissidência comparecem menos como explicação direta e mais como aquilo que incide sobre a gestão da presença, do risco e da exposição.

Em Jacuípe, o circuito se configura como abertura de distância diante de um regime de visibilidade que transforma a diferença em manchete e faz do retorno uma experiência de peso. Em Peixes, o circuito se contrai como modo de sustentar pertencimento e reduzir exposição, e “raramente eu vou no centro” delimita uma fronteira interna que não precisa se justificar para operar como marca de custo. Com Pojuca, o circuito se apresenta como rotina esticada e como contraste de territórios, e “Feira me acolhe” funciona como marcador de permanência. Em Subaé, a cidade cultural aparece como suporte, mas atravessada pelo turno da aula. Em Cavaco, a cadeia territorial e o termo de consentimento evidenciam que circular envolve reencaixes, autorizações e condições formais. Assim, em registros distintos, o circuito se mostra como gramática prática que organiza o possível, preparando o terreno para que, nos eixos seguintes, os sentidos dos territórios e as táticas cotidianas tornem mais explícitas as operações de masculinidade em jogo. O que este eixo recorta, portanto, são as condições cotidianas de circulação e de permanência, onde diferença e norma aparecem menos como tema declarado e mais como custo, modulação e gestão da presença.

4.2.2 Eixo 2: Territórios afetivos, sentidos e significados

No Eixo 1, o esforço esteve em mapear por onde a vida circula e com que custo, tornando visíveis trajetos, ritmos e pontos de apoio que fazem a cidade-escola-universidade comparecer como prática. Aqui, o olhar se desloca para outra pergunta, o que esses lugares significam e o que convocam no corpo. Interessa menos o desenho do percurso e mais a espessura do laço que se cria com certos espaços, laço que pode acolher

e ferir, orientar e constranger, proteger e expor. Se o circuito nomeia a gramática do deslocamento no cotidiano, território afetivo nomeia a experiência de mundo que se instala quando um lugar deixa de ser apenas cenário e passa a operar como fonte de sentido, de memória, de risco ou de reconhecimento.

Nesse registro, território não é apenas recorte físico, é modo de existência situado, composto por lembranças, sensações e avaliações sobre o que se pode e o que se torna custoso em cada canto da cidade. Afeto, aqui, não aparece como sentimento íntimo isolado, mas como produção na relação, com o olhar do outro, com normas em circulação, com instituições, com presenças que autorizam e também interditam. Nessa direção, “afetos não são propriedades individuais, mas modos de relação social” (SAFATLE, 2022, p. 10), o que pede reconhecer sua produção social e a maneira como o cotidiano é atravessado por uma gestão da sensibilidade. Como lembra Silva, “as topografias da vida cotidiana são impregnadas de emoções e sentimentos”, e os lugares viajam conosco através do afeto, participando da memória individual e coletiva (SILVA, 2017, p. 109). Por isso, o eixo se aproxima das narrativas como cartografias sensíveis, nas quais biblioteca, campus, centro, espaços culturais, bairros e deslocamentos adquirem valor não apenas pelo onde, mas pelo tipo de vida que deixam acontecer. Nesse plano, ao atribuírem sentido ao território, os participantes enunciam também um modo de se situar, de se proteger, de desejar e de pertencer.

Antes de perguntar por onde a vida circula, este eixo pergunta pelo que os lugares fazem na vida. Em Peixes, a passagem do meio rural para Feira de Santana não aparece como simples troca de cenário, mas como deslocamento afetivo que reordena horizonte, desejo e sensação de possibilidade. Território não é apenas o chão que se pisa, é o modo como a existência se sente autorizada ou comprimida em certos espaços, levando consigo lembranças, feridas e expectativas.

Pesquisador: Como você se sentiu nesse processo de transição entre Rafael Jambeiro e Feira de Santana?

Peixes: Eu senti uma questão confortável, porque, tipo, eu... um dos principais motivos de vir à Feira, foi essa questão que sempre foi um pouco... eu achei distante essa questão de realizar os sonhos e estar no meio rural. [contemplativo] Porque uma coisa que eu não falei é que eu cresci na parte rural do município de Rafael Jambeiro. Então, essa questão de ver um horizonte diferente do que eu cresci, foi uma... uma coisa que eu senti, que foi uma coisa libertadora para mim, então sim, eu senti que foi uma coisa até confortável, tipo, não senti nada, tipo, a saudade de onde eu cresci, tipo, ou querendo voltar, tipo, algo desconfortável de estar em uma cidade nova, não foi algo que eu senti não, digamos assim. (Peixes)

A formulação “eu senti uma questão confortável” não funciona apenas como avaliação, ela tenta firmar a mudança como experiência de baixo atrito. O retorno ao “confortável”, junto do “não senti nada” e do “não foi algo que eu senti não”, recusa um roteiro esperado de transição, aquele que supõe saudade como obrigação e desconforto como regra. Quando ele diz que um dos principais motivos de vir foi a distância entre “realizar os sonhos” e “estar no meio rural”, o território se desloca para o campo do possível, e é por isso que “ver um horizonte diferente” ganha peso. Horizonte, aqui, não é paisagem, é medida de alcance, é o encurtamento da distância entre desejar e realizar, na mesma frase em que ele nomeia a experiência como “libertadora”.

Ao aproximar “libertadora” de “confortável”, o dizer não enfeita a experiência, ele a doseia. Nomeia a ruptura sem convertê-la em euforia, como se a passagem pudesse ser vivida como permissão, e não como perda. A sequência de negações sustenta esse gesto, “não senti saudade”, “não senti querer voltar”, “não foi algo desconfortável”, e a recusa repetida separa origem de obrigação de retorno, assim como separa mudança de sofrimento inevitável. Nesse movimento, desloca-se também a expectativa sobre a zona rural, porque o recorte não aceita que a ida a uma cidade de porte maior exija, por regra, estranhamento que imobiliza ou nostalgia mandatária, e sustenta, no próprio modo de dizer, a possibilidade de habitar o novo como abertura atravessada de ambivalências. Nessa direção, “a lugaridade expressa esses horizontes de ambiguidades e aberturas experienciais” (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 93-94). Essa abertura não apaga a origem, apenas recusa que ela funcione como destino afetivo.

A narrativa faz uma dobra e recoloca o passado como algo que se carrega, não como lembrança distante, mas como marca insistente que não se dissolve com a mudança de cidade. Antes de nomear o bem-estar na universidade, o dizer estabelece um limite, não se trata de apagar, mas de reorganizar a forma de seguir com o que permanece. Nesse horizonte, a UEFS aparece como lugar onde o cotidiano pode ganhar outra forma, ainda que o vivido continue presente. Como lembram Rosa e Barcellos, “lembrar não é somente reviver, mas também realizar a reconstrução entre a atualidade e as experiências do passado” (ROSA; BARCELLOS, 2021, p. 12).

Como eu falei, carregamos coisas do passado, tipo... traumas ou vivências, então essas vivências eu continuo carregando é impossível apagá-las, mas eu considero sim um ambiente [UEFS] que me proporciona um bem estar que eu não tinha antes, sei lá, que eu me senti um pouco dentro de uma gaiola, vamos citar Rubem Alves. (Peixes)

A fala começa com “como eu falei”, e essa retomada reinscreve continuidade. O passado não entra como algo distante, entra como aquilo que se carrega no presente, e o verbo no plural, “carregamos”, desloca a experiência do registro privado para uma condição partilhável, como se ele buscasse dizer sem se fechar na forma da confissão. A sequência “tipo... traumas ou vivências” também importa, porque o “tipo” marca cautela, aproxima sem encerrar, e a pausa abre espaço para que o sentido seja dito com cuidado. Quando afirma “é impossível apagá-las”, ele fixa um limite, a universidade não aparece como promessa de apagamento, mas como possibilidade de bem-estar em convivência com o que permanece. E quando ele acrescenta “eu me senti um pouco dentro de uma gaiola”, abrindo a referência a Rubem Alves, o território afetivo se torna imagem, não para dramatizar, mas para dar forma ao contraste entre contenção e abertura. Nesse ponto, a ideia de palimpsesto ajuda apenas como apoio breve, novas inscrições não apagam as anteriores, elas se mesclam a traços que resistem (HISSA; MELO, 2008, p. 297).

O “mas” vira eixo do enunciado. Não como contradição simples, mas como articulação entre a permanência do passado e a possibilidade de outro presente. “Eu considero sim um ambiente [UEFS]” é uma formulação medida, mais avaliativa do que triunfal, e “me proporciona um bem estar que eu não tinha antes” situa o efeito no campo do vivido. Não é “eu virei outra pessoa”, é “eu tenho algo que não tinha”. O “sei lá” mantém a frase aberta e mostra que esse bem-estar não vem como certeza fechada, vem como algo que se tenta nomear enquanto acontece, sem pretender explicação total. E é nesse contraste, dito com medida e sem triunfo, que a universidade se firma como território afetivo em que o cotidiano ganha fôlego.

Com o passado à espreita entre o que se diz e o que fica por dizer, a abertura vivida como bem-estar e possibilidade não impede o retorno de marcas antigas. A escola reaparece como território afetivo de memória, não como fase cronológica, mas como experiência em que presença, olhar e pertença se tornam questões sensíveis. Mesmo quando o retorno ao espaço escolar se dá por motivo prático, o que volta não é apenas o prédio, volta um modo de sentir, como se certas lembranças reativem, no corpo, a medida do que ali foi possível e do que ali apertou.

Eu me senti um pouco deslocado na escola, principalmente, vamos dizer assim, entre 10 e, deixa eu ver quando é que sai do 9º ano, sei lá, 13 anos, entre 11 e 14 anos, vamos dizer assim. Foi um período difícil para mim, vamos dizer assim, sobre essa questão de se sentir deslocado na escola. Então, acho que não considero um momento fácil, não, esse momento de adolescência, principalmente entre 11 e 15 anos. E é um momento de descoberta também em

relação a como funciona, tipo, como você vê o mundo, como você se vê, sexualidade, tudo é período entre 13, 14 anos e por aí, que uma pessoa pode vir a pensar, então foi um momento difícil. (Peixes)

A repetição de “vamos dizer assim” e o esforço de situar idades e séries funcionam como marcas de ajuste do dizer. A narrativa não lança o deslocamento como lembrança solta, ela procura localizar um período, aproxima e afasta datas, retoma faixas etárias, como se precisasse encontrar o recorte certo para nomear a experiência sem exagero e sem simplificação. Nesse movimento, “difícil” não aparece como sentença sobre a escola, mas como modo de dizer um tempo de pressão, em que se intensificam perguntas sobre si, “como você vê o mundo, como você se vê”, e a sexualidade entra como parte desse processo. Como lembra Miskolci, “a sexualidade envolve desejo, afeto, auto compreensão e até a imagem que os outros têm de nós” (MISKOLCI, 2020, p. 43). O deslocamento, então, não se reduz ao íntimo, ele se produz numa convivência em que olhar, comparação e norma atravessam o cotidiano e deixam marcas que podem retornar mais tarde, mesmo quando a vida já se deslocou para outros territórios.

Na sequência, o relato recorta a escola por dentro e localiza um abrigo mínimo. Não é a instituição inteira que muda de sentido, é um canto específico onde a presença encontra uma forma mais respirável de permanência, ainda que dependente de uma condição instável, estar aberto ou fechado.

Pesquisador: Na escola, teria algum espaço que você se sentisse mais confortável?

Peixes: Tinha uma sala que tinha livros¹², mas essa sala não ficou muito aberta, ficou mais fechada. E eu lembro que fui muitas vezes para lá quando estava aberta, para ler alguma coisa assim. (Peixes)

O detalhe da sala com livros cria uma dobra importante. A escola pode pesar no conjunto, mas dentro dela existe uma fresta concreta que se abre e se fecha, “não ficou muito aberta”, “quando estava aberta”. A possibilidade de ir “muitas vezes” não descreve um hábito neutro, ela sugere uma busca reiterada por um espaço onde o corpo pudesse permanecer com menos aperto, ainda que por instantes. Nessa chave, a sala deixa de ser apenas lugar na planta e aparece como espaço praticado, produzido por uma rotina de ida e permanência quando a brecha existe. Isso se aproxima do que Tavares aponta ao lembrar

¹² Tavares observa que a política de construção e ampliação da rede escolar tem sido implementada sob uma lógica de economia e funcionalidade que tende a “fazer ‘desaparecer’ das plantas escolares” espaços como bibliotecas, auditórios, quadras esportivas, laboratórios e áreas de recreação (TAVARES, 2003, p. 51).

que a escola é materialidade e também construção cultural, e que “todo espaço é um lugar percebido” (TAVARES, 2003, p. 57). O refúgio é intermitente, porque depende da abertura, e essa intermitência dá forma ao território afetivo escolar como experiência em camadas, um ambiente que pesa, mas que também guarda um ponto praticável de respiro.

Entre frestas de permanência e zonas de aperto, a convivência aparece como componente decisivo do território afetivo. Aqui, “rede” não entra como contagem de amigos, mas como modo de estar com os outros. O recorte seguinte mostra como essa rede pode existir e, ao mesmo tempo, não se sustentar, quando a convivência é atravessada por crueldade, insegurança e cautela.

Pesquisador: Rede de amigas e amigos. Você tinha?

Peixes: Eu tinha, quer dizer, uma rede consolidada, como eu falei, eu não fazia muitos amigos na época da escola, mas sim, eu tinha algumas pessoas, mas eu me senti muito fragilizado nessa época, porque é como se eu não pudesse confiar nas pessoas que eu conversava, interagia na escola, porque eram pessoas muito cruéis, às vezes. Então, eu fiquei muito, ah, eu posso confiar nessa pessoa, não. Enfim, era uma coisa, então, vamos dizer que eu não tinha uma rede de amigos tão forte assim. (Peixes)

A fala começa afirmando e recuando. “Eu tinha” é imediatamente dobrado por “quer dizer”, e esse ajuste já anuncia a ambivalência do vínculo. Ele chega a dizer “rede consolidada”, mas logo reduz o alcance, “eu não fazia muitos amigos”, “eu tinha algumas pessoas”, como se a palavra rede precisasse caber no que era possível naquele ambiente. O termo que muda o peso do enunciado é “fragilizado”, porque ele não descreve apenas estar só, descreve uma condição de relação, estar entre pessoas e, ainda assim, não conseguir apoiar-se. E quando ele encena a dúvida, “eu posso confiar nessa pessoa, não”, a rede aparece menos como presença e mais como incerteza, um laço que existe, mas que não oferece chão.

A confiança aparece como problema e, mais do que isso, como pergunta que retorna no cotidiano. “É como se eu não pudesse confiar” desloca a questão do plano de uma pessoa específica para o plano do ambiente, e a crueldade entra como razão que não precisa virar episódio isolado para produzir efeito. Quando ele diz “eu fiquei muito... eu posso confiar nessa pessoa, não”, a frase encena uma triagem contínua, uma convivência que exige avaliação permanente e impede descanso relacional. Nesse sentido, o território afetivo deixa de ser apenas o espaço físico da escola e se constitui como regime de desconfiança, um modo de estar em que a presença precisa se proteger antes de se entregar ao encontro. Em certos períodos, quando a convivência se organiza por ameaça e suspeita,

o local tende a ser vivido como gerador de medo e retração, como sugerem Souza Júnior e Sousa (2025, p. 86) ao discutirem como as condições de ameaça podem marcar a experiência de determinados locais.

Por isso, “não ter uma rede tão forte” não é apenas falta, é indicador de habitabilidade. Quando a desconfiança vira rotina, pedir ajuda, fazer amizade, circular com menor tensão e simplesmente existir em companhia passam a custar mais. E esse custo tende a permanecer como marca, porque o que foi vivido como fragilização não se encerra no tempo escolar, pode reaparecer mais tarde como cautela, como antecipação do pior, como leitura do ambiente antes de confiar. Afinal, como lembra Miskolci (2020, p. 42), é no ambiente escolar que “os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas” e, muitas vezes, “de uma forma muito violenta”.

Depois de a escola aparecer como território afetivo atravessado por desconfiança, a narrativa abre um contraste. A igreja surge como lugar seguro por um tempo, não por apagar tensões, mas por sustentar um tipo de vínculo que a escola não sustentou. Aqui, segurança deixa de significar concordância doutrinária e passa a significar convivência possível, gente próxima, encontros repetidos, um cotidiano feito de pequenas alianças. O recorte vem da pergunta do pesquisador sobre se, na relação com Rafael Jambeiro, haveria algum espaço em que ele pudesse se sentir confortável e seguro.

Ah, sim. Nesse caso, eu acho que a igreja... Eu fui católico durante a minha vida. Depois eu percebi que o agnosticismo descrevia mais os pensamentos. Descobri isso mais ou menos na minha adolescência. É contraditório, mas no período em que estive na igreja, que descobri essa questão dos pensamentos mais agnósticos, apesar de eu também, vamos dizer que eu simpatizo por algumas questões mais de magia, de questões mais ligadas a questões mais místicas, vamos dizer assim. Mas, enfim, na igreja tinham pessoas que, vamos dizer, que tínhamos coisas em comuns, tipo, assistimos às mesmas séries e tudo mais. Então, principalmente duas amigas em específico. (Peixes)

O trecho organiza a segurança por camadas. Ele começa pela trajetória de crença, catolicismo, depois agnosticismo, e em seguida marca uma palavra decisiva, “contraditório”. Essa contradição não aparece como erro, aparece como modo de existir em processo, estar na igreja e, ao mesmo tempo, descobrir pensamentos que não cabem nela. As expressões “apesar de” e “vamos dizer” funcionam como marcas de cautela no dizer, aproximando esse deslocamento interno sem transformar a fala em tese fechada. O ponto de virada, porém, não está na doutrina, está no vínculo. Quando ele diz que “na igreja tinham pessoas” e reduz o comum a algo concreto, séries, conversas, duas amigas

em específico, a segurança deixa de ser adesão e vira rede mínima, uma forma de estar com menos aperto.

A igreja entra, então, como território afetivo porque sustenta reconhecimento no cotidiano, mesmo quando o sujeito já não se sente representado pela religião como sistema. A segurança aparece menos como concordância e mais como arranjo relacional, feito de combinações e apoios que podem ser provisórios. Como lembram Souza Júnior e Sousa (2025, p. 91), “as experiências de lugar são resultantes de combinações de elementos e vinculações recorrentemente provisórias”, em “contextos de lugaridades abertos e porosos” que evocam “espectros emocionais variados”.

Depois de localizar um abrigo por um tempo na cidade de origem, a narrativa desloca a pergunta para a cidade maior e faz emergir outra camada do território afetivo. O acolhimento deixa de ser atributo geral do município e passa a ser dito por gradações, sentido mais em certos lugares do que em outros. No recorte, essa sensação é formulada com cautela, em aproximações e recuos, ao mesmo tempo em que a cidade é percebida sob um pano de fundo conservador.

Vamos dizer que eu sinto um acolhimento [por Feira de Santana]. Eu acho que tem uma questão que eu sinto, principalmente na UEFS, eu sinto mais esse acolhimento. Não que eu sinta uma rejeição da cidade em si, mas tipo... pelas redes sociais, por tudo, eu sei que é um ambiente que em Feira de Santana tem uma questão conservadora, enfim. Mas, vamos dizer que eu sinto esse acolhimento na cidade. (Peixes)

A fala se constrói por modulação. “Vamos dizer” e “eu acho” funcionam como marcas de ajuste, como se ele medisse o que afirma para não transformar sensação em sentença. Ele não diz que Feira é acolhedora, ele diz “eu sinto um acolhimento”, e logo introduz a gradação. “Principalmente” concentra o afeto em um território específico e torna a diferença entre cidade e campus universitário um dado do próprio dizer, há lugares em que o acolhimento se intensifica.

Em seguida, “não que eu sinta uma rejeição da cidade em si” evita a totalização e preserva a ambivalência, ele recusa declarar a cidade como hostil e, ao mesmo tempo, não apaga a tensão. É nesse ponto que as redes sociais entram como contraponto. Quando Peixes diz “pelas redes sociais, por tudo”, a percepção do conservadorismo não vem apenas do contato direto com o espaço urbano, ela também é mediada por outro ambiente de circulação e informação, que participa da maneira de sentir a cidade e produz cautela, leitura antecipada do risco. Assim, o território afetivo aparece em camadas, há zonas em

que a vida se solta e zonas em que a vida se recalcula, e esse reajuste passa tanto pelo chão do campus universitário quanto pelo que se vê, se ouve e se comenta sobre a cidade. Como observam Souza Júnior e Sousa (2025, p. 97), “a pluralidade de sentidos, sensações e experiências corpo-perceptivas [...] são usualmente ambivalentes e multifacetadas”.

Depois da universidade aparecer como ambiência em que a dúvida pode permanecer sem punição, a narrativa desloca o território afetivo para outro registro, o da sensação do corpo no espaço. Aqui, o sentido do lugar não se anuncia primeiro por localização no mapa, mas por textura, som, calma, arte e pelo tipo de presença que se encontra ali. O CUCA entra nesse ponto como lugar lembrado menos como trajeto e mais como experiência.

...é um local [CUCA] que eu acho legal, interessante. Tem essa questão artística, tem música, o som do piano, uma coisa bem calma. Então, eu gosto assim... Tem uma diversidade de pessoas. (Peixes)

A fala começa com “eu acho”, e esse início importa porque mantém o dizer em tom de aproximação, como se o afeto pudesse ser afirmado sem virar sentença. “Legal, interessante” não são adjetivos vazios, são uma forma econômica de nomear o efeito do lugar antes de descrevê-lo, como se o espaço fosse reconhecido pelo que faz sentir. Em seguida, ele escolhe um detalhe, “o som do piano”, e associa a esse detalhe uma qualidade corporal, “uma coisa bem calma”. O território afetivo aparece, então, como intervalo sensorial, uma pausa em que o corpo não precisa estar em alerta o tempo inteiro. E a arte entra como clima, não como consumo, um ambiente que torna possível um modo de estar.

Quando ele acrescenta “diversidade de pessoas”, o lugar deixa de ser apenas atmosfera e vira relação. O conforto não vem só do som e da calma, vem também do tipo de convivência que o espaço permite, uma presença plural em que a diferença não é automaticamente risco nem pauta pública. Nessa composição, a sensação do corpo e convivência se reforçam, uma sustentando a outra, porque “corpo e o espaço se implicam mutuamente” (LIMA, 2010, p. 67). O CUCA aparece, assim, como território afetivo por combinar ambiência e sociabilidade, oferecendo um jeito de estar que reorganiza o sentir e reduz a necessidade de defesa.

Se o CUCA aparece como território afetivo vivido no presente, há também lugares que entram na narrativa como desejo e promessa, antes mesmo de serem frequentados. Aqui, o território afetivo se anuncia no que ainda não foi vivido, mas já toma forma como expectativa e antecipação. Quando Peixes menciona o Museu de Arte

Contemporânea, ele nomeia um lugar que o afeta antes da presença física, como se a cidade pudesse ser carregada na imaginação como horizonte.

Eu queria muito ir para o Museu da Arte Contemporânea. Eu já pensei de ir lá, mas nunca fui. Mas não que tivesse algum impedimento para ir lá. Só que ainda não fui, não... parece ser um lugar muito atraente. Eu gosto dessa questão de artes, de ver algumas exposições. Então seria atrativo para mim algumas exposições lá. (Peixes)

A narrativa organiza um pertencimento por antecipação. “Eu queria muito” instala um desejo intenso e já inclui o lugar no repertório de vida, mesmo sem visita. “Eu já pensei de ir lá” aproxima a intenção do cotidiano, mas a sequência “mas nunca fui” devolve o contraste entre desejo e prática. E quando ele acrescenta “não que tivesse algum impedimento”, o não-ir deixa de ser falta ou obstáculo e aparece como adiamento, algo que ainda não se realizou, embora permaneça operando no horizonte. Assim, o território afetivo existe também como promessa, um lugar que já convoca, “parece ser um lugar muito atraente”, e se liga a uma disposição do corpo para a arte, “eu gosto dessa questão de artes”, como expectativa de encontro com exposições e com um modo de estar.

A frase “não que tivesse algum impedimento” é decisiva porque recusa a explicação fácil. Ao afastar a ideia de barreira objetiva, o dizer faz ver que o acesso não se resolve apenas entre portas abertas e fechadas. O “ainda” e o “parece” mantêm a fala no campo da possibilidade, como se o museu permanecesse como expectativa, atraente, mas ainda não incorporado ao circuito de repetição. “Eu gosto dessa questão de artes” e “seria atrativo” reafirmam afinidade e mostram que o território afetivo pode existir como chamada e promessa de encontro, sem precisar virar imediatamente prática.

Depois de o museu aparecer como horizonte desejado, a narrativa se dobra para outro tipo de território afetivo, aquele que não chama por promessa, mas retorna como marca. Entre lugares que acolhem, aparecem também os que ficam como memória incômoda, um lugar pode parecer comum por fora e, ainda assim, pesar por dentro. A escola do Fundamental 2 volta assim, como “menos confortável”, e essa gradação importa, não é tudo ou nada, é intensidade.

Eu acho que o único espaço não confortável na minha mente seria a escola em que fiz o Fundamental 2, os anos finais. Eu acho que seria esse espaço, eu entrei lá depois que eu terminei os anos finais para pegar alguns documentos pra universidade, parece um lugar comum na verdade, mas é uma questão de lembrança que não é confortável agora eu acho que vamos dizer que tem entre todos os lugares é um lugar menos confortável, mas não é um lugar que é totalmente desconfortável, mas entre todos é o menos confortável. (Peixes)

O modo como ele diz já é parte do sentido do lugar. “Na minha mente” desloca o foco do prédio para a experiência e indica que o desconforto não está na fachada, está na lembrança que atravessa o espaço. Em seguida, a fala trabalha por gradações. Ele não declara “é insuportável”, ele mede, “menos confortável”, “não totalmente desconfortável”, como se precisasse nomear sem absolutizar. Essa medida não enfraquece a marca, ao contrário, a torna mais precisa, basta ser o menos confortável entre todos para reorganizar o mapa afetivo e alterar a forma de estar no retorno. Nessa chave, Hutta ajuda a nomear essa persistência ao afirmar que “o acontecimento afetivo não é, entretanto, limitado a uma ocorrência única”, pois ele reverbera “através das memórias e, mais importante, sua narrativa” (HUTTA, 2020, p. 77). Em Peixes, essa reverberação não exige cena dramática, ela se anuncia na modulação do dizer e na necessidade de medir o incômodo como quem se aproxima de algo que ainda pesa.

O “eu acho” repetido participa dessa medição. Aqui ele não precisa significar dúvida simples, pode funcionar como pausa e amortecimento, um modo de se aproximar de uma memória desconfortável sem deixar que ela tome a fala inteira, como se a frase precisasse ganhar margem para dizer o que pesa sem se quebrar. A mesma função aparece no “parece um lugar comum”, que reconhece a aparência neutra e, ao mesmo tempo, recusa a neutralidade vivida, porque o comum por fora não impede o incômodo por dentro. E o retorno “para pegar documentos” é decisivo, porque mostra que o território afetivo não se reativa apenas quando se quer lembrar, ele se reativa quando a vida exige voltar e, nesse retorno, a lembrança altera o modo de habitar o espaço, reduzindo o que o corpo consegue sustentar ali sem custo. Por isso, mesmo sem nomear “medo”, a persistência do desconforto opera na direção do que Hutta descreve ao notar que certos afetos narrados podem “limitar as capacidades afetivas de habitar os espaços” (HUTTA, 2020, p. 77), reordenando circulação, presença e permanência.

A mesma lógica de conforto e desconforto se amplia quando o relato sai da memória escolar e toca espaços urbanos em que a norma aparece de modo mais explícito. Aqui, não é o prédio que pesa por lembrança, é o tipo de convivência que o lugar costuma exigir. O território afetivo se desloca do passado para o presente e passa a se organizar como leitura do ambiente, como antecipação de códigos, olhares e riscos que se intensificam em certos espaços.

Eu acho que, levando para essa questão também sobre masculinidade, toda essa questão, eu acho que, vamos dizer, tipo, alguns bares que são mais frequentados por homens, aquela questão mais de masculinidade, então para mim seria um ambiente que eu considero mais desconfortável, vou dizer assim, aquele ambiente mais tradicionalmente mais masculino, completo, então seria esse, na minha visão, o ambiente mais desconfortável. (Peixes)

O modo de dizer já indica que se trata de um tema sensível. “Eu acho” aparece mais de uma vez e funciona como forma de aproximar o assunto sem transformá-lo em sentença, como se nomear esse desconforto exigisse cuidado. “Vamos dizer” e “tipo” também modulam a fala e sugerem que ele procura uma formulação possível para descrever algo que não é apenas preferência pessoal. Ele não nomeia um bar específico, ele nomeia um tipo de espaço, “alguns bares que são mais frequentados por homens”, e essa generalização não é vazia, ela aponta um regime de convivência. A repetição de “masculinidade” na própria frase reforça que o desconforto se liga a códigos do que é considerado masculino, e não ao ato de beber ou sair.

Quando ele diz “tradicionalmente mais masculino” e ainda acrescenta “completo”, ele sugere um ambiente em que o padrão parece mais fechado, menos poroso à variação, como se houvesse pouca margem para existir fora da expectativa. Nesse ponto, a restrição não se reduz a medo individual. Ela se organiza como experiência de controle que se interioriza, “inscreve diretamente no corpo” e participa, ao mesmo tempo, da própria produção do espaço (HISSA; NOGUEIRA, 2016, p. 67).

A expressão “na minha visão” reforça que se trata de uma leitura situada, e essa leitura passa a compor o próprio território afetivo. Ao nomear esses bares como “mais desconfortáveis”, ele delimita uma fronteira do mapa cotidiano, um tipo de lugar onde a presença tende a custar mais. Não é recusa abstrata, é reconhecimento de que certos espaços distribuem permissões e constrangimentos de modo desigual e de que, em ambientes marcados por códigos masculinos rígidos, a diferença pode virar visibilidade indesejada. Assim, sentir-se bem ou mal não aparece como estado interno isolado, aparece como índice de como o espaço reage ao corpo e de como o corpo aprende, pela experiência, a ajustar-se, evitar ou atravessar com cautela, produzindo um aprendizado afetivo sobre o lugar na medida em que vive suas formas e conteúdos (BRAGIONI; ARAÚJO, 2020, p. 57).

Com Peixes, o território afetivo aparece em camadas. Há lugares que se abrem como horizonte e bem-estar, há outros que retornam como marca incômoda. Há frestas de respiro no que aperta, redes que sustentam por um tempo, e espaços em que a norma

se adensa e reorganiza o corpo por antecipação. Essa composição mantém a pergunta do eixo no lugar certo, menos onde se está e mais que tipo de vida um lugar permite sentir e sustentar, e como memória, convivência e expectativa se inscrevem no modo de narrar.

Em Subaé, o território afetivo começa por uma afirmação de pertencimento que não idealiza a cidade, mas a reconhece como chão familiar. Feira de Santana aparece como casa no sentido forte, aquilo que acolhe, organiza a vida e oferece sensação de retorno mesmo quando se está fora. Esse vínculo não apaga tensões nem suspende a crítica, mas instala uma camada decisiva do eixo, a cidade não é apenas onde se vive, é o modo como a vida se sente ali.

Gosto, gosto! É a minha cidade. Eu me sinto confortável aqui, sei como as coisas funcionam. Claro que eu gostaria que muita coisa fosse melhor, diferente. Mas, assim... É a minha cidade. Acho que é sempre uma casa, sabe? É sempre um lar, tem esse lugar mesmo de lar. Eu gosto de estar aqui. Por exemplo, quando eu viajo mesmo, às vezes, sinto-me bem em casa, apesar de estar em outro lugar. Então, acho que é um pouco disso. (Subaé)

O dizer começa com repetição, “gosto, gosto”, e essa duplicação funciona como gesto de confirmação, como se o pertencimento precisasse ser afirmado sem hesitar. “É a minha cidade” retorna mais de uma vez, e esse retorno não é redundância, ele sustenta uma posse afetiva que não se confunde com propriedade, mas com familiaridade, “eu me sinto confortável aqui”, “sei como as coisas funcionam”. A concessão, “claro que eu gostaria que muita coisa fosse melhor”, impede a idealização e mantém a crítica sem romper o laço. E quando ele desloca casa e lar para além do endereço, “é sempre uma casa”, “é sempre um lar”, “às vezes, sinto-me bem em casa, apesar de estar em outro lugar”, a cidade aparece como território que se interioriza, uma espécie de abrigo que acompanha. É nessa chave que se ilumina a ideia de que o território não se reduz a “uma posse” ou a “uma entidade exterior à sociedade que o habita”, mas pode operar como “parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p. 72).

Esse pertencimento ganha densidade quando ele nomeia espaços em que a existência se torna mais respirável, não por abstração, mas por convivência e presença de pares. Trabalho e universidade aparecem como territórios afetivos em que a diferença deixa de ser isolamento e vira presença compartilhada, reorganizando o modo como a vida se sustenta no cotidiano.

O trabalho é o lugar onde eu tenho liberdade, eu trabalho numa empresa grande... existem pessoas como eu em cargos de liderança. Então, isso tudo dá uma tranquilidade, é um ambiente mais confortável. Tem seus desafios aos milhares. Mas quanto a quem eu sou, não tenho nenhuma questão do meu trabalho. E isso pra mim é muito bom... (Subaé)

A palavra “liberdade” aparece como núcleo afetivo do trabalho, mas não vem como slogan, vem ancorada numa cena social. Quando diz “eu trabalho numa empresa grande”, Subaé não descreve apenas porte institucional, ele sugere um tipo de ambiente e, com isso, uma expectativa de regra, reputação e alguma proteção, como se a escala do lugar ajudasse a sustentar a possibilidade de existir com menos exposição arbitrária. E quando ele acrescenta “existem pessoas como eu em cargos de liderança”, a tranquilidade ganha forma concreta, não é ausência de conflito, ele mesmo marca “desafios aos milhares”, é a possibilidade de que os desafios não se convertam automaticamente em ataque ao que ele é. O “quanto a quem eu sou, não tenho nenhuma questão” delimita esse ponto, o trabalho aparece como território em que a identidade não vira problema cotidiano.

O ponto de virada se concentra no que ele escolhe como prova, “existem pessoas como eu em cargos de liderança”. A fórmula “pessoas como eu” faz aparecer uma pertença sem precisar nomeá-la e, ao mesmo tempo, desloca a diferença da margem para um lugar visível de autoridade. O efeito não é fantasia de ascensão, é horizonte de reconhecimento que muda a relação com o futuro, ali se pode permanecer e crescer sem que a identidade seja, de saída, uma questão. Nesse sentido, o reconhecimento partilhado com pares sustenta um autorrespeito elementar, a possibilidade de se perceber e ser percebido como “um ator moralmente competente” em meio aos seus iguais (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 449). É nessa materialidade do cotidiano que a tranquilidade aparece.

E depois do trabalho, a faculdade também foi um lugar que eu comecei a me expressar. Entendeu? E na faculdade existem muito mais pessoas como eu. Então, há um espelhamento, há uma troca, há também relacionamentos, há tudo, sabe? E sai do campo do... eu diferente. Poxa, mas aqui tem tanta gente como eu. Entendeu? É mais confortável. E eu tenho uma rede de amigos grandes. (Subaé)

Depois do trabalho, a fala se desloca para a universidade e mantém a direção, mas muda o modo como a presença se sustenta. “Comecei a me expressar” marca a passagem do recolhimento para a aparição, e essa aparição não se afirma sozinha, ela se apoia no convívio que ele descreve. “Existem muito mais pessoas como eu” não opera

apenas como quantidade, opera como reposicionamento, porque desloca a diferença do isolamento para uma experiência partilhável entre pares. A enumeração “há um espelhamento, há uma troca, há também relacionamentos, há tudo” dá densidade ao território, não como acúmulo retórico, mas como nomeação de fios, espelhamento, troca, vínculo e circulação.

Na formulação “sai do campo do... eu diferente”, a hesitação importa. A frase interrompe e recomeça e, nesse gesto, mostra a transformação como algo em curso, ainda sendo dito, não como conclusão pronta. O “Entendeu?” repetido funciona como pedido de confirmação na cena do relato, como se essa passagem precisasse ser reconhecida para se firmar. Quando ele conclui “é mais confortável” e menciona “uma rede de amigos grandes”, o conforto deixa de ser sensação interna e vira sustentação concreta. O que se descreve é uma rede que se adensa pela troca, pelo espelhamento e pela convivência, e cuja intensidade não é uniforme, porque depende de como essas vinculações se fazem e se sustentam no tempo (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 92).

A mesma cidade que acolhe por redes e por espaços de espelhamento também aparece como lugar de contradição quando Subaé fala de espaços religiosos. Aqui, o território afetivo se inverte. O que poderia funcionar como lugar de fé aparece como lugar de cerceamento, e esse cerceamento não é tratado como opinião abstrata, ele se fixa em gestos e rotinas, “senta desse jeito, fala desse jeito, age desse jeito”, como se o cotidiano fosse organizado por uma gramática de correção.

Espaços religiosos que contrariam muito, né? Apesar de eu ter muita fé e espiritualidade ativa, os espaços religiosos contrariam muito a minha existência e me coloca muito em xeque. Porque, na verdade, como eu venho de uma família protestante, então a igreja sempre representou pra mim esse lugar de cerceamento, sabe? De senta desse jeito, fala desse jeito, age desse jeito, faz tal coisa. Então nunca houve espaço pra essa liberdade... Só mesmo não participo porque não acho que é o meu lugar. (Subaé)

O recorte produz uma inversão afetiva com palavras diretas. “Contrariam muito” e “me coloca muito em xeque” dão a medida do efeito no corpo, e o cerceamento vem como instrução repetida, “senta desse jeito, fala desse jeito, age desse jeito, faz tal coisa”. A norma aparece como rotina, e por isso o território deixa de ser abrigo e vira prova no cotidiano. Nesse ponto, a gramática de correção não é apenas um conjunto de regras, ela organiza um modo de existência, como se cada operação de convivência exigisse um corpo ajustado. Isso se aproxima do que Giovanni formula, os “gestos e experiências

corporais organizam maneiras de saber, e cada operação de produção de conhecimento produz um corpo consigo” (GIOVANNI, 2018, p. 35).

Importa também que ele diga “apesar de eu ter muita fé e espiritualidade ativa”, porque isso impede que a recusa seja lida como falta de crença. O conflito não é com a espiritualidade, é com um regime de convivência que transforma corpo e conduta em objeto de correção e coloca a própria “existência” em xeque. Quando conclui “não acho que é o meu lugar”, ele delimita uma fronteira afetiva que não discute apenas doutrina, discute pertencimento e o custo de permanecer onde “essa liberdade” não encontra espaço e onde existir exige, o tempo todo, caber numa forma.

Quando o território escolar aparece, ele intensifica esse custo e o inscreve na memória como experiência hostil. O que está em jogo não é apenas ser aceito, é o modo como o corpo é lido no detalhe e transformado em pauta pública, apelido, correção. A própria forma de dizer deixa entrever isso, no embargar e na mudança de clima, como se o passado voltasse não só como lembrança, mas como sensação.

Não foi, não foi confortável. A escola sempre foi um dilema. Eu sempre fui quem eu sou e isso vaza pelo meu corpo, vaza pelos meus poros. E assim, a gente sabe que as pessoas têm preconceitos. E dentro da escola, as pessoas têm suas questões, seus complexos, e acabam que colocam nos outros, né? (Subaé)

“Vaza pelo meu corpo” coloca a visibilidade como algo que não depende de anúncio. O dilema não está no que ele escolhe dizer, mas no que o corpo faz ver e no modo como isso é capturado por preconceito e devolvido como problema. “Vaza pelos meus poros” intensifica essa impossibilidade de conter, como se existir transbordasse antes de qualquer escolha, e é justamente aí que a escola se torna um território de exposição, não porque o corpo queira aparecer, mas porque os olhares e as normas do ambiente o fazem aparecer, fixando-o como pauta e como questão. Nessa dobra, o vínculo com o lugar não se reduz ao espaço físico nem ao acontecimento, ele carrega porosidades e ambiguidades que atravessam a maneira de estar no mundo, deixando ver como viver os lugares toca níveis existenciais que excedem a extensividade (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 97).

A repetição “não foi, não foi confortável” fixa o desconforto como experiência reiterada, não como episódio. “A escola sempre foi um dilema” amplia esse desconforto para um regime, algo que se instala como pano de fundo do cotidiano e atravessa a memória como lugar em que estar custa. “A gente sabe que as pessoas têm preconceitos”

retira qualquer ingenuidade da cena e desloca o foco para um saber social já reconhecido. Quando ele acrescenta “dentro da escola”, delimita um território em que julgamento e comparação se adensam, e o que “colocam nos outros” vira prática que organiza a convivência. Aqui, ajuda a lembrar a escola como espaço sociocultural ordenado por normas e regras e, ao mesmo tempo, atravessado por uma trama cotidiana de alianças, conflitos, imposições e estratégias (DAYRELL, 2001, p. 137). Isso torna mais inteligível por que esse dilema não aparece como exceção, mas como forma de vida escolar.

A expressão “acabam que colocam nos outros” desloca o foco para uma dinâmica coletiva e cotidiana, como se a escola funcionasse também como máquina de transferência, em que questões e complexos circulam e encontram no outro um alvo disponível. Isso ajuda a entender por que o dilema não fica apenas no plano do sentir, ele se materializa em práticas que expõem, nomeiam e corrigem. No passo seguinte, essa passagem do clima para a ação aparece de forma direta, quando ele descreve como o corpo vira pauta pública e como a violência se organiza na repetição.

E aí já sofri bullying, eu era bem gordinho, então a questão da masculinidade, eu tinha as mamas bem desenvolvidas. Tudo isso também era pauta pra se falar. Existia preconceito, as pessoas ficaram falando, ah, viado, viado, viado. Tinha coisas que eles falavam que eu nem entendia o que era pra te falar a verdade. Só que eu sabia que pela forma que falava não era algo que era tratado de uma forma positiva. (Subaé)

A violência aparece como pauta, “era pauta pra se falar”, e a escolha dessa palavra importa porque desloca a agressão do ato isolado para a circulação. O corpo vira assunto em público, como se comentar, rir e apontar fosse permitido. Nesse movimento, a diferença vai sendo tornada comunicável e, justamente por circular com naturalidade, pode ganhar aparência de coisa menor, de brincadeira, quando já é ferida.

“Eu era bem gordinho” e “mamas bem desenvolvidas” situam a cobrança de masculinidade no visível, no traço que pode ser apontado. A frase não pede interpretação, ela mostra como a masculinidade aparece como exigência do corpo certo e como a dissidência é produzida ali mesmo, no modo como certos corpos são lidos como fora de forma. A repetição “viado, viado, viado” não é detalhe, ela fabrica insistência e estabiliza um lugar, como se o nome colado ao corpo precisasse voltar em coro para produzir efeito de verdade. Esse movimento se aproxima do que Miskolci observa quando lembra que atos explícitos podem emergir quando formas anteriores e menos visíveis de imposição já não dão conta de fazer a norma funcionar (MISKOLCI, 2020, p. 35).

Quando ele diz que não entendia algumas coisas, mas sabia pelo tom que era negativo, descreve um aprendizado duro de leitura do ambiente. Antes de compreender o conteúdo, ele já capta a intenção. A hostilidade chega pela forma de dizer, pela força do som, pelo coró que antecede o sentido, e isso ensina cedo a reconhecer perigo na entonação, no riso, no modo como a palavra circula.

O território afetivo escolar se forma, então, não apenas pelo que foi dito, mas pelo modo como foi dito e pelo que esse modo faz no corpo. Nessa direção, “a educação era bullying: você entrava e se enquadrava” (MISKOLCI, 2020, p. 42) não aparece como exagero, mas como nomeação de uma normalização que opera no cotidiano, em processos que não se anunciam como regra e, ainda assim, se repetem nas relações, nas comparações, nas formas de chamar e apontar, até que a presença aprenda a se antecipar ao julgamento para não ser reduzida.

Esse desconforto ganha forma espacial quando Subaé descreve como se posicionava na escola. Não é só lembrar a violência, é narrar uma geografia da exposição. Laterais, cantos, biblioteca, contornos. O centro e o pátio aberto aparecem como zonas de risco, onde o olhar se adensa e, com ele, a chance de apontamento. O território afetivo vira cartografia do onde o corpo pode e do onde paga mais caro.

No recorte do colégio Eliana, eu acho que fiquei sempre pelas laterais, entendeu? Sempre pela periferia do colégio. No colégio, no sentido de que o centro... Era um pouco tenso, entendeu? Tem muita gente que me vendo, tem muita gente que me olhando, tem muita gente que vai apontar. Então vamos ficar aqui pelos cantos, vamos ficar aqui na sala, vamos ficar aqui na biblioteca ou em algum contorno que possa existir. Mas no meio não, no pátio lá, naquele lugar aberto, não expõe demais, entendeu? (Subaé)

A fala desenha um mapa por intensidade de olhar. “Eu acho que fiquei sempre pelas laterais” abre com um “eu acho” que não desfaz a afirmação, ele a mede, como se a memória precisasse ser dita com cuidado, e o “sempre” repetido fixa uma regra de circulação, laterais e periferia como padrão. O trecho “no sentido de que o centro...” interrompe e suspende e, nessa suspensão, a tensão já se anuncia, como se o centro fosse difícil de dizer sem que o corpo voltasse a sentir. Quando ele retoma com “era um pouco tenso” e insiste em “entendeu?”, o dizer busca companhia, como se essa geografia precisasse ser reconhecida para fazer sentido.

A sequência “tem muita gente que me vendo, tem muita gente que me olhando, tem muita gente que vai apontar” constrói o risco por acumulação. Não é um olhar, são muitos, e o plural transforma o espaço em exposição. Por isso o “vamos ficar” se repete,

“vamos ficar aqui pelos cantos”, “vamos ficar aqui na sala”, “vamos ficar aqui na biblioteca”, e esse plural sugere que a estratégia não se fecha numa decisão isolada, ela se produz na relação com o ambiente, com o tempo e com os outros. A biblioteca entra como contorno não por idealização do livro, mas porque oferece uma permanência menos exposta, um lugar em que a presença pode se acomodar sem virar alvo.

Quando ele conclui “no pátio lá, naquele lugar aberto, não expõe demais”, o “demais” marca o cálculo. Não se trata de nunca estar no meio, trata-se de medir o quanto o corpo aguenta ser visto. Centro, pátio, laterais, biblioteca e contornos aparecem como disposição de lugares, mas o que ele narra é o espaço produzido nessa prática de circulação cautelosa, recuada, regulada pelo olhar. Assim, o território afetivo escolar se constrói como cartografia de proteção, em que permanecer e circular são negociados o tempo todo para que existir custe menos.

Depois de desenhar a escola como geografia de exposição, a narrativa faz um ajuste importante. Ele não transforma a vida escolar em regra absoluta nem apaga nuances, admite que houve momentos em que esteve no meio, mas reafirma que a tendência era buscar contornos. É dessa cautela, dita no próprio modo de se explicar, que a virada para a universidade ganha força, porque ela aparece como mudança de posição e não como simples mudança de endereço.

Não quero dizer que eu não tenha ficado em algum momento [em outros espaços que não fosse as laterais], mas o meu perfil é esse. Já hoje na faculdade, pelo contrário, eu assumi muito esses lugares de centro. (Subaé)

A virada se faz no modo como ele regula a própria afirmação. “Não quero dizer” abre com cautela e delimita a fala para que ela não vire totalização. A exceção cabe, “em algum momento”, e, ainda assim, ele marca uma tendência, “o meu perfil é esse”, como quem reconhece um jeito de se posicionar produzido na experiência. “Pelo contrário” faz o contraste sem rodeios, e “assumi muito esses lugares de centro” desloca o corpo para outra condição de presença. Não é só estar no centro, é poder ocupá-lo sem que a presença precise se justificar o tempo todo.

Para não ficar apenas no par risco e proteção, Subaé também nomeia territórios de fruição em que o cotidiano encontra recomposição. Aqui, o teatro não entra como programação, entra como lugar que produz um estado específico, tranquilidade e pensamento. Essa nomeação desloca o território afetivo do campo da defesa para o campo da elaboração, como se certos espaços permitissem existir com menos tensão.

Esses teatros são coisas que me interessam, eu gosto, eu me sinto bem. Aquele espaço me traz uma tranquilidade, me faz pensar. (Subaé)

O teatro aparece como intervalo de calma e elaboração. “Me interessam”, “eu gosto”, “eu me sinto bem” constroem vínculo sem precisar justificar. E quando ele acrescenta “me traz uma tranquilidade” e “me faz pensar”, o efeito do lugar se torna concreto. Não é só estar num espaço cultural, é reconhecer um lugar em que a tranquilidade acontece e o pensamento se abre, como parte do cotidiano.

Em Subaé, o território afetivo se desenha como ambivalência sustentada no corpo. Em alguns pontos, o afeto compensa falhas e sustenta o pertencimento sem idealizar. Em outros, o acolhimento se faz por rede e presença de pares. Há também zonas em que o olhar coletivo aperta e a exposição vira risco. Nesse entremeio, o território afetivo aparece como linguagem prática de orientação, ficar pelas laterais, buscar cantos, biblioteca e contornos, escolher quando ocupar o centro e quando reduzir a superfície visível. A experiência, então, deixa de ser lida como simples preferência e passa a ser percebida como sensibilidade ao ambiente, um modo de saber o que cada lugar produz no corpo e na possibilidade de enunciar a si. Nessa direção, quando se afirma que “o lugar tem usos e sentidos e, portanto, abarca a vida social, a identidade e o reconhecimento” e que “o lugar, tampouco se distancia do corpo e da corporeidade” a ponto de que “lugar e corpo são marcas no espaço” (BRAGIONI; ARAÚJO, 2020, p. 58), o que se evidencia é essa inseparabilidade entre circulação, leitura do olhar e custo de permanecer.

Com Jacuípe, essa mesma pergunta se desloca para um outro modo de territorializar a existência. Se em Subaé o mapa se compõe por camadas de lar, pares, cerceamento e geografia do olhar, em Jacuípe o atrito tende a se concentrar em cenas mais diretas de reconhecimento e recusa. Nome, voz e instituição passam a decidir, em situações muito concretas, se o corpo encontra sossego ou tensão, e como o cotidiano se organiza como busca insistente por lugares em que respirar não precise ser esforço.

Em Jacuípe, o território afetivo se revela quando certos lugares deixam de ser apenas endereço e passam a agir como prova concreta de reconhecimento ou de recusa. O que atravessa o relato não é só a passagem entre cidades, serviços e espaços de convivência, mas a diferença sensível entre estar onde o corpo pode relaxar e estar onde ele precisa se justificar. Nome, voz, roupa e circulação entram, então, como matéria do cotidiano, aquilo que decide se o mundo se torna habitável ou hostil. As cenas seguintes se organizam menos para descrever um percurso e mais para fazer aparecer o que cada

lugar produz no corpo, paz, agonia, suspensão, medo, e o raro instante em que respirar deixa de ser esforço.

O recorte narrativo se refere ao dia em que Jacuípe recebe, do irmão, o nome social. O gesto é vivido como surpresa, porque o nome já o habitava por afeto, sem que o irmão soubesse disso. Ao narrar esse encontro, ele sugere que nome não é coisa que a gente se dá, mas algo que se recebe de alguém, como uma autorização que chega de fora e, ao chegar, muda o dentro. Por isso ele vai ao irmão, faz esse movimento de aproximação, e guarda o domingo como marco, não apenas pelo nome, mas pelo tipo de paz que essa nomeação abriu no corpo e no cotidiano.

E aí nossa, o domingo pra mim, foi o domingo mais feliz da minha vida. Foi uma paaaz! [bastante ênfase e intensidade] Nossa Wendell, foi uma paz que eu nunca mais senti na vida essa paz desse dia! [há um transbordamento] Foi uma paz, parece que era um... nossa eu lembro que sai pra andar de bicicleeeta. [ênfase] Nossa! eu...eu fiz várias coisas. Me senti em paz! Muito em paz! [Ao receber seu nome dado pelo irmão] (Jacuípe)

O dizer não descreve apenas um domingo, ele o reconstrói como experiência pela forma como fala. “O domingo mais feliz da minha vida” já chega em superlativo e, logo em seguida, a paz se repete com alongamento e insistência, “paaaz”, “paz”, “muito em paz”, como se a própria repetição tentasse segurar esse estado no corpo. O “Nossa” retorna como descarga e como reforço, a frase não avança por explicação, avança por intensidade. Quando ele afirma que “nunca mais” sentiu aquela paz, a lembrança ganha contorno de raridade, não é um bem-estar qualquer, é algo que não se repetiu. Nessa chave, a memória aparece como inscrição que se reativa em circunstâncias precisas, e “o modo da rememoração é conforme ao modo da inscrição” (CERTEAU, 2014, p. 151).

Também importa que a paz se traduza em ação. “Saí pra andar de bicicleta” e “fiz várias coisas” surgem logo depois do transbordamento, como se a paz não fosse repouso passivo, mas abertura de movimento, a vida cabendo sem quebrar. O “parece que era um...” e as interrupções “eu...eu” não soam como falha, soam como um dizer que tenta alcançar uma sensação grande demais para uma frase pronta. Quando a lembrança se amarra ao instante de receber o nome, a paz deixa de ser abstrata e se ancora numa autorização concreta de existir, porque a nomeação muda a condição de presença no cotidiano. O gesto do irmão, vivido como surpresa, condensa o reconhecimento e o vínculo, e faz do nome uma marca de transição que carrega gênero, tradição local e laço

familiar, operando também no modo como o mundo reconhece e devolve o corpo (CORRÊA, 2017, p. 238).

A paz ligada ao recebimento do nome não se prolonga automaticamente quando ele atravessa a cidade e entra nas instituições. Na unidade de saúde, o nome deixa de ser apenas forma de ser chamado e passa a funcionar como teste de inteligibilidade. O que no domingo foi autorização íntima de existir reaparece, agora, como exigência pública de correspondência entre corpo e documento, e a cena se organiza a partir dessa diferença, quem pode nomear, quem precisa explicar e quem decide o que vale.

Na unidade de saúde em Feira...olharam pra mim e eu falei vocês podem me chamar por...? [referindo-se ao nome social] Porque esse nome daqui da identidade eh... não é meu nome? E aí olharam e falaram: Então que identidade é essa? Que pessoa é essa? Aí eu fui tive que explicar o que é que tinha acontecido. E aí a resposta dela depois de ter que explicar tudo aquilo, foi? Não. Não vou te chamar de Jacuípe! Vou te chamar pelo nome que está aqui na sua identidade. (Jacuípe)

A cena se constrói em passos curtos e cada passo pesa. Ele começa com um pedido direto, “vocês podem me chamar por Jacuípe?”, e em seguida justifica, “esse nome daqui da identidade eh... não é meu nome?”. O pedido não aparece como preferência, aparece como correção do que está errado. A resposta vem em forma de suspeita, “Então que identidade é essa? Que pessoa é essa?”, e a mudança é brusca. Ele sai da solicitação de um nome e entra numa exigência de prova, como se a pessoa precisasse explicar-se para caber no documento.

A expressão “tive que explicar” e, depois, “depois de ter que explicar tudo aquilo” marca o desgaste da justificativa. Não basta pedir, é preciso narrar-se. Mesmo assim, a negativa vem em duas batidas, “Não. Não vou te chamar de Jacuípe!”. A recusa se fixa como ato e, na frase seguinte, o regime se fecha, “vou te chamar pelo nome que está aqui na sua identidade”. O que vale é a inteligibilidade do papel, não a do corpo. A pergunta “Então que identidade é essa? Que pessoa é essa?” mostra o campo que está sendo acionado, só se reconhece quem corresponde ao documento, e é por isso que ele precisa explicar para tentar se tornar legível ali. Nesse ponto, a formulação citada por Duque sustenta a leitura, “o reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer outro, ele tem que recorrer a campos de inteligibilidade” (KNUDSEN, 2010, p. 168 apud DUQUE, 2016, p. 208). A instituição (Unidade de saúde) aparece, então, como território afetivo de desautorização, o que no domingo havia sido

paz pela nomeação aqui vira exposição pela recusa, e o reconhecimento se torna disputa no próprio atendimento.

Depois da recusa explícita, o que aparece é o depois da cena, quando o corpo sai do atendimento e leva consigo o que não se resolveu. A pergunta sobre o nome não termina ali, ela retorna como pensamento insistente e encontra a cidade sem rede, onde a possibilidade de escolha se estreita.

E eu pensando que dificuldade que tem de chamar? E aí eu... não tive muito o que fazer, sozinho numa cidade que eu não tenho família aqui e as únicas pessoas que eu tinha ligação eram as pessoas do trabalho que já estava muito complicado o trabalho. E eu pensando vou ter que aceitar. Então sempre todas as unidades de saúde que eu passei por este período sempre fui violentado nesses quesitos, sempre foi. (Jacuípe)

A fala muda de registro e entra no pensamento em movimento, “E eu pensando”, e a repetição organiza a cena por dentro, como ruminação de quem não encontra saída. “Que dificuldade que tem de chamar?” expõe o descompasso entre a simplicidade do pedido e o peso da recusa. Em seguida, “não tive muito o que fazer” marca coerção, não no sentido de uma ordem formal, mas no sentido de um estreitamento real de possibilidades. A solidão aparece como condição material, “sozinho numa cidade que eu não tenho família aqui”, e a falta de rede se adensa quando ele diz que as únicas ligações eram do trabalho, mas “já estava muito complicado”.

É nesse encaixe entre recusa e ausência de suporte que “vou ter que aceitar” ganha corpo. Não é adesão, é sobrevivência no cotidiano. Quando ele conclui com “sempre”, “todas as unidades”, “por este período”, e retorna em “sempre foi”, a violência deixa de aparecer como episódio e se fixa como repetição institucional, atravessando o corpo como rotina.

A repetição nas unidades de saúde não termina quando o atendimento acaba. Ela fica como resto do acontecimento e volta em forma de associação, do modo mais cotidiano possível, pelo ouvido. O que foi recusado e exposto reaparece como marca que se ativa quando o nome é chamado, sobretudo na chamada alta, pública, onde o corpo precisa levantar e se mostrar. É nesse retorno, entre a memória e o gesto, que a palavra deixa de ser apenas palavra e passa a carregar o lugar.

E assim, eu criei um uma generalização e associação com o nome morto, porque até hoje quando eu escuto me dá uma agonia. Mas, não porque era o meu nome. Mas é por conta das unidades de saúde. Era por conta das unidades de saúde. Porque sempre quando chama, chama muito alto, né? E você levanta

e eu já estava, por exemplo, com o cabelo mais curto, usando roupas masculinas... (Jacuípe)

Aqui, o lugar cola na palavra. A frase começa com “E assim” e formula um efeito durável, “até hoje quando eu escuto me dá uma agonia”. A agonia se localiza no ouvido, no ato de escutar, e ele separa com insistência causa e objeto, “não porque era o meu nome”, “mas é por conta das unidades de saúde”, repetido duas vezes, como se fosse preciso fixar essa associação. O nome morto vira memória sensorial de um território, não apenas signo burocrático.

A explicação “porque sempre quando chama, chama muito alto” desloca o tema do documento para a cena pública. O volume da chamada e o gesto de levantar fazem o corpo reaparecer sob o nome recusado. É nesse ponto que entram os sinais de transição visível, “cabelo mais curto”, “roupas masculinas”, e a palavra dita em voz alta passa a operar como risco porque convoca um regime de leitura que ele não escolheu. Nessa cena, não basta “passar” pela aparência, a cobrança por reconhecimento se reinscreve em performances e expectativas generificadas, de modo constante e variado, como discute Duque (2016, p. 204). O território afetivo, então, não é só o balcão ou a sala, é também essa acústica e esse chamado que recolocam o corpo em disputa diante dos outros.

A partir daí, a narrativa se desloca para a busca de espaços em que a vida não precise ficar o tempo todo em estado de defesa. Depois de passar por outras unidades de saúde, onde a experiência foi marcada por desconforto e descrédito, o percurso passa a ser feito de tentativas e entradas cuidadosas, como quem aprende a medir no próprio corpo o risco de cada porta. Aqui, acolhimento deixa de significar somente gentileza e passa a significar condição material de existir com menos medo.

[...] eu já estive em muito lugares e nenhum deles me levaram até onde eu queria, então esse pode ser outro, que seja dessa forma. Eu falei, não, calma cê tá num lugar, vamos lá. [Falando para si mesmo] E aí eu lembro como tava a minha ansiedade, nesse dia eu tava muito, e aí quando eu entro eu vejo muitas pessoas ali como eu. E eu nunca tinha tido esse contato fora aquele, da outra cidade. E aí eu travo assim. [gargalhada] E aí ela [namorada], você está travado assim por quê? É a ansiedade? Eu falei não é porque aqui eu estou percebendo que existem representatividades. Pessoas como eu. [Ao chegar em outra unidade de saúde mais acolhedora] (Jacuípe)

A fala começa por saturação e tentativa, “já estive em muitos lugares”, referindo-se às outras unidades de saúde por onde passou, e logo marca frustração, “nenhum deles me levaram até onde eu queria”. “Esse pode ser outro” soa como aposta contida, não há certeza, há abertura. Em seguida, “calma cê tá num lugar vamos lá” encena uma auto

orientação, como se ele precisasse conduzir o próprio corpo para atravessar a porta. A ansiedade entra como intensidade e prepara o que vem depois, “quando eu entro eu vejo muitas pessoas ali como eu”. O ver funciona como acontecimento. Ele não diz apenas que se sentiu acolhido, ele diz “eu travo”, e o travar aparece como impacto corporal de reconhecimento, tanto que ele recusa a explicação esperada, “não é ansiedade”, e nomeia outra causa, “aqui eu estou percebendo que existem representatividades”. “Pessoas como eu” faz dos pares uma evidência e muda o regime da cena. A unidade de saúde, que antes operava como recusa, passa a ser percebida como possibilidade, e o território afetivo se reorganiza nessa passagem entre o “espaço vivido” e o “espaço sentido”, quando afetos mais positivos abrem outra forma de relação com o lugar e com os outros (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 83). A gargalhada acompanha o deslocamento como surpresa e alívio, como se por instantes não fosse preciso se preparar para ser negado.

A possibilidade de reconhecimento dentro de um serviço não elimina, de imediato, o modo como a cidade é atravessada. Em Jacuípe, o território afetivo se desloca para as ruas e para o trajeto, e o que antes aparecia como recusa explícita passa a se manifestar também como cálculo de circulação. Não é só onde ir, é por onde passar, como passar, e o que o corpo precisa controlar para conseguir chegar.

[...] eu já não curtia muito andar pela Getúlio, porque tem aquela aquela questão mais arborizada, e aí eu não vou passar por lá. E aí eu andava muito em ônibus. Só ia de ônibus, eu conseguia ir pra casa andando e eu gostava de fazer isso, só que era muito vento e me incomoda, fica fazendo essa movimentação [o vento sobre a roupa delineando o corpo]. E aí meio que, só que antes era um fator que me assustava muito. (Jacuípe)

A fala organiza o medo como escolha de trajeto. “Eu já não curtia muito andar pela Getúlio” não fica no gosto, vira decisão, “eu não vou passar por lá”, e a rua aparece como leitura de risco. Em seguida, “andava muito em ônibus”, “só ia de ônibus” fixa uma tática de circulação. Ele até diz que conseguia ir andando e que gostava disso, mas o trajeto encontra um detalhe que pesa, “era muito vento e me incomoda, fica fazendo essa movimentação”. O vento entra como gatilho sensorial, não como clima. A “movimentação” na roupa produz incômodo porque expõe, porque chama atenção, porque pode marcar o corpo e devolver o olhar do outro como ameaça, e é por isso que ele conclui que “antes era um fator que me assustava muito”.

O que se descreve não é falta de vontade de caminhar, é excesso de vigilância incorporada. A cidade, aqui, se torna um território afetivo regulado por detalhes que

parecem pequenos, mas decidem o custo de estar na rua. Nesse ponto, a reflexão de Hissa e Nogueira ajuda a sustentar a leitura quando aponta “o desgaste de carregar o corpo como um valor” e quando nomeia a “blindagem” como modo de reduzir o sensível e restringir o movimento (HISSA; NOGUEIRA, 2016, p. 67). Em Jacuípe, essa blindagem aparece como prática cotidiana, escolher o ônibus, evitar certos trechos, medir o corpo diante do vento.

Depois de narrar o medo acionado por detalhes do corpo na rua, Jacuípe desloca o foco para outro ponto do cotidiano em que a cidade lê, confirma ou desmente quem ele é. Não se trata só de mudança corporal, mas de como certos sinais passam a operar como chave de circulação e de reconhecimento, barba, traços do rosto, voz, e o que cada um deles autoriza ou interrompe quando o encontro acontece.

Antes de ter a barba, porque eu sinto que a barba me deu passabilidade. Eh antes da barba, né? As modificações que mais tem, né? A questão do nariz mesmo, a estrutura do rosto, isso tudo muda muito. Então quando foi mudando a estrutura do meu rosto, fui ganhando essa passabilidade, mas ainda assim a última coisa que mudou foi a minha voz. Então eu falando, era horrível porque estava ali e o que mais dói é eu pensar poxa estou gastando com testosterona, com essas questões todas, aí por conta de uma voz [intensidade ao falar], sendo que a pessoa sabe meu nome ela troca o meu pronome. (Jacuípe)

O recorte se organiza por um antes e um depois. “Antes de ter a barba” volta como marco e “a barba me deu passabilidade” não aparece como detalhe estético, aparece como mudança de condição, como se a circulação se alterasse quando certos sinais passam a ser lidos como masculinos. As retomadas “né?” e o modo de listar traços, “nariz”, “estrutura do rosto”, deixam ver processo e investimento, um corpo que vai sendo reconhecido por camadas.

É nesse encadeamento que “a última coisa que mudou foi a minha voz” ganha peso. A voz entra como ponto sensível porque pode desorganizar, no encontro, aquilo que a “passabilidade” parece ter estabilizado. Por isso “era horrível” não vem sozinho, ele vem junto com a conta do cotidiano, “gastando com testosterona”, “com essas questões todas”, e junto do que fere na cena, “a pessoa sabe meu nome” e ainda assim “troca o meu pronome”. O saber do nome marca que não se trata apenas de engano, trata-se de um modo de recusa que se instala no trato e produz violência. Aqui, o território afetivo aparece como disputa de inteligibilidade no cotidiano, no ponto em que corpo e linguagem se cruzam e decidem se a presença vai poder seguir sem ser interrompida.

Aqui, o pensamento de Goellner lança luz a cena ao lembrar que “um corpo não é apenas um corpo”, porque ele envolve intervenções, imagens, sentidos incorporados e a própria educação dos gestos, compondo modos de aparecer e de ser lido no mundo (GOELLNER, 2018, p. 31). Em Jacuípe, barba, rosto e voz não surgem como detalhes, mas como marcas que modulam reconhecimento e exposição, e é justamente por isso que o pronome trocado, mesmo quando o nome é sabido, atravessa a existência como violência.

A rua havia aparecido como leitura rápida de risco, e agora Jacuípe nomeia um lugar em que o corpo encontra respiro. Aqui, o espaço não funciona apenas como lazer, ele muda a regra do encontro. “Aqui eu posso ser eu” não vem como frase pronta, vem como alívio vivido com outras pessoas, como se, por instantes, a presença não precisasse ser negociada a cada gesto.

E aí eu conheci um lugar, não sei se você conhece, a Casa Noise. Nossa! Ali foi o lugar que eu falei, aqui eu posso ser eu! [fala com bastante empolgação, chega a aumentar o tom da voz] Porque tem uma festa com uma temática voltada pra galera LGBT mesmo que foi o primeiro contato que eu tive com a Casa Noise. E aí eu falei, nossa, aqui eu posso ser eu. Tanto que eu fui com uma blusa, né? Eu fui todo... pensando, nossa essa blusa vai marcar e eu não vou me sentir bem e aí eu passei do binder pra fita, né? Porque de certa forma dá uma liberdade um pouco mais pra gente, não só uma liberdade enquanto ser, mas de respirar também e aí meio que eu falei, ah vou comprar uma fita específica pra eu ir nessa festa pra abotoar pra não mostrar. Quando eu chego lá nessa festa [risos espontâneos] a galera toda a vontade [expressão de maravilhado] tinha um menino trans, não sei não sei em qual leque de trans masculinidades que eles estava, mas a blusa tinha a bandeirinha, então já sei... e ele super à vontade e eu pensei, porque que eu vou ficar me reprimindo aqui? E eu me senti muito bem. Só que aí depois disso lá na Casa Noise não tem só essa festa, né? Tem outras festas também. E aí em outras festas que eu ia eu pensando, não, eu não posso sair daqui sem ficar com ninguém. Sem chegar em alguém, por exemplo. E aí isso foi uma questão que eu trabalhei em terapia por muuuito tempo, porque o homem tem que chegar numa festa, conquistar alguém, ficar com alguém pra ele ser válido enquanto homem [Fala com um certo sarcasmo]. (Jacuípe)

O alívio se constrói em camadas. “Nossa” e a repetição de “aqui eu posso ser eu” marcam a descoberta do lugar como quebra no regime de defesa. O corpo chega prevenido, “essa blusa vai marcar”, “eu não vou me sentir bem”, e a decisão de passar do binder para a fita mostra que a vigilância atravessa a porta junto com ele. Ainda assim, algo muda quando ele entra. O riso aparece no meio da cena e, com ele, a surpresa de ver “a galera toda à vontade”. O encontro com “um menino trans” funciona como evidência de possibilidade, não como idealização do outro, mas como autorização prática, como se a presença do semelhante tornasse menos necessário “ficar me reprimindo”. E quando ele

diz que a fita dá “liberdade... de respirar”, a liberdade deixa de ser apenas ideia e vira efeito físico, peito, roupa, gesto, o corpo podendo se expandir sem calcular tanto.

O recorte também não deixa esse território virar bloco puro de acolhimento. A mesma Casa Noise em que ele diz “eu posso ser eu” deixa aparecer outra exigência, agora pela via da validação masculina. “Eu não posso sair daqui sem ficar com ninguém” e a frase dita com sarcasmo, “o homem tem que chegar numa festa... pra ele ser válido enquanto homem”, recolocam uma norma em cena, não a da recusa institucional, mas a do desempenho. É nesse jogo que o território afetivo se complexifica, porque um lugar pode reduzir o medo que vinha da exposição e, ao mesmo tempo, reativar expectativas sobre como um homem deve agir para ser reconhecido. As maneiras de ser afetado por essa mesma cena variam conforme o que cada corpo carrega de história, “os corpos se afetam de maneiras distintas e singulares em função de suas histórias”, história inscrita no corpo, na família, nos pertencimentos e nos não pertencimentos (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 459).

Em Jacuípe, o que se acumula é uma cartografia em que nome, voz, instituição, rua e espaços culturais produzem variações nítidas de paz, agonia e liberdade. O relato mostra que território afetivo não é apenas lugar de que se gosta, é lugar que permite ou impede que o corpo seja reconhecido com menos violência. Esse permitir ou impedir se materializa em coisas concretas, o volume com que chamam, a recusa de um nome, o vento que cola a roupa, a voz que desorganiza a leitura esperada, a presença de pares, o instante em que se pode ficar à vontade. Assim, existir aparece como vida entre regimes de convivência, alguns apertam e exigem defesa, outros abrem e tornam possível respirar. É nessa variação que o Eixo 2 se mantém delimitado, o território afetivo aparece como aquilo que reorganiza o sentir e redesenha a possibilidade de estar no mundo.

Depois de acompanhar, em Jacuípe, esse jogo entre reconhecimento e recusa, a leitura pode se deslocar para outro registro, em que o território afetivo se desenha como permanência e reorganização do cotidiano, abrigo ativo, reinvenção. É nesse registro que Cavaco ganha relevo, permitindo ver como universidade e biblioteca podem funcionar como apoio e como recomposição de si.

Acompanhar Jacuípe deixou evidente como nome e corpo podem transformar a cidade em variação contínua de paz e agonia. Com Cavaco, a marca afetiva se organiza de outro modo, não explode em confronto, se condensa em lugares que sustentam a continuidade. Em vez de a rua aparecer primeiro como ameaça, o território se apresenta como permanência e reorganização do cotidiano, onde se consegue juntar pedaços,

retomar ritmo, fazer chão. É nesse registro que universidade e biblioteca ganham relevo, como abrigo ativo e reinvenção.

UEFS, biblioteca da UEFS. Nossa, eu lembro que eu conheço a maioria dos funcionários lá. [risos demonstrando bastante afeto] Tem um deles que me chama até de rato de biblioteca, porque eu vivia na biblioteca. Já aconteceu de as vezes a biblioteca está fechando e eles precisarem me mandar embora. [risos] Então, tipo assim, a UFES, no geral, é um lugar em que eu me sinto muito acolhido. (Cavaco)

O início é declarativo e afetivo ao mesmo tempo. “UEFS, biblioteca da UEFS” nomeia o território pelo nome próprio, como quem aponta o lugar sem precisar justificar. O “Nossa” e o riso que acompanha “conheço a maioria dos funcionários” fazem aparecer uma familiaridade construída no tempo. Não é visita ocasional, é convivência. O apelido “rato de biblioteca” não vem como insulto, vem como reconhecimento entre pessoas que se veem com frequência, e a cena de “precisarem me mandar embora” reforça essa repetição como hábito. Ele permanece tanto que precisa ser interrompido pelo horário de fechar, e esse limite institucional não desfaz o acolhimento, ele o contorna.

Aqui, a biblioteca deixa de ser apenas um lugar no mapa e se torna espaço praticado, feito de recorrência, de rostos conhecidos e de uma permanência que chega “até” o fechamento. É nessa interação relacional que o afeto se faz concreto e passa a afetar também o próprio lugar, na medida em que é externalizado e vivido na rotina (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 80). Assim, quando Cavaco diz que “no geral” a UEFS é um lugar em que se sente acolhido, esse acolhimento não se sustenta em abstração. Ele se sustenta nessa trama miúda de reconhecimento, apelido, riso, repetição e limite.

E a biblioteca, sobretudo, porque tem coisas que eu gosto lá. Eu gosto muito de literatura russa, gosto muito de literatura no geral. Então, na maioria das vezes, eu estou onde? Eu estou no meio das prateleiras, olhando algum livro. Estou fazendo alguma coisa, em alguma cabine, mexendo em algo. É um ambiente silencioso, é um ambiente tranquilo. Eu me sinto assim, incrível, quando estou na biblioteca. (Cavaco)

A biblioteca reaparece como preferência e como prática. Quando diz “tem coisas que eu gosto lá” e nomeia “literatura russa” e “literatura no geral”, Cavaco não apenas lista gostos, ele mostra por onde o vínculo se faz, afinidade, interesse, retorno. A sequência “na maioria das vezes, eu estou onde?” seguida de “no meio das prateleiras” fixa uma imagem de presença. Ele se coloca no interior do lugar, entre livros, cabines,

pequenas tarefas, como se a biblioteca oferecesse uma ordem prática em que o corpo sabe o que fazer e onde ficar. “Ambiente silencioso” e “ambiente tranquilo” aparecem como qualidades que organizam sensação e permanência, não são adjetivos decorativos. Elas modulam o modo de estar, permitem uma presença menos convocada pelo olhar e menos pressionada pelo desempenho.

E quando ele conclui “eu me sinto assim, incrível”, o afeto não pede explicação longa. Ele se deposita no corpo como efeito do ambiente. A biblioteca se define, então, por essa combinação de prática e sensação, um espaço que se faz no entre prateleiras, cabines e movimentos miúdos, espaço praticado e vivido na pele, no chão, no ritmo do que se faz ali (BRAGIONI; ARAÚJO, 2020, p. 56).

A biblioteca sempre foi um lugar muito especial para mim, desde que eu era criança. Na biblioteca da escola, na biblioteca municipal de Cruz, a biblioteca da aqui da UEFS. O ambiente que você me perguntou no ensino básico, onde eu me sentia seguro, biblioteca. Eu estudei no CETEP, né? De Cruz das Almas, do lado da UFRB. Aquele colégio grandão e, pra mim, o meu ambiente favorito era a biblioteca, o GOT, que era o pavilhão de administração e o campus, no geral, eu podia ficar andando, eu sentava no banquinho com algumas pessoas, ficava conversando, batendo papo, que eram ambientes mais descontraídos que eu podia estar com pessoas selecionadas.... (Cavaco)

“Biblioteca” aparece como palavra que atravessa o tempo. Quando ele diz que “sempre foi um lugar muito especial... desde que eu era criança” e lista a biblioteca da escola, a municipal de Cruz e a da UEFS, ele constrói uma continuidade que não depende de um único prédio. A biblioteca se torna um tipo de chão recorrente, reaparece como forma de se manter inteiro no cotidiano em diferentes fases e instituições. A frase “onde eu me sentia seguro, biblioteca” amarra essa continuidade a um efeito direto, segurança, como se o lugar pudesse ser reconhecido pelo corpo antes de qualquer justificativa.

No mesmo movimento, ele amplia o mapa. Ao situar o CETEP e nomear outros pontos, “GOT”, “campus”, “banquinho”, ele desenha um território feito de circulação possível e de convivência escolhida. “Pessoas selecionadas” não entra como detalhe, ela define um modo de estar com o outro que não exige exposição contínua. O que aparece, então, não é apenas o silêncio dos livros, mas uma economia do encontro, lugares em que se pode andar, sentar, conversar, ficar. Nessa linha, a vinculação afetiva com os lugares se mostra como relação que se forma no tempo e participa do modo como a pessoa se reconhece e se organiza no mundo, criando pertencimentos que se enxertam no cotidiano e na memória (JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 84). E é por isso que a biblioteca volta como resposta imediata quando ele nomeia o que, no ensino básico, era vivido como segurança.

Se a biblioteca aparece como território afetivo de continuidade e abrigo, a narrativa também indica com força o que esse abrigo contrasta. Quando Cavaco volta ao ensino básico, ele não traz apenas lembranças escolares. Ele nomeia um regime de vida em que a presença precisava ser regulada dia após dia, como se estar na escola exigisse caber numa forma que não era a sua. É nesse contraste entre abrigo e hostilidade que o recorte seguinte ganha peso.

Se eu tivesse que resumir o ensino básico, tipo, no geral... Como eu falei, foi o pior período da minha vida. Porque o tempo inteiro eu estava fingindo ser uma coisa que eu não era. E quando eu comecei no ensino médio a mostrar mais do meu gênero, as pessoas começaram a se afastar mais de mim, as pessoas faziam chacota. Eu era alvo de comentários transfóbicos. Eu era alvo de olhares estranhos. Algumas pessoas da turma tentaram me exorcizar na sala uma vez... Eu quase me vi sendo mais uma daquelas pessoas que passam pela evasão escolar. (Cavaco)

A fala começa com medida e condensação. “Se eu tivesse que resumir” e “tipo, no geral” indicam um esforço de síntese, como quem tenta juntar uma experiência extensa sem perder o peso do vivido. O retomar “como eu falei” deixa ver que essa memória já voltou antes, e quando ele afirma “foi o pior período da minha vida”, a escola deixa de ser etapa e vira território afetivo de sofrimento, um lugar que organizou o cotidiano como desgaste.

O centro do recorte está na duração. “O tempo inteiro” impede que a cena seja lida como episódio. E essa duração é nomeada como fingimento, “fingindo ser uma coisa que eu não era”, o que faz a escola aparecer como coerção pela exigência de performance contínua. Quando ele diz que no ensino médio começou a “mostrar mais do meu gênero”, a frase marca uma virada de visibilidade, e a resposta vem como retração do entorno, “as pessoas começaram a se afastar”. A distância social se anuncia como punição silenciosa e logo vira ação aberta, “chacota”, “comentários transfóbicos”, “olhares estranhos”. A repetição “eu era alvo” fixa a posição de vulnerabilidade, como se a presença fosse capturada como mira. Nesse ponto, Louro faz ver esse movimento ao lembrar que a escola costuma operar com um padrão de gênero e sexualidade tomado como normal, e que afastar-se dele é ser empurrado para o lugar do desvio, para fora do centro (LOURO, 2018, p. 45-46).

A tentativa de exorcismo condensa o limite desse regime. Não é apenas insulto, é desumanização, como se o corpo em dissidência precisasse ser expulso ou purificado para caber no espaço escolar. A cena torna explícito o que antes aparecia como

afastamento e olhar, a norma pode assumir forma ritual e violência coletiva. E quando ele diz “eu quase me vi sendo mais uma daquelas pessoas que passam pela evasão escolar¹³”, o “quase” não é estatística. É uma beira concreta. Ele nomeia a possibilidade de ruptura do percurso, como se continuar estudando deixasse de ser caminho e passasse a ser resistência cotidiana diante de um ambiente que produz vergonha e silêncio. Aqui, a formulação de Louro sobre as marcas da escola encontra encaixe direto, porque o que permanece não é um conteúdo pragmático, mas situações do cotidiano e experiências vividas em seu interior, ligadas ao modo como se constroem identidades sociais, especialmente de gênero e sexualidade (LOURO, 2019, p. 22). Nesse quadro, a biblioteca ganha outra dimensão, não como preferência cultural apenas, mas como condição de permanência, um lugar em que a vida pode respirar por instantes e em que existir não precisa ser provado o tempo inteiro.

O período escolar foi nomeado como território de coerção e risco, mas o relato mostra que esse regime não fica preso ao tempo da escola. Ele se prolonga na cidade e retorna em reencontros, nomes, pronomes e memórias que reativam o corpo. A passagem seguinte desloca a pergunta do prédio para o urbano e faz aparecer como certos lugares deixam de ser cenário e passam a ser marca.

Por que eu não tenho essa boa relação com Cruz? Porque toda vez que eu vou pra Cruz, as pessoas que eu conheço... São pessoas que ainda têm uma visão, sabe, erradas de mim e tal. Ainda são pessoas que falam o meu nome de registro, o meu nome morto. São pessoas que ainda me tratam nos pronomes errados e me lembram de algumas situações de transfobia muito ruins. Então, são memórias muito negativas associadas à cidade. Por mais que tenha alguns lugares de conforto, alguns lugares que me fazem sentir bem, a maioria das memórias não são memórias positivas. Os piores momentos da minha vida eu vivi em Cruz. Então, não há uma boa relação. (Cavaco)

A pergunta já vem com resposta embutida. “Por que eu não tenho essa boa relação com Cruz?” abre a cena como justificativa e a repetição de “porque” organiza o encadeamento, como se fosse preciso amarrar, ponto a ponto, o que torna a cidade difícil de habitar. O “toda vez que eu vou” marca recorrência. E o “ainda” retorna como insistência do passado no presente, “ainda têm uma visão... errada”, “ainda falam o meu nome”, “ainda me tratam nos pronomes errados”. A cidade aparece, assim, menos como geografia e mais como regime de reconhecimento reiterado. Não é apenas estar em Cruz,

¹³ Sobre a evasão escolar, Meyer questiona “será que meninos de determinados segmentos da população abandonam a escola em maior número ou vão sendo, no cotidiano pedagógico, progressivamente “abandonados” por ela?” (MEYER, 2018, p.23)

é voltar a um circuito em que nome e pronome recolocam o corpo em disputa e fazem a memória voltar como presença.

O termo “visão errada” condensa o núcleo dessa disputa. Não se trata de desconhecimento inocente, trata-se de um modo de ver que desautoriza e produz violência. Quando ele diz que essas pessoas “me lembram” situações de transfobia muito ruins, o verbo lembrar aciona o passado como retorno sensível, e é por isso que ele conclui “memórias muito negativas associadas à cidade”. Com Souza Júnior e Sousa, fica mais nítido como a relação com a cidade pode deixar de ser vínculo e passar a operar como desvinculação, infletindo o ser para afetos que excedem o simples apreço, conduzindo para medo, apatia ou asco, conforme o lugar e a situação envolvente (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 93).

Ao mesmo tempo, ele não absolutiza. “Por mais que tenha alguns lugares de conforto” preserva ambivalência, mas a balança se organiza com clareza, “a maioria das memórias não são positivas”, e o fecho “os piores momentos da minha vida eu vivi em Cruz” transforma a cidade em território afetivo marcado por saldo, não por exceção. Nesse movimento, mudar de lugar não aparece apenas como trocar endereço, aparece como deslocar normas de reconhecimento que não foram escolhidas e com as quais ainda assim se precisa lidar para existir como sujeito (BUTLER, 2016a, p. 36). Voltar à cidade, então, deixa de ser simples retorno e vira teste de reconhecimento, se o corpo pode chegar sem ser arrancado de si.

Depois de Cruz das Almas aparecer como cidade em que nome, pronome e memória devolvem recusa, Feira de Santana entra como contraponto afetivo. Não como cidade ideal, mas como possibilidade de recomeço em que o reconhecimento muda de regime, ainda que não se torne perfeito. A narrativa seguinte mantém essa ambivalência no próprio modo de dizer, acolhedor com ressalvas, humor com crítica, e a afirmação de um começo que não apaga o passado, mas desloca o modo como ele pesa.

Embora Feira de Santana ainda seja no interior, né, é uma cidade muito maior. E... É isso. Eu realmente pude ser eu aqui em Feira de Santana, é uma cidade que eu gosto bastante. Tem as suas ressalvas? Tem as suas ressalvas. Estamos falando de Feira de Banana. [risos] Mas é um ambiente em que eu me sinto mais acolhido. Já sofri algumas situações de transfobia aqui, principalmente na universidade. Mas foi onde pude começar a minha vida de novo. Começar a minha vida do zero. É como se eu tivesse renascido quando eu vim pra cá. Eu gosto muito da ideia que se tem... Quando você inicia, por exemplo, numa religião que mexe com as questões espirituais que é, para você conseguir evoluir, você conseguir se desenvolver, você tem que abrir a mão da sua vida passada para iniciar uma nova vida. E foi literalmente isso que aconteceu comigo. Eu tive que abrir mão da minha vida passada em Cruz para poder

finalmente viver na minha plenitude. Viver como eu realmente vivo. E desde então foram maravilhas. (Cavaco)

A fala abre por contraste e medida. “Embora... ainda seja no interior” reconhece limite e, em seguida, “é uma cidade muito maior” marca diferença de escala como condição de possibilidade. O “E... é isso” funciona como pausa curta, um respiro antes da afirmação mais forte, “eu realmente pude ser eu aqui”, e esse “realmente” dá peso ao enunciado. Ao mesmo tempo, ele recusa idealização. “Tem as suas ressalvas” volta em repetição e a brincadeira “Feira de Banana” com risos sustenta a crítica sem romper o vínculo. O acolhimento, então, não vem como elogio puro, ele se mistura a imperfeições e contradições, algo entremeio, como em lugares permeados por ambivalências corpo-perceptivas e por um espectro plural de afetos, positivos, negativos e o que fica no meio (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 97).

Essa ambivalência se adensa quando ele inclui “já sofri algumas situações de transfobia aqui, principalmente na universidade”. O lugar de recomeço não é isento de violência, e a narrativa nomeia isso sem apagar o que muda. A virada aparece no verbo começar, “começar a minha vida de novo”, “começar... do zero”, e a repetição organiza uma temporalidade de reinício. “Renasci” dá forma a esse começo como acontecimento. Feira funciona como território afetivo não porque apaga o que houve, mas porque desloca o modo como o passado captura o presente. O que em Cruz retornava como nome morto e pronome errado, aqui se converte em possibilidade de existir menos preso à versão que os outros insistem em manter.

A imagem espiritual de “abrir mão da vida passada” reforça que recomeçar não é espontâneo. É custo e decisão. O “literalmente” dá materialidade ao gesto, como se fosse necessário afirmar que não se trata apenas de figura, mas de ruptura prática com aquilo que impedia viver “na plenitude”. E quando ele conclui “viver como eu realmente vivo”, o “realmente” retorna ligado à vida, como se o território afetivo de Feira se definisse por permitir coerência entre corpo, nomeação e cotidiano, mesmo com ressalvas e episódios de transfobia.

O acolhimento, aqui, não aparece como sentimento isolado. Ele se mede pela possibilidade de convivência. A cidade pode ser maior e permitir apresentação sem contestação imediata, mas isso não resolve sozinho a pergunta por onde se encontra gente, onde se constrói laço e onde a presença pode circular sem virar exceção. É nesse movimento que Cavaco desloca a fala do reconhecimento básico para a questão dos lugares de encontro.

Porquê Feira, embora tenha muitos comércios, muitas coisas assim, são poucos os lugares que a gente sabe que é voltado ao público LGBT. Na verdade, o único lugar que eu sabia que era voltado ao público LGBT era o Paradise Bar, que eu acho que fechou. Então, assim, eu não conheço outros. Eu gostaria, inclusive, de conhecer, porque eu preciso de mais amigos LGBTs. [risos] Mas, fora isso, a UEFS é o único local de referência, assim, que eu sei que a grande maioria é LGBT. Seria muito interessante se a Feira tivesse, não apenas por questão de você ter um fortalecimento da comunidade, mas também para a manutenção das relações sociais e das relações afetivas. Porque muitos de nós acabam tendo um déficit nisso. E aí, por exemplo, vou trazer a questão da minha vivência enquanto homem trans e relações afetivas. (Cavaco)

A fala abre em justificativa. Ele reconhece que Feira tem “muitos comércios”, “muitas coisas”, mas faz a dobra decisiva, isso não se converte automaticamente em lugares de encontro para o público LGBT. “São poucos os lugares que a gente sabe” introduz um conhecimento prático. Não é apenas existir um bar ou uma festa, é ser reconhecido como voltado, ser sabido, ser indicado, circular como referência. Quando ele diz “na verdade, o único lugar” e ainda acrescenta “eu acho que fechou”, o território afetivo aparece como frágil e instável, um ponto que some e deixa vazio. “Eu não conheço outros” funciona menos como falta individual de explorar a cidade e mais como diagnóstico de escassez.

O “eu gostaria” vem junto de “eu preciso”, e essa troca muda o tom. Não é curiosidade, é necessidade de laço. O riso que acompanha “mais amigos LGBTs” não diminui o peso do pedido, ele dá forma cuidadosa ao que custa dizer. “A UEFS é o único local de referência” concentra o mapa afetivo em um território específico, e o “eu sei” repetido reforça que se trata de experiência e percepção, não de tese. Quando ele amplia para “muitos de nós”, a falta deixa de ser privada e vira condição compartilhada. “Seria muito interessante se a Feira tivesse” aponta para um desejo coletivo e, ao nomear “fortalecimento da comunidade” e “manutenção das relações sociais e das relações afetivas”, ele aproxima reconhecimento de convivência, como algo que se dá “a partir da perspectiva” dos próprios pares. Nesse sentido, cabe a formulação de Kritsch e Ventura quando afirmam que “o combate ao desrespeito tem de mirar sua relação correspondente, isto é, o reconhecimento recíproco” pelo qual os indivíduos passam a se considerar iguais em direitos “a partir da perspectiva... de seus companheiros” (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 449). Não se trata apenas de tolerância no espaço público, trata-se de ter onde produzir reciprocidade e sustentar vínculos.

A frase final abre uma camada ainda mais situada, “minha vivência enquanto homem trans e relações afetivas”. Ela sinaliza que a escassez de espaços reconhecidos

não pesa do mesmo modo para todo mundo. O custo da falta de referência atravessa de forma particular quem depende de reconhecimento cotidiano para construir intimidade e pertencimento.

A UEFS apareceu como referência de convivência e como possibilidade de formar rede, mas esse pertencimento não se distribui de modo uniforme dentro da instituição. Há experiências em que o território afetivo se faz por abrigo e reconhecimento e há outras em que o mesmo espaço produz exposição e desgaste. O recorte seguinte desloca a universidade do plano geral para a sala de aula e mostra como o tratamento dado ao corpo pode inverter o sentido do lugar.

Aqui na universidade, eu confesso que tenho algumas ressalvas com o pessoal de educação, porque... nas matérias de prática educativas, principalmente, ao se tratar de gênero, você exclui os corpos em dissidência. E quando você tem um corpo em dissidência na turma, você é tratado como um objeto de estudo, como um animal que está sendo observado. Sabe aqueles documentários do National Geographic? Era exatamente assim que eu me sentia, porque era nesse exato local que os professores me colocavam. (Cavaco)

A frase começa com um posicionamento cuidadoso, “eu confesso que tenho algumas ressalvas”, e essa forma de dizer já indica que ele entra num ponto sensível do território universitário. Ele não critica a universidade inteira. Ele localiza um segmento, “o pessoal de educação”, e afunila ainda mais, “nas matérias de prática educativas, principalmente”. Essa localização é decisiva porque mostra que o território afetivo se produz por zonas, não por totalidade. Quando ele afirma “ao se tratar de gênero, você exclui os corpos em dissidência”, o verbo excluir desloca o problema do nível do conteúdo para o nível do regime de presença. Não é apenas um debate mal conduzido. É a experiência de um corpo que não entra como sujeito e passa a ser tratado como exceção.

O recorte intensifica essa experiência quando descreve o que acontece “quando você tem um corpo em dissidência na turma”. A frase muda para a segunda pessoa, “você é tratado”, como se ele tornasse a cena comunicável e reconhecível para quem escuta. O tratamento é nomeado em termos duros, “objeto de estudo”, “animal que está sendo observado”. A comparação com “documentários do National Geographic” dá imagem ao olhar acadêmico que vira vitrine, captura e classifica. E quando ele diz “era nesse exato local que os professores me colocavam”, ele fixa o lugar da cena. A sala de aula se torna território afetivo de exposição, não por ser sala, mas por ser um espaço em que a dissidência volta a ser enquadrada como coisa a ser analisada, e não como vida a ser reconhecida.

Nesse contraste, a formulação de Rios cabe com precisão ao lembrar que a universidade é atravessada por conflitos e contradições, podendo tanto produzir e reproduzir violações e violência contra quem é tomado como estranho quanto se constituir como espaço privilegiado de reflexão, troca e novas aprendizagens (RIOS, 2022, p. 101-102). É exatamente essa ambivalência que a narrativa faz aparecer. A UEFS pode acolher em um plano e ferir em outro, e o território afetivo se revela instável porque depende do tipo de relação que se instala e do modo como o corpo é autorizado ou reduzido.

A sala de aula havia aparecido como território afetivo de exposição, quando o corpo em dissidência é empurrado para o lugar de objeto. Cavaco, porém, desloca a cena para o trabalho e mostra que a diferença não está no rótulo da instituição escolar ou instituição universitária. Ela aparece no modo como a convivência se organiza e no tipo de reconhecimento que se repete no cotidiano. É aí que pequenas confirmações, no nome, na ficha, no modo de receber, mudam o clima e permitem existir com menos tensão.

[...] na escola onde eu trabalho, é uma escola muito tranquila. Porque o diretor, ele é gay. A gente tinha outro professor que também era gay e tudo mais, então... Eles me receberam bem e tal na ficha ali que a gente bate ponto, que é o meu nome social e tal, né? (Cavaco)

A fala começa com avaliação direta, “uma escola muito tranquila”, e imediatamente se explica, “porque”. Esse “porque” importa, ele indica que a tranquilidade não é abstrata. Ela é atribuída a condições concretas do ambiente. Quando ele diz “o diretor, ele é gay” e menciona “outro professor que também era gay”, não se trata de uma garantia automática de acolhimento, mas de um contexto em que a dissidência não aparece como novidade absoluta nem como exceção isolada. O “e tudo mais” sugere que haveria mais a listar, mas ele escolhe fixar o que, para ele, torna a convivência menos hostil.

Em seguida, “eles me receberam bem” desloca a cena do perfil das pessoas para o gesto de recepção. O que sela o território afetivo é algo cotidiano e, por isso mesmo, decisivo, “na ficha ali que a gente bate ponto, que é o meu nome social”. O “ali” localiza o reconhecimento num ponto comum do trabalho, bater ponto, e mostra que ele não precisa se afirmar como discurso bonito. Ele aparece como prática regular. O nome social no registro cotidiano funciona como reconhecimento reiterado, reduzindo a exigência de explicar-se para poder apenas estar. Aqui, a formulação de Venosa pode entrar de modo pontual, quando afirma que o nome é “a manifestação mais expressiva da personalidade”

(VENOSA, 2016, p. 209), porque ajuda a dimensionar por que esse gesto burocrático não é pequeno.

Esse movimento ganha relevo quando lembramos o que apareceu antes na universidade, a sala de aula como vitrine que observa e classifica. No trabalho, o cotidiano é narrado como mais habitável porque nome e tratamento não viram disputa a cada encontro. A tranquilidade não apaga tensões da vida, mas altera o custo de circular, e permite que a masculinidade em dissidência se realize como presença ordinária, e não como exceção sob exame. Por isso, faz sentido aproximar a cena do que Garcia, Ribeiro e Magalhães descrevem ao dizer que a afirmação do nome social pode operar como “prática performativa de reiteração” de identidades, contribuindo para reconhecimento e legitimação em contexto escolar (GARCIA; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2025, p. 12).

O que se aprende com Cavaco é que nenhum lugar é neutro quando o corpo carrega marcas de disputa por inteligibilidade. Mesmo quando há recomeço, há também zonas em que a experiência volta a ser testada, seja pela memória que retorna no nome de registro, seja pela curiosidade que transforma dissidência em objeto, seja pela falta de espaços comunitários que sustentem vínculos e afetos. Por isso, o lugar não aparece como simples preferência, mas como uma economia do custo de estar, em que o reconhecimento pode aliviar e a desautorização pode multiplicar o peso. Esse modo de narrar desloca a cidade do papel de cenário para o de campo de forças, onde pertença e desconforto se reorganizam a cada contato com pessoas, instituições e microregras do cotidiano.

Em Pojuca, o território afetivo aparece como aquilo que faz a vida caber com menos cálculo. Feira de Santana ganha, no relato, textura de segunda casa não por apagar a primeira, mas por se tornar o lugar em que vínculos, vida material e projetos se reorganizam. Essa aprendizagem não é abstrata. Ela aparece no modo como ele nomeia encontro, acolhimento, facilidade de circular e de fazer laço, como se a cidade fosse sendo conhecida no uso e na convivência, e não apenas reconhecida de longe.

[...] é que Feira ela abraça todo mundo, né? Feira tem esse lugar de ser encontro e aí ela acaba abraçando todo mundo, eh... eu quando eu vim pra cá, eu não sei se é por conta de eu ser uma pessoa muito extrovertida, eu me comunico muito bem, eu acabo fazendo amizade muito bem e muito rápido. Pra mim foi muito fácil, né? Nesse sentido de conhecer os espaços, de conhecer as pessoas e mesmo assim eu ainda acho que Feira me acolhe, hoje em dia eu costumo falar que Feira virou minha casa, minha segunda casa, né? A primeira a gente nunca esquece, né? (Pojuca)

A fala abre com uma fórmula ampla, “Feira abraça todo mundo”, e a aproxima da ideia de encontro. Logo depois, porém, ele mede o que diz, “eu não sei se é por conta

de eu ser...”, e esse recuo importa porque impede que o acolhimento vire sentença universal. Ele nomeia traços de presença, “extrovertida”, “me comunico muito bem”, “faço amizade muito bem e muito rápido”, e com isso desloca o território afetivo para a prática do cotidiano, conversar, circular, entrar em lugares, firmar vínculos. “Pra mim foi muito fácil” marca um mapa situado e o trecho “conhecer os espaços, conhecer as pessoas” aproxima espaço de uso. A cidade vai sendo aprendida no movimento do corpo que atravessa, infiltra, perpassa e experimenta, e não apenas como cenário visto de fora, como escrevem Hissa e Nogueira (2016, p. 73).

Quando ele afirma “Feira me acolhe” e, em seguida, “hoje em dia eu costumo falar”, o pertencimento ganha temporalidade. Não aparece como impressão instantânea. Ele se firma com o tempo, a ponto de virar expressão repetida, “virou minha casa, minha segunda casa”. A frase “a primeira a gente nunca esquece” abre a ambivalência sem romper o vínculo. O pertencimento não apaga a origem, ele se acumula, e isso dá ao território afetivo a forma de coexistência, manter duas referências ao mesmo tempo, uma que ancora o passado e outra que sustenta o presente. “Sentimentos que se entremeiam” e vontades que se transformam em pertencimento nomeiam bem essa composição, em que o apreço pelo espaço não elimina o anterior, mas se soma a ele (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 83).

Então Feira virou a minha segunda casa, as vezes eu penso voltar pra minha cidade [Valença], só que eu lembro que Feira me deu tudo que eu tenho, Feira me deu a minha casa, Feira me deu hoje o meu transporte, Feira me deu a esposa que eu tenho, os amigos que eu tenho, né? Querendo ou não, Feira me deu muita coisa, ela virou a minha casa. (Pojuca)

A expressão “às vezes eu penso voltar” funciona como dobra afetiva e temporal. O “às vezes” não é detalhe. Ele abre uma oscilação, como se o vínculo com a origem permanecesse disponível como pensamento e como possibilidade, sem se fechar em decisão. O “só que eu lembro” faz a curva de volta para o presente, e a lembrança do que foi construído em Feira reorganiza esse impulso de retorno, recolocando o pertencimento no terreno do que sustenta a vida agora.

O trecho “Feira me deu” se repete e transforma a cidade em agente do que foi conquistado. Casa, transporte, esposa, amigos. A lista não é decorativa, ela materializa o acolhimento em coisas e laços, como se a permanência precisasse aparecer por chão, por rede e por vida em andamento. “Querendo ou não” introduz nuance. Não é devoção cega, é reconhecimento de um saldo, “me deu muita coisa”, e esse saldo retorna ao começo

para reafirmar o efeito, “ela virou a minha casa”. Assim, o território afetivo aparece como possibilidade de história, não apenas no sentido de gostar do lugar, mas de poder viver nele com vínculos que sustentam e com menos risco de ser reduzido a comentário ou julgamento.

Quando a UEFS entra no relato, o pertencimento que já vinha sendo construído em Feira se adensa, e a resposta vem imediatamente, como quem aponta para um chão já testado. A universidade aparece não só como instituição, mas como espaço em que ser e falar se tornam menos arriscados. Aqui, o território afetivo se organiza como condição de enunciação. Um espaço que não apenas acolhe o corpo, mas acolhe a palavra e permite existir sem precisar ser continuamente explicado, corrigido ou defendido.

Pesquisador: Sendo Feira sua segunda casa, teria nela algum espaço em que você se sinta mais acolhido, pertencente? Um espaço em que você possa ser você, sem ressalvas.

Pojuca: Aqui! [*resposta imediata*]. Esse espaço aqui! A UEFS ela é incrível, né? [*sorriso largo*] Primeiro por ser um espaço tão democrático que consegue, abraçar tanto as pessoas, né? Mas, acho que sobretudo por ser espaço que você... eu acho que eu passei muito tempo falando sobre isso na graduação, né? Eh... a UEFS sempre foi um espaço de você conseguir ser você mesmo. (Pojuca)

O “Aqui” dito como resposta imediata faz mais do que indicar um endereço. Ele fixa um território afetivo como presença, como se o pertencimento pudesse ser apontado antes de ser explicado. A repetição “Esse espaço aqui” reforça a fixação e dá corpo ao gesto. O espaço não aparece como lembrança distante, aparece como agora. Em seguida, “a UEFS é incrível” vem com “sorriso largo”, e isso não funciona como ornamento. A corporalidade do dizer já faz o acolhimento aparecer como sensação.

Quando ele diz “primeiro por ser um espaço tão democrático” e usa o verbo “abraçar”, ele nomeia uma qualidade relacional do ambiente e a apresenta como condição de convivência. Ao mesmo tempo, a frase se protege contra a totalização. “Eu acho” reaparece e segura o enunciado no registro de quem afirma a partir do vivido, não de quem decreta. E quando ele conclui “sempre foi um espaço de você conseguir ser você mesmo”, o “sempre” dá duração. O acolhimento não é episódio. Ele se firma como continuidade e vira referência para dizer “aqui” sem hesitar.

A experiência universitária havia aparecido como território afetivo que se firma na convivência, na rede e no modo como o corpo deixa de ser cobrado o tempo todo. Agora, Pojuca torna essa diferença mais explícita ao comparar espaços que ele reconhece como mais masculinos e mais femininos e ao mostrar como liberdade ou constrangimento

se produzem na fala do outro, nas correções, nos comentários e no que se permite brincar sem virar alvo.

Os amigos que eu fiz nesse processo de estar num espaço mais masculino foi fora da UEFS, através do Feira VI, mas esses espaços foram muito mais femininos e eu acho que isso possibilitou, eh... [*um breve silêncio*] vivenciar eu mesmo de uma forma mais plena, eu não tinha, eh... porque assim, fazendo essa comparação desses espaços masculinos com os femininos, no espaço masculino o preconceito é muito mais forte, né? Eu não poderia fazer qualquer tipo de brincadeira, no espaço feminino não, eu era muito mais livre. As meninas me entendiam, as meninas não me julgavam, ah Pojuca, você tá muito afeminado, ah Pojuca, eh isso não é título de homem, ah Pojuca, como é que o homem fala isso? Então assim, eh, nesse femininos, eu era muito mais acolhido e eu falo desse espaço enquanto UEFS, né? Ela me acolhia muito mais, porque eu estava com as meninas, porque eu era ouvido até nas próprias aulas, né? (Pojuca)

A narrativa constrói a diferença por comparação e por hesitação. “Eu acho” volta como marca de aproximação e o breve silêncio aparece como ponto em que o dizer precisa se compor, como se falar de plenitude exigisse cuidado para não virar frase pronta. A comparação entre “espaços masculinos” e “femininos” não entra como teoria, entra como experiência de limite. “No espaço masculino o preconceito é muito mais forte” vem com uma restrição concreta, “eu não poderia fazer qualquer tipo de brincadeira”, e essa impossibilidade dá forma ao território afetivo como lugar em que o corpo precisa se segurar. O humor e o gesto passam a ser medidos, porque podem ser punidos.

Quando ele diz “no espaço feminino... eu era muito mais livre”, a liberdade não é abstrata. Ela se materializa na ausência de julgamento. A repetição “as meninas” fixa uma rede de reconhecimento e escuta, e o exemplo que ele traz é o vocabulário da correção, “tá muito afeminado”, “isso não é título de homem”, “como é que o homem fala isso”. Essas frases mostram a masculinidade como norma de fala e de postura, um conjunto de expectativas que vira policiamento. “Afeminado”, aqui, não opera só como adjetivo. Ele funciona como acusação e tentativa de correção, modo de recolocar o corpo no script do “título de homem”. Nessa direção, a leitura de Nonato, em diálogo com Butler, aproxima-se do que a cena mostra ao indicar que é possível falar de um “homem” que é feminino sem destruir a integridade do gênero, ao mesmo tempo em que se questiona a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes (NONATO, 2020, p. 84). O que o recorte faz ver é justamente a tensão entre categorias e práticas, entre o que se espera que um homem seja e o que um homem pode fazer, dizer e brincar sem virar alvo.

O fecho reinsere a UEFS como parte desse mapa. Quando ele diz “eu falo desse espaço enquanto UEFS”, ele liga o acolhimento à possibilidade de estar com as meninas e de ser ouvido “até nas próprias aulas”. A universidade aparece como território afetivo não por uma ideia abstrata de democracia, mas por textura relacional concreta, ser escutado, poder falar, poder brincar, existir com menos vigilância. E essa passagem também deixa entrever aquilo que Nonato descreve como exercício de “enxergar para além dos limites traçados”, percebendo microfissuras nas performatividades que escapam do binário (NONATO, 2020, p. 84).

O acolhimento que ele descreve não se limita a estar com pares ou a circular com menos cobrança de masculinidade. Ele também se mede pela possibilidade de falar sem antecipar punição. Quando a UEFS aparece como segunda casa, ela aparece junto de um efeito muito concreto, abrir espaço para dizer o que antes ficava contido. A narrativa, então, desloca o território afetivo para a palavra, para o que pode ser enunciado sem que o medo comande a cena desde o início.

É tanto que é muito interessante, que eu só consegui falar plenamente sobre a minha história no sentido de oh, eu sou filho de um homem homossexual, sem medo, aqui [fala com bastante ênfase e demarca o espaço com as mãos sobre a mesa], porque até eu entrar aqui eu tinha muito medo, medo de ser julgado, medo de receber crítica das pessoas, medo de ver as pessoas julgando meu pai, de verem as pessoas me rotulando, [breve silêncio] medo da reação das pessoas, sabe? E na UEFS eu consegui, eu comecei a me entender enquanto pessoa, eu comecei a me entender, nesse espaço aqui eu sou mais livre. (Pojuca)

A fala começa com intensificador e delimitação, “é tanto que” e “só consegui falar plenamente”, como se ele marcasse que não foi simples nem imediato. Foi uma conquista situada. “Plenamente” dá peso ao gesto, não é falar um pedaço, é falar inteiro. E a frase “sem medo, aqui” fixa o território afetivo no presente e no espaço, não como ideia, mas como ponto concreto. O gesto de demarcar a mesa com as mãos e a ênfase na voz fazem do lugar um apoio material para a palavra, como se o corpo precisasse marcar onde é possível dizer isso. O “porque” abre a explicação e, a partir daí, a repetição de “medo” organiza o centro do recorte. Medo de ser julgado, medo de crítica, medo de verem o pai, medo de ser rotulado. A insistência não é redundância, ela faz aparecer que o risco não é um. É um conjunto de ameaças sociais que se acumulam em torno da história e dos vínculos.

O pai entra como ponto sensível porque desloca o estigma do indivíduo para a rede familiar. O medo não é apenas “meu”. Ele envolve o que pode ser feito com essa

história quando ela cai em ouvidos hostis, o efeito do olhar e do rótulo sobre ele e sobre o pai ao mesmo tempo. O breve silêncio no meio da enumeração marca dificuldade de atravessar isso em palavras, como se a fala precisasse tomar fôlego para seguir. E quando ele diz “na UEFS eu consegui” e repete “eu comecei a me entender”, o “comecei” indica processo, não solução instantânea. O território afetivo aparece como condição de enunciação. Um espaço em que a palavra pode sair com menos armadura, onde a liberdade se mede não por ausência total de conflito, mas por uma suspensão momentânea do julgamento como regra. Dutta nomeia essa variação quando observa que a limitação dos corpos pelo medo em um nível pode se combinar com expansão corporal em outro (DUTTA, 2020, p. 84). O fecho “nesse espaço aqui eu sou mais livre” retorna ao “aqui” como ponto de apoio, como se o lugar fosse, antes de tudo, o que permite dizer sem ser imediatamente devolvido como desvio.

A UEFS havia sido nomeada como território em que a palavra pode sair sem medo. Agora, Dutta desloca essa liberdade para o corpo. O pertencimento se adensa quando ele diz que, ali, não precisou conter gestos nem vestir uma masculinidade rígida para ser aceito. A universidade entra como convivência que permite reavaliar o que ele aprendeu a chamar de masculino, e essa reavaliação aparece no modo como ele fala de surpresa, vergonha e validação.

Vivenciando algumas experiências, eu entendi que as pessoas estão tão acostumadas a ver um homem como... sempre o lado mais ruim do masculino e acho que elas foram se surpreendendo, né? De ver que eu não era assim. Mesmo que cheio, às vezes com muito preconceito, né? Porque a gente carrega isso, é inevitável, mas aqui as pessoas começaram a validar essa pessoa que eu era. Que antes eu tinha vergonha, né? De ser mais carinhoso, né? De ser extrovertido, de não ter vergonha de não ter que conter meu corpo pra ser sempre muito certinho, de dançar muito, eh... de falar, né? Eh... enfim, aqui eu entendi que esse sou eu e que não é errado ser assim, eu aprendi aqui na UEFS, a UEFS me ajudou nesse processo de autoconhecimento e de aceitação mesmo na minha realidade. (Dutta)

Ele abre pela via do processo. “Vivenciando algumas experiências, eu entendi” coloca o sentido como algo que se faz aos poucos, não como conclusão pronta. O olhar do outro vem primeiro, “as pessoas estão tão acostumadas a ver um homem como...”, e a suspensão no meio da frase deixa ver que há um peso nessa expectativa, difícil de nomear sem que ela já imponha uma forma. Quando ele completa com “sempre o lado mais ruim do masculino”, aponta um estereótipo que antecede o encontro, e é por isso que “foram se surpreendendo” se torna decisivo, a convivência desloca a previsão do que um homem vai ser, porque ele “não era assim”. Ainda assim, o recorte não romantiza o

deslocamento. “Mesmo que cheio... com muito preconceito” e “a gente carrega isso” colocam a norma como algo que circula e se reinscreve.

A palavra “validar” ganha densidade porque mexe no lugar da vergonha. “Aqui as pessoas começaram a validar essa pessoa que eu era” não é elogio genérico, é mudança de condição. A vergonha é nomeada com exemplos corporais e cotidianos, “ser mais carinhoso”, “ser extrovertido”, “não ter que conter meu corpo pra ser sempre muito certinho”, “dançar muito”, “falar”. O conflito passa por gesto, intensidade e presença, por aquilo que costuma ser corrigido quando a masculinidade vira prova. Por isso, a leitura pode dialogar com Bourdieu quando ele fala de uma “definição diferencial dos usos legítimos do corpo” (BOURDIEU, 2024, p. 45), porque o que Pojuca descreve é justamente o custo de ter o corpo submetido a um uso considerado legítimo e a vergonha funcionando como ferramenta de ajuste.

O fecho retorna ao “aqui” como ancoragem do aprendizado. “Aqui eu entendi que esse sou eu e que não é errado ser assim” não aparece como slogan, aparece como resultado de convivência em que o gesto não precisa ser imediatamente punido. E quando ele conclui “me ajudou nesse processo”, o termo processo impede uma chegada triunfal e mantém aberto o trabalho de sustentar, no cotidiano, uma masculinidade possível, mais ampla do que o “lado mais ruim” que o estereótipo espera. Nesse rio, a dissidência aparece menos como bandeira e mais como prática de existir que encontra validação quando o policiamento afrouxa e a presença pode circular com menos contenção.

Depois de a UEFS aparecer como território em que a palavra pode circular com mais liberdade, a narrativa retorna à escola com outra temperatura. O mesmo espaço que ele associa a comunicação e amizade reaparece atravessado por receio, como se a presença ali exigisse atenção constante ao que pode ser perguntado e ao que pode ser exposto. É nesse contraste, gostar e temer ao mesmo tempo, que a escola se torna legível como território afetivo em duplo regime.

A escola era esse espaço de receio pra mim, mesmo que a escola fosse um espaço muito bom, eu sempre gostei muito de escola porque era um espaço que eu podia me comunicar, eu fazia amizade, eu tinha os meus amigos na maioria das vezes sempre na escola. Essas coisas, a gente faz amigos na escola, né? E esses amigos da escola são pra sempre, a gente acha que são os..., né? São aquela coisa! E aí assim, mesmo sendo espaço que eu gostava de estar, me causava muito medo, porque também era esse espaço, de poxa, se alguém vir me perguntar sobre, e se alguém vim querer me questionar sobre meu pai, sobre a minha sexualidade. Eu não quero falar. Às vezes eu não queria, né? Então a escola sempre foi esse espaço de, poxa, eu quero estar aqui mas aqui também me machuca muito. A escola sempre foi esse espaço bem ambíguo desses dois lados pra mim. (Pojuca)

A narrativa insiste na palavra “espaço” e, ao insistir, mostra que a escola não é cenário neutro. Ela é uma experiência que mistura vínculo e ameaça. Ele diz “eu sempre gostei muito” e justifica com práticas concretas, comunicar, fazer amizade, ter amigos, como se ali a sociabilidade se organizasse com facilidade e desse alguma sensação de pertença. Mas a frase volta e vira, “mesmo sendo espaço que eu gostava de estar, me causava muito medo”, e o medo é explicado por antecipação. “Se alguém vier me perguntar” e “se alguém vier querendo me questionar” colocam o risco no futuro próximo, como se a ameaça não precisasse acontecer para já organizar o corpo. A pergunta aparece como possibilidade de exposição, e o recorte nomeia exatamente o que pode ser arrancado, “meu pai”, “minha sexualidade”, uma história que cai facilmente no campo do julgamento.

Quando ele diz “eu não quero falar” e, logo depois, acrescenta “às vezes eu não queria”, o dizer faz uma dobra importante. Não se trata de recusar sempre. Trata-se de precisar escolher quando e com quem falar, como se a palavra tivesse de ser administrada para não virar dano. O território afetivo escolar se constitui, então, como ambivalência vivida no corpo, “eu quero estar aqui mas aqui também me machuca muito”. O “mas” não resolve a contradição, ele a instala como regra de convivência. E o fecho “bem ambíguo desses dois lados” confirma que gostar e se ferir coexistem no mesmo lugar. Aqui, o limite não aparece como moral, aparece como medida prática de exposição, o que dizer, a quem dizer, quando calar para não ser devolvido como alvo. Nessa direção, a formulação de Souza Júnior e Sousa sobre lugares que “mesclam múltiplos afetos ambivalentes” (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 94) entra como apoio conceitual para ler essa escola que, ao mesmo tempo, permite laço e produz receio.

A escola havia aparecido como território afetivo em duplo regime, lugar de amizade e comunicação, mas também de receio diante do que pode ser perguntado e exposto. O recorte seguinte desloca essa ambivalência para um ponto mais específico, a sala de aula, e mostra como a sensação de segurança pode se formar por proximidade, por confiança e pelo modo como o ambiente é percebido como mais controlável.

Rapaz, eu acho que a sala de aula, né? Eu acho que eu me sentia muito seguro dentro da sala de aula. Primeiro por ser um espaço que me permitia estar no controle de certa forma, né? Tanto do meu corpo quanto de verificar, de estar vendo as pessoas, né? Aquele espaço mais fechado. Eu acho que a sala de aula nesse sentido, ela me deixava mais confortável, né? Mais seguro. Aí também eu estava com pessoas que eu conhecia, né? Que tinha mais proximidade, né?

Entendendo que esse espaço da escola é um espaço muito mais amplo, que tem mais pessoas naquele quadrado da sala. Eu tinha pessoas que eu conhecia, que eu já tinha certa confiança, que eu podia falar mais sobre alguns assuntos que fora desse espaço, longe dos meus amigos, já não tinha tanta, tanta confiança pra falar, tanta confiança pra ser eu, de certa forma. (Pojuca)

O dizer começa com repetição e modulação. “Eu acho” aparece várias vezes e funciona como modo de medir a afirmação, como se ele quisesse firmar a lembrança sem transformar isso em sentença absoluta. Ao repetir “sala de aula” e “seguro”, ele fixa um recorte do território escolar em que a presença fica menos exposta ao imprevisível.

A segurança é explicada como controle, e controle aqui não é domínio sobre os outros. É a possibilidade de regular o próprio corpo e, ao mesmo tempo, observar o ambiente. “Verificar”, “estar vendo as pessoas” e “espaço mais fechado” constroem a sala como um lugar em que o risco difuso se estreita. A ideia de “espaço mais amplo” aparece como contraponto e, com ela, a escola ganha gradações internas, dentro do quadrado da sala o corpo calcula menos do que fora dele.

Esse contraste se completa quando ele se opõe “dentro da sala” e “fora desse espaço”. Dentro, há proximidade e confiança. Ele repete confiança com intensidade, “tanta, tanta confiança”, como se precisasse marcar o quanto essa condição era rara quando estava longe dos amigos. A segurança, então, não se reduz à ausência de agressão. Ela se liga a poder falar sobre alguns assuntos e a “ser eu, de certa forma”, expressão que deixa ver negociação, não plenitude total. A sala aparece como microterritório afetivo dentro de um território escolar ambíguo, um ponto em que a convivência é mais selecionada e a palavra circula com menos medo.

Com a ideia de refúgio já em cena, a narrativa localiza dentro de Feira uma extensão concreta desse apoio. A casa da avó da esposa e a Lagoa entram como pontos em que o pertencimento se faz no cotidiano, por aproximação, por dormir junto, por voltar sempre, por sentir como se estivesse em casa. O recorte também chama atenção porque a lembrança não vem pronta. Ela se reativa enquanto ele fala, e isso faz o território afetivo aparecer no próprio modo de narrar.

A casa da avó de minha esposa era como se fosse a extensão da minha. Eu sempre fui muito apegado a minha avó e aí vindo pra cá, estando longe da minha avó, eu não sentia, tanta falta porque tinha a avó de minha esposa. Né? Eu tinha vó de minha esposa, era esse refúgio. E esse espaço da Lagoa em si, ali, daquele da Rocinha ali era muito confortável, porque era como se eu tivesse em casa. Às vezes na hora de sair, até falando agora eu lembrei, né? Eu saindo daqui tipo eu ia pra casa da avó de minha esposa. Ficava lá. A gente dormia lá. E aí a gente ia pra lagoa [a sonoridade da voz vai suavizando como se recorresse a uma memória confortável]. É verdade, véi! Tinha esquecido, viajei

aqui, esqueci legal, mas é isso cara! [fala em tom de surpresa] A lagoa, ela é bem marcante pra mim enquanto espaço de Feira, né? Até porque é um lugar bonito, mesmo não sendo um lugar muuuito tranquilo, mas ali a Lagoa ali é pra mim é muito acolhedor. (Pojuca)

Ele costura pertencimento por extensão. “Era como se fosse a extensão da minha” desloca a casa da avó da esposa para o campo do familiar, e o vínculo com a própria avó aparece como medida afetiva, “eu sempre fui muito apegado”. Quando ele diz que, estando longe da sua avó, “não sentia tanta falta” porque havia a avó da esposa, refúgio não vira substituição que apaga. Vira continuidade possível, presença mais velha que acolhe e dá chão para a vida se reorganizar em outro lugar. O território afetivo se forma, então, por rede concreta e por convivência, não por uma ideia abstrata de segurança.

A Lagoa entra na mesma gramática, “muito confortável” e “como se eu tivesse em casa”, e o recorte mostra que esse conforto é produzido por repetição. “Eu saindo daqui... eu ia pra casa da avó... a gente dormia lá... e aí a gente ia pra lagoa” organiza um circuito de permanência, ficar, dormir, voltar, ir junto, como se o acolhimento fosse feito de gestos simples que, de tanto se repetirem, viram referência. Importa também como a memória acontece na fala. “Até falando agora eu lembrei” indica lembrança em ato, e a suavização da voz marca que o corpo muda junto com o recordar. A surpresa, “tinha esquecido, viajei aqui”, reforça que não é uma lembrança ensaiada. Ela retorna com força e dá peso ao “bem marcante”. Nesse sentido, a Lagoa e a casa se tornam “articuladas a memórias, narrativas e emoções” que convergem para aquela espacialidade (SOUZA JÚNIOR; SOUSA, 2025, p. 77).

No final, ele preserva a ambivalência. “Lugar bonito” convive com “não muito tranquilo”, mas o fecho insiste no “acolhedor”. Essa insistência mostra que o território afetivo não precisa ser totalmente seguro para permitir a presença. Pode ser suficientemente acolhedor para que se fique, se descanse, se volte, mesmo num entorno que ainda pede medida e atenção.

Ao final, a UEFS retorna não apenas como território afetivo de acolhimento, mas como lugar onde algo se transforma. A fala nomeia esse movimento com uma imagem forte, entrar inteiro e se desfazer, e essa imagem não aparece como frase de efeito. Ela aparece como experiência que atravessa crença, corpo e modo de agir. O território afetivo, aqui, se liga à possibilidade de revisão, não como promessa de perfeição, mas como caminho contínuo de reconfiguração, dentro e fora da instituição.

[...] eu aprendi aqui na universidade, que a gente vai aprender, na UEFS, principalmente, a gente vai aprendendo a se desconstruir, né? Um processo de você entrar aqui inteiro e você se desfaz todo pra se construir outra pessoa, né? E, a minha vivência aqui foi essa, de me despir de muita coisa que eu acreditava e que eu fazia principalmente, muita coisa que reproduzia e que foi aprendendo, poxa posso melhorar. É um processo constante aqui e fora daqui né? (Pojuca)

O modo de dizer já coloca a transformação como processo e não como conclusão. “A gente vai aprender” e “a gente vai aprendendo” insistem numa temporalidade em curso, como se o aprendizado se fizesse enquanto acontece, sem ponto final. “Aqui” volta mais de uma vez e fixa a universidade como território de formação, mas ele imediatamente amplia o alcance ao dizer “aqui e fora daqui”, evitando que a mudança vire atributo exclusivo da instituição.

Quando ele diz “na UEFS, principalmente”, aparece uma gradação situada, e o “né?” repetido funciona como busca de reconhecimento do que está sendo dito, como se essa desconstrução precisasse ser validada como coisa real, e não como palavra vazia. A imagem “entrar inteiro e se desfaz todo” traduz a metamorfose em linguagem corporal, como se a pessoa precisasse perder uma forma para poder construir outra. E quando ele afirma “me despir de muita coisa que eu acreditava e que eu fazia”, a mudança deixa de ser ideia e vira gesto, abandonar crenças, revisar práticas, interromper reproduções. O “poxa, posso melhorar” marca uma virada humilde e concreta. Não é pureza, é revisão. O fecho “processo constante” sela que o território afetivo universitário se define também por permitir esse trabalho de reconfiguração sem prometer chegada perfeita, mas abrindo condições para que a pessoa repense o que acredita, o que faz e o que repete.

Em Pojuca, o território afetivo se desenha como acumulação e reorganização. Feira de Santana aparece como segunda casa não por apagar a primeira, mas por concentrar vínculos, vida material e possibilidade de fala. A repetição “Feira me deu” fixa esse pertencimento como saldo vivido, chão, transporte, laço, história. Ao mesmo tempo, Valença permanece como refúgio disponível, rede e margem de tempo, um lugar para onde se pode ir quando a vida pede saída.

Na UEFS, esse pertencimento se adensa por convivência e por palavra. Há momentos em que o acolhimento se mede por poder falar da própria história sem medo e por não precisar vestir uma masculinidade rígida como prova. Há também um trabalho de transformação, entrar inteiro e se desfazer para rever o que se reproduzia, dentro e fora da instituição. Assim, o território afetivo aparece como aquilo que sustenta a continuidade

e permite reconfigurar a presença, não como cenário neutro, mas como trama relacional em que a casa, a comunidade, o corpo e a linguagem se reorganizam no cotidiano.

Ao acompanhar esses territórios afetivos, o que se torna visível é que o espaço não é apenas onde se está, mas o que se torna possível ser, dizer e sentir quando se está. Acolhimento, medo, refúgio, ambivalência e liberdade relativa não aparecem como estados internos isolados. Eles se ligam a lugares e relações concretas e, por isso, desenham condições do viver no cotidiano. Quando um território é válido, a fala se alarga e o corpo aprende outra postura. Quando ameaçada, a vida se contrai e passa a calcular. Nesse intervalo entre contrair e alargar, entre esconder e nomear, entre pertencer e se proteger, vai se formando o campo concreto do que se pode fazer com a norma e do que se tenta fazer apesar dela, no miúdo do cotidiano, com o corpo em jogo e a palavra buscando um lugar onde possa pousar.

Ao longo deste eixo, pertencimento não aparece como inclinação subjetiva nem como adesão plena a um espaço, mas como condição situada de permanência, produzida por redes, reconhecimento e custos. O território afetivo se define pela diferença entre estar presente e poder sustentar presença, poder circular, falar e existir sem precisar administrar o tempo inteiro a própria exposição. Em Peixes, a universidade concentra essa possibilidade ao funcionar como ponto de estabilização do cotidiano e de deslocamento de horizonte, enquanto a escola aparece como marca de um passado que não se apaga, retornando como lembrança corporal e como parâmetro de comparação do que hoje se torna suportável. Em Subaé, a cidade se organiza por “meus espaços”, e essa expressão já delimita uma gramática do território afetivo. Há lugares em que o sujeito se sustenta porque controla relações e partilhas. Há outros, como espaços religiosos e escolares, em que o sujeito se torna alvo de correção e julgamento, e nisso se revela que o espaço não é isento, ele opera como dispositivo de autorização e de interdição.

Com Jacuípe, o território afetivo se torna ainda mais legível como regime de reconhecimento. O que muda a qualidade de um lugar não é apenas sua oferta material, mas o modo como ele trata nome, pronome, corpo e apresentação, e como regula o risco de ser apontado, exposto ou violentado. A experiência territorial, então, se organiza por variações de reconhecimento e ameaça, com zonas em que o corpo precisa se proteger e zonas em que pode diminuir a vigilância, até que um mínimo se firme naquele “pronto, acabou”. Cavaco, por sua vez, traz a escola como tecnologia de deslegitimação, pela recusa que acompanha a afirmação do gênero e pela normalização da violência como rotina. Em contraponto, a universidade e, em particular, a biblioteca, aparecem como

território de permanência, pela combinação de silêncio, foco, pertencimento e familiaridade, embora a sala de aula possa voltar a ferir quando transforma dissidência em objeto de observação. O contraste não produz um binário simples entre bom e ruim. Ele evidencia que os lugares funcionam como mecanismos de posição, aproximam ou afastam o sujeito da possibilidade de ser tratado como pessoa e não como problema, curiosidade ou desvio.

Pojuca acrescenta um deslocamento importante ao mostrar que o território afetivo também é condição de fala. Há uma passagem do medo de narrar a própria história para a possibilidade de enunciá-la como válida, e isso implica reorganizar o que se entende por masculinidade, sobretudo quando o sujeito identifica que ambientes mais masculinizados cobram contenção do corpo, policiamento do gesto e controle do que se diz, enquanto ambientes mais femininos oferecem escuta e margem para existir sem provar dureza como requisito de pertencimento. Nessa chave, afeto e território não são camadas separadas. O afeto não acompanha o espaço como adorno, ele participa do modo como o espaço funciona, distribuindo proximidades, riscos, silêncios e permissões. O eixo permite perceber que aquilo que os participantes sentem não é dado apenas interno, é efeito de condições sociais e espaciais que modulam quem pode circular, onde pode parar, com quem pode contar e o que pode dizer sem pagar um preço alto demais.

Quando os territórios afetivos se desenham por gradações de acolhimento e ameaça, eles não permanecem apenas como sentimento ou lembrança. Eles passam a orientar gestos, horários, escolhas de companhia, modos de falar e de calar, pequenas decisões que fazem a vida caber onde o espaço aperta e aproveitam brechas onde ele afrouxa. É nesse nível miúdo, em que o corpo ajusta presença e circulação para não virar alvo e para encontrar respiro, que a análise se adensa. As narrativas deixam ver, então, não só o que os lugares significam, mas como, diante do que significam, se inventam maneiras de permanecer, desviar, negociar visibilidade, segurança e afeto no cotidiano.

4.2.3 Eixo 3: Táticas cotidianas de negociação

Se o Eixo 1 desenhou por onde a vida circula e o Eixo 2 acompanhou o que os lugares fazem sentir, este terceiro eixo pergunta pelo como. Como se sustenta presença quando a circulação tem custo e quando os territórios são desiguais em acolhimento. Aqui, táticas não nomeiam um plano deliberado, nem uma inteligência sempre consciente. Nomeiam modos de fazer que se aprendem no atrito com a norma, no ajuste

fino do corpo e da linguagem às situações. A negociação aparece como prática de sobrevivência e pertencimento, feita de escolhas pequenas que parecem banais quando isoladas, mas que, em conjunto, compõem uma política do cotidiano. Por isso, a análise acompanha gestos de como evitar certos trajetos, buscar contornos e laterais, escolher companhia e rede, manejar nome e pronome, regular exposição, ajustar roupa, voz e postura, decidir onde permanecer, onde falar e onde silenciar. Não se trata de procurar heroísmos, mas de tornar legível a gramática prática que permite ficar. Nesse sentido, como formula Butler, “viver e agir estão conectados” de tal maneira que as condições de viver entram no próprio campo da reflexão e da ação política (BUTLER, 2018, p. 51).

Neste eixo, visibilidade e segurança não são pólos fixos, e afeto não aparece como recompensa fora do mundo social. Eles se enredam. A possibilidade de ser visto depende dos lugares praticados, das presenças ao redor e dos marcadores que o corpo carrega, e o afeto também é distribuído, reconhecido ou negado nesses mesmos enquadramentos. Por isso, quando “ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir” (BUTLER, 2018, p. 47), negociar não é apenas decidir. É ser atravessado por um regime de olhar e, ainda assim, encontrar brechas para não viver inteiro sob captura. Em alguns relatos, a tática toma a forma de contrair-se, reduzir exposição, proteger-se. Em outros, ela aparece como deslocamento de posição, a passagem do canto ao centro, ou como invenção de espaços onde o corpo deixa de pedir licença o tempo todo. A escrita observa como essas microrregulações se materializam no dizer, nos recuos, nas justificativas, nas ênfases, no modo como cada participante relata o que faz para atravessar o dia sem se perder de si. O eixo avança por aproximações, fazendo ver que, quando a norma aperta, o cotidiano não para ele se rearranja.

Em Jacuípe, a negociação de visibilidade não aparece como decisão única nem como roteiro pronto. Ela se forma no atrito com um ambiente que reage e produz limite. O que conta não é apenas onde se está, mas o que o lugar exige para permitir permanecer, com que margem de fala, com que margem de corpo, com que risco de virar assunto. A narrativa a seguir mostra essa negociação no momento em que um conflito familiar se torna sinal. A partir desse sinal, a saída aparece menos como aventura e mais como condição de respirar. E é nesse miúdo, quando a norma aperta e o cotidiano precisa se rearranjar, que a cena se torna legível como tática.

[...] minha irmã se apaixonou por um rapaz que era fora da religião. Já foi uma questão toda! Minha irmã hetero cis. E aí, eu pensei: Imagine eu! Eu falei então

eu vou sair logo daqui! Não vou ficar aqui! [risos]. Eu vou tentar ver alguma forma de ir pra Feira. Consegui um emprego lá. Mas não fico aqui! (Jacuípe)

A fala começa por um exemplo e imediatamente marca o ambiente como conflito. “Já foi uma questão toda” funciona como índice de controle e vigilância. Se a irmã, “hetero cis”, já produz conflito por se apaixonar fora da religião, o “imagine eu” surge como cálculo imediato de risco, uma forma rápida de medir o que aquele lugar comporta e o que ele não comporta. Esse “imagine” e não explica, ele antecipa. Ele faz a situação da irmã virar espelho de possibilidade para si e instala um limite de permanência.

A sequência “vou sair logo daqui”, “não vou ficar aqui”, e a repetição de “aqui” dão corpo à urgência. O riso não desfaz o peso, ele acompanha a decisão como quem tenta atravessar a tensão dizendo sem se quebrar. “Vou tentar ver alguma forma de ir pra Feira” mostra que a saída precisa ser viabilizada, não é desejo abstrato. E quando ele diz “consegui um emprego lá”, o emprego aparece como justificativa socialmente aceitável e como condição material que torna a saída possível, uma forma de deslocar-se com chão, não apenas com vontade. No final, “mas não fico aqui” retoma o limite e sela que, nessa cena, negociar não é convencer o lugar a aceitar, é abrir distância para existir com menos constrangimento.

O deslocamento abre distância, mas não elimina a necessidade de administrar presença. Em Jacuípe, a negociação entra em camadas e, muitas vezes, começa pelo que parece simples. A roupa aparece como uma dessas práticas do cotidiano, não como adorno, mas como modo de organizar a legibilidade sem precisar discutir. Ela decide o que o corpo deixa ver e o que ele pode resguardar, e por isso a escolha de vestir já vem atravessada por desejo e por leitura alheia.

E aí eu fui e olhei pra aquela blusa e eu pensei assim, eu gostei dessa blusa. E aí minha mãe olhou assim pra mim e minha mãe tem uma cara específica que ela faz até hoje quando me vê, ela olhou assim pra mim: “Você gostou dessa blusa?” Eu falei é! Ela: Mas essa blusa é G! Eu falei, sim, mas eu gostei! E até hoje eu visto roupas que são muito maiores que eu. E aí ela falou: “tá vou comprar pra você porque seu aniversário está perto”. Aí foi a primeira blusa, eu tenho ela até hoje. Foi a primeira blusa que eu tive e vesti e eu me senti muuuito bonito [ênfase] que eu olhei e falei: é eu me identifico com isso aqui. (Jacuípe)

A cena começa no íntimo do olhar e do pensamento, “eu olhei” e “eu pensei”, e o primeiro verbo é simples, “eu gostei”. Esse gostei não é explicado, ele se afirma como desejo imediato. Em seguida, a presença da mãe entra como segundo olhar, e é nesse segundo olhar que a roupa vira campo de negociação. “Minha mãe tem uma cara

específica” marca que não é apenas uma pergunta, é um gesto reiterado, uma expressão que se repete “até hoje”, como se o corpo fosse lido continuamente por esse mesmo regime de avaliação. A pergunta “Você gostou dessa blusa?”, vem com eco, porque ele responde “é”, e logo recebe a contramedida “mas essa blusa é G”. O tamanho entra como argumento de adequação e tenta deslocar o gosto para o padrão, como se a roupa tivesse que caber no corpo segundo uma regra anterior.

O “sim, mas eu gostei” é decisivo porque ele sustenta o desejo diante da objeção sem transformar isso em confronto aberto. Ele não debate, ele insiste. E quando ele diz “até hoje eu visto roupas que são muito maiores que eu”, a escolha vira hábito, não episódio, uma forma de estar que se consolida como prática. A blusa se torna a primeira, e a repetição “foi a primeira... eu tenho ela até hoje” fixa essa peça como marco de passagem, não porque a roupa seja fetiche, mas porque nela se condensou um modo de se reconhecer. “Eu me senti muuuito bonito” vem com ênfase e dá corpo ao efeito, a beleza aqui não é estética neutra, é sensação de alinhamento, e a frase final “é eu me identifico com isso aqui” sela o encontro entre corpo e aparência. Ao mesmo tempo, essa identificação nasce sob pergunta e suspeita, o que deixa claro que roupa não é só preferência, é mediação entre desejo e leitura social, entre o modo como o sujeito se vê e o modo como pode ser interrogado. Por isso, o campo em que ele aparece não é neutro, é regulado por normas de reconhecimento, como lembra Butler ao afirmar que “a performatividade de gênero presume um campo de aparecimento” regulado por tais normas (BUTLER, 2018, p. 46). Nessa cena, a norma emerge no detalhe, e o gosto precisa se afirmar dentro dela. A tática se apresenta, então, sem espetáculo, como um modo de aparecer que faz sentido para si e permite atravessar o olhar do outro com um pouco mais de sustentação.

Quando o olhar se aproxima demais e o risco de exposição aumenta, a negociação muda de tom. Aqui, a presença da mãe como professora desloca a cena para dentro da escola e faz a vida se organizar por contenção e gestão de visibilidade. A narrativa seguinte mostra como o corpo passa a administrar o que pode ser visto, como se fosse preciso sustentar um acordo com o aceitável para atravessar o cotidiano sem que a diferença vire denúncia.

E minha mãe já foi minha professora, minha mãe foi minha professora no quarto ano. E aí esse período pra mim foi muito difícil, porque nesse período que eu pensava, as pessoas já me notam enquanto estranho, os professores também. Então a minha mãe vai ser minha professora. Eu não posso deixar que ela veja isso. [pequeno silêncio] Então aí que eu tentava performar tudo que

era aceito pelas pessoas. Porque eu já tinha conhecimento do que era aceito, o que elas me diziam. Em meio a diferença. Ah você não se veste desta forma. Então esta forma era certa. E aí eu já tentava me encaixar. Aí eu falei não, agora eu não posso deixar a minha mãe saber que tem alguma coisa de diferente. Aí eu participava, por exemplo, das festinhas. Por exemplo, minha mãe protestante, mas deixava ir pra festa de São João. [risos] E aí ela não, já que você tá aqui não vou tirar você, pode ir. [gargalhadas]. E aí pegava vestido, nossa! [desconforto] (Jacuípe)

A cena começa com repetição e isso já marca o peso. “Minha mãe foi minha professora”, dito duas vezes, como se ele precisasse firmar o peso do fato antes de avançar. O “foi muito difícil” vem acompanhado de uma razão que é social e imediata. “As pessoas já me notam enquanto estranho”, e a palavra estranho já instala um regime de leitura. Não é apenas sentir-se estranho, é ser notado como estranho. E quando ele acrescenta “os professores também”, o olhar institucional entra na mesma trama, como se a escola participasse dessa marcação. É nesse ponto que “eu não posso deixar que ela veja isso” ganha força. A frase não fala de uma verdade interior abstrata, fala de visibilidade e de custo, e o pequeno silêncio funciona como marca do que pesa e do que não se diz com facilidade.

Em seguida, ele nomeia o gesto como performance. “Tentava performar tudo que era aceito” aparece como prática aprendida no contato com a correção cotidiana, “eu já tinha conhecimento do que era aceito”, “o que elas me diziam”. O trecho “ah você não se veste desta forma. Então esta forma era certa” transforma a roupa em regra e o corpo em conduta, e “eu já tentava me encaixar” situa o encaixe como recurso para atravessar o espaço. Aqui, cabe a formulação de Certeau, “a tática não tem por lugar senão o do outro” (CERTEAU, 2014, p. 94), porque o que ele descreve é precisamente jogar com um terreno imposto, administrando a legibilidade para não virar alvo. A parte das festinhas torna isso concreto. “Eu participava” nomeia um gesto pequeno e regular, e a referência à mãe protestante que permite São João abre ambivalência, há riso e gargalhada, mas há também desconforto no final, “pegava vestido, nossa”. A negociação cria passagem, mas não elimina o incômodo. Para o eixo, isso importa porque a tática aparece como meio termo vivido, sustentar um acordo provisório com a norma para não ser denunciado, e assim fazer caber a presença no cotidiano, antes mesmo de qualquer afirmação mais aberta de si.

A negociação, em certos momentos, se apoia em soluções muito específicas, porque precisam funcionar diante do olhar alheio. O blusão quadriculado aparece nessa

chave. Ele não entra como moda, entra como forma de vestir que permite conforto sem levantar suspeitas, uma maneira de atravessar o cotidiano com menos perguntas.

[...] eu lembro que eu sempre fiquei muito confortável com aqueles blusões quadriculados. Sempre fiquei muito confortável! Porque eu pensava assim, essa é a única forma de vestir uma roupa que eu me sinta confortável que as pessoas não vão perguntar pra mim o porquê que eu estou vestindo aquilo. Porque se eu vestir uma blusa masculina e eu colocar, aí vão perguntar: porque você tá com blusa de homem? Mas essa não, se eu usasse por cima da farda, por exemplo, ninguém ia me perguntar, era só um agasalho. (Jacuípe).

A fala insiste em “sempre” e em “muito confortável”, e essa insistência fixa o blusão como hábito de proteção, não como escolha ocasional. O conforto é imediatamente ligado ao olhar dos outros. Ele não diz apenas “eu gosto”, ele diz “essa é a única forma”, e a expressão única forma dá medida de restrição, como se as alternativas disponíveis fossem poucas e vigiadas. A frase “as pessoas não vão perguntar” aparece como critério de viabilidade, e a pergunta é nomeada no exemplo, “porque você tá com blusa de homem?”, como se o risco não fosse a roupa em si, mas o tipo de leitura que ela dispara e a necessidade de se justificar.

O blusão funciona porque ele se encaixa numa explicação pronta. “Por cima da farda” localiza a tática no uso e no contexto, e “era só um agasalho” mostra a força de um rótulo socialmente aceitável. É uma forma de aparecer que evita que a presença seja convocada a se explicar e, nesse gesto, ele aposta a própria permanência no espaço sem precisar entrar em disputa aberta, lembrando que “apostar a própria existência... na luta pelo reconhecimento” envolve também administrar o quanto se pode ser visto sem ser capturado (BUTLER, 2019, p. 65-66). Essa busca por vestimentas que não acionem perguntas ganha outra exigência quando a escola coloca o corpo em atividades em que coberturas precisam ser retiradas e o olhar se intensifica.

Depois do blusão quadriculado aparecer como solução que evita perguntas, o relato mostra o limite dessa cobertura quando o cotidiano escolar exige outras cenas. A educação física desloca o corpo para um espaço em que a circulação pode parecer mais solta e, ao mesmo tempo, mais exposta, porque ali o uniforme, o exercício e a divisão das turmas tornam o corpo mais legível. Nos âmbitos escolares, a própria organização do espaço físico participa desse controle, “enfileirando, distribuindo grupos, adjudicando lugares” (SEBASTI; VIEIRA; CAETANO, 2022, p. 148), e é dentro dessa gramática que a quadra entra como lugar ambíguo.

Eu acho que o lugar que a gente conseguia ficar um pouco mais à vontade era na quadra. Por que na quadra? Porque eh, lá onde tem essa questão muito forte em relação a exercício físico, né? E aí eh, eu sempre fui pra natação porque no vôlei, eu pensei, não vou porque eu vou ter que tirar meu casaco, fiquei com o casaco no ensino médio inteiro [ênfase] sempre andei de casaco, o ensino médio inteiro. (Jacuípe)

A fala começa com modulação, “eu acho”, e a modulação importa porque ele não lança uma tese, ele nomeia uma experiência situada. “Um pouco mais à vontade” também é medida, não é conforto pleno, é margem. Em seguida, ele se apressa em justificar, “por que na quadra”, e essa pergunta responde menos a uma curiosidade do pesquisador e mais a uma necessidade de explicar como um lugar de exposição pode, ainda assim, oferecer alguma folga. O “né?” e o “eh” marcam um dizer que se compõe no ato, como se ele estivesse reconstruindo o raciocínio enquanto fala.

A decisão aparece na forma de escolha por eliminação. “Eu sempre fui pra natação” vem colado ao “porque no vôlei... eu pensei, não vou”, e o motivo é concreto, “vou ter que tirar meu casaco”. O casaco não é peça neutra. Ele é condição de presença. A ênfase “ensino médio inteiro” e a repetição “sempre andei de casaco” fixam a duração e a regra, como se o cotidiano escolar tivesse sido atravessado por esse invólucro. A quadra, que como espaço institucional poderia equalizar corpos pelo exercício, vira espaço praticado por seleção, natação sim, vôlei não, porque retirar o casaco altera o risco de ser visto e, portanto, altera o custo de permanecer.

Se no bloco anterior o casaco aparecia como critério de circulação, aqui ele ganha nome e ganha cena. A negociação deixa de ser apenas escolher entre modalidades e passa a envolver o que a quadra exige como exposição e como interação, além do modo como normas de gênero atravessam a aula e orientam o que é esperado de cada corpo.

O casaco era meu casulo no ensino médio inteiro [enfático]. E aí eu tinha que tirar o casaco, tinha que ter essa interação e tudo, e quem ensinava o vôlei era uma professora. E ela sempre trazia essa questão de...a mulher no vôlei dessa forma. Mulher, no vôlei de tal forma. Falei não, não vou. E aí eu pensei, não vou pra outro, também porque o outro professor super machista eu também não vou. E aí o único que eu olhei e falei, é o melhorzinho foi o professor de natação. Porque olhava pra ele e dizia, professor não vou. Eu jogava desculpa, a única vez na minha vida que a menstruação foi favorável. Professor não vou porque estou com cólica. E ele, então fica aí. Eu passei com dez numa coisa que nunca fiz. (Jacuípe)

Aqui ele dá nome ao que estava em jogo, “casulo”. A palavra não é decorativa. Ela traduz a função do casaco como proteção contínua, e a ênfase “ensino médio inteiro” retorna para marcar rotina, não exceção. Quando ele diz “eu tinha que tirar o casaco” e

“tinha que ter essa interação”, a locução verbal “ter que” instala obrigação e mostra que o risco não vem só do corpo exposto, vem também da interação exigida no espaço da quadra.

A narrativa então aproxima norma de gênero e prática escolar. A professora do vôlei “sempre trazia essa questão”, e a repetição “mulher... mulher...” indica que o discurso de gênero é reencenado ali como regra. Mesmo sem detalhar, o recorte faz sentir um enquadramento do corpo e do papel esperado, e a recusa “falei não, não vou” aparece como interrupção desse roteiro. O “outro professor super machista” amplia o quadro e transforma a escolha por natação em saída possível, não em preferência esportiva. A tática fica nítida quando ele diz “eu jogava desculpa”. Ali se abre uma brecha possível dentro do controle, porque, embora a norma exija reprodução, às vezes “a polícia responsável por nos vigiar algumas vezes dorme em serviço” (BUTLER, 2018, p. 37). Com ironia dolorida, ele nomeia a cólica e a menstruação como álibi. O final “passei com dez numa coisa que nunca fiz” não é anedota. Ele expõe um modo de sobreviver à exigência sem se expor demais, pagando o preço de atravessar a escola por esquivas, recusas e justificativas.

Quando a roupa e o casaco já não bastam para reduzir o risco, a negociação se desloca para outro plano, o do tempo. Em vez de responder perguntas sobre si ou sustentar a exposição com o corpo disponível, a narrativa mostra uma estratégia de ocupação contínua, como se o excesso de atividades pudesse funcionar como cobertura. Não é apenas estudar mais. É preencher o cotidiano para não abrir brecha para os questionamentos voltarem e para atravessar um ambiente já descrito como difícil sem ficar sozinho com o que a norma faz pesar.

E aí meio que eu tentava suprir esses espaços, né? De questionamentos em relação a mim mesmo, com esses trabalhos da escola. Então eu ia lá fazia espanhol e espanhol era em outro turno. E aí eu ia lá fazer espanhol. Entrei em iniciação científica pra química. Fui lá fazer experimento em química entrei na filologia. Foi entrando em outros quesitos, pra não me dar esse espaço de questionamento. E aí eu já chegava em casa muito cansado. Dormia, no dia seguinte era mais estouro. E aí nesse período eu já estava pegando muito [muitas atividades escolares]. Muito mesmo! E a escola, nossa, sobreviventes mesmo [ênfase] que saíram dali, porque era muito difícil, era muito complicado, o pico de questões voltadas pra saúde mental, nesse período, foi muito alto. (Jacuípe)

A fala nomeia a tática com clareza e sem romantização. “Eu tentava suprir esses espaços” e “pra não me dar esse espaço de questionamento” mostram que o alvo não é apenas o tempo livre, é o intervalo em que a pergunta sobre si pode aparecer. O “né?”

acompanha a explicação como marca de um dizer que busca ser compreendido como prática. A enumeração de atividades funciona como prova do excesso. Espanhol em outro turno, iniciação científica na química, experimento, filologia. A repetição “eu ia lá” e “fui lá” dá ritmo de deslocamento e insistência, como se o cotidiano fosse montado para não parar, e a frase “foi entrando em outros quesitos” marca acúmulo, uma camada sobre a outra, não por vocação pura, mas por necessidade de não abrir espaço.

O custo aparece imediatamente no corpo. “Chegava em casa muito cansado” e “no dia seguinte era mais estouro” transformam o excesso em desgaste. O “muito” se repete e intensifica, “pegando muito. Muito mesmo”, e a repetição indica limite, não orgulho. Quando ele diz “a escola, nossa, sobreviventes mesmo”, com ênfase, ele muda a escala do eu para um clima coletivo. A palavra sobreviventes fixa o ambiente como travessia dura e torna legível que esse preenchimento do tempo não é decisão fria, é modo de atravessar um lugar vivido como hostil. Nesse arranjo, até a forma de ocupar o tempo vira negociação com o poder que organiza o aceitável, uma vez que “a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder” (BUTLER, 2018, p. 39). O “pico de questões voltadas pra saúde mental” entra como nomeação dura do efeito, e a tática aparece ambígua, por instantes protege do colapso no meio do dia, mas empurra o corpo para o limite.

Em alguns momentos, a negociação não se faz apenas por esconder ou evitar. Ela se faz por deslocar o modo de aparecer. A entrada do teatro funciona como brecha desse tipo, porque produz uma visibilidade que não é a da suspeita cotidiana, é a da criação e de uma atividade escolar reconhecida. Isso não elimina o risco, mas reorganiza por instantes a relação com o olhar, como se a escola, tantas vezes descrita como lugar de vigilância, abrisse também uma cena em que o corpo aparece sob outra regra, no que Certeau chama de “senso da ocasião” (CERTEAU, 2014, p. 95).

E aí eu sempre, eu não sei o que é, mas eu sempre tive um olhar muito para além. Quando me dava alguma coisa, eu tinha esse olhar para além. E aí eu falei, eu vou engolir esse livro de Bauman. E aí, eu escolhi “Vida para o consumo”. Só que aí peguei algumas questões de “Modernidade líquida”. Eu falei, vou entrar com alguma coisa aí. Vou fazer isso daqui. E aí pronto. Estudei muito aquilo, dois dias depois eu com o roteiro, falei, aqui a gente já tem a nossa peça, a gente vai apresentar uma peça, e aí todo mundo, ‘eita e agora a gente faz o que, quem vai apresentar’? Eu falei, vou pegar um pouco de Charlie Chaplin que já tem a questão de tempos modernos e a gente vai encenar ele atualmente, como é que ele lidaria com os tempos modernos de agora. (Jacuípe)

A repetição de “eu sempre” e a frase “um olhar muito para além” nomeiam uma disposição que transforma tarefa em possibilidade. O “eu não sei o que é” modula sem recuar, ele não explica a origem desse olhar, mas sustenta que ele se ativa “quando me dava alguma coisa”. A decisão “eu vou engolir esse livro” dá ritmo e intensidade ao estudo, e o verbo engolir marca voracidade e pressa, como se fosse necessário incorporar rapidamente para produzir algo. A passagem entre “Vida para o consumo” e “Modernidade líquida” mostra a montagem. Ele recolhe, mistura, decide “vou entrar com alguma coisa aí” e transforma isso em ação, “vou fazer isso daqui”.

O tempo também importa, “dois dias depois eu com o roteiro”. Essa marca temporal reforça que a tática aqui é virar o jogo do espaço escolar, sair do lugar de alvo e entrar no lugar de quem organiza a cena. Quando ele diz “aqui a gente já tem a nossa peça”, o “aqui” fixa a escola como espaço praticado de criação, e o “a gente” distribui a ação coletivamente, como se a segurança também viesse de tornar o trabalho uma tarefa comum. Chaplin aparece como escolha estratégica e legítima ao mesmo tempo, uma referência reconhecível que permite falar dos “tempos modernos de agora” sem expor diretamente o corpo como tema. Por instantes, o território afetivo se rearranja porque a visibilidade se desloca do corpo para a criação, e o olhar coletivo passa a ser convocado por um roteiro.

Essa montagem ganha peso quando ele assume que não vai apenas escrever ou dirigir, ele vai encenar. É aí que o corpo entra na cena sob outra regra, não como alvo de comentário, mas como presença autorizada por personagem, figurino e roteiro. A pergunta do grupo abre uma decisão pública, e a resposta que ele dá reorganiza o lugar do olhar, como se a escola, por um instante, fosse convocada a ver a cena antes de ler o gênero.

E aí o povo, mas quem é que vai encenar Charles Chaplin? Aí eu falei, eu. [gargalhada] Eu falei, sou eu, eu vou fazer. E eu lembro como se fosse ontem, quando eu coloquei aquele terno, quando eu me pinte, foi toda uma caracterização, foi a primeira vez que me sentia muito à vontade na escola, a primeira vez que eu me senti muito à vontade e eu nunca tinha recebido dez desse professor, nunca. (Jacuípe)

A pergunta do grupo funciona como disparo de decisão, “quem é que vai encenar”, e a resposta vem curta, “eu”. A gargalhada acompanha a resposta e marca que há risco e também aposta, como se assumir a cena fosse ao mesmo tempo ousadia e alívio. A repetição “eu falei” e “sou eu, eu vou fazer” fixa a tomada de lugar, e o lugar aqui não

é o centro do pátio, é o centro de uma cena legitimada pela escola. Em seguida, ele não descreve apenas a peça, ele descreve a materialidade de aparecer, “coloquei aquele terno”, “me pintei”, “toda uma caracterização”. Esses detalhes indicam que a visibilidade se torna mediada, o corpo aparece sob personagem, sob figurino, sob roteiro, e isso altera a leitura do olhar.

A frase “foi a primeira vez que me sentia muito à vontade na escola” se repete e, ao repetir, sela a raridade do acontecimento. Não é conforto mediano, é “muito à vontade”, e a duplicação insiste no quanto isso não era frequente. A nota “dez” do professor entra como reconhecimento institucional e reordena o lugar do corpo no espaço escolar, porque valida a aparição não como desvio, mas como performance artística aceitável. A partir dessa cena, fica mais nítido como, mesmo sem escapar ao poder, “os corpos... podem resistir... inclusive através da arte” (SEBASTI; VIEIRA; CAETANO, 2022, p. 149). Ao mesmo tempo, a narrativa guarda um limite. Essa autorização depende da moldura, da peça, da avaliação, e pode não se estender para o cotidiano fora dessa cena.

Depois de a peça do Chaplin ter aberto uma fresta de visibilidade autorizada na escola, a narrativa amplia esse repertório e mostra que isso não foi um evento isolado. Ao lembrar outras personagens e outras representações, ele localiza um modo de aparecer que encontra reconhecimento em certos enquadramentos. O recorte seguinte também faz ver o limite dessa autorização, porque o alívio vivido na cena pode doer quando a cena termina.

Já representei Fantine de “Os miseráveis” na escola. Já fiz outras representatividades também. Marielle Franco, já levei, mas o primeiro que eu olhei assim e me senti confortável foi Charlie Chaplin. E aí eu fui, representei, tirei dez, olhei pra ele e falei dez? Falei dez? [gargalhada] Aí ele é... foi dez! OK! E aí esse período me marcou muito, porque eu me senti muito bem, muito bem, muito bem mesmo, eu nunca fui tímido pra questões acadêmicas, tirando isso, sempre fui muito tímido, se não envolve questões acadêmicas, eu sou muito tímido. Se for pra apresentar, desenvolver a gente está lá. [risos] E aí eu ali eu me senti muito à vontade. Eu me lembro que foi até meio doloroso pra mim tirar a maquiagem do Charlie Chaplin. Eu fiquei assim...tanto que eu fui pra casa vestido de Charlie Chaplin e entrei no ônibus que me levava pra casa. Em casa eu tive que...e parece que por estar em casa foi mais doloroso ainda. (Jacuípe)

Ele começa por uma lista e, em seguida, por uma comparação. Fantine, Marielle Franco, e então Chaplin como o primeiro conforto. Essa ordenação importa porque mostra que não é apenas representar alguém, é encontrar uma forma de aparecer que não dispare

interrogação. “O primeiro que eu olhei assim e me senti confortável” liga conforto a uma escolha e a um olhar sobre a personagem, como se Chaplin oferecesse uma via específica de presença. Em seguida, o “tirei dez” entra como reconhecimento institucional, e a repetição “dez? falei dez?” com a gargalhada encena surpresa, como se a nota confirmasse que aquela aparição cabia na escola sem virar ameaça. A insistência em “muito bem” três vezes sela a intensidade do alívio e marca a raridade desse estado.

A divisão que ele faz entre “acadêmico” e “não acadêmico” também organiza a cena. “Eu nunca fui tímido pra questões acadêmicas” e “sou muito tímido se não envolve” desenha dois modos de presença, um que se expande quando há tarefa e apresentação, e outro que se retrai quando essa situação não está em jogo. O “a gente está lá” no plural amplia isso como prática coletiva e dá a entender que a cena protege porque desloca o olhar do corpo em si para a tarefa, para a performance, para o que é avaliado como trabalho. Mas o relato não se encerra aí. “Doloroso tirar a maquiagem” muda a temperatura e faz o preço aparecer no gesto de retirar, como se a personagem tivesse funcionado como abrigo por algumas horas. Ir para casa vestido de Chaplin e entrar no ônibus prolonga essa margem para fora da escola, como quem tenta sustentar um pouco mais o modo de existir que ali foi possível. E quando ele diz que, em casa, foi “mais doloroso ainda”, a narrativa deixa entrever que a autorização da cena escolar não se transfere automaticamente para o território doméstico. A tática abre um centro provisório, mas também torna visível o limite desse centro quando a regra da cena se desfaz.

Há momentos em que a negociação deixa de ser apenas gestão do olhar alheio e se torna confronto com o que o próprio corpo já não consegue empurrar para depois. O recorte seguinte desloca o eixo do exterior para dentro, para o quarto, para o domingo, para a experiência de não ter mais ruído suficiente para abafar o que já vinha acompanhando há tempo. A tática aqui não é encobrir. É permanecer, escutar e insistir até que algo possa ser nomeado.

Nesse dia eu estava com uma confusão mental muito grande, muito grande que já me acompanhava desde muito tempo, mas ali como eu já não era nada aí foi mais gritante é como se não tivesse outros sons pra abafar, então eu tinha que escutar ele [os questionamentos sobre sua identidade de gênero. E aí, meio que naquele dia foi um domingo. E foi muito gritante, muito, muito gritante. Que eu lembro que eu almocei, entrei no quarto e eu pensei, eu não vou sair daqui sem eu entender o que é isso. Eu não vou me dar a chance de sair daqui... foi um sábado que eu lembro como se fosse ontem o domingo, a sensação do domingo pra mim. Eh... no sábado eu falei eu não vou sair daqui sem entender. Eu fiquei ali, nossa foi um momento muito doloroso. Muito doloroso! Que eu fui tentando entender as coisas que eu fui me questionando quando vinha dor eu questionava a dor. Eu não fugia mais. Eu questionava, e me questionando e

questionando mais ainda e mais, mais e mais e mais, fazendo mais perguntas pra ver se eu conseguia uma resposta que me gerasse uma paz de alguma forma. (Jacuípe)

A fala se organiza por repetição e intensidade. “Muito grande” volta para dimensionar a confusão, e “muito gritante” retorna em sequência, “muito, muito gritante”, como se fosse preciso insistir no volume interno do que estava acontecendo. A imagem dos “sons pra abafar” transforma a confusão em som, e o verbo abafar dá a medida de um antes em que havia cobertura, ocupação, e de um domingo em que isso falha. “Então eu tinha que escutar” não entra como virtude. Entra como condição, já não há como evitar. O quarto aparece como lugar praticado desse confronto. Ele almoça, entra, e repete “eu não vou sair daqui sem eu entender”, como decisão de permanência.

Esse trabalho é mostrado por dentro, no modo como ele lida com a dor. “Quando vinha dor eu questionava a dor” desloca o sofrimento para o campo da pergunta, e “eu não fugia mais” marca uma virada de postura, ainda que dolorosa. A cadeia “mais e mais e mais” encena insistência, não há resposta pronta, há multiplicação de perguntas como tentativa de produzir um mínimo de descanso, “uma paz de alguma forma”. Nessa chave, o que se descreve é um limiar em que o mal-estar convoca ação, “ultrapassa um limiar de tolerabilidade” e instala uma urgência que “convoca o desejo a agir” (ROLNIK, 2023, p. 102). O território afetivo, aqui, não é rua nem instituição. É um espaço sustentado por decisão e linguagem, ficar, perguntar, nomear. E é por isso que, mais adiante, o nome pode entrar como peça central, não como detalhe burocrático, mas como palavra que reorganiza reconhecimento e descanso.

Depois de descrever um domingo em que já não havia ruído suficiente para abafar a pergunta, a narrativa dá um passo para fora do quarto. A negociação toma a forma de um gesto concreto, vestir algo que caiba, e, junto com a roupa, firmar uma palavra que possa anteceder o corpo sem feri-lo. O trecho seguinte mostra esse movimento como necessidade e como escolha de relação, porque aparecer no mundo não depende só de sentir, depende também de como se é chamado.

Eu vou ter que vestir agora algo que me cabe. E aí eu penso, poxa eu tenho nome, é a primeira coisa que eu penso, eu tenho que ter um nome, [risos] porque a coisa que mais mexe na pessoa trans é esse bendito desse nome, que a primeira coisa que vai vim antes da gente... E aí eu pensei, nome a gente não se dá, a gente recebe de alguém. Então eu vou fazer essa mesma movimentação. (Jacuípe).

A fala começa com necessidade, “vou ter que”, e a necessidade já coloca a negociação no cotidiano. “Vestir algo que me cabe” não é apenas escolher uma roupa que sirva, é encontrar uma forma de aparecer que faça sentido, como se caber fosse também caber em si. Em seguida, ele muda de camada e diz “é a primeira coisa que eu penso”, e essa primeira coisa é o nome. A insistência no “primeira” importa porque ela marca prioridade, antes de qualquer debate e antes de qualquer justificativa há uma palavra que antecede. O riso que acompanha “eu tenho que ter um nome” não diminui o peso, ele marca o modo de dizer algo que pesa e que precisa ser atravessado com um pouco de ironia para não quebrar.

Quando ele chama o nome de “bendito”, a palavra carrega ambivalência, é xingamento e carinho ao mesmo tempo, como se ele reconhecesse que o nome decide muito e por isso mexe tanto. A frase “vai vim antes da gente” condensa isso, o nome chega antes do corpo, antes da conversa, antes do gesto, e por isso pode abrir ou fechar caminhos. A passagem seguinte desloca o foco do eu para o a gente. “Nome a gente não se dá, a gente recebe de alguém” transforma a questão em relação. Nesse sentido, Honneth, Kritsch e Ventura pontuam que o reconhecimento pede a existência de “Outros concretos” e, quando acontece, pode produzir uma atitude positiva em relação a si, uma confiança em si mesmo (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 449). É nesse enquadramento que “vou fazer essa mesma movimentação” nomeia a tática como movimento, deslocar-se do lugar de ser nomeado pela recusa para o lugar de receber um nome que possa sustentar presença e de alguém que para ele é muito importante, no caso dele, o irmão.

Se o nome aparece como palavra que vem antes do corpo e pode sustentar presença, a narrativa mostra que a leitura social não se fixa num único ponto, ela passa por camadas. No início da transição social, nas idas a unidades de saúde em Feira, onde os nomes costumam ser chamados em voz alta e a presença é lida depressa, algumas camadas ajudam a atravessar o atendimento com menos interpelação, outras expõem. O recorte narrativo seguinte desloca a negociação para aparência e voz e mostra como um elemento pode sustentar uma leitura enquanto outro a desfaz.

As pessoas... e ainda de máscara [proteção da COVID], a máscara me ajudou em muitos fatores. E as pessoas só olham o cabelo e a roupa, né? Só que eu sempre tive coisas com a voz. Seeempre [ênfase] tive coisas com a voz! Eu percebia a modificação, porque eu tinha muita disforia com a voz. E aí meio que a voz me entregava. (Jacuípe)

O recorte começa com hesitação, “as pessoas...”, como se a cena exigisse cuidado para ser dita, e logo introduz um detalhe de contexto que vira tática, “ainda de máscara”. A máscara é nomeada como ajuda “em muitos fatores”, sem listar, e essa abertura sugere que ela funcionava como camada de proteção múltipla. Em seguida, ele descreve um regime de olhar que simplifica, “as pessoas só olham o cabelo e a roupa”, e o “né?” marca que essa leitura é reconhecível, quase automática. Cabelo e roupa aparecem como camadas que podem sustentar uma leitura social por um tempo, como se a presença pudesse se organizar na superfície visível.

Mas o “só que” faz a virada, porque introduz a voz como ponto sensível. “Eu sempre tive coisas com a voz” e a ênfase prolongada em “Seeempre” não são estilo, são insistência de duração, como se esse fosse um impasse que acompanha e não cessa. Quando ele diz “eu percebia a modificação”, o recorte mostra vigilância de si, escuta do próprio corpo em transformação, e ao nomear “disforia com a voz” ele localiza a negociação num plano íntimo que, logo em seguida, retorna ao social com “a voz me entregava”. Entregar é palavra forte. Ela condensa o risco de uma camada desfazer outra, como se a voz pudesse romper a sustentação produzida por máscara, cabelo e roupa e recolocar o corpo sob exposição. A segurança, então, não aparece como ponto alcançado, aparece como equilíbrio instável, que pode ser feito e desfeito na passagem entre o que se vê e o que se ouve.

Depois de a voz aparecer como camada que pode desfazer uma leitura e exigir vigilância constante, a narrativa abre uma outra via. Em vez de responder apenas com proteção e contenção, ela busca uma linguagem para reapropriar o sentido do que é ser homem. O recorte seguinte mostra esse deslocamento como trabalho feito no atrito com a fórmula social e na tentativa de fazer caber uma forma própria sem repetir o roteiro imposto.

[...] você pode ser homem do seu jeito. Porque não tem uma fórmula que diga, você é homem desse jeito. A sociedade cria isso, mas você pode ser homem do seu jeito. E eu comecei a fazer as pazes comigo assim, vendo como eu posso ser homem do meu jeito e não com essa questão toda, eu pego isso pra mim, me sinto confortável, né? Enquanto eh... eu encaro enquanto um título homem e mulher. Me encaro ali neste nicho, mas eu posso fazer isso ser meu e não de outra pessoa. Então eu comecei a fazer as pazes com a feminilidade. (Jacuípe)

A frase repete “do seu jeito” e, ao repetir, fixa uma recusa da fórmula. Ele não diz apenas “eu sou homem”. Ele desloca para “você pode ser homem do seu jeito”, como se abrisse a fala para além de si e testasse outra possibilidade de dizer. Em seguida, “não

tem uma fórmula” e “a sociedade cria isso” nomeiam a norma como construção, não como natureza. Nesse ponto, a negociação já não aparece só como evitar danos. Ela aparece como interromper a crença de que existe um único modo legítimo de ser homem.

A expressão “fazer as pazes comigo” marca uma virada de relação consigo, e o “né?” junto das hesitações deixa ver que isso não vem como frase pronta, vem como algo que ainda está sendo trabalhado. Quando ele fala em “título” e “nicho”, homem e mulher, ele reconhece que as categorias seguem operando socialmente. Mas a frase “eu posso fazer isso ser meu e não de outra pessoa” desloca o centro. Não é negar o nome. É retirar o nome do controle alheio e reinscrevê-lo como apropriação, como modo próprio de existir. E é por isso que no final “comecei a fazer as pazes com a feminilidade” não entra como adendo. Ele nomeia o ponto mais delicado dessa reinvenção, aceitar em si traços e gestos que a norma costuma expulsar do que se autoriza chamar de homem.

Com Jacuípe, o Eixo 3 ganha materialidade, porque a negociação não aparece como conjunto de escolhas nítidas. Ela aparece como saber prático que se acumula no corpo e no tempo. A roupa larga, o casaco que vira casulo, a seleção de espaços e atividades, o enchimento do dia para não abrir brecha para o quarto da pergunta, a performance que cria uma fresta de reconhecimento e o nome como aquilo que chega antes da pessoa, tudo isso mostra que visibilidade, segurança e afeto não são apenas estados. São também condições variáveis que precisam ser lidas e ajustadas no cotidiano.

O que se aprende é que existir não é apenas estar em lugares. É praticar espaços de um modo em que o olhar do outro possa ser atravessado com menos dano, sem que a vida se reduza a esconder-se. Quando aparece a máscara que ajuda e a voz que entrega, o texto torna explícito que essa negociação opera por camadas e que a experiência se decide muitas vezes nos detalhes, um vento, um timbre, um chamado, uma pergunta. É nesse miúdo que o cotidiano se organiza, não como cálculo frio, mas como tentativa contínua de tornar a vida praticável e, na esfera em que “habitar” é também política, de fazer escolhas que “a protejam e a potencializam” (ROLNIK, 2023, p. 111).

Em Jacuípe, fica nítido que a presença se constrói entre coberturas e brechas e que o corpo aprende a reconhecer quando pode aparecer, quando precisa contornar e quando tem de recuar. Em Subaé, essa negociação ganha outra textura e se deixa ler com mais ênfase nas relações e nas instituições. O que pesa não é apenas a proteção individual, mas onde a vida encontra sustentação concreta, com quais pessoas, em quais ambientes e sob quais códigos de convivência. A circulação entre trabalho, universidade e memórias escolares reorganiza o que se pode dizer e o que se prefere calar, e a disputa pelo estar

não se resume ao olhar do outro. Ela também se faz em posições, laterais e centro, e na intimidade de redes que permitem a vida caber. Assim, a segurança aparece como algo que se produz no entre, na relação, no reconhecimento cotidiano, e na possibilidade de não ser tratado como exceção toda vez que o corpo se apresenta.

Subaé entra no Eixo 3 pela via do manejo cotidiano. O que aparece não é segurança como garantia nem visibilidade como valor abstrato. Aparece um modo de sustentar presença com o que está disponível, autonomia material, circulação entre ambientes, escolhas de onde falar e onde guardar, e atenção aos pontos em que negociar deixa de ser viável. A narrativa seguinte mostra isso quando ele liga assumir-se à independência e quando descreve esse gesto como possibilidade de dizer, em público, um eu que já vinha sendo vivido.

Eu sou um homem cis, gay. Essa é a minha sexualidade já assumida há algum tempo. Eu acho que desde quando comecei a trabalhar realmente, que eu comecei a ter uma dependência financeira, que eu comecei a desenvolver minha própria vida, a pagar minhas contas, isso me deu uma liberdade, um potência para que eu pudesse, na verdade, assumir um eu que já existia há muito tempo. (Subaé)

A resposta começa com nomeação direta, “eu sou um homem cis, gay”, e essa afirmação ganha uma temporalidade logo em seguida, “já assumida há algum tempo”. Mas o recorte não para na identidade como categoria isolada. Ele desloca para a condição de possibilidade. “Eu acho que desde quando” introduz medida e percurso, e o “realmente” colado ao “comecei a trabalhar” marca o trabalho como virada. A repetição de “comecei” organiza a sequência como passagem gradual, dependência financeira, desenvolver a própria vida, pagar as próprias contas. Essa enumeração materializa a autonomia, e a autonomia aparece como liberdade e potência, não como sentimento solto, mas como margem concreta para “assumir um eu” que, segundo ele, “já existia há muito tempo”. O “na verdade” reforça essa anterioridade e deixa claro que o trabalho não cria a sexualidade, ele cria condições para nomeá-la sem que isso vire ameaça imediata.

A autonomia material abriu margem para Subaé nomear o que já existia, mas o cotidiano não se decide só no ato de dizer quem se é, ele decide também em quais ambientes esse *eu* encontra abraço e em quais encontra recusa, sobretudo quando o recorte é familiar. É nesse deslocamento, do *eu* para os lugares que o recebem ou o fecham, que a negociação aparece como prática de circulação e, às vezes, como limite.

Então, eu sempre fui essa pessoa, só que nem todo local, nem todo ambiente, nem recorte familiar não abraça. Então, a gente vai precisar alcançar outros espaços pra abraçar esse eu da gente, né? Quando a gente não negocia, né? Com o capataz, a gente derruba ele. [risos] (Subaé)

Ele passa do eu para o ambiente e faz disso um critério de vida possível. “Nem todo local, nem todo ambiente” repete e acumula como quem reconhece barreiras recorrentes. Quando ele diz que, “num recorte familiar”, não há abraço, o abraço deixa de ser afeto genérico e vira reconhecimento e permissão de existir. Por isso, “alcançar outros espaços” não aparece como passeio, aparece como necessidade de deslocamento para encontrar margem de presença.

O “a gente” e os “né?” espalhados na frase pedem cumplicidade e fazem dessa experiência algo comunicável. E a imagem do capataz muda a temperatura do recorte, porque nomeia uma relação assimétrica, como se certos ambientes funcionassem por comando. Nessa chave, “a tática não tem por lugar senão o do outro” (CERTEAU, 2014, p. 94), e negociar pode significar aceitar o terreno imposto, ainda temporariamente. O riso acompanha o limite que ele enuncia. Há situações em que o manejo deixa de ser ajuste fino e vira decisão de ruptura, porque há contextos em que permanecer negociando custa demais.

Então, assim, uma das formas de eu desenvolver a minha sexualidade no sentido de me compreender, de me aceitar, de pertencer a outros espaços que não aqueles que me disseram que eu deveria, foi exatamente a partir da minha independência. Então eu valorizo muito o trabalho, a questão acadêmica também eu valorizo muito. Inclusive acho que uso, olha o recorte terapêutico [risos], a questão acadêmica pra me validar um pouco. Porque na verdade, você é o que? Você está fazendo o que? Não, você é inteligente. Foca nisso, esquece o resto. É uma coisa que eu estava pensando há um tempo. Isso faz muito sentido. Às vezes a gente foca demais pra... atender a um espaço, atender a um local, a uma imagem, a uma figura ali, pra deixar a outra mais de escanteio, porque é uma outra figura que já tá calejada. É um movimento que eu acredito que faço internamente. Mas desenvolvo isso também. Inclusive, falar sobre isso pra mim é sinal de que já estou desenvolvendo. (Subaé)

Neste recorte, a negociação aparece como uso de recursos socialmente valorizados para sustentar o reconhecimento. Ele diz “uma das formas” e recoloca a independência como base, mas logo amarra duas âncoras que ele “valoriza muito”, trabalho e questão acadêmica. Essa repetição não é acessório. Ela firma um chão de legitimidade. E quando ele admite, com riso e “recorte terapêutico”, que “uso... pra me validar um pouco”, ele não transforma isso em confissão moral, ele nomeia um arranjo

que funciona. A academia pode ser lugar de formação e pode operar como justificativa pública, um modo de ser lido pelo que é aceito e respeitado.

A sequência “você é o que? você está fazendo o que?” encena a cobrança e revela o tipo de resposta que se espera. Ele oferece um valor reconhecível, “você é inteligente”, e a instrução “foca nisso, esquece o resto” organiza uma triagem do que se mostra e do que se recolhe. Quando ele repete “atender”, “atender a um espaço, atender a um local”, a pressão aparece como demanda de adequação, e “imagem” e “figura” fazem o pertencimento depender de uma forma apresentável. A “figura” que fica “de escanteio” é dita como “calejada”, e isso dá a medida do custo. A tática, aqui, não é só evitar certas zonas de leitura. É deslocar o foco, entregar ao olhar do outro uma forma legível para reduzir dano, mesmo que isso implique empurrar partes de si para a margem. E o final, “falar sobre isso... é sinal de que já estou desenvolvendo”, faz do próprio dizer um gesto de revisão, como se nomear esse movimento já abrisse outra possibilidade de conduzi-lo no cotidiano.

Depois dele nomear a independência como condição para assumir e pertencer, o relato passa para uma cena cotidiana em que essa independência é testada. A tática aparece como decisão material e relacional ao mesmo tempo, ter o próprio dinheiro para não precisar pedir permissão justificada como cuidado dos outros. A narrativa seguinte mostra como sair à noite e escolher um lugar de convivência também envolve disputa de controle, perguntas, horários, com quem, e o modo como ele responde a isso.

O trabalho foi muito importante pra mim, porque há muito da minha independência representada pelo dinheiro, pelo que eu conquisto, pelos lugares que eu vou. Então, suponhamos, eu, Subaé, quero ir pra um bar à noite com os meus amigos, um bar LGBT da cidade. Imagina eu ir pedir dinheiro e meu pai vai nesse bar. E quantas vezes eu já fui com o meu dinheiro e fui cerceado por ir? Entendeu? Tá indo pra onde, fazer o quê, com quem essa hora, volta quando, tá indo, mas eu não quero que vá. Sim, nunca me proibiram, mas eu também nunca fui o perfil de aceitar a proibição. [risos] Sempre fui meio desafiador! (Subaé)

A fala começa firmando uma equivalência em que independência é dinheiro e também é circulação. “Pelo que eu conquisto” e “pelos lugares que eu vou” tornam a autonomia mensurável, como se a liberdade precisasse de chão material para existir. Em seguida, ele monta uma cena hipotética e a encena no corpo do discurso, “suponhamos, eu, Subaé”, e essa nomeação de si funciona como marca de caso concreto, não como exemplo genérico. O bar LGBT entra como lugar de convivência e afeto, mas ele rapidamente desloca o foco para o que vem antes da experiência, “imagina eu ir pedir

dinheiro”. O pedido vira risco porque recoloca o pai como instância de autorização e, ainda pior, como instância que circula no mesmo território, “meu pai vai nesse bar”. Pedir não seria só logística, seria exposição e o possível captura do movimento por julgamento.

Quando ele diz “quantas vezes eu já fui com o meu dinheiro e fui cerceado por ir”, o cerceamento aparece mesmo sem proibição formal. A sequência de perguntas encenadas no discurso, “tá indo pra onde, fazer o quê, com quem essa hora, volta quando”, mostra como a vigilância se faz em rotina e como a vida precisa se explicar antes de acontecer. Aqui, o controle não depende de um recinto específico, já que “o corpo do sujeito contemporâneo já não precisa permanecer dentro do recinto delimitado de uma instituição para ser vigiado e controlado” (SEBASTI; VIEIRA; CAETANO, 2022, p. 158). O “Entendeu?” chama o outro para reconhecer que isso não é cuidado neutro, é regulação do ir e vir. E a frase “tá indo, mas eu não quero que vá” dá forma a uma autorização atravessada por desaprovação, como se o permitido viesse sempre com culpa embutida.

A parte “nunca me proibiram” vem junto do “mas” que muda tudo. Ele reconhece a ausência da ordem explícita e, ao mesmo tempo, expõe que a pressão existe. “Nunca fui o perfil de aceitar a proibição” afirma uma postura, e os risos e o “desafiador” entram como modo de dizer um limite sem virar bravata. Desafiar, aqui, não é gosto por confronto, é recusar que a própria circulação seja convertida em dívida moral. O trabalho, então, não vale apenas pelo salário. Ele vale por permitir uma forma de estar no mundo sem pedir licença para o encontro, para o afeto e para o corpo circular.

Ao retomar o trabalho como condição para circular sem precisar pedir permissão para o encontro e para a convivência, o relato acrescenta outra camada. Não é só poder ir e vir, é poder permanecer sem que a sexualidade vire motivo de cobrança e instabilidade. O recorte seguinte também faz o trabalho aparecer como território praticado de sustentação, com um risco que diminui quando há pares e referências visíveis, e é nessa espessura que a negociação do cotidiano ganha forma.

Pesquisador: O trabalho continua sendo esse espaço pra você?

Subaé: O trabalho é o lugar onde eu tenho liberdade, eu trabalho numa empresa grande... existem pessoas como eu em cargos de liderança. Então, isso tudo dá uma tranquilidade, é um ambiente mais confortável. Tem seus desafios aos milhares. Mas quanto a quem eu sou, não tenho nenhuma questão do meu trabalho. E isso pra mim é muito bom. Porque se eu estivesse em um lugar em que a minha sexualidade fosse colocada em risco ou em jogo pra trabalhar, isso seria um problema. Porque como é que eu iria sustentar isso? ... Então, pra uma pessoa que tem 22 anos, é o que? É 10% da minha vida dentro de um espaço. Então é um tempo específico... (Subaé)

Ele começa afirmando “liberdade” e, em seguida, dá forma ao que chama de liberdade. “Empresa grande” e “pessoas como eu em cargos de liderança” aparecem como sinais de um ambiente em que a presença não precisa ser justificada a cada gesto, como se a existência de pares em posição visível reduzisse a chance de virar exceção sob vigilância. “Tem seus desafios aos milhares” impede idealização e mantém a ambivalência. Mas o eixo do trecho está em “quanto a quem eu sou, não tenho nenhuma questão”, porque ele delimita uma fronteira precisa. A tranquilidade não é ausência de conflito no trabalho, é ausência de disputa sobre identidade como condição de permanência. Quando essa inteligibilidade não é colocada em risco “quanto a quem eu sou”, o trabalho deixa de operar como espaço de prova e passa a operar como espaço de continuidade, um lugar onde a presença pode se manter sem virar condição negociada.

A fronteira fica ainda mais nítida quando ele imagina o outro cenário. “Se eu estivesse em um lugar em que a minha sexualidade fosse colocada em risco ou em jogo” transforma o trabalho em território de sustentação por contraste, já que o que está em disputa não é apenas conforto, é a possibilidade de permanecer sem ter a própria existência convertida em barganha. A pergunta “como é que eu iria sustentar isso” puxa o tema para o concreto, contas, continuidade, rotina. Em seguida, o cálculo “22 anos” e “10% da minha vida dentro de um espaço” dá dimensão temporal ao custo. Ele mede o trabalho como presença prolongada e, por isso, escolher um ambiente em que “quem eu sou” não precise ser defendido o tempo inteiro aparece como parte da negociação no cotidiano.

Quando o trabalho aparece como tática de sustentação que reduz o poder de interdição sobre a circulação, a negociação se desloca para um território que costuma ser mais difícil de reorganizar, a família. Aqui, a tática não é escolher um caminho na cidade. É estabelecer bordas, medir convivência, decidir quando estar e quando se retirar, e manter a própria vida sem que o vínculo vire cobrança. O recorte seguinte mostra esse manejo em etapas, da família paterna ao núcleo doméstico, e depois ao ponto em que culpa e responsabilidade são recolocadas no lugar.

Pesquisador: A família é um espaço que para você é acolhedor ou desafiador?
Subaé: É desafiador! A família é um espaço desafiador! Eu não tenho muita relação com a minha família paterna, apesar de conhecer todos e falar com todos. Não ando em casa, não quero amizade e nem me interessa amizade. Não é porque são pessoas ruins, mas é porque o estilo de vida, a mentalidade, os costumes, a forma como se comporta, a forma como vive não me... Apetece.

Então eu acho que se algo não me apetece, eu não tenho porque me submeter a isso. A vida é muito curta para a gente ficar negociando quem a gente é....(Subaé)

A resposta começa com repetição e ênfase, “é desafiador” dito duas vezes, marcando logo no início que não está falando de um desconforto leve, mas de um território que exige manejo. Em seguida, ele organiza uma distinção precisa. Conhecer e falar com todos não significa ter relação. O “apesar de” marca essa separação e impede que o afastamento seja lido como desconhecimento. “Não ando em casa” traduz vínculo em prática espacial, estar na casa do outro, circular ali, ocupar aquele lugar. Ele recusa isso como gesto cotidiano e repete “amizade” duas vezes, negando desejo e interesse, como se cortasse a expectativa de convivência automática.

Na sequência, “não é porque são pessoas ruins” abre uma justificativa que desloca o foco da moral para o modo de vida. Ele enumera “estilo”, “mentalidade”, “costumes”, “forma como se comporta”, “forma como vive”, e esse acúmulo dá corpo ao que não encaixa. “Apetece” vira critério de convivência, se não me apetece, não me submeto. Quando ele conclui “a vida é muito curta para a gente ficar negociando quem a gente é”, negociar aparece como risco de se apagar por dentro para caber na expectativa do outro. A tática, aqui, toma a forma de delimitar bordas para permanecer inteiro.

A família no âmbito dentro de casa, mãe, pai, irmão, minha relação com minha mãe é muito tranquila, muito animosa. Com meu irmão também. Só com meu pai, que é mais desafiador, por conta da mentalidade, da idade e da questão religiosa. Os conflitos sempre estão presentes. Mas é algo que eu só mudo quando eu sair de lá, né? Que eu não tenho, infelizmente, condição e nem a intenção de mudar a mente de ninguém. Cada um quer a sua responsabilidade, seu processo... Não sou eu que vou convencer ninguém a nada. (Subaé)

A fala redesenha o mapa do convívio e trabalha por modulação. “Dentro de casa” delimita o recorte e, dentro dele, mãe e irmão aparecem com termos de fluxo, “muito tranquila, muito animosa”. O “muito” repetido fixa que há afeto cotidiano. Em seguida vem o contraste, “só com meu pai”, e o “só” concentra a fricção num ponto específico. Ele nomeia camadas que explicam sem moralizar, mentalidade, idade, questão religiosa, e com isso o conflito deixa de ser episódio e passa a parecer um modo de funcionamento.

“Os conflitos sempre estão presentes” instala duração, e o “mas” abre um limite de ação. “Só mudo quando eu sair de lá” não soa como ameaça, soa como medida. O deslocamento vira condição de mudança. Quando ele diz que não tem “condição” e nem “intenção” de mudar a mente de ninguém, ele recusa a tarefa de converter o outro e

recoloca a responsabilidade. “Cada um com sua responsabilidade, seu processo” firma essa redistribuição, e o “não sou eu que vou convencer ninguém a nada” sela um corte. A tática, aqui, é reconhecer onde há afeto e onde há conflito e, ao mesmo tempo, não se exaurir tentando transformar a convivência em disputa permanente.

Depois de delimitar a família como um território em que é preciso medir convivência e bordas, Subaé desloca a negociação para um ponto mais firme. O que cabe a si, o que não cabe mais carregar e o que ele já não aceita como condição para seguir.

Eu trabalho na minha vida, vou viver a minha orientação, a minha identidade, os meus projetos. Isso é algo que me cabe, é uma responsabilidade que eu abracei, entendeu? Então, talvez no passado eu já tivesse colocado, talvez, uma culpa ou uma responsabilização em um outro que não me aceitasse. Mas eu acho que não cabe mais, porque... Culpar não vai resolver, não vai me dar uma tranquilidade, não vai me dar um conforto que eu não tenho, não vai me fazer conquistar e reconstruir nada, entendeu? É isso, é quem a pessoa é e quanto ao que o outro é, não posso fazer nada. E eu vou seguir. Se quiser continuar comigo, estamos aqui. Se não quiser, paciência. Beijos e gratiluz! [risos] (Subaé)

A fala muda de registro e vira afirmação de responsabilidade. “Eu trabalho na minha vida” concentra esse reposicionamento e, em seguida, ele enfileira “orientação”, “identidade”, “projetos” como um campo do que lhe cabe conduzir. A frase “isso é algo que me cabe” estabelece uma fronteira e o “entendeu?” puxa o interlocutor para reconhecer que não se trata de retórica, mas de um modo de seguir. Quando ele volta ao passado, com o “talvez” repetido, ele não dramatiza nem reescreve a história como certeza. Ele marca um deslocamento e nomeia que a culpa e a responsabilização colocadas no outro já não cabem do mesmo modo.

A recusa da culpa se faz por repetição e por consequência. “Culpar não vai” aparece como série e organiza um inventário do que não retorna como vida, não resolve, não oferece tranquilidade, não dá conforto, não faz “conquistar e reconstruir”. Nessa chave, a tática não é convencer nem disputar aceitação. É escolher onde investir o tempo e o fôlego, lembrando que “as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta” (CERTEAU, 2014, p. 96). O “eu vou seguir” fecha esse gesto sem promessa de harmonia. “Se quiser continuar comigo... se não quiser, paciência” recoloca a relação em condição sem pedido de desculpas. E o “beijos e gratiluz” com risos funciona como modo de encerrar a cena sem deixar que o conflito colonize tudo, mantendo a masculinidade em dissidência fora da exigência de se explicar para permanecer.

Depois que ele redistribui responsabilidade e marca limites com a família, a narrativa nomeia uma outra camada do manejo. Não se trata apenas de afastar-se ou seguir, trata-se de aprender a atravessar o conflito sem ficar preso a ele. O recorte seguinte mostra esse aprendizado como leitura de situação, uma forma de enfrentar que inclui parar, observar e decidir onde vale investir energia.

E eu já tenho mais estratégias de enfrentamento também, né? Já sei como é que funciona. O que é importante também, né? Às vezes a gente fica o tempo todo querendo entrar em embates, embates, embates, e às vezes o outro é movido é embate. Você acha que vai ganhar uma coisa e não ganhar nada. Você tem que parar, pensar, ver como é que uma pessoa trabalha, como é que ela se movimenta, entender como é que ela funciona, como é que está a mentalidade dela. Pra partir daí você bolar uma estratégia. E eu já bolei essas estratégias. [Em relação a família] (Subaé)

A fala começa com acúmulo e com afirmação de competência. “Eu já tenho mais estratégias” indica que não se trata de improviso do momento, mas de algo aprendido na repetição. O “né?” acompanha esse dizer como marca de experiência vivida, não de explicação abstrata. “Já sei como é que funciona” é curto e, por isso mesmo, carregado. Ele sugere que o padrão do conflito já foi visto vezes suficientes para deixar de ser surpresa.

Em seguida, ele desloca o enfrentamento do impulso para o manejo. “Às vezes a gente fica o tempo todo” instala excesso e cansaço, e a repetição “embates, embates, embates” faz esse excesso virar som dentro da própria frase. A ideia de que “o outro é movido a embate” tira o conflito do campo da justiça e coloca no campo da dinâmica, entrar na briga pode ser só alimentar o motor do outro. Por isso ele descreve outra sequência, parar, pensar, ver como a pessoa trabalha, como se movimenta, entender como funciona, como está a mentalidade dela. A repetição de “como” dá forma a uma estratégia que é leitura do terreno, não resposta automática, e isso se aproxima do que Certeau chama de “uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor”, com “destreza tática e alegria de uma tecnicidade” (CERTEAU, 2014, p. 74-75). No final, “eu já bolei essas estratégias” marca que não é alarde, é experiência acumulada, escolhendo quando falar e quando não entrar para não se perder em embates que não devolvem nada.

Depois de Subaé nomear família, trabalho e limites como partes do manejo cotidiano, a narrativa condensa esse aprendizado numa fórmula simples. O ambiente aparece como critério prático de presença, e a tática aparece como uma forma ativa de

conduzir a própria presença, escolhendo onde ficar, onde se mover e de onde se retirar para não converter a vida em desgaste sem retorno.

Então, quando o ambiente é favorável, acho que sou uma dessas pessoas que assume o lugar, que vai pra frente, que fala, que trabalha, que faz as coisas acontecerem, que faz os movimentos. Mas se o ambiente não for esse lugar, eu realmente prefiro não estar me ferindo o tempo todo, entendeu? Porque é um desgaste que não se vence. Eu não vou ser eu, Subaé, que vou consertar a sociedade, né? Eu posso tentar viver melhor. Fazer escolhas que me favoreçam e, claro, me junte de pessoas que me somem, que me agreguem. Mas é... Não tenho nem tempo de vida pra fazer uma grama de grande revolução. (Subaé)

A fala se organiza por contraste e repetição. “Ambiente favorável” não é descrição neutra, é critério de possibilidade. Quando ele diz que, nesse caso, “assume o lugar”, a frase vem acompanhada de uma sequência de verbos, “vai pra frente”, “fala”, “trabalha”, “faz as coisas acontecerem”, “faz os movimentos”, como se a presença se expandisse quando o contexto permite. Em seguida, o “mas” muda o regime e introduz o limite, “prefiro não estar me ferindo o tempo todo”. O “entendeu?” aparece como pedido de reconhecimento do raciocínio, e a frase “um desgaste que não se vence” fixa que não se trata de provar coragem, trata-se de não insistir num lugar que consome sem devolver vida.

Quando ele diz “eu não vou ser eu, Subaé, que vou consertar a sociedade”, ele nomeia a recusa do heroísmo sem cair em desistência. O “né?” marca que essa ideia precisa ser compartilhada e validada na conversa, como uma ética de limite. O recorte desloca a negociação para o que é possível na escala de uma vida, “viver melhor”, “fazer escolhas”, “me junte de pessoas que me somem, que me agreguem”. A frase final, “não tenho nem tempo de vida pra fazer uma uma grande de revolução”, acentua a medida de tempo e energia que sustenta o argumento. A tática, aqui, é seleção de ambiente e de companhia, não como conforto fácil, mas como modo de sustentar presença dentro de uma economia de risco em que se decide, muitas vezes, quanto de vida cabe em cada gesto. Nessa direção, a captura se deixa ver menos como um enquadramento pontual e mais como incidência que tenta colonizar os possíveis e reduzir o que ainda poderia ser vivido (ROLNIK, 2023, p. 116).

Esse critério do ambiente não aparece apenas como ideia, ele aparece como prática. Quando ele entra em um contexto masculinizado, bastam comentários e um clima de mentalidade rígida para que a permanência deixe de fazer sentido. A retirada, então,

não é derrota, é continuidade do manejo, decidir onde vale investir energia e onde vale sair antes que o desgaste vire norma do dia.

[...] eu já tive um trabalho, um estágio que eu fiz em uma oficina mecânica no meu setor administrativo. E eu percebia, alguns comentários, algumas coisas que me deixaram bem desconfortáveis. Porque é um ambiente extremamente masculinizado, homens héteros, que trazem um recorte, um recurso, uma mentalidade. Mas também foi um lugar que eu não me prolonguei. Então, se não está somando ao que eu acredito, não está me fazendo bem, assim... saber se retirar também é essencial, né? Eu também acabo coibindo um pouco desse preconceito pelo meu posicionamento pessoal, que é um posicionamento firme, então também não dou muita margem... (Subaé)

A fala não descreve a oficina mecânica como cenário, ela descreve um regime de convivência. “Eu percebia alguns comentários” e “algumas coisas” nomeiam o desconforto sem precisar listar tudo, como se o clima bastasse para produzir efeito. A expressão “ambiente extremamente masculinizado” vem acompanhada de “homens héteros” e “mentalidade”, e essa sequência organiza o lugar como uma forma de cobrança, não apenas como um conjunto de pessoas, mas como um código de presença em que a diferença tende a ser lida e comentada. O desconforto, aqui, não é íntimo isolado, ele é produzido pelo ambiente e pelo que circula nele.

A tática aparece logo em seguida como decisão de permanência. “Não me prolonguei” é frase curta, mas ela condensa um manejo inteiro, sair antes que o desgaste vire rotina. O critério do “somando” e do “não me fazendo bem” recusa a ideia de que aguentar é virtude em si. E quando ele diz “saber se retirar também é essencial”, a retirada vira cuidado com o próprio tempo de vida, coerente com a ética que ele já tinha formulado.

Ao mesmo tempo, ele não descreve apenas retirada. Ele descreve também contenção do preconceito “pelo meu posicionamento pessoal” e repete “posicionamento firme”, como se a presença pudesse, em certos contextos, reduzir margem para comentário. “Não dou muita margem” nomeia um jeito de se colocar que limita a liberdade do outro de avançar com piadas, insinuações ou correções. Na oficina, então, a tática se organiza por duas vias, sair quando não favorece e sustentar firmeza quando é preciso atravessar, e isso dialoga com a ideia de que os padrões de hegemonia se mantêm por condições mutáveis e podem ser contestados ou transformados “ao longo do tempo” (CONNELL, 2017, p. 192).

A partir desse critério de seleção de ambientes, a fala agora afunila a tática numa regra de presença. Aqui, a negociação não se faz por anúncio de identidade, mas por

escolha de contexto e por manejo do que se oferece ao outro. O recorte seguinte mostra como ele busca lugares em que possa estar bem e, quando o assunto se aproxima, desloca a conversa para o campo da demanda — trabalho, recorte acadêmico, ajuda concreta — como maneira de não ficar sob um tribunal moral. Quando perguntado se é desafiador vivenciar uma outra masculinidade que não a hegemônica, Subaé responde:

Desafiador é! Por que você é dissidente. É sempre desafiador. Mas hoje eu lido melhor com isso. É claro que existem ambientes e ambientes e ambientes. Eu tento me colocar em locais que me são agradáveis e favoráveis. Eu, pessoalmente, odeio estar em um lugar que me sinta desconfortável. Então, estou muito confortável aqui, eu estou ótimo, eu sou essa pessoa que você está vendendo. A minha sexualidade, talvez, para uma pessoa que não tenha um recorte... pra mim tá em outro mundo e tá falando. OK! Mas pra quem tem um olhar, é sério, entendeu? Eu não vou chegar pra você gritando, ah, eu sou gay... O que é que você quer de mim é meu trabalho? Pronto, aqui está meu trabalho. O que é que você quer de mim é um recorte acadêmico? Tá aqui meu recorte acadêmico. Qual é essa? Qual é a demanda? Eu posso ajudar? Posso. Se não, posso. Entendeu? Não fico me postergando não, onde não faz sentido. Porque realmente a vida é muito curta. [risos] (Subaé)

A fala começa com repetição e afirmação de condição. “Desafiador é” vem duas vezes e se completa com “é sempre desafiador”, como se ele fixasse que dissidência não é exceção ocasional, é regra de atrito. Em seguida, “mas hoje eu lido melhor” desloca do diagnóstico para o manejo, e a repetição “ambientes e ambientes” faz o contexto aparecer como variável decisiva. A tática se formula como seleção: “tento me colocar em locais agradáveis e favoráveis”. E o “eu odeio estar em um lugar desconfortável” não soa como capricho; funciona como recusa de permanecer em cenário que reativa ferida. O “então, estou muito confortável aqui” opera como demonstração em ato, como se ele testasse a regra no presente da conversa.

O trecho “eu sou essa pessoa que você está vendendo” é especialmente interessante porque ele responde ao enquadramento e reposiciona a cena. Ele não aceita ser reduzido a um rótulo produzido pelo outro, mas também não faz disso uma defesa identitária performática. Quando diz que “pra quem tem um olhar, é sério”, ele reconhece que a sexualidade é legível e pesa socialmente, mas escolhe não transformá-la em anúncio. “Eu não vou chegar gritando” marca recusa de teatralizar o próprio eu para satisfazer curiosidade e, a partir daí, ele muda o eixo da conversa para a demanda. “O que é que você quer de mim” aparece como pergunta-guia, e a repetição organiza a negociação como contrato prático: trabalho aqui, recorte acadêmico aqui, ajuda aqui. Isso não apaga

a dissidência; desloca o encontro do julgamento para um terreno em que a presença pode ser sustentada por aquilo que se faz e se entrega.

O “entendeu?” reaparece como chamada para que o interlocutor reconheça a lógica do manejo, e “não fico me postergando onde não faz sentido” sela um limite. Postergar, aqui, é insistir em ambiente ou conversa que consome sem devolver vida. Nessa chave, a seleção de contextos e o deslocamento para a demanda aparecem como formas de sustentar uma relação menos ansiosa consigo, já que “tanto essa autoconfiança quanto as formas sem ansiedade de se relacionar com o self (...) só pode[m] ser alcançada[s] por meio da experiência do reconhecimento” (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 451).

O final “a vida é muito curta”, com risos, mantém a ética de economia de tempo que ele já vinha formulando: não há heroísmo, há escolha de onde investir presença. Assim, masculinidade em dissidência aparece como experiência que administra leitura e risco sem transformar cada encontro em explicação interminável e a possibilidade de existir se sustenta quando o espaço praticado não exige que a identidade seja paga como ingresso.

Com Subaé, o Eixo 3 ganha um critério prático para ler o cotidiano. Autonomia como condição de circulação, seleção de ambientes como economia de desgaste, posicionamento como proteção, e retirada como resposta quando o espaço praticado deixa de sustentar a vida. Esse critério não produz receita, ele descreve um modo de existir em que afeto e segurança raramente vêm prontos e, por isso, precisam ser construídos em escolhas repetidas, por vezes pequenas, por vezes radicais, atravessadas por trabalho, família, universidade e rua. O que ele chama de compreender e seguir se aproxima menos de “vitória” e mais de compromisso contínuo com o próprio direito de não se apagar, mesmo quando a vida exige cálculo, limite e renúncia.

Em Cavaco, a negociação de visibilidade aparece como processo feito em camadas. A narrativa não começa por uma declaração pública, começa por idades, por pesquisa, por entendimento e por aceitação, e imediatamente desloca isso para o campo das relações. O tema da família entra como ponto sensível, porque assumir-se não muda apenas uma palavra, muda expectativas e reorganiza afetos. É nesse intervalo entre saber e poder dizer que o recorte a seguir situa o tempo como cuidado e como risco.

Eu comecei uma pesquisa de fato sobre gênero com 12 e 13 anos, 13 anos eu entendi a situação. E apenas com 14 eu realmente consegui me aceitar. Porque existe toda uma questão, sobretudo com a sua família. Você sente como se

você estivesse matando aquela pessoa que seus pais criaram, aquela pessoa que seus pais esperavam. E é muito difícil isso. Eu não condeno, por exemplo, quem demora muitos anos a se assumir. Porque existem muitas questões que permeiam o tema, não apenas essa questão em relação aos afetos, porque eles mudam completamente, mas também em questão de própria segurança do si. (Cavaco)

A fala organiza o tempo por marcos e por intensificadores. “De fato” já indica que pesquisar não foi mera curiosidade, foi uma busca séria, e a repetição das idades fixa uma sequência, 12, 13, 14, como se o processo precisasse ser contado por etapas. “Eu entendi a situação” e “eu realmente consegui me aceitar” distinguem entendimento e aceitação, e o “apenas” antes dos 14 anos não minimiza, ele marca que aceitar-se é conquista e não coisa imediata. Logo em seguida, a justificativa não é interna, é relacional. “Sobretudo com a sua família” desloca o eixo para o entorno e mostra que o risco não está apenas na pergunta íntima, está no que muda quando se diz. Na esteira de Butler, Kritsch e Ventura lembram que “o self é sempre relacional” (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 456), e é nesse sentido que o tempo do assumir-se se torna também manejo de vínculos e de dependências recíprocas.

A imagem de “matar aquela pessoa que seus pais criaram” é dura e revela o conflito como disputa de expectativa. Não é apenas identidade, é narrativa familiar, quem os pais esperavam, quem os pais criaram, e dizer-se diferente pode ser vivido como perda pelos outros. Quando ele diz “eu não condeno quem demora muitos anos”, ele recusa a leitura moral do tempo como fraqueza e recoloca o tempo como gestão de condições. “Não apenas afetos, porque eles mudam completamente” afirma que o vínculo se reorganiza, e “segurança de si” entra como medida de sustentação, quanto dá para aguentar sem desabar, quanto dá para dizer sem perder sustentação. Assim, o tempo do reconhecimento aparece como tempo social, atravessado por medo e confiança, e a tática começa antes da declaração pública, começa em como se mede risco e em como se prepara a própria vida para continuar existindo depois que a palavra for dita.

O recorte anterior situou o tempo do reconhecimento como tempo social e mostrou que a palavra não é neutra. Aqui, Cavaco aprofunda essa mesma ideia e desloca o foco para o que ele chama de segurança, não como conceito abstrato, mas como condição para escolher quando falar e para quem falar. A narrativa seguinte nomeia esse cuidado como sobrevivência e descreve uma ordem de aproximação que constrói sustentação antes de tornar a transição pública.

Existe uma questão social, existe uma questão de segurança. Porque o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans. E é necessário, muitas vezes, você questionar se aquele momento é o momento propício para você fazer isso, se você vai ter condições de se manter, questões de sobreviver. Por muitos anos, você não vive, você sobrevive. E essa é uma questão. Para mim, foi um pouco complicado porque eu me assumi também com o conhecimento tardio. Justamente por questão de segurança. Cada um sabe de onde vem. Cada um sabe como é a sua família. Cada um sabe como é o seu lar. Por mais que eu tenha tido todo aquele entendimento com 14 anos, minha transição começou socialmente. Inicialmente com o grupo de amigos, para depois com alguns professores com quem eu me sentia mais confortável, para depois começar a me autoafirmar e poder falar com propriedade e segurança. (Cavaco)

A fala começa com repetição, “existe uma questão social, existe uma questão de segurança”, como se fosse preciso firmar desde o início que não se trata apenas de vontade individual. A partir daí, a narrativa desloca o tempo para uma pergunta prática, “se aquele momento é o momento propício”, “se você vai ter condições de se manter”. O verbo manter traz a dimensão material e cotidiana, não é só coragem, é sustentação. E quando ele afirma “por muitos anos, você não vive, você sobrevive”, a frase fixa uma diferença dura entre viver e sobreviver, como se esse período fosse governado pela compressão do possível. Nesse sentido, faz eco a formulação de que “quando uma vida está fora das cenas de reconhecimento [...] trata-se de uma vida que está em risco” (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 453), pois o que ele descreve é justamente a necessidade de medir condições para não transformar a palavra em exposição destrutiva.

O recorte então se move para um saber situado. “Cada um sabe” se repete e cria uma regra de prudência que não é moral, é leitura de contexto, de onde vem, como é a família, como é o lar. A palavra lar amplia a cena e indica que o risco não está só na rua, está também na intimidade. Em seguida, ele organiza a transição como sequência relacional. “Minha transição começou socialmente” é frase decisiva, porque retira a transição do isolamento e a coloca no campo da companhia. “Inicialmente com o grupo de amigos” fixa o primeiro círculo de sustentação, depois professores “com quem eu me sentia mais confortável”, e só então “começar a me autoafirmar”. Essa ordem não aparece como manual, aparece como tática aprendida no risco, escolher interlocutores, construir rede mínima e só depois ampliar o dizer. “Propriedade e segurança” no final nomeiam o efeito desse caminho, falar com mais firmeza e apoio, não porque o medo some, mas porque a palavra passa a ter sustentação suficiente para não virar queda.

A sustentação, aqui, não aparece apenas como amizade. Ela aparece também como conselho e como horizonte de vida possível. O conhecimento entra na fala como algo que se acumula e que não depende das oscilações do entorno, uma forma de construir

sustentação quando a aceitação fica instável. A narrativa seguinte coloca esse ponto num diálogo concreto com um professor e transforma estudar em tática de permanência e de futuro.

E quando eu perguntei pra ele [professor] como foi o processo pra ele se assumir [enquanto um corpo em dissidência]... ele falou, tipo, estude. As pessoas podem tomar tudo de você, podem tomar alguns de seus direitos, podem tentar tomar sua liberdade de ir e vir. Mas eles não podem tirar o seu conhecimento. Eles não podem tomar de você algo que apenas você trabalhou para ter construído, que é o seu conhecimento. Estude, tente uma faculdade, tente um... uma graduação legal, algo que vai te dar segurança. Porque quando você consegue o conhecimento, você consegue o estudo, as portas se abrem para você. E se sua família não te aceitar posteriormente, você não vai ficar ao léu, você não vai ficar jogado no mundo. Você vai ter em que se apoiar. O conhecimento é o que dá asas ao homem, é o que o leva para frente. E ele não estava errado, ele não está errado de alguma forma. (Cavaco)

O recorte se constrói como transmissão de um saber voltado à sobrevivência, e isso aparece no modo do conselho. A resposta do professor vem no imperativo, “estude”, e o “tipo” que antecede o verbo indica oralidade e urgência, como se a orientação precisasse ser simples e acionável. A sequência “podem tomar” se repete e cria uma escala de perdas possíveis, direitos, liberdade de ir e vir, tudo, e essa repetição produz um cenário de ameaça real. O contraste vem com a repetição de “não podem”, e o conhecimento entra como aquilo que não se deixa retirar com a mesma facilidade. A fala não descreve estudo como virtude abstrata, descreve estudo como algo que permanece quando o resto pode ser restringido.

A palavra segurança aparece como promessa prudente, não como garantia total. “Vai te dar segurança” surge depois de nomear o que pode ser tomado, como se segurança significasse reduzir vulnerabilidade e ampliar margem de decisão. A expressão “as portas se abrem” é forte, mas o recorte logo a aterrissa no medo central, “se sua família não te aceitar”, “não vai ficar ao léu”, “não vai ficar jogado no mundo”. O que está em jogo é não depender inteiramente da autorização familiar para continuar existindo e ter “em que se apoiar”. Assim, o conhecimento vira apoio material e simbólico, uma maneira de manter o futuro em movimento quando o lar se torna instável.

A metáfora “dá asas ao homem” pode soar elevada, mas no conjunto ela funciona como tentativa de nomear deslocamento, sair do lugar de abandono para o lugar de algum controle sobre a própria vida. E quando Cavaco conclui “ele não estava errado, ele não está errado”, ele reafirma o conselho sem transformá-lo em moralismo. Há reconhecimento de que essa orientação ajuda, mas não apaga o risco. O Eixo 3 ganha aqui

uma camada importante da negociação, construir suporte antes de ampliar a visibilidade, para que a masculinidade em dissidência não dependa apenas de coragem imediata, mas tenha condições de continuar depois do conflito.

No cotidiano escolar, a negociação não se faz apenas por planos de longo prazo, como estudar para construir um futuro menos frágil. Ela se faz também por microarranjos de permanência, garantir um lugar no intervalo, escolher com quem ficar, construir uma borda em que a hostilidade não domine tudo. Nesse nível, a escola aparece como ritmo de exposição, e o intervalo pode concentrar a vulnerabilidade, porque a vida sai do enquadramento da aula e fica mais entregue ao olhar e à hierarquia entre pares. Permanecer ali exige invenção prática, reduzir o campo de contato, repetir um gesto que protege e encontrar uma presença com quem seja possível ficar sem ser empurrado para o isolamento.

E eu lembro que a única pessoa que eu tive em contato foi com a Professora Dandara [pseudônimo], do segundo ano... Professora Dandara, uma querida. Por quê? Porque ela fazia as atividades pra mim, de um jeito mais adequado. Ela, na hora do intervalo, ficava comigo, porque as outras crianças não ficavam. Então, toda vez que era a hora do intervalo, na hora do lanche, eu pegava o meu lanchinho, ia arrastava minha cadeira pra mesa dela, limpava o espaço da mesa com a minha toalha. Sentava lá e ficava quietinho lanchando. Depois eu ficava quieto e em silêncio com ela e ela fazendo as coisas dela e eu ficava do lado. E isso pra mim era a melhor coisa de todas. Eu achei divertidíssimo. Eu ajudava ela. Ela era professora de português. Não me admira hoje em dia que eu seja de Letras, teve uma grande influência. (Cavaco)

A narrativa começa com exclusividade e memória, “a única pessoa”, e essa expressão já coloca a cena sob o signo da escassez de companhia. A professora Dandara aparece como presença singular e, antes de qualquer afeto nomeado, ela aparece por prática, “fazia as atividades pra mim, de um jeito mais adequado”. O acolhimento não vem como discurso, vem como ajuste de forma, adequar a tarefa, adequar o modo de participação. Em seguida, o intervalo entra como ponto crítico, “ela ficava comigo, porque as outras crianças não ficavam”, e essa frase torna nítido o que está em jogo, não é preferência, é isolamento produzido pela convivência.

O que vem depois é uma sequência de gestos repetidos. Toda vez que era intervalo, ele pega o lanchinho, arrasta a cadeira, limpa o espaço com a toalha, senta e fica quietinho. Essa repetição organiza um espaço praticado dentro do lugar institucional. A mesa da professora vira borda de permanência, um recorte pequeno que permite atravessar o intervalo sem ser empurrado para a solidão total. A toalha, o limpar, o arrastar a cadeira, tudo isso tem precisão quase ritual, como se a segurança dependesse de preparar

um ponto exato onde o corpo pode pousar. É nessa cena que o reconhecimento deixa de ser ideia e aparece como gesto relacional, como “um ato interrelacional de identificação e afirmação de um ser humano ou de algumas de suas características” (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 456).

O mais interessante é como ele nomeia isso no fim. “A melhor coisa de todas” e “divertidíssimo” não apagam a dureza do enunciado anterior, as outras crianças não ficavam. Eles mostram que o território afetivo pode se formar no miúdo como alegria de estar acompanhado, mesmo quando a situação é de precariedade de laço. E quando ele liga essa professora de português ao próprio percurso em Letras, ele transforma o gesto cotidiano em marca de trajetória. A tática de permanência vira também possibilidade de futuro, uma presença que sustentou o dia e, ao mesmo tempo, abriu a linguagem, interesse e caminho.

Nem sempre o vínculo escolar se sustenta como amizade disponível. Às vezes ele se sustenta como arranjo de troca, e esse arranjo também é uma forma de negociação cotidiana. O recorte seguinte nomeia isso sem romantizar, e justamente por nomear sem dourar, ele permite ver como a companhia pode ser construída no miúdo, no trabalho em grupo, no intervalo, na tentativa de não atravessar a escola sozinho.

Durante toda a educação básica, eu não tive amigos. E as poucas pessoas que conversavam comigo eram pessoas que eu sabia que estavam se aproveitando das minhas capacidades intelectuais e do que eu poderia oferecer. E é aí ao mesmo tempo que eu me aproveitava delas, porque eu precisava socializar, eu precisava fazer trabalhos em grupos. Então, muitas vezes, eu ofereço também a palavra, eu te ajudo com essa atividade, porque eu sei, e você me ajuda conversando comigo no intervalo, indo comigo pra tal lugar, fazendo tal coisa comigo. E aí, se estabeleceu uma relação de amizade com muitas aspas, porque não era uma amizade, era uma relação de troca. (Cavaco)

A fala começa com duração e falta, “durante toda a educação básica, eu não tive amigos”, e essa frase instala o pano de fundo da tática. O laço não está dado, e a convivência precisa ser fabricada. “As poucas pessoas” já marca escassez, e o “eu sabia” fixa consciência, ele não descreve ingenuidade, descreve leitura do aproveitamento. Ao mesmo tempo, a narrativa não se coloca no lugar de uma passividade absoluta. “É ao mesmo tempo que eu me aproveitava delas” assume reciprocidade e mostra que a troca não é só o que fazem com ele, é também o que ele faz para garantir circulação e não atravessar a escola sozinho. O verbo “precisava” aparece duas vezes, “precisava socializar”, “precisava fazer trabalhos”, e esse precisar dá o tom de necessidade, não de preferência.

A tática ganha forma quase material quando ele enumera a troca. “Eu ofereço também a palavra” e “eu te ajudo... porque eu sei” colocam conhecimento como recurso, e em retorno vem “conversando comigo no intervalo”, “indo comigo pra tal lugar”, “fazendo tal coisa comigo”. O intervalo aparece como território sensível da exposição, e a companhia mínima vira um modo de reduzir isolamento, não como paz, mas como possibilidade de permanecer. A expressão “amizade com muitas aspas” é decisiva porque recusa romantização e dá ao vínculo o estatuto de arranjo prático. “Não era uma amizade” aparece como limite, e justamente por nomear esse limite o recorte deixa ver o custo relacional da negociação, estar com alguém pode exigir oferecer algo, e ainda assim isso sustenta a permanência.

A negociação também se desloca para fora da escola e encontra na internet um outro tipo de espaço praticado, com riscos próprios e com outras possibilidades de manejo. Se na presença física o corpo costuma ser lido e cobrado de imediato, no digital a apresentação pode ser regulada e testada antes do encontro direto, e isso muda a forma como se mede a segurança. O recorte seguinte mostra essa passagem como prática noturna e discreta, em que conversar, entrar em comunidades e experimentar formas de ser nomeado se tornam caminhos para não ficar sozinho com a pergunta.

Então, ao mesmo tempo que meus pais falavam, não converse com os estranhos na internet, eu tava lá, de madrugada, acordado, batendo papo com fulaninho que estava no Rio Grande do Sul ou até mesmo em outro país. E isso foi extremamente importante pra eu conseguir entender o meu gênero. Porque houve um período em que eu comecei a fingir que eu era um menino na internet. E eu comecei a ficar muito incomodado. Por quê? Toda vez que eu me apresentava enquanto figura feminina, vinham figuras masculinas como urubus para cima de mim... Foi o período em que eu comecei a questionar o meu gênero, estudar sobre... entrei numa comunidade, comecei a fazer algumas amizades. E esse foi um dos lugares que eu fingia que era um menino, porque eu me sentia mais seguro, me sentia mais confortável. E chegou num ponto em que eu estava me sentindo, de fato, tipo, as coisas pareciam fazer sentido. Quando alguém se refere a mim no masculino, eu sentia uma grande gratificação. Eu me senti muito feliz. E aí eu criei o meu nome social. (Cavaco)

A fala começa por contradição e rotina. “Ao mesmo tempo que meus pais falavam” e “eu tava lá, de madrugada” encenam uma vida dupla, não como drama, mas como necessidade. A madrugada aparece como tempo de brecha, um tempo fora do controle doméstico, e o “batendo papo” com alguém distante desloca a experiência para um território em que o risco do corpo não é imediato, embora a exposição ainda exista. A frase “foi extremamente importante” não vem como elogio vago, ela vem como marca de função, ali ele “conseguiu entender o gênero”. É nesse sentido que os espaços digitais

podem operar como “local de encontros e trocas” em que modos de ser são construídos e administrados nas relações (SILVA; CAETANO, 2024, p. 202). Em seguida, ele nomeia “fingir” e imediatamente acrescenta desconforto, “eu comecei a ficar muito incomodado”, como se a prática tivesse camadas, proteção e tensão ao mesmo tempo.

O “por quê?” abre a justificativa e muda o registro para ameaça. “Toda vez que eu me apresentava enquanto figura feminina” instala repetição, e “vinham figuras masculinas como urubus” dá imagem de insistência e invasão. O “fingir”, nesse contexto, não se reduz a mentira, ele pode ser lido como tática de segurança e como modo de reduzir assédio. A sequência “questionar”, “estudar”, “entrei numa comunidade”, “fiz amizades” mostra que a internet não é só fuga, é construção de rede e de linguagem para si. E quando ele repete “me sentia mais seguro, mais confortável”, fixa o efeito como condição de permanência, não como brincadeira.

A virada do recorte narrativo está no modo como o masculino é sentido. “Chegou num ponto” marca passagem gradual, e “de fato” tenta firmar que não é só imaginação, “as coisas pareciam fazer sentido”. A palavra “pareciam” mantém prudência, mas logo em seguida vem o corpo, “grande gratificação”, “muito feliz”. A referência no masculino entra como experiência de inteligibilidade, como se o modo de ser chamado reorganizasse a relação consigo, e é desse ponto que o nome social emerge. “Eu criei o meu nome social” aparece como gesto concreto de continuidade, transformar a experiência do pronome em forma de apresentação que pode circular. Aqui, masculinidade em dissidência não aparece como tese, aparece como prática situada, testar, sentir, medir risco, buscar rede, e nomear-se como parte da sustentação do cotidiano.

A criação do nome social mostrou que a negociação pode começar antes das instituições, como ferramenta do cotidiano para sustentar a presença. Agora, a tática se desloca para dentro de casa e para a linguagem usada para não romper de uma vez. O recorte seguinte mostra uma busca por um termo que pudesse caber em dois lados, não por indecisão teórica, mas por medo de decepcionar e por necessidade de manter algum tipo de convivência. A palavra escolhida funciona como abrigo provisório, uma maneira de adiar o impacto e reduzir o confronto direto enquanto se tenta continuar existindo.

Então, eu estudei mais sobre algo que pudesse ser os dois [gênero fluido], porque eu não queria decepcionar os meus pais. Entendeu? Eu não queria ter aquela decepção, porque se eu fosse gênero fluido, eu não precisaria me assumir para os meus pais. Eu poderia me assumir só para outras pessoas, mas para os meus pais, não. Porque para eles, eu poderia ser só uma pessoa excêntrica, porque os meus pais já me viam como algo excêntrico, já me viam

como estranho. Então, se eu aparecesse usando roupa masculina, eu não seria uma questão. Porque eles ainda me viram com a figura feminina. (Cavaco)

A fala começa com um verbo de método, “eu estudei”, e imediatamente revela a motivação, “porque eu não queria decepcionar os meus pais”. O “entendeu?” funciona como pedido de reconhecimento da densidade desse motivo, como se ele precisasse deixar claro que não se trata de jogo identitário, mas de manejo de convivência. A expressão “algo que pudesse ser os dois” constrói um meio-termo, e o recorte explica sua função por condicional, “se eu fosse... eu não precisaria”. A tática se organiza por distribuição de públicos, “outras pessoas” sim, “meus pais” não, como se a visibilidade pudesse ser graduada por círculos e não exigisse, de uma vez, o mesmo grau de exposição. Nesse arranjo, nomear-se vira também uma forma de negociar com o poder do ambiente familiar, lembrando que “a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder” (BUTLER, 2018, p. 39). Quando ele diz que, para os pais, poderia ser “só uma pessoa excêntrica” e que já era visto como “estranho”, ele mostra como essa palavra funciona como cobertura socialmente administrável, capaz de amortecer o choque e manter uma margem de circulação em casa, ainda que sob a ambivalência de continuar sendo lido “com a figura feminina”.

Essa solução provisória também se apoia na leitura familiar já existente, “excêntrico”, “estranho”, e esse vocabulário vira argumento de passagem. Não é que o ambiente se torne acolhedor, mas a diferença já era lida como excentricidade, e isso abriria uma margem para “aparecer usando roupa masculina” sem virar “uma questão”. Quando ele diz que “eles ainda me viam com a figura feminina”, fica claro que o meio-termo depende do modo como o outro continua a ler. A negociação, aqui, não transforma o olhar de imediato. Ela se apoia nele para produzir um deslocamento possível, sem romper a casa de uma só vez, enquanto se ganha algum fôlego.

Esse arranjo, porém, encontra um limite. O recorte seguinte marca o momento em que a solução pensada para manter a convivência deixa de servir, e a negociação muda de direção. A virada não vem como tese. Vem como encontro, como contraste, como uma frase que interrompe o meio-termo e reposiciona o que estava sendo vivido.

E aí, depois que eu conheci essa pessoa [uma pessoa por quem desenvolveu um afeto], eu entendi que não. Essa figura feminina, ela realmente nunca existiu. O que eu estava fazendo era, de fato, apenas para agradar os meus pais, porque eu não queria sentir que eu estava matando algo que para eles era algo tão querido. Mas eu entendi que eu nunca fui uma figura feminina, né? Eu era

um menino trans, né? Eu era menor de idade, né? Daí fui desenvolvendo mais, fui estudando mais sobre o assunto. (Cavaco)

A virada do recorte é marcada por uma frase curta, “eu entendi que não”. Ela interrompe o meio-termo e recoloca a negociação sob outro critério, não mais o que permite atravessar a convivência, mas o que custa para existir. “Essa figura feminina... nunca existiu” desautoriza a solução provisória e reinterpreta o vivido. O “de fato” reforça essa reavaliação, como se ele precisasse firmar que aquilo não era apenas impressão, era uma acomodação feita “apenas para agradar”. Nesse ponto, agradar aparece como custo, porque ele nomeia o medo de “matar algo... tão querido” para os pais, e a imagem de matar recoloca o conflito como disputa de expectativa e de narrativa familiar.

O “né?” repetido acompanha a afirmação identitária e marca um dizer que busca assentamento, “eu nunca fui... eu era...”, como se a frase construísse apoio enquanto se expõe. “Menor de idade” entra como condição que pesa não por cronologia, mas por dependência e risco, como se a transição exigisse sustentação antes de se tornar mais pública. Ao fechar com “fui desenvolvendo” e “fui estudando mais”, ele devolve o processo ao tempo e ao cotidiano, mostrando que a tática não é linha reta. Há momentos em que a negociação funciona como abrigo para atravessar a noite, e há momentos em que precisa ser abandonada porque passa a cobrar demais. Essa releitura não é só retrospectiva. Ela reorganiza o modo como ele se nomeia e sustenta a própria masculinidade em dissidência sem manter uma figura para caber no olhar do outro.

Depois de ele mostrar táticas de nomeação, de abrigo provisório na linguagem e de construção de rede antes da exposição total, a narrativa retorna às condições materiais de sustentação. Aqui, assumir-se aparece ligado a um ponto concreto, emprego, aluguel, permanência na faculdade. O recorte seguinte mostra como a negociação também se faz por antecipação de cenários de ruptura e por tentativa de impedir que a vida colapse junto com o conflito familiar.

Eu me assumi depois que consegui emprego. Por quê? Porque grande parte do meu pensamento era... Eu já estou na faculdade. Se eu conseguir um emprego, caso meus pais não queiram mais, por exemplo, pagar o meu aluguel, eu não vou ter risco de ficar na rua. Eu não vou precisar trancar a faculdade. Eu vou ter que me manter pelo menos um tempo. (Cavaco)

A fala começa com ordem temporal e causal, “eu me assumi depois que consegui emprego”, e o “por quê” abre uma justificativa imediatamente material. Ele não fala em coragem, fala em risco de rua, em aluguel, em trancar a faculdade. A frase “grande parte

do meu pensamento era...” deixa ver que esse cálculo acompanhava o cotidiano antes do ato de assumir, como se a decisão viesse sendo preparada por cenários. “Caso meus pais não queiram mais pagar” nomeia a dependência como ameaça possível, e a repetição “eu não vou” funciona como tentativa de assegurar um mínimo de proteção, não ficar na rua, não trancar a faculdade. O emprego entra como lastro e como condição de continuidade, porque permite manter a vida andando mesmo se o vínculo familiar se romper.

O trecho “pelo menos um tempo” é decisivo. Ele mostra que a negociação se faz em camadas e por janela temporal, garantir um período de sustentação para atravessar o impacto sem perder tudo de uma vez. Assim, assumir-se não aparece como ato isolado de verdade interior, aparece como passagem construída para não ser empurrado a um recomeço forçado. A tática aqui não é adiar indefinidamente, é construir condições para poder dizer, recolocando a visibilidade como algo que depende de meios concretos de permanência.

Com Cavaco, o Eixo 3 ganha uma forma muito concreta de negociação, feita por camadas e por sustentação. A visibilidade não entra como gesto único, ela é construída por círculos de confiança, amigos, professores, e só depois a palavra mais ampla. No cotidiano, isso se traduz em microarranjos de permanência, arrastar a cadeira para a mesa de uma professora no intervalo, limpar um espaço, ficar em silêncio ao lado, fabricar companhia como troca quando a amizade não está disponível, habitar a madrugada na internet como tempo de teste e proteção. O nome social emerge nesse percurso como ferramenta de existência antes de ser papel, uma palavra capaz de anteceder o corpo com menos ferida, e por isso reorganiza o modo de estar e de dizer.

O que se torna mais nítido é que visibilidade, segurança e afeto funcionam como infraestrutura de continuidade. Quando a escola desautoriza e produz solidão, ele inventa bordas praticáveis. Quando o digital ameaça, ele regula a apresentação e encontra sentido no masculino até criar o nome. Quando a família pode retirar apoio, ele espera o emprego para não cair no vazio e não trancar a faculdade. Em Cavaco, negociar é sustentar a vida sem depender de uma única camada, fazendo do tempo, do nome, do estudo e da rede modos de permanecer.

Em Pojuca, a negociação de visibilidade aparece, primeiro, como manejo do que se diz e do que se evita dizer. O que pesa não é apenas a existência do preconceito, mas a antecipação do que uma pergunta aciona, do que uma informação produz na conversa e do quanto isso exige dele como resposta e como prova. O silêncio e o desvio de assunto não nascem do acaso. Nascem de uma experiência repetida de associação automática

entre pai e filho e de uma cobrança constante de explicação. Antes de sustentar uma posição mais firme, ele precisou aprender a atravessar conversas, medir o que entra e o que sai e escolher o que não valia o custo de esclarecer.

Passando, saindo do ensino fundamental, indo pro médio, eu comecei a me entender um pouco mais, sabe? A falar um pouco mais sobre, né? A ter um pouco mais de coragem, mas ainda assim muito retraído, porque eu tinha muito medo de ser julgado e algo que é muito interessante, que eu vivencie muito e eu acho que isso reflete muito nesse medo é que toda vez que alguém sabia que eu era filho de um homem homossexual, as pessoas atrelavam isso a mim, então eu passei a maior parte da minha vida tendo que desmentir. (Pojuca)

O recorte começa por gradação e medida. “Um pouco mais” aparece para dizer entender, falar e ter coragem, e essa repetição dá sensação de avanço por centímetros, não por virada heroica. Logo depois vem o limite, “ainda assim muito retraído”, e o retraído é amarrado a “muito medo de ser julgado”. Esse medo ganha consistência quando ele fixa uma cena repetida, “toda vez que alguém sabia”. O “toda vez” instala rotina, não episódio, e transforma a informação sobre o pai em gatilho.

O ponto mais duro está em “as pessoas atrelavam isso a mim”, porque aí a vida dele passa a ser lida por contiguidade, como se a existência do pai autorizasse uma conclusão imediata sobre o filho. Esse automatismo não nasce do nada, ele é antecedido e pode ser apoiado por um processo educativo heterossexista, atravessado pela imposição da heterossexualidade compulsória (MISKOLCI, 2020, p. 35). É nesse terreno que “tendo que desmentir” deixa de ser detalhe e vira custo recorrente de convivência, uma exigência de justificativa que organiza o silêncio, o desvio de assunto e a retração como táticas para atravessar o cotidiano sem ser continuamente convocado a provar quem é.

O ponto mais duro é a associação automática, “as pessoas atrelavam isso a mim”. A frase indica que a leitura não recai só sobre o pai, ela volta sobre o filho como suspeita. “Passei a maior parte da minha vida tendo que desmentir” nomeia uma tarefa cotidiana que ocupa o lugar da espontaneidade. Não é apenas responder uma vez, é viver sob a obrigação de corrigir a leitura do outro para não ser capturado por ela.

Depois de a associação automática ter colocado Pojuca no lugar de quem precisa “desmentir”, a narrativa desloca a negociação para o modo como ele responde a essa captura. O recorte não descreve apenas uma mudança de opinião, descreve uma reeducação da própria posição diante do julgamento. Ele passa do esforço de corrigir a leitura alheia para a recusa do dever de provar, e, ao mesmo tempo, revela que essa recusa é recente e foi construída contra um hábito antigo de evitar assunto. A cena a seguir

organiza esse contraste entre o “hoje” e o “antes” e torna visível que, muitas vezes, a tática começa pela linguagem, pelo que se diz, pelo que se cala e pelo custo que cada conversa impõe.

Hoje em dia eu não preciso desmentir, porque eu não preciso... eu entendo que eu não devo nada a ninguém. Eu acho que conforme a gente for conversando você vai entender isso. Hoje eu não preciso desmentir, eu não preciso dizer, ah eu não sou, eu não sou gay. Eu não preciso! Eu não tenho que provar nada a ninguém. Você acredita no que você quiser! Mas antes eu tinha essa necessidade e aí pra evitar se desmentir pra provar que eu era heterossexual ou eu estava me descobrindo o heterossexual, eu evitava entrar nesses assuntos, porque se eu falasse do meu pai, eu ia ter que falar sobre, ah será que você não é também? (Pojuca)

A virada se constrói por repetição. “Hoje em dia eu não preciso” volta e vai ganhando força, como se ele estivesse firmando um novo lugar de fala. A frase não chega como calma, chega com energia, “eu não preciso!”, e essa ênfase faz o leitor ouvir a recusa do tribunal. A justificativa “eu não devo nada a ninguém” desloca a obrigação de prova para fora do eu, como se ele retirasse do outro o poder de exigir explicação. E “você acredita no que você quiser” devolve a responsabilidade do julgamento a quem julga, sem a tentativa de controlar a leitura alheia.

Ao mesmo tempo, ele não apaga o mecanismo anterior, ele o explicita. “Mas antes eu tinha essa necessidade” marca que a tática de silêncio era resposta a um custo real. “Eu evitava entrar nesses assuntos” não é indiferença, é economia de exposição, porque falar do pai era acionar uma pergunta previsível, “será que você não é também”. Evitar entrar, aqui, funciona como tática, porque é “jogar com o terreno que lhe é imposto” (CERTEAU, 2014, p. 94), reduzindo a chance de a conversa virar tribunal. O que se negocia não é só identidade, é a circulação do tema. Falar implica pagar com justificativa e desmentido. Evitar implica preservar-se. Essa escolha mostra a masculinidade em dissidência como prática situada de linguagem, escolher quando falar, quando silenciar e quando não transformar a conversa em prova.

Depois dele ter nomeado a recusa do dever de provar e de ter mostrado como evitava certos assuntos para não ser arrastado para a suspeita, o relato agora descreve um aprendizado de manejo ao longo do tempo. A negociação não some, ela muda de forma. Em vez de ficar preso ao desmentido, ele passa a construir recursos para suportar melhor a conversa, interrompê-la quando necessário e escolher onde a palavra pode circular com menos custo. É nesse deslocamento, do ensino médio à universidade, que o recorte seguinte situa a passagem do evitar para o dizer mais aberto.

[...] durante o ensino médio, isso foi melhorando um pouco, né? Porque eu também já tinha um poder de argumentação um pouco melhor, né? Eu já tinha vivido um pouco mais, podia aguentar melhor, podia simplesmente sair daquele assunto, mas mesmo assim ainda era algo que me pegava muito. Até eu chegar na universidade, na universidade eu consegui falar muito abertamente, não só nesse espaço, mas como fora dele. A universidade me permitiu falar disso, me permitiu mostrar pras pessoas quem eu sou fora desse espaço...(Pojuca)

A fala organiza a mudança por gradação. “Melhorando um pouco” mantém medida e evita triunfo, e o “né?” repetido acompanha a explicação como quem confirma para si mesmo o que está dizendo. A melhora é ligada a “poder de argumentação”, mas o recorte não celebra argumento como vitória retórica, ele liga argumento a sustentação. “Eu já tinha vivido um pouco mais” e “podia aguentar melhor” nomeiam um corpo que suporta com mais margem, e a frase “podia simplesmente sair daquele assunto” é decisiva porque traduz a tática em gesto simples. Sair do assunto não é fraqueza, é interromper o circuito da cobrança e recusar permanecer onde a conversa vira armadilha.

Ainda assim, “me pegava muito” retorna como lembrança de custo, mostrando que a melhora não apaga a ferida. A universidade entra como outra condição e a repetição do verbo permitir fixa esse deslocamento, “me permitiu falar”, “me permitiu mostrar”. O lugar não aparece como cenário neutro, aparece como espaço praticado de enunciação, em que falar e mostrar “quem eu sou” podem circular “não só nesse espaço, mas fora dele”. Nesse sentido, faz eco a ideia de que “a dimensão micropolítica desses processos se dá no plano de imanência do cotidiano escolar e para além dele” (CARVALHO, 2019, p. 51-52), porque o que ele descreve é justamente a passagem entre modos de manejar a palavra, primeiro pela contenção e pela saída estratégica, depois pela abertura em um território que oferece mais respaldo para o dizer existir sem virar imediatamente desmentido e prova.

A fala volta ao medo para mostrar que ele não é um estado interno sem história. Ele se forma em um território muito concreto, a escola, onde perguntas circulam sem cuidado e onde a diferença pode ser transformada em acusação. Nesse ambiente, não basta ter uma história para contar, é preciso ter linguagem para contá-la sem ser punido por ela. O recorte seguinte nomeia essa falta de linguagem como falta de repertório e mostra como, quando não há palavra sustentada, a tática tende a ser esconder-se.

Que repertório tinha pra dizer assim, não, meu pai ele é homossexual sexual? Só que eu não conseguia compreender isso no sentido de, eh... ter essa propriedade pra dizer, não, meu pai ele é um homossexual e tá tudo bem. Não,

eu me escondia porque eu vivenciava muito o preconceito, né? Tanto das crianças quanto dos adultos. [Isso foi na escola] (Pojuca)

A palavra repertório é decisiva porque desloca o problema da coragem para a linguagem. A pergunta “que repertório tinha” aparece como confissão de falta e expõe que, naquele contexto, ele não conseguia sustentar publicamente um enunciado, “meu pai é homossexual e tá tudo bem”. “Propriedade”, aqui, não é erudição, é condição de dizer sem ser imediatamente desautorizado, e o “eh...” no meio da frase mostra o esforço de formular algo que ainda não encontrava forma segura.

Quando ele conclui “eu me escondia”, a tática aparece como resposta ao ambiente, não como traço de personalidade. Ele nomeia o preconceito vivido “tanto das crianças quanto dos adultos”, e isso amplia a cena. A escola não se apresenta como lugar neutro, mas como espaço produzido por forças que tornam certas narrativas perigosas, lembrando que “não há espaço incolor ou neutro; há sempre uma composição de forças produzindo um espaço a cada instante” (CARVALHO, 2019, p. 52). Nesse regime, o silêncio não é apenas segredo individual, é um modo de permanecer quando falar pode virar prova contra quem fala.

Aqui a negociação se desloca para um território mais explicitamente masculinizado dentro da escola. O que antes aparecia como medo de dizer e necessidade de repertório passa a aparecer como gestão do corpo em convívio. Pojuca não descreve a escola inteira como hostil. Ele localiza um ponto sensível na resenha dos meninos e no espaço do futebol, um lugar em que é preciso decidir quando ouvir, quando falar e como participar para caber. É nesse recorte que a tática deixa de ser apenas silêncio e passa a ser encaixe.

Tinha um espaço de receio, qual é o espaço de receio? Na escola sempre tem, como eu falei dos grupinhos, tipo aquele lugar que ficavam os meninos, aquela resenha de meninos, que eu sempre fiquei muito mais acanhado, por ter que às vezes ouvir algumas coisas, algumas besteiras, né? Às vezes também falar pra poder tentar me encaixar nesse espaço, né? Tentar ser aceito, eu acho que eu passei muito por esse processo de pra ser aceito eu preciso me encaixar dessa forma, mesmo não sendo, às vezes eu estava num espaço participava de uma brincadeira, de uma conversa que pra mim não fazia sentido nenhum, mas eu queria ser aceito naquele lugar, né? Eu queria estar com os meninos que jogam bola, porque eu sempre gostei de futebol, então eu queria estar com os meninos que jogam bola, então eu precisava passar por coisas que eu pensava, que idiotice, mas eu precisava ser aceito naquele espaço. Mas, com relação ao espaço de medo, acho que não tinha não. (Pojuca)

O receio não se espalha pelo prédio inteiro, ele se concentra em um tipo de convivência. Quando ele diz “na escola sempre tem”, ele trata os “grupinhos” como cena recorrente, e a “resenha de meninos” aparece como ponto sensível porque impõe um código, o que se ouve, como se reage, o que se comenta, o que se precisa devolver em fala para não ficar de fora. “Falar pra tentar me encaixar” deixa nítido que a palavra vira ferramenta de pertença, não apenas expressão. Ele participa de conversas que “não faziam sentido nenhum” e chama isso de “idiotice”, mas permanece, porque quer estar no futebol, quer estar com “os meninos que jogam bola”. Nesse nível, a aceitação funciona como troca, e o custo é ajustar-se a práticas que ele não reconhece como suas para não perder o lugar.

O ponto mais forte é que ele diferencia receio e medo. Ao afirmar que “medo” talvez não houvesse, ele não apaga a tensão, ele faz uma gradação. Há um estado de vigilância constante e manejável, suficiente para regular participação e silêncio, sem precisar nomear a escola inteira como ameaçadora. E isso ajuda a ver como, dentro da mesma instituição, convivem lógicas distintas, de modo que certos espaços ficam mais carregados de cobrança do que outros, já que “o espaço deixa de ser apenas material... para abrigar diferentes lógicas” (TAVARES, 2003, p. 58). A tática, então, não é desaparecer, é escolher como caber e por quanto tempo caber, sem transformar esse “encaixe” em concordância.

A resenha de meninos apareceu como espaço praticado em que caber tinha custo e em que a fala precisava ser administrada para não virar alvo. No recorte seguinte, Pojuca retorna a esse mesmo tipo de convivência e acrescenta uma camada decisiva. Não é apenas o desconforto de estar ali. É o modo como, para ser aceito, ele chegou a participar de mecanismos de exclusão e como, mais tarde, relê essa participação como algo que não quer mais sustentar.

E aí, eh... eu acho que há diferença, o espaço ele mantém, ele continua o mesmo, mas eu mudei [um tom bastante enfático, como quem se apropria] na época da escola eu precisava me encaixar, né? [...] eu participava, eu estava nesses espaços de poxa, eh... a gente está jogando bola e não vai deixar fulano jogar porque fulano é viado, né? E eu estar nesse espaço tipo de validar isso. E aí, poxa do outro lado eu estava tentando de certa forma me esconder. Poxa eu não quero, eu estou participando desse processo de exclusão dessa pessoa, mesmo entendendo que eu também fui excluído. Sou excluído. Não por ser, mas por estar próximo, né? Por vivenciar, por participar dessa experiência, né? Que é sofrer preconceito? E aí hoje em dia, eu vejo diferente. (Pojuca)

O recorte fixa uma virada pelo contraste “o espaço continua o mesmo, mas eu mudei”, e a ênfase no “eu mudei” indica apropriação de posição, como se a mudança fosse menos do ambiente e mais do modo de estar nele. Em seguida, a tática do encaixe reaparece, “eu precisava me encaixar”, mas agora com um custo explicitado por dentro do próprio relato. Ele nomeia a cena do futebol como lugar em que a masculinidade é cobrada por exclusão, “não vai deixar fulano jogar porque fulano é viado”, e assume que esteve ali “validando isso”. A palavra validar é dura porque mostra cumplicidade e não apenas silêncio, e o trecho “do outro lado eu estava tentando de certa forma me esconder” põe o corpo em duplicidade, para caber naquele espaço, ele participa do mecanismo que também o ameaça.

É nesse ponto que a cena ajuda a pensar como a norma se mantém mesmo sem ordem direta, porque “o exercício da obediência não depende do poder repressivo; ele pode ser ativado ... pelo envolvimento dos sujeitos” (MUSZKAT, 2018, p. 56). O “poxa eu não quero” marca fricção interna e anuncia que a tática falha como proteção, ela fere. E quando ele diz “mesmo entendendo que eu também fui excluído”, o recorte torna visível a contradição de sobreviver por alinhamento momentâneo e, ao mesmo tempo, carregar a consciência do dano produzido. O final “hoje em dia, eu vejo diferente” indica que a negociação deixa de ser apenas permanecer no grupo e passa a incluir recusar o script de aceitação que se sustenta pela humilhação do outro.

Aqui, a negociação muda de chave. Em vez de se organizar como administração da suspeita e do julgamento alheio, ela passa a se organizar como recusa do dever de prova. O recorte seguinte mostra que essa virada não é apenas uma conclusão mental, é um rearranjo do corpo no cotidiano. Aparece como permissão, brincar, circular com mulheres, deixar aparecer um traço lido como afeminado sem transformar isso em ameaça, e não abandonar o que agrada só para caber num modelo de homem.

[Hoje] Tipo não é aquela coisa, eu preciso lutar pra te provar que eu não sou, você acha que eu sou, tranquilo, eu sou, tá tudo bem. Não é algo que me fere, como feria antes, porque eu já sei quem eu sou, eu já me entendo enquanto um cara heterossexual e nesse processo foi pra mim muito interessante e eu falo pouco sobre isso é que eu vivenciei. Tipo, de me permitir ser um pouco mais afeminado, de brincar, sabe? De estar mais com mulheres, de fazer brincadeiras que um homem... pra um homem não é tido como uma brincadeira de homem, sabe? Me permitir ser assim e entender que, pô eu sou assim cara não preciso provar, eu não preciso deixar de fazer coisas que me agradam pra poder provar nada pra ninguém. (Pojuca)

O recorte começa pelo deslocamento do campo da disputa. “Hoje” marca tempo de virada e “tipo” aparece como modo de aproximar a fala, quase como quem tenta dizer sem inflar. O ponto central é a recusa da prova. “Não é aquela coisa” e “eu preciso lutar pra te provar” nomeiam um regime antigo e o abandonam. A frase “você acha que eu sou, tranquilo” desloca a responsabilidade do rótulo para o outro e retira o sujeito do lugar de réu. Quando ele diz “eu sou, tá tudo bem”, ele não está mudando de identidade, ele está desarmando a chantagem do julgamento, como se a palavra gay perdesse a função de ferida e deixasse de comandar a cena. A repetição de “eu já” firma esse chão, “eu já sei quem eu sou”, “eu já me entendo”, e a ferida é localizada no tempo, “como feria antes”.

A partir daí, o trecho se desloca para o corpo e para a convivência. “Me permitir” se repete e organiza a mudança como permissão cotidiana, ser um pouco mais afeminado, brincar, estar com mulheres, fazer brincadeiras que não são lidas como de homem. O “sabe?” repetido convoca o leitor para reconhecer o código social em jogo, e o “pra um homem não é tido” expõe a norma que tenta regular gesto e afeto. O final “não preciso deixar de fazer coisas que me agradam” sela a negociação como reapropriação da vida. Ele não precisa abdicar do prazer para provar nada, e isso mostra uma masculinidade em dissidência que se sustenta menos por bravura e mais por retirar do outro o direito de exigir prova, preservando no cotidiano um jeito de ser que não cabe na régua hegemônica.

Ao afirmar que não precisa abandonar o que agrada para provar nada a ninguém, a negociação aparece em outro cenário. O recorte seguinte desloca o tema para o trabalho e mostra como a masculinidade em dissidência pode ser vivida como ética de cuidado e, ao mesmo tempo, como estranhamento em um ambiente atravessado por códigos religiosos. É nesse ponto que a presença deixa de ser apenas proteção e passa a ser também gesto de mostrar-se.

Tipo pra mim não me torna menos homem estar nesse lugar de uma pessoa mais carinhosa, de uma pessoa mais cuidadosa, mais delicada e falando do espaço de trabalho, por se tratar de um lugar que as pessoas na maioria são evangélicas, essas pessoas acham isso estranho, mostrar a minha vivência é educar também. (Pojuca)

A fala começa com uma negativa da norma, “não me torna menos homem”, e essa formulação é decisiva porque desloca a masculinidade do campo da dureza para o campo do modo de existir. Ele não fala em teoria, ele fala em qualidades do cotidiano,

carinhoso, cuidadoso, delicado, como se fossem práticas que ele reconhece em si e que não aceita transformar em motivo de vergonha. O “tipo” no início dá um tom de conversa, mas o conteúdo é firme. O lugar de homem é reivindicado sem pedir licença à fórmula hegemônica, e isso mantém a dissidência no nível do gesto, como se a masculinidade fosse algo que se faz e se sustenta sem precisar negar o afeto.

Quando ele introduz “falando do espaço de trabalho” e nomeia “na maioria evangélicas”, o recorte localiza a estranheza numa configuração de convivência. Não é que cuidado seja estranho em si, é que, naquele espaço praticado, certas expectativas sobre homem e sobre comportamento circulam como regra. A palavra “estranho” marca esse atrito e indica que a presença não passa despercebida. É aí que ele desloca a tática para outro registro, “mostrar a minha vivência é educar também”, e essa formulação ganha força quando lembramos que “um dado padrão de masculinidade hegemônica está sujeito ou a ser contestado ou a ser transformado ao longo do tempo” (CONNELL, 2017, p. 192). Mostrar-se, aqui, não é anúncio identitário, é convivência cotidiana que produz efeito, como se existir desse jeito, no trabalho, fosse também intervir no que é considerado aceitável.

Com Pojuca, o Eixo 3 evidencia que negociar visibilidade não é apenas escolher quando falar. É escolher quando não entrar, quando sair, quando sustentar e quando desarmar. A escola aparece como lugar em que o medo pedia repertório e em que a performance de heterossexualidade funcionava como escudo, ainda que cobrasse um preço alto. Os ambientes masculinizados surgem como espaços praticados em que caber exigia, por vezes, aderir a mecanismos de exclusão que ele próprio reconhece como violentos, e a mudança não se dá porque o contexto melhora. Ela se dá porque ele recusa repetir a lógica que o feriu. No trabalho e na universidade, a negociação se desloca para a fala pública e para o cuidado como forma de masculinidade, e isso altera o modo como ele habita o corpo e organiza vínculos. O que se produz é uma passagem do medo de ser confundido para a recusa de provar. Essa recusa opera como tática de proteção e de dignidade, porque barra a tentativa do outro de ditar o que ele deve ser para ser aceito.

Em Peixes, a negociação de visibilidade começa antes do rótulo e antes da suspeita. Ela aparece no nível do gosto, do sonho e das companhias possíveis. O recorte seguinte mostra como a diferença é percebida no cotidiano e como, a partir dessa percepção, ele aprende a construir abrigo por afinidade, escolhendo vínculos e espaços em que o corpo possa caber com menos cobrança de performance masculina.

Pesquisador: Nesse processo seu, você se percebeu ou se achou diferente das outras pessoas, dos outros meninos?

Peixes: Ah, com certeza. Eu acho que não necessariamente a questão da sexualidade, eu acho que tudo passa por ela, mas eu acho que, sei lá, eu tinha sonhos diferentes, eu gostava de coisas diferentes, tipo, eu gostava muito de, gosto ainda, na verdade, de comédia romântica, filmes de Hollywood, artes, adorava fazer teatro na escola, não gostava de esportes, preferia arte. Então, sempre essa questão me tornou um pouco diferente. Então, sim, me percebi diferente em relação a essas coisas. O mundo era diferente de mim em relação... Aí, tipo, quando eu encontrava alguém que gostava das mesmas coisas que eu, aí, tipo, eram essas pessoas que, vamos dizer, que eu fincava uma amizade em relação a isso. Eu sempre fui muito aquela pessoa que é fiel à amizade, então, tipo, é uma questão também, tipo, essa questão de, tipo, de ter ideias semelhantes, ou de ter gostos parecidos, foi uma questão que aproximou mais de algumas pessoas e foi o que foi importante pra mim na, vamos dizer assim, na minha adolescência, como a parte do minha vida. (Peixes)

A resposta começa com afirmação imediata, “com certeza”, e logo em seguida se torna medida. “Eu acho” aparece repetidamente e cria um modo de dizer que avança por aproximações, como se ele procurasse nomear a diferença sem fechá-la num único motivo. A própria frase “não necessariamente a questão da sexualidade” é seguida por “eu acho que tudo passa por ela”, e essa tensão importa porque ele não reduz a experiência ao marcador sexual, mas reconhece que ele atravessa o modo como gostos e gestos são lidos. O “sei lá” e o “tipo” funcionam como marcas de conversa e também como cautela. O que vem depois é uma lista de afinidades, comédia romântica, filmes, artes, teatro, e a recusa de esportes. Essa enumeração não é ornamentação. Ela mostra como a norma aparece no cotidiano como cobrança indireta, o que se gosta e o que se prefere já vira medidor de pertencimento, e é nesse nível que ele diz que isso o “tornou um pouco diferente”.

A tática se explicita quando ele passa do sentir para o fazer. “Quando eu encontrava alguém” marca que a diferença não é só isolamento, é também critério de encontro, e “eram essas pessoas que eu fincava uma amizade” dá imagem de raiz, fixar vínculo como quem escolhe um chão. O “vamos dizer” suaviza e, ao mesmo tempo, confirma que isso era escolha deliberada, buscar ideias semelhantes e gostos parecidos para sustentar uma convivência menos custosa. Nesse sentido, o que aparece como “fidelidade à amizade” não é traço romântico apenas, é forma de proteção relacional, porque reconhecimento, aqui, é uma experiência que se produz na reciprocidade, uma “reconhecença recíproca” que melhora a qualidade das relações e funciona como necessidade para seguir (KRITSCH; VENTURA, 2019, p. 456). O território afetivo, então, não se faz apenas em lugares físicos, ele se faz em espaços praticados de afinidade,

um teatro na escola, uma conversa sobre cinema, uma rede pequena e confiável onde o corpo pode existir com menos cobrança para performar o que não é.

Neste ponto, a negociação aparece em outra camada, a do futuro imaginado. A tática não se faz apenas no encontro imediato; ela também se faz no modo como ele atravessa a adolescência com direção, como se projetar um depois ajudasse a sustentar o agora sem se perder no atrito do presente.

[...] algumas estratégias, principalmente, onde eu cresci, foi essa questão de tentar, vamos dizer, criar estratégias para chegar onde eu queria estar, vamos dizer assim. Então, traçar metas. Então, eu acho que as metas foram mais importantes, vamos dizer assim, durante a adolescência, foi, tipo... sonhos, metas, essas coisas, foram as principais estratégias, vamos dizer assim. Tipo, ah, eu quero fazer daqui a 5 anos... eu traçava algumas metas. Durante a minha adolescência, foi essa a minha estratégia. (Peixes)

A fala se constrói por aproximações, e isso aparece na repetição de “vamos dizer”, como se ele procurasse uma forma de nomear sem transformar a experiência em fórmula fechada. Ainda assim, a tática é nítida, “chegar onde eu queria estar” organiza a adolescência por direção, e “traçar metas” aparece como gesto que dá chão ao caminho. Quando ele repete “metas” e aproxima “sonhos, metas, essas coisas”, ele não está romantizando o futuro, está marcando um modo de sustentar continuidade. O exemplo “daqui a 5 anos” inscreve o tempo dentro da própria negociação, não é apenas lidar com o olhar do outro, é lidar com a espera, com o atravessamento, com a necessidade de manter um rumo mesmo quando o cotidiano aperta. Nesse recorte, planejar funciona como abrigo, um jeito de manter a vida em movimento, reduzir a sensação de deriva e atravessar a adolescência com um horizonte que o proteja do desgaste imediato.

Na graduação, a tática se desloca do horizonte das metas para uma sustentação mais cotidiana, investir no que a universidade oferece e, ao mesmo tempo, fabricar redes. O recorte seguinte mostra esse movimento como esforço de conexão e de permanência. A busca por vínculos aparece como proteção contra o isolamento, mas também como ponto sensível, porque se aproximar e ser visto pode reativar uma insegurança antiga, como se socializar exigisse, ao mesmo tempo, presença e algum tipo de validação.

Depois disso... posso pensar em outras estratégias, tipo... durante a graduação, desde que comecei a graduação... focar mesmo na graduação, tentar absorver ao máximo o que ela pode me oferecer. Também acho que a conexão interpessoal, acho que foi a estratégia principal, tipo, tente ter uma rede de relacionamentos, conhecer pessoas, amigos, essa questão está sendo a minha estratégia principal. (Peixes)

A fala organiza o tempo por marcos e vai nomeando “estratégias” como se precisasse dar forma ao próprio modo de atravessar. “Durante a graduação” aparece como recorte, e “focar mesmo” e “absorver ao máximo” dão intensidade ao investimento. O estudo não surge apenas como exigência acadêmica, ele surge como modo de permanecer e de tirar da universidade aquilo que pode sustentar um depois. Em seguida, o eixo se desloca para o campo relacional. Ele repete “acho” e “estratégia principal” para firmar que, além do conteúdo, há algo que mantém a vida andando, “conexão interpessoal”, “rede de relacionamentos”, “conhecer pessoas”, “amigos”. A repetição não soa vazia, ela marca insistência e necessidade, como se permanecer dependesse também de fabricar vínculos que reduzam o isolamento e tornem o cotidiano habitável. Nesse sentido, a universidade aparece menos como cenário neutro e mais como espaço praticado que incide no que se aprende e no que se consegue construir com os outros, porque o espaço, no cotidiano, atua como agente de forças e produz realidades no nível micropolítico (CARVALHO, 2019, p. 53-54).

Aqui, a negociação aparece no ponto mais sensível do laço. Depois de ele dizer que, na graduação, a estratégia principal tem sido criar rede e conhecer pessoas, o recorte abre a contraface dessa busca. A conexão protege contra o isolamento, mas também reativa uma insegurança antiga, como se cada aproximação viesse acompanhada da pergunta sobre o próprio valor e sobre o que se precisa oferecer para não ser deixado de lado.

E eu confesso que, como eu falei, com essa questão da adolescência da dificuldade de fazer amigos, é uma coisa que eu carrego, a minha insegurança, nessa questão do pessoal até hoje. Então, é uma estratégia que eu uso, apesar de ter essa questão que eu falei, uma questão ainda que eu sempre tenho essa questão de talvez essa insegurança em relação a como eu me importo para as pessoas essa questão de tipo, o quanto eu preciso ser útil para as pessoas. (Peixes)

O trecho muda de tom com “eu confesso” e com o retorno “como eu falei”, trazendo a adolescência como memória que insiste no presente. A dificuldade de fazer amigos não aparece como algo superado, aparece como algo que ele “carrego”, e essa palavra dá peso e continuidade à experiência. A insegurança é localizada “no pessoal” e “até hoje”, fixando duração. E quando ele diz “é uma estratégia que eu uso”, a fala instala uma ambivalência central, ele busca rede para sustentar presença, mas essa mesma rede pode acionar medo e vigilância interna.

Na parte final, a insegurança ganha a forma de medida. “O quanto eu me importo para as pessoas” e “o quanto eu preciso ser útil” colocam a utilidade como critério de pertencimento, como se o vínculo precisasse ser garantido por oferta constante, por desempenho, por servir. Os “talvez” e o “tipo” repetidos não são ruídos, são hesitação de quem tenta nomear algo delicado sem endurecer em sentença. Para o Eixo 3, isso importa porque mostra que negociar não é apenas com lugares e ambientes, é também com a economia do laço, sustentar aproximação sem ser capturado pela obrigação de provar valor a cada relação.

Com Peixes, o Eixo 3 evidencia que negociar presença pode significar reduzir o campo de exposição para tornar a vida mais habitável. A tática aparece menos como confronto direto e mais como escolha cuidadosa de vínculos e de circuitos. Ele finca amizade onde há afinidade, sustenta uma rede pequena e confiável e investe em metas e estudo como horizonte para atravessar o atrito do presente. No tempo da graduação, esse manejo se reorganiza em torno de dois movimentos que convivem. Construir conexão interpessoal como estratégia de permanência e, ao mesmo tempo, administrar a insegurança que retorna quando o vínculo parece exigir utilidade como prova. Assim, o cotidiano é negociado por escolhas discretas, mas decisivas. Com quem estar, onde se apoiar, o que fazer para não ficar só e como seguir sem transformar a própria vida em tribunal. O que se revela é uma ética prática de sustentação, em que a sobrevivência não depende apenas de resistir, mas de construir condições mínimas de pertencimento. E é nessa engenharia discreta de vínculos, metas e cuidados que a vida deixa de ser apenas suportada e passa, aos poucos, a poder ser vivida.

Ao aproximar as narrativas neste eixo, torna-se visível que as táticas não aparecem como plano completo, mas como saber prático que se fabrica no cotidiano e se mede pelo que permite sustentar. Cidade, escola e universidade surgem como um conjunto de limiares, casa, sala de aula, pátio, biblioteca, trabalho, rua, balcão, fila, grupo de amigos, e cada passagem exige uma medida diferente do corpo e da palavra. Em vez de procurar ações heroicas, a leitura acompanha escolhas miúdas e repetidas, o que vestir, com quem ficar no intervalo, que conversa evitar, quando entrar e quando sair, quando falar e quando adiar, como manter um vínculo sem se expor além do que dá. Nessa chave, o eixo se alinha à epistemologia das práticas ao tratar esses gestos como produção de conhecimento e não como comportamento isolado. O que se aprende é que a norma não se impõe apenas por regras formais, ela circula como expectativa, como olhar, como piada, como pergunta pronta, e a vida responde com rearranjos que tornam o cotidiano

atravessável. Como lembra Butler, as normas “quando operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem” (BUTLER, 2014, p. 252). Entre o que as normas fazem sem dizer e o que a vida refaz sem alarde, algo não cessa de se mover. É desse resto insistente, que não vira plano e nem se fecha em conclusão, que as considerações, ditas como finais, partem.

5. O QUE PERMANECE EM MOVIMENTO...

As páginas que se encerram retomam o ponto de partida desta pesquisa sem fechá-la em definitivo. Interrogamos como jovens que performam masculinidades em dissidência, em Feira de Santana, fazem da cidade-escola-universidade um campo de vida possível, onde circulação, linguagem, reconhecimento e pertencimento não são dados, mas construções atravessadas por custos e brechas. Para acompanhar esse fazer-se no cotidiano, apostamos nas entrevistas narrativas como acontecimento de palavra e na análise do discurso como gesto de leitura das condições em que certos dizeres se tornam possíveis, se estabilizam ou se fraturam. Sob a chave de nomeação que nomeia os participantes, as narrativas não foram tomadas como prova de uma tese prévia, mas como cartografias afeto-territoriais em que o vivido se organiza em cenas, ritmos e escolhas, fazendo ver, por dentro do relato, os modos como cada um negocia existir, permanecer e reinventar-se em um entroncamento de si.

No primeiro eixo, os circuitos urbanos e escolares apareceram como gramática prática do possível. As narrativas mostraram que circular não é simplesmente deslocar-se, é compor passagem em meio a vigilâncias, agendas institucionais, mediações familiares, pontos de apoio e zonas de recuo. A cidade foi narrada não como pano de fundo, mas como trama de escolhas e interdições, onde um campus pode concentrar pertencimento, um centro pode ser evitado sem justificativa explícita, um equipamento cultural pode sustentar o dia e um retorno ao interior pode pesar como compressão do tempo. Mapear os por onde, assim, foi tornar legível que o território se faz no uso e no ajuste, e que a cidade-escola-universidade participa ativamente da formação de si ao distribuir, de modo desigual, quem pode estar, onde pode parar e com que custo a presença se sustenta.

No segundo eixo, a análise deslocou o foco do trajeto para o sentido, do por onde para o que os lugares fazem sentir. Território afetivo emergiu como memória que pesa, como brecha que acolhe, como rede que sustenta por um tempo, como clima que organiza a coragem ou o recuo. Escola, universidade, igreja, biblioteca, teatro, bar, unidade de saúde e casa foram narrados em camadas, às vezes como abrigo provisório, às vezes como lugar menos confortável que retorna na mente, às vezes como espaço de calma que permite pensar, às vezes como cenário de correção e julgamento. Ao acompanhar essas variações, o eixo mostrou que acolhimento e desconforto não são propriedades fixas do lugar, mas efeitos de relações, normas e leituras que se instalam na convivência. É nessa

textura que o corpo se orienta, reconhecendo onde pode repousar, onde precisa se explicar, onde o passado volta como marca e onde o presente se oferece como possibilidade de permanecer com menos aperto.

No terceiro eixo, o cotidiano apareceu como campo de táticas, não como plano completo, mas como saber que se fabrica no atrito com a norma e se mede pelo que permite sustentar. Roupas, casacos, máscaras, silêncios, recusas de assunto, escolhas de companhia, microacordos no intervalo, deslocamentos de foco para o “recorte acadêmico” ou para o “trabalho”, estratégias de retirada de ambientes que ferem, construção gradual de redes de confiança e até a criação do nome social compuseram uma política miúda de permanência. A negociação, nesse nível, não se reduz a evitar dano. Ela inclui também reapropriações de si, modos de fazer as pazes com um jeito de ser homem que não cabe no script rígido da dureza, e escolhas de quando falar, quando adiar, quando insistir e quando sair. Ler essas táticas foi reconhecer que a vida não se dá apenas em grandes declarações, mas nas microrregulações que tornam o dia atravessável, e que, mesmo quando a norma aperta, o cotidiano não para, ele se rearranja.

Ao colocar essas camadas em relação, percebe-se que a convergência não está em conteúdos idênticos, mas em mecanismos compartilhados. Em todos os percursos, existir em dissidência exige administrar legibilidade e custo, e isso se faz em escalas diferentes, às vezes por contração do mundo em poucos lugares confiáveis, às vezes por deslocamento para espaços onde a fala encontra abrigo, às vezes por fronteira firme com ambientes que pedem submissão, às vezes por redes construídas com cuidado antes da exposição maior. As divergências, por sua vez, mostram que não há um modelo único de travessia. O que para um se resolve por brecha na cena escolar, para outro se decide no documento e no emprego, para outro se sustenta na rotina da biblioteca, para outro se reconfigura na relação com a família, para outro se faz na escolha de pares e no investimento em metas. Essa variedade não enfraquece a análise, ela confirma que a cidade-escola-universidade é atravessada por regimes desiguais de reconhecimento e que masculinidades em dissidência se produzem de forma situada, em diálogo com o território, com a rede e com o tempo.

Essas narrativas importam porque recolocam a educação, a cidade e o cotidiano como dimensões inseparáveis na formação de si. Ao ler circuitos, territórios afetivos e táticas como práticas de conhecimento, a pesquisa contribui para deslocar visões que tratam juventudes dissidentes apenas pelo registro do risco ou do desvio, mostrando protagonismos miúdos, escolhas de permanência e modos de fabricar suporte. Também

evidencia que a escola não é apenas instituição, é espaço praticado por microregras de convivência que podem produzir acolhimento ou ferida, e que a universidade, quando se torna território de escuta e de pares, pode ampliar a possibilidade de dizer sem prova. Para o campo dos estudos do cotidiano, a dissertação reafirma que o político se lê nas operações discretas, e, para os debates sobre masculinidades e dissidências, mostra que o “ser homem” não se reduz a roteiro hegemônico, mas se disputa na linguagem, no corpo e nas redes em que cada sujeito consegue ou não consegue pousar.

Como toda pesquisa situada, este trabalho tem limites que não o diminui, mas o tornam mais honesto. O corpus se concentra em cinco entrevistas narrativas, o que favorece densidade interpretativa, mas não permite generalizações estatísticas nem pretende esgotar a diversidade de masculinidades dissidentes no território. As narrativas também são produzidas em condições específicas de enunciação e confiança, de modo que o que aparece é sempre parcial, atravessado por memória, silêncio e pelo tempo do encontro. Além disso, a ênfase no relato como material principal faz com que certas dimensões do cotidiano só compareçam quando encontraram linguagem para ser ditas, o que exige cautela ao interpretar ausências e recuos. Por fim, a leitura realizada é uma entre outras possíveis, situada no cruzamento entre implicação do pesquisador, escolhas analíticas e o campo teórico mobilizado, e por isso permanece aberta ao debate e a novas aproximações.

Como desdobramentos, a pesquisa sugere ampliar o diálogo entre cidade e escola em estudos que acompanhem outros circuitos de juventudes dissidentes, incluindo trajetórias que não passam pela universidade e experiências atravessadas por marcadores ainda mais intensos de desigualdade. Também indica a potência de investigações que aprofundem a dimensão institucional de serviços e políticas públicas no cotidiano desses jovens, bem como trabalhos que explorem, com mais tempo de acompanhamento, como redes de pares se formam, se desfazem e se refazem ao longo dos anos.

No horizonte desta dissertação, permanece a aposta de que narrar é fazer mundo e que ler o cotidiano narrado é acompanhar uma vida em seu direito de complexidade. Ao fim, o que se oferece não é um fechamento do sentido, mas a imagem de um entroncamento, pontos em que corpo, palavra e território se cruzam, e em que cada jovem, com seus recursos e custos, segue abrindo caminhos para existir sem se perder de si.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificativa nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2021. p. 175-196.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Tradução Davi Pessoa e Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda; BISPO, Raphael. Das solidões deliberadas às desmobilizações táticas: rastreamento descritivo de um processo de pesquisa. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (org.). *Cartografias da paragem: desmobilizações jovens contemporâneas e o redesenho das formas de vida*. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. p. 11-20.

ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out. 2010.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

AZEVEDO, Joanir Gomes de. Itinerâncias da pesquisa. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 119-140.

BARROSO, Eloísa Pereira. Patrimônio e Performance cultural: experiência e territorialidade na conquista do espaço. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 151-180, 11 dez. 2018.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, out. 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 0, p. 20-169, abr. 2002.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

_____. *Corpos que ainda importam*. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016b. p. 19-42.

_____. *Corpos em aliança e políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Corpos que importam: os limites discursos do "sexo"*. São Paulo: N-1, 2019.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BRAGIONI, Guido Lins Lopes; ARAÚJO, Marina. Corpo e espaço: uma reflexão dialética acerca do objeto de estudo da geografia. *Geografia, Literatura e Arte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 49-64, dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce Ellen Silva. Masculinidades hegemônicas e dissidências: tensões curriculares em cotidianos de escolas da periferia. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 214-232, 28 abr. 2016.

CAETANO, Marcio. Prefácio. In: RIOS, Pedro Paulo Souza (org.). *Subjetivações e dissidências de gênero e sexualidades no semiárido*. Salvador: Eduneb, 2022. p. 11-13.

CARVALHO, Janete Magalhães. Macro/micropolítica, cotidiano escolar e constituição de um corpo coletivo em devir. *Etd - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 47-62, 8 jan. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

_____. *A escrita da história*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CLANDININ, Jean.; CONNELLY, Michael. *Pesquisa Narrativa: experiência e história de pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Ed. UFU, 2011.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAYRELL, Juarez. "Múltiplos olhares sobre educação e cultura". In: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org). *A escola como espaço sociocultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, pp. 136-161.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *Artcultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, jul-dez. 2013.

DUQUE, Tiago. "Com esse eu caso": homens trans, beleza e reconhecimento. In: *Gênero, Dissidências Sexuais e de (org.)*. Leandro Colling. Salvador: Edufba, 2016. p. 193-216.

ESTEBAN, Maria Tereza. Dilemas para uma pesquisadora com o cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 199-212.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: LEITE, Regina Garcia (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 157-175.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação*, Rio de Janeiro, p. 9-108, 2018. EDUERJ.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisas com os cotidianos da Educação. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 61, n. 70, p. 1-20, 26 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GARCIA, Tainá dos Reis; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Entre normativas e acolhimentos: o uso do nome social nas escolas de um município do sul do rio grande do sul e os deslocamentos do (cis)tema. *Cadernos Cajuína*, v. 10, n. 2, p. 1-23, 18 jun. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 30-42.

GIOVANNI, Julia Ruiz di. Fazer corpo como tomar a Bastilha: leituras de Michel de Certeau para uma antropologia do gesto político. *Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 19-39, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 25 set. 2008.

GREGÓRIO, Maycow Nathan Carvalho; GIORGIANO, Isabela. Contribuições teórico-metodológicas do esquema polemológico de Michel de Certeau para a análise sócio-espacial das práticas cotidianas. *Paranoá*, Brasília, n. 33, p. 1-15, 22 out. 2022.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*, um novo paradigma estético. 2. ed. (A.L. Oliveira & L.C. Leão, Trad.). São Paulo: Editora 34, 2012.

HAESBAERT, Rogerio. *O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (Ou. Do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, FGBd & HAESBAERT R (orgs.). *Identidades e Territórios*. Questões e Olhares Contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. Pp. 33–56.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 8 fev. 2010.

HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-corpo. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, 11 abr. 2016.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 63-89, jun. 2020.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. *Linhas: uma breve história*. São Paulo: Vozes, 2022.

IRIART, Mirela Figueiredo; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Identidades narrativas: construindo sentidos na travessia da juventude. *Factral: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 71-88, jan-abr. 2014.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 90-113.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009. p. 32-51.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2014.

KRITSCH, Raquel; VENTURA, Raissa Wihby. Reconhecimento, identidade(s) e conflito social: debates a partir da teoria política e social. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 441-463, 9 ago. 2019.

LOURAU, René. Objeto e método da Análise Institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 66-86

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 43-53.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 9-42.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pela diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNARI, K. B. *Movimentos da profissionalização docente: desenvolvimento profissional em entrevistas narrativas*. 172 fls. Tese (Doutorado em educação). São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo UMESP. 2020.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JUNIOR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da Usp*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 193-199, dez. 2014.

MUSZKAT, Malvina E.. *O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo*. São Paulo: Summus Editorial, 2018.

NEVES. José Luis. *Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades*. In: Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo: Editora da Revista de Gestão USP. V. 1, N. 3, p. 01-05, 2º SEM. 2006.

NONATO, Murillo. *Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PEIXOTO, Leonardo Ferreira; SÜSSEKIND, Maria Luiza. *Estudos do Cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas*. Curitiba: Editora Crv, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos "delicados" de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio (org.). *De guri a cabra-macho: masculinidades no brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 127-144.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 3, p. 159-178, set. 2012.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-21.

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 19-26, jun. 2015.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Cotidiano: história(s), memória e narrativa: uma experiência de formação continuada de professores alfabetizadores. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 97-118.

PORTINARI, Denise; COUTINHO, Fernanda Ribeiro. A roupa faz o homem: a moda como questão. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 59-76.

QUADROS, Eduardo de. As “artes da memória” em Michel de Certeau. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 17-38, 27 abr. 2022.

RAMOS, Hugo Souza Garcia; PEDRINI, Mateus Dias; RODRIGUES, Alexsandro. Cartografia e pesquisas com os cotidianos: um encontro metodológico. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Mato Grosso, v. 2, n. 6, p. 139-151, 30 dez. 2019.

RIOS, Guilherme. As cidades como cenários de uma aprendizagem integradora. *Em Aberto*, Brasília, v. 25, n. 88, p. 163-174, 21 fev. 2012.

RIOS, Pedro Paulo Souza. Zé Gotinha, o estranho que habita em mim: vivências e tessituras sobre o ser gay. In: RIOS, Pedro Paulo Souza (org.). *Subjetivações e dissidências de gênero e sexualidades no semiárido*. Salvador: Eduneb, 2022. p. 97-125.

RODRIGUES, Denise Simões; MELO, Maria Lúcia. Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental. *Educação (Ufsm)*, v. 45, n. 1, p. 1-21, 13 maio 2020.

ROMERO, Manuela Linck de; ZAMORA, Maria Helena. PESQUISANDO CIDADE E SUBJETIVIDADE: corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 451-461, 25 nov. 2016.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2016

_____. O regime de inconsciente colonial-racializante-capitalístico Sugestões para abolir a monocultura espiritual (Segunda Parte). *Atlántica: Revista de Arte y pensamiento*, Las Palmas, v. 2, n. 3, p. 11-22, set. 2021.

_____. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1, 2023.

ROSA, Natália Carvalho da; BARCELLOS, Sérgio Botton. Regularização fundiária e direito à cidade: as transformações na vida cotidiana dos(as) moradores(as) do loteamento Barão de Mauá na cidade de Pelotas (RS). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, p. 1-21, 11 mar. 2021.

SAFATLE, Vladimir. Uma gramática só não basta. In: CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 9-12.

SEBASTI, Sabina; VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Márcio. Corpos sem órgãos versus cisheteronormatividade: os territórios do corpo nas artes, na sociedade e na escola. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ucdb*, [S.L.], v. 26, n. 58, p. 145-165, 17 fev. 2022.

SILVA, José; FERRARI, Anderson; CAETANO, Marcio. Masculinismo, neoconservadores e pedagogias culturais: investimentos em tradições, essencializações e naturalizações. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 22, n. 2189, p. 1-22, 15 dez. 2022.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; CAETANO, Marcio. Reescrevendo masculinidades com a publicação Arlindo: solidariedade e produção de si enquanto possibilidades e a recusa à violência. *Campos - Revista de Antropologia*, v. 25, n. 1, p. 196-221, 3 out. 2024.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CAETANO, Marcio. Roda de homens negros: masculinidades, mulheres e religião. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (org.). *De guri a cabra-macho: masculinidades no brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 190-211.

SILVA, Marcia Alves Soares da. Por uma Geografia das emoções. *Geographia*, Paraná, v. 18, n. 38, p. 99-119, 8 fev. 2017.

SIQUEIRA, João Ricardo Pessoa Xavier de; CORDIVIOLA, Alfredo Adolfo. A narrativa autobiográfica e a memória da ditadura civil-militar: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. *Graphos*, v. 21, n. 3, p. 14-31, nov. 2019.

SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes de; SOUSA, Alexsandro Costa de. TOPOPATIA, TOPOFILIA E TOPOFOBIA. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 21, n. 1, p. 76-101, 2 fev. 2025.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Uma escola: texto e contexto. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 42-62.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel de; EUGENIO, Fernanda (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 192-200.

VELOSO, Caetano. *Eu e água*. Intérprete: Maria Bethânia. In: BETHÂNIA, Maria. Maria. [S.l.]: RCA, 1988. Faixa 7.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. Parte Geral. 16ª ed., São Paulo: Atlas, 2016.

WELLER, W. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPeD, 32., 2009, Caxambu, MG. *Anais*. Caxambu, MG: ANPeD, 2009. p. 1-16.

ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 177-198

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: **ENTRONCAMENTOS DE SI: MASCULINIDADES JUVENIS EM DISSIDÊNCIA E CARTOGRAFIAS AFETO-TERRITORIAIS EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

Pesquisador Responsável: **WENDELL SANTANA FERREIRA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que você não consiga entender, estarei disponível para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Essa pesquisa deseja, de forma muito respeitosa, ouvir qual a sua ideia sobre masculinidade e se o que você pensa sobre o que é ser homem, foi/é compreendido e respeitado na sua escola e na sua cidade. A sua fala e o que você pensa sobre o assunto são de grande importância, porque nos ajudam a entender melhor se as escolas e os outros espaços estão respeitando a quem pensa e age de forma diferente. Esse estudo pode nos dar pistas de como propor formas mais respeitosas de convivência, seja na escola ou em qualquer outro espaço.

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: O primeiro momento será uma conversa individual, com previsão de tempo para esse momento é de 60 minutos, podendo se estender caso haja a necessidade, onde você será convidado a nos contar sobre suas experiências ligadas à masculinidade vivenciadas na escola e na cidade. Havendo alguma necessidade e você concordar, essa conversa poderá acontecer mais de uma vez. O local de nossos encontros acontecerá na sala grupo de pesquisa TRACE localizado no prédio de Pós-graduação da UEFS. O segundo momento será uma visita guiada ao museu Casa do Sertão localizado na UFES onde faremos uma aproximação com a história da cidade, a previsão de tempo para essa experiência é de 120 minutos. O terceiro momento, com duração de 120 minutos, será um encontro com outros participantes onde iremos conversar um pouco sobre as experiências de cada um e o que acharam da visita ao museu. No quarto momento iremos marcar uma roda de conversa onde apresentaremos aos participantes os resultados da pesquisa. A roda de conversa tem previsão de 90 minutos. As conversas individuais e de grupo serão gravadas, transcritas e todos os materiais produzidos serão destinados à pesquisa sem nenhuma outra finalidade. Durante todas as fases da pesquisa serão respeitadas a sua confidencialidade, privacidade e o seu anonimato. As produções e os resultados da pesquisa constaram na dissertação que estará disponível no banco de teses no site da UEFS podendo ser acesso a qualquer momento.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. Em relação ao estudo, pode ser que ao relatar sobre suas experiências você acione alguma memória desconfortável e chegue a algumas conclusões desconcertantes e no grupo alguma fala pode te mobilizar, caso isso aconteça, no primeiro momento acolheremos e persistindo o desconforto você será encaminhado para uma profissional Psicóloga que já está devidamente comunicada e de prontidão para realizar o seu atendimento. Importante lembrar também que a quebra do sigilo e confidencialidade dos dados pode ocorrer em qualquer pesquisa, mas faremos o máximo para que isso não aconteça.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação podem gerar uma melhor aproximação com a sua história dando um outro sentido a ela se for caso, pode favorecer também mental uma vez que você pode passar a se valorizar e mais, pode estabelecer novas redes de contato. Pode se sentir percebido e acolhido, pode ainda contribuir com realidades próximas a sua. Construir coletivamente formas de diminuir os preconceitos e surpreender-se positivamente.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida

não participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você esteja recebendo, continuará a receber assistência pelo tempo que for necessário. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com os procedimentos envolvidos, porém, poderá receber por despesas decorrentes de sua participação (despesas de transporte e alimentação).

Caso ocorra algum problema ou dano com você, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, comnexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e científicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será trocado por um outro nome, respeitando o anonimato e o sigilo, bem como em todas as fases da pesquisa.

Essa pesquisa segue todas as orientações das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UEFS, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, módulo 1, MA 17, email: cep@uefs.br , telefone: (75) 998477655. Esse Comitê é o órgão que fiscaliza e orienta as pesquisas científicas ligadas às universidades. Em caso de dúvidas você pode entrar em contato com o pesquisador responsável Wendell Santana Ferreira pelo telefone 75991766339 ou email: dunpsique@gmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma sua e a outra para o pesquisador

Declaração de Consentimento

_____ Nome do participante _____ Assinatura do participante	Data: ____/____/____
---	---------------------------------

_____ Assinatura do Pesquisador	Data: ____/____/____
---	---------------------------------

APÊNDICE II

Roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas disparadoras

Eixo 1. Circuitos urbanos e modos de ocupação

1. Você pode se apresentar do seu jeito, dizendo de onde vem, por onde passou e onde vive hoje?
2. Se você desenhasse a cidade-escola-universidade a partir da sua vida, que caminhos, paradas e pontos de apoio apareceriam primeiro?
3. Quais são os lugares que mais entram no seu cotidiano atualmente? O que te faz ir e voltar por eles?
4. Em que momentos circular fica mais custoso? Tem horários, companhias, trajetos ou situações que mudam o peso de estar na cidade?
5. Você lembra de uma cena em que um deslocamento tenha sido fácil e outra em que tenha sido difícil? O que mudou na passagem?

Eixo 2. Territórios afetivos, sentidos e significados

6. Existem lugares que para você são abrigo, pertença, memória, exposição ou risco? O que faz um lugar virar isso?
7. Tem algum espaço em que você se sente mais à vontade, como se o corpo pudesse descansar. E algum em que o corpo se arma antes de entrar?
8. Quando você pensa em escola, universidade, trabalho, rua, centro, bairro, quais imagens ou sensações aparecem primeiro?
9. O que te ajuda a se sentir reconhecido em um lugar? E o que te faz sentir que precisa se justificar?
10. Existe algum lugar que te chama antes mesmo de você ir? Um lugar como desejo, promessa ou curiosidade? E algum que volta como marca?

Eixo 3. Táticas cotidianas de negociação

11. Que jeitos você encontrou para atravessar olhares, perguntas prontas, piadas ou situações em que a presença fica exposta?

12. Em certos espaços, você sente que precisa ajustar roupa, voz, postura, modo de falar ou de circular. Como você percebe esse ajuste acontecendo?
13. Quando a situação aperta, o que você faz para sustentar a presença sem se expor além do que dá?
14. Quem ou o que te ajuda a manter um vínculo e a permanecer. Pessoas, grupos, cantos, rotinas, pequenos apoios?
15. Se você pudesse deixar uma orientação para alguém que está começando a viver esses atravessamentos, o que diria, não como conselho abstrato, mas como coisa aprendida no cotidiano?